

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL**

BRUNO HENDLER

**O SISTEMA SINOCÊNTRICO REVISITADO
A SOBREPOSIÇÃO DE TEMPORALIDADES DA ASCENSÃO DA CHINA NO
SÉCULO XXI E SUA PROJEÇÃO SOBRE O SUDESTE ASIÁTICO**

**RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2018**

BRUNO HENDLER

**O SISTEMA SINOCÊNTRICO REVISITADO
A SOBREPOSIÇÃO DE TEMPORALIDADES DA ASCENSÃO DA CHINA NO
SÉCULO XXI E SUA PROJEÇÃO SOBRE O SUDESTE ASIÁTICO**

**Tese apresentada ao corpo docente do
Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte
dos requisitos para obtenção do título
de Doutor em Economia Política
Internacional na área de Ciência
Política/Relações Internacionais**

Orientadora: Isabela Nogueira de Moraes

**RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

H495 Hendler, Bruno

O sistema sinocêntrico revisitado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático / Bruno Hendler. – 2018.

276 p. ; 31 cm.

Orientador: Isabela Nogueira de Moraes

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.

Bibliografia: f. 260-276.

1. Sistema sinocêntrico. 2. China – Século XXI. 3. Sudeste asiático. I. Moraes, Isabela Nogueira de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330.9

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo
CRB 7 – 6851 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

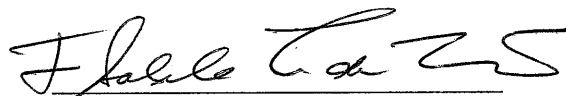
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**O Sistema Sinocêntrico Revisitado
A sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua
projeção sobre o Sudeste Asiático**

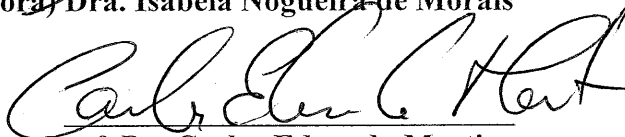
**Tese apresentada ao corpo docente do
Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte
dos requisitos para obtenção do título
de Doutor em Economia Política
Internacional na área de Ciência
Política/Relações Internacionais**

Bruno Hendler

BANCA EXAMINADORA:



Profa. (orientadora) Dra. Isabela Nogueira de Moraes



Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins



Prof. Dr. Raphael Pádula



Prof. Dr. Antônio José Escobar Brussi



Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

**Rio de Janeiro
Dezembro de 2018**

Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem e novo, hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer

Belchior

Resumo

A hipótese central deste trabalho é que a projeção multifacetada da China sobre o Sudeste (SE) Asiático a partir de 1997 pode ser compreendida como a construção de uma dinâmica de centro-periferia que carrega traços de um sistema internacional não-westfaliano pré-moderno, ao qual muitos autores denominam de “sistema sinocêntrico” e que teria existido entre os séculos X e XV. A tese está dividida em dois grandes blocos: os primeiros três capítulos (primeiro bloco) abordam a hipótese de existência do sistema sinocêntrico pré-moderno e sua relação com o SE Asiático a partir do método da análise dos sistemas-mundo. Os outros três capítulos (segundo bloco) abordam a projeção contemporânea da China sobre o SE Asiático sob o viés da longa duração, buscando analogias entre o passado e o presente. A partir de extensa revisão bibliográfica, identificamos que o denominador comum de ambos os fenômenos é a existência de três grandes eixos de projeção chinesa: o político-militar (ou estratégico); o de economia política; e o simbólico-institucional. Os principais atributos desses vetores são: a permanência de uma forte assimetria em favor da China, o alinhamento de forças econômicas chinesas às diretrizes políticas estabelecidas pelo poder imperial ou pelo Estado-Partido e a aceitação, mais ou menos consensual, da ordem sinocêntrica pelas elites políticas dos reinos/países subalternos. Ao final, o estudo debruça-se sobre dois processos contemporâneos que podem confirmar ou refutar a hipótese de que as relações China-SE Asiático ressoam elementos de uma dinâmica sinocêntrica. São eles: a Nova Rota da Seda e as relações China-Filipinas.

Abstract

The main hypothesis of this doctoral dissertation is that the China's multifaceted projection over Southeast (SE) Asia since 1997 can be characterized as the construction of a core-periphery dynamic that bears traces of a pre-modern non-Westphalian international system which is commonly referred as a "sinocentric system" and that would have had existed between the 10th and 15th Centuries. This thesis is divided in two major sections: the three initial chapters (first section) address the hypothesis of the existence of the aforementioned pre-modern sinocentric system and its extension over SE Asia based on the world-system analysis. The other three chapters (second section) address China's contemporary projection on SE Asia through the *longue-durée* perspective, proposing specific analogies between the pre-modern sinocentric system and the Chinese contemporary projection over SE Asia. Based on an extensive literature review, a common ground for both phenomena has been identified in the occurrence of three major vectors of the Chinese projection: the political-military (or strategic); the political economy; and the symbolic-institutional. The main attributes of these vectors are: the permanence of a strong asymmetry in China's favor, the alignment of Chinese economic forces with the political guidelines established by the imperial polity or by the party-state power, and the somewhat consensual acceptance of the sinocentric order by the political elites from the vassal kingdoms/countries. In the end, the study focuses on two contemporary processes that can confirm or refute the hypothesis that China-SE

Asia relations resonate elements of a synocentric dynamic. These are: the Belt and Road Initiative and the China-Philippines relations.

Palavras-chave: Sistema sinocêntrico; China; Sudeste Asiático; sistema-mundo moderno; Belt and Road Initiative.

Agradecimentos

Ao final desta jornada chego à conclusão de que o esforço de construção do conhecimento é tão árduo e prazeroso quanto o processo de *autoconhecimento* pelo qual passa um doutorando. Arrisco-me a dizer que toda pesquisa na grande área das ciências humanas e sociais é, de partida, moldada pela forma como o cientista vê o mundo, pela motivação que o leva a estudar seu objeto e pelas pessoas que o acompanham em sua caminhada. Mas o cientista que termina a pesquisa seguramente não é o mesmo de quando a iniciou e, olhando para trás, vejo o quanto fui moldado pelo trabalho que eu pretendia moldar.

O ciclo de quatro anos que se encerra é resultado de uma infinidade de outros ciclos compostos por algumas relações que nasceram e outras que se fortaleceram. Todas foram essenciais para amenizar a sensação de solidão que acompanha a maioria dos doutorandos e para me fazer chegar até aqui.

O primeiro agradecimento vai à minha família. Aos meus pais, Marcia e Noemio, que continuam sendo as grandes referências da minha vida. Sou um privilegiado pela criação que me deram e pelo amor incondicional que continuam me dando. Seja em Curitiba ou na China, não passei um dia sem contar com o apoio deles. À Dani, que além de irmã tornou-se uma grande companheira que compartilha não só do sofrimento pelo Atlético, mas das minhas inquietações com relação aos rumos tenebrosos do Brasil e do mundo. À minha avó Ada, pelo seu amor incondicional e que, junto com meus outros avôs e minha outra avó – que não estão mais fisicamente presentes, foi fundamental para a construção da minha identidade. Ao Virgílio, à Marcia, aos meus tios (Roberto, Luíz, Isaac e Yehuda), tias (Sarita e Frida) e primos, que torcem muito por mim e são parte do meu porto seguro em Curitiba ou em qualquer lugar onde estejam.

Também sou grato às pessoas com quem convivi nos dois anos de Rio de Janeiro, em 2015 e 2016. No âmbito acadêmico, tive o privilégio de ser orientado pela professora Isabela Nogueira de Moraes, que me abriu vários horizontes de pesquisa e foi uma ótima guia para entender essa grande incógnita chamada China. Desde referências bibliográficas e contatos acadêmicos até os ajustes no método e no conteúdo do trabalho, seu papel foi fundamental, ainda que a minha teimosia tenha prevalecido em alguns pontos. As falhas que porventura aparecerem neste trabalho são de minha total responsabilidade e, provavelmente, fruto dessa teimosia.

Sou grato a outros tantos professores que muito contribuíram para o meu trabalho. Ao professor Carlos Eduardo Martins, cujas inquietações diante das injustiças políticas e socioeconômicas no Brasil e na América Latina inspiram uma infinidade de estudantes. Sua disciplina sobre as longas durações do sistema-mundo moderno e seus conselhos de pesquisa foram, de fato, muito importantes. Ao professor Daniel Barreiros, cuja visão de metodologia científica e de processos históricos abordados na disciplina de História II provocou debates de altíssimo nível em sala de aula, estimulou o confronto de ideias e desfez uma série de ideias pré-concebidas graças ao estímulo ao pensamento crítico. A ele sou igualmente grato pelas conversas e conselhos sobre os rumos da minha pesquisa. Ao professor Antônio José Escobar Brussi, que me orientou no mestrado na UnB e tem acompanhado meus avanços desde então. Seu conhecimento sobre a perspectiva dos sistemas-mundo foi e tem sido fundamental para minha formação intelectual. Ao professor Marcos Cordeiro Pires, por aceitar o convite para compor a banca de avaliação e por suas publicações, que foram importantes ganhos para este trabalho. Aos demais professores do PEPI com quem convivi e aprendi: Clarice Vieira, Eduardo Crespo, Numa Mazat, Maurício Metri, Raphael Padula, José Luis Fiori e Eduardo Costa Pinto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), por ter viabilizado esta pesquisa com a bolsa de doutorado.

Para além do PEPI, devo agradecer ao apoio e estímulo de amigos e colegas de profissão. Aos professores Pedro Vieira, Helton Ouriques, Rosângela Vieira, Hermes Moreira Jr, Jales da Costa, Fabio Pádua dos Santos e outros tantos companheiros do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo. Dentre eles, agradeço ao professor Christopher Chase-Dunn, da UC-Riverside, pela gentileza de ter lido meus trabalhos e ter feito sugestões elucidativas à respeito da perspectiva dos sistemas-mundo. Aos amigos e colegas do tempo de docência no Unicuritiba que, apesar da distância, acompanharam meu percurso e mantiveram as portas abertas da instituição com convites para palestras, aulas e o lançamento do livro da minha iniciação científica: Andrew Traumann, Carlos-Magno Vasconcellos, Eduardo Teixeira, Gustavo Glodes-Blum, Isaak Newton, Patrícia Tendolini Oliveira, Perci Klein, Thiago Assunção e tantos outros.

Aos amigos da turma de 2015 do PEPI, parceiros de sala de aula, de pesquisa conjunta, de organização do ENEPI, de conversa na mureta da Urca, de almoço na Tia e de futebol em algum canto do Rio de Janeiro.

Ao meu grande amigo e irmão por opção, Daniel Israel, cuja parceria foi fundamental para curtir os bons momentos e encarar os perrengues do caos do Rio de Janeiro. A ele e a sua família sou muito grato pelo acolhimento.

Aos meus velhos amigos de Curitiba, que precisam me perdoar pela ausência e pelas mudanças de humor nesses últimos tempos: Acyr, Ana, Waggy, Adry, Bichara, Davi, Leandro, Vitor, Fran, Cia, Manu, Tetê e outros três que tiveram a paciência de me ouvir falar sobre o tema da tese e deram alguns pitacos interessantes: Albert, Max e Mãozinha.

O ano de 2017 foi reservado à pesquisa de campo. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior e à Renmin University, em Beijing, pelos quatro meses de acolhimento, de fevereiro a junho. Em especial ao professor Jie Meng, que foi meu orientador estrangeiro neste período, ao professor Hao Qi e aos professores do programa da School of International Studies da referida universidade. Ao Pedro Henrique Batista Barbosa, diplomata brasileiro e doutorando da Renmin, que se tornou um grande amigo e uma espécie de “tradutor” da cultura e dos costumes chineses para mim. E também a Eva Hu, Jonathan Lennet, Wesley Bentura e Tamir Haspel que se tornaram grandes companhias neste período.

Agradeço à All China Youth Federation (ACYF) e ao Centro Latinoamericano de Estudios Políticos y Económicos de China (CLEPEC) pela oportunidade de participar do *3th Bridge to the Future Program* e do *Dialogue of Young Scholars China-Latin America and the Caribbean* em julho de 2017. E à Sun Yat-Sen University de Zhuhai pelo convite, por intermédio do professor Pablo Baisotti, para participar do *5th International Young Scholars Zhuhai Forum* em dezembro de 2017.

Em outubro e novembro de 2017 realizei visitas a universidades e entrevistei acadêmicos, políticos e diplomatas em seis países do Sudeste Asiático. Para tanto, recebi suporte da Divisão de ASEAN do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de diplomatas brasileiros nas missões em Singapura, Indonésia, Malásia e Filipinas. Também fui muito bem recebido por uma extensa lista de profissionais do Sudeste Asiático, aos quais reitero meus agradecimentos. Aos professores Alan Chong e Li Mingjiang e à pesquisadora Irene Chan, do RSIS (Singapura); ao professor H. Darwis e todo o staff de professores e alunos de Relações Internacionais da Universitas Hassanuddin, em Makassar, Indonésia, onde participei do *Unhas International Conference on Social and Political Science*; ao professor Kiki Verico da Universitas Indonesia; aos diplomatas indonésios Awidya Santikajaya e Febrizki Mukti; ao professor William Case da Nottingham University na Malásia; ao professor Edmund Terence Gomez da Malaya University; à Nalini Elumalai, diretora da ONG *Suaram*, de direitos humanos da Malásia; ao professor Ta Tuam do Vietnã e aos membros da Vietnam Academy of Social Sciences em Hanoi, em especial ao vice-diretor Pham Cao Cuong e a Le Trang, que me receberam de forma

calorosa e prepararam seus pesquisadores para me sabatinar sobre as questões atuais do Brasil e da América Latina; ao professor de RI do Camboja, Sovachana Pou, ao porta-voz do governo do Camboja, Siphay Phan e ao doutorando da Universidade de Sidney, Veasna Var; aos professores Tina Clemente e Lucio Pitlo da Universidade das Filipinas, ao consul filipino no Brasil, Ariz Convalecer, e a Julio Amador III, do Foreign Service Institute, do governo das Filipinas.

Por fim, à Lorena, minha melhor amiga, parceira, incentivadora e revisora rigorosa dos meus textos desde os tempos do mestrado. Apesar das idas e vindas da vida e das distâncias geográficas pouco amigáveis, continua ao meu lado e é capaz de iluminar os meus dias. Sem o suporte dela, e também de sua família, minha caminhada teria sido bem mais difícil.

Sumário

Cronologia dos principais períodos históricos, das dinastias chinesas e do sistema sinocêntrico	9
Introdução	14
1. Teoria e método da pesquisa	23
1.1 Método de pesquisa e unidade de análise.....	23
1.2 Os elementos constitutivos dos sistemas históricos	26
1.3 Os tipos de sistemas sociais históricos segundo Wallerstein	29
1.4 Para além do sistema-mundo moderno e dos modelos de Wallerstein	33
1.5 Revisão bibliográfica sobre o sistema histórico da Ásia Oriental: o mundo sinocêntrico	40
1.6 Considerações sobre a abordagem teórica.....	57
2. A formação social, política e econômica da China Imperial.....	60
2.1 Estruturas e conjunturas domésticas das dinastias Song e Yuan.....	60
2.1.1 A teoria dos ciclos dinásticos	60
2.1.2 A teoria dos ciclos dinásticos aplicada ao período Song-Yuan- <i>Early</i> Ming: um diálogo entre a curta e a média duração	66
2.1.3 As mudanças domésticas na economia política das dinastias Song, Yuan e <i>Early</i> Ming	70
3. O sistema sinocêntrico e o Sudeste Asiático: a China como potência naval, comercial e tributária	85
3.1 O sistema sinocêntrico ao longo das dinastias chinesas	95
3.1.1 Os Song do Norte	95
3.1.2 Os Song do Sul.....	98
3.1.3 Os mongóis e a Dinastia Yuan	103
3.1.4 <i>Early</i> Ming.....	109
3.2 Estudo de caso: a dinâmica triangular China, Vietnã e Champa.....	118
3.2.1 A formação do Vietnã e de Champa	118
3.2.2 Vietnã, Champa e o sistema sinocêntrico.....	121
3.3 Considerações sobre o sistema sinocêntrico: como, quando e onde?	128
3.4 Fechamento, renascimento e esfacelamento: o sistema sinocêntrico após o século XV.	133
3.5 Considerações sobre o fim do sistema sinocêntrico: como, quando e onde?.....	151
4. As raízes do longo século asiático e a ascensão chinesa	156
4.1 Analogias entre o passado sinocêntrico e a Ásia Oriental contemporânea: retomando a revisão bibliográfica.....	157
4.2 O surgimento do longo século asiático pela aliança EUA-Japão (1945-1990s).....	164
4.3 A ascensão da China como novo motor do longo século asiático (1978-2008).....	168

4.4 A China após 2008: novo regime de acumulação, centralização política e mudanças no paradigma estratégico.....	172
5. A formação de um mundo sinocêntrico no século XXI: o Sudeste Asiático como objeto empírico.....	181
5.1 Os vetores de projeção internacional da China	181
5.1.1 Economic statecraft como resultado da aliança Estado-capital.....	182
5.1.2 O vetor simbólico institucional combinado à economia-política e à visão estratégica	191
5.2 A China e o SE Asiático após 1997	197
6 Analogias entre passado e presente sinocêntricos	215
6.1 Da antiga à Nova Rota da Seda: analogias possíveis	215
6.2 A Nova Rota da Seda	225
6.3 Estudo de caso: a projeção da China nas Filipinas.....	236
6.3.1 O equilíbrio de influência entre Estados Unidos e China no governo Arroyo (2001-2010): a diplomacia da ambiguidade.....	239
6.3.2 A escalada de tensões durante o governo Aquino III (2011-2015): o contrapeso do reino rebelde e as missões punitivas da China	241
6.3.3 O governo Duterte e a incorporação do novo reino tributário à ordem sinocêntrica	245
Considerações finais.....	257
Referências bibliográficas	262

Cronologia dos principais períodos históricos, das dinastias chinesas e do sistema sinocêntrico

Período	Data	Dinastia	Sistema sinocêntrico
Neolítico	c. 7500-3500 a.C.		
Período Arcaico ou pré-imperial	c. 2200-1500 a.C.	Xia	Formação da civilização chinesa no Planalto Loess e na Planície do Rio Amarelo: pouca conexão com o exterior
	c. 1520-1030 a.C.	Shang	
	1030-220 a.C.	Zhou	
	1030-771 a.C.	Zhou Ocidental	
	771-256 a.C.	Zhou Oriental	
Fragmentação	475-221 a.C.	Estados combatentes	
Período Clássico ou imperial	221-206 a.C.	Qin	Sistema sinocêntrico com foco na Ásia Central
	206 a.C-220 d.C	Han	
Fragmentação	220-589 d.C.	Desunião norte-sul	
Reunificação e Império intermediário (<i>Middle Empire</i>)	581-618 d.C.	Sui	Sistema sinocêntrico com foco na Ásia Central e no Nordeste da Ásia
	618-907 d.C.	Tang	
	960-1279 d.C.	Song	Sistema sinocêntrico com predominância na Ásia Oriental Marítima (inclusive no SE Asiático)
	960-1127 d.C.	Song do Norte	
	1127-1279 d.C.	Song do Sul	
	1279-1368 d.C.	Yuan (mongóis)	
Império Tardio (<i>Late Empire</i>)	1368-1644 d.C.	Ming	Fechamento (1434-1550) seguido de expansão militar na Ásia Central e postura reativa em relação ao sistema tributário ultramarino, culminando no "Sistema de Cantão" no século XVIII e no "Sistema de Livre Comércio" no século XIX.
	1644-1911	Qing (Manchus)	

Fonte: elaboração do autor

Introdução

A hipótese central deste trabalho é que a projeção multifacetada da China sobre o Sudeste (SE) Asiático a partir de 1997 pode ser compreendida como a construção de uma periferia econômica, estratégica e simbólico-institucional que carrega traços de um sistema internacional não-westfaliano, ao qual muitos autores denominam de “sistema sinocêntrico” e que teria existido, de acordo com nossa pesquisa, entre os séculos X e XV. Não se nega que a ascensão chinesa contemporânea esteja inserida nos moldes do sistema interestatal westfaliano, mas argumentamos que este molde é insuficiente e que para compreender a atual projeção internacional do gigante asiático é preciso atentar-se a uma *dinâmica* sinocêntrica influenciada por sua própria história.

De fato, o peso da história não é o único fator relevante para se compreender essas relações contemporâneas, mas sua importância tem sido negligenciada pelo debate do *mainstream* das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional, que tem um forte viés ocidental e anglófono. Embora esta produção intelectual tenha muitos méritos e seja referência em estudos asiáticos, suas perguntas de partida e correntes de interpretação refletem a realidade norte-americana e europeia e giram em torno do caráter pacífico ou revisionista/belicoso da ascensão da China, do desafio das empresas chinesas à propriedade intelectual e aos empregos no Norte Global e do surgimento de um século XXI com instituições e valores mais asiáticos e menos ocidentais.

Tomando como premissas que a dinâmica de geração de riqueza mundial tem se dado crescentemente na Ásia Oriental há cerca de meio século e que a China tornou-se o principal motor deste processo há cerca de duas décadas, as perguntas-chave que devemos fazer a partir do Brasil são: como entender as relações internacionais que estão sendo construídas nessa parte do mundo tão vibrante e ao mesmo tempo tão distante? Que avanços e contradições têm despontado com a ascensão da China e sua relação com os países do SE Asiático? E em que medida a interação da China com esses vizinhos é replicada na relação com latino-americanos e africanos?

O foco desta tese está nas duas primeiras perguntas, cujas respostas podem contribuir indiretamente para a terceira e justificam a relevância do tema. Isto é, para gerar no Brasil um pensamento crítico e autônomo sobre como lidar com as oportunidades e desafios da ascensão chinesa, é fundamental compreender como as relações do gigante asiático com seus vizinhos têm se construído, em especial do SE Asiático. E posto que esta relação é milenar em virtude das continuidades da geografia, das mentalidades e das estruturas materiais de poder e riqueza, o peso da história ganha ainda mais relevância.

Em geral, as tentativas de relacionar o mundo sinocêntrico pré-moderno com a influência regional e global da República Popular da China (RPC) nas últimas décadas carecem de métodos e problemáticas coerentes. Estudos que se dedicam à história reservam apenas às considerações finais alguns palpites genéricos sobre o seu peso na China contemporânea. Igualmente, estudos que focam na China contemporânea costumam “pescar” um ou outro elemento do passado que corrobore alguma hipótese do período atual. É precisamente essa lacuna que nos propomos a preencher e que também justifica a relevância deste trabalho, isto é, lançar mais do que simples impressões entre dois recortes temporais e captar o peso da história no presente a partir de uma visão sistêmica e de longa duração.

Em termos metodológicos, esta tese bebe de duas fontes distintas: o viés crítico da análise dos sistemas-mundo proposto por Immanuel Wallerstein e Christopher Chase-Dunn e o método histórico-comparativo proposto por James Mahoney. A principal contribuição de Wallerstein está na definição dos elementos que constituem os sistemas sociais históricos: a sobreposição de temporalidades *braudelianas*, a delimitação da abrangência geográfica e as redes de interação que lhes conferem autonomia interna. O autor também inova ao propor uma abordagem unidisciplinar que rompa com as fronteiras das ciências sociais e busque correlações entre fenômenos políticos, econômicos e sociais.

Porém, a obra de Wallerstein é voltada para o sistema-mundo moderno e define a divisão do trabalho como a principal rede de interação sistêmica. Já Chase-Dunn defende que para entender outros sistemas-mundo (como o sinocêntrico) é preciso examinar outros tipos de redes de interação, daí sua relevância para o presente estudo. O autor define quatro tipos de redes de interação como fundamentais para amalgamar um sistema social histórico: redes de intercâmbio de bens primários, de interação político-militar, de intercâmbio de bens de prestígio/de luxo e de informação.

Já Mahoney utiliza uma abordagem mais positivista das ciências sociais. Para ele, o que caracteriza um objeto relevante em uma pesquisa qualitativa na área é a existência de condições necessárias e/ou suficientes para a relação “X causa Y”. Uma condição necessária significa que “um resultado não teria ocorrido na ausência dela, mas que sua presença não garante o resultado”. Já uma condição suficiente é aquela cuja presença gera inevitavelmente o resultado, mas este pode ocorrer também por outras razões. Diante disso, um objeto torna-se mais relevante conforme suas condições necessárias se aproximam da suficiência, logo, uma condição necessária e suficiente ocorre quando há uma sobreposição entre os dois grupos, algo muito raro nas ciências sociais. (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009). Assim, afirmar que oxigênio é condição necessária para determinada guerra é verdadeiro, mas o nexos causal está tão distante de ser suficiente que tal

relação soaria absurda em uma pesquisa nas ciências sociais. Já corrida armamentista, nacionalismos ou percepção de ameaça podem ser condições necessárias que, quando combinadas, se aproximem mais da suficiência para determinada guerra, embora dificilmente sejam, cada uma, uma condição necessária e suficiente.

Há também condições INUS¹ e SUIN². A primeira corresponde a fatores que individualmente não são relevantes, mas quando combinados são suficientes (mas não necessários) para um efeito específico. Um exemplo usado por Mahoney e Vanderpoel (2015) é o estudo de Hicks (1999). Este autor afirma que o *early welfare state* era definido pela existência de três das quatro condições básicas: serviço público de saúde, compensações para trabalhadores, compensações para desempregados e pensões para aposentados. Assim, o resultado final é atingido por qualquer combinação de três desses fatores. Já condições SUIN são fatores indiretos que sustentam uma condição necessária. Um exemplo é a teoria da paz democrática, segundo a qual democracias não entram em guerra. Assim, eleições livres e liberdades individuais, que são inerentes a uma democracia, seriam condições SUIN para a paz democrática.

Esta tese tem como objetivo encontrar as causas de um resultado relevante a partir da observação de processos históricos que ocorrem ao longo do tempo e transcendem fronteiras nacionais ou regionais (MAHONEY; DIETRICH, 2003; AMORIM NETO; RODRIGUEZ, 2016). Baseado nisso, o “resultado relevante” (o “Y”) desta pesquisa é a projeção da China sobre o SE Asiático após 1997 e a hipótese central é que o peso do sistema sinocêntrico pré-moderno (o “X”) é uma das condições necessárias para compreendê-lo. A pesquisa admite a existência de outras causas relevantes, mas o objetivo é demonstrar que a variável do sistema sinocêntrico é uma condição necessária, embora não seja suficiente porque aí se estaria diante de uma relação monocausal.

Portanto, temos que: a) Wallerstein define os elementos que formam sistemas sociais em geral (no tempo, no espaço e nas redes de interação); Chase-Dunn define as redes de interação relevantes em outros sistemas sociais para além do sistema-mundo moderno, como o sinocêntrico; e c) Mahoney nos ajuda a procurar relações de causalidade entre os elementos que compõem tais sistemas.

A tese está dividida em dois grandes blocos: os primeiros três capítulos (primeiro bloco) tratam essencialmente do sistema sinocêntrico pré-moderno e sua relação com o SE Asiático e os outros três (segundo bloco) abordam a projeção contemporânea da China sobre o SE Asiático sem

¹ A definição de uma condição INUS é: An *insufficient* but *necessary* part of a condition which is itself *unnecessary* but *sufficient* for the result (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 126).

² A definição de uma condição SUIN é: *sufficient* but *unnecessary* part of a factor that is *insufficient* but *necessary* for an outcome (Ibidem).

perder de vista a história. A partir de extensa revisão bibliográfica, identificamos que o denominador comum de ambos os fenômenos é a existência de três grandes eixos de projeção chinesa: o político-militar (ou estratégico); o de economia política; e o simbólico-institucional. Os principais atributos desses vetores são: a permanência de uma forte assimetria em favor da China, o alinhamento de forças econômicas chinesas às diretrizes políticas estabelecidas pelo Estado Imperial ou pelo Estado-Partido, e a aceitação, mais ou menos consensual, da ordem sinocêntrica pelas elites políticas dos reinos/países subalternos.

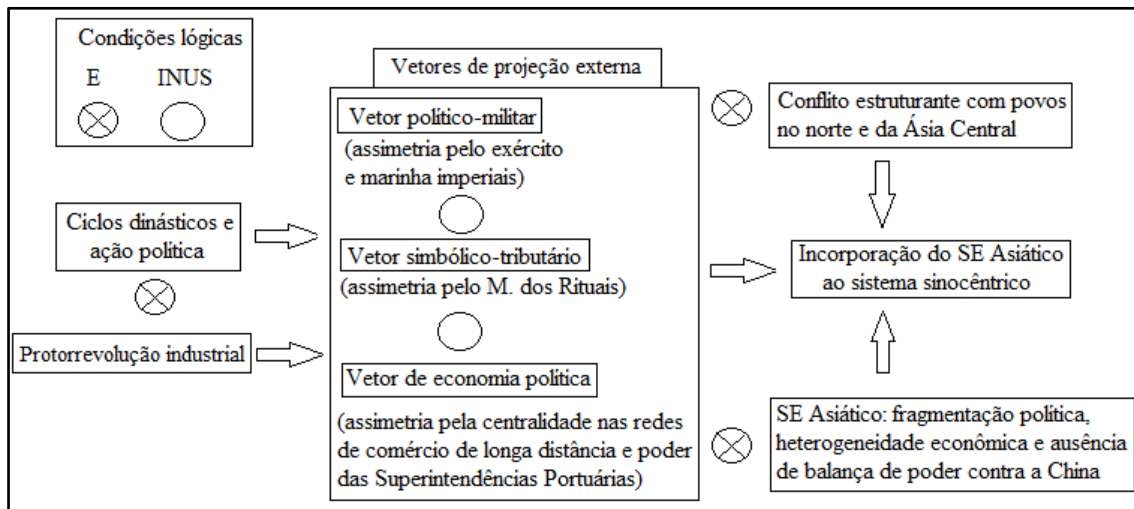
O primeiro bloco tem um recorte espaço-temporal bem delimitado: a inserção do SE Asiático na periferia do sistema sinocêntrico entre os séculos X e XV. A interação da China Imperial com outras regiões periféricas (Nordeste Asiático e Ásia Central) ou em outros períodos pode até se assemelhar, mas não se encaixa no modelo que será proposto. A figura I apresenta o que consideramos as quatro condições necessárias e suficientes para a incorporação do SE Asiático no sistema sinocêntrico pré-moderno.

As duas à esquerda são as variáveis domésticas, que recebem maior atenção em nosso estudo e são analisadas a partir da divisão temporal proposta por Fernand Braudel e apresentada no capítulo 1. Uma delas aborda a correlação entre os ciclos de ascensão e queda das dinastias chinesas (média duração) e a ação humana expressa nas decisões políticas de chefes de Estado, em especial dos imperadores (curta duração). Mais adiante veremos como as pulsões expansivas da China entre os séculos X e XV ocorreram, em geral, no período inicial das quatro dinastias (Song do Norte, Song do Sul, Yuan e Ming). A literatura mostra que os imperadores tinham mais margem de projeção externa nessa espécie de “fase A” dinástica graças a um trinômio de estabilidade doméstica com legitimidade simbólica, poder centralizado e prosperidade na zona rural.

A outra condição doméstica está no plano da longa duração e consiste no que alguns autores chamam de “protorrevolução industrial”. Este salto qualitativo no regime de acumulação derivou de fatores como protagonismo do Estado na economia, alta produtividade agrícola e expansão da indústria rural, da urbanização e do comércio – e perdurou por cerca de quinhentos anos, precisamente entre o final do século X e o começo do século XV.

Foi a partir da combinação desses dois elementos domésticos que a China apresentou os três vetores de projeção externa (político-militar, simbólico-tributário e de economia política, no retângulo central da figura I). Dinastias anteriores e posteriores também tiveram suas fases A, mas não foram sustentadas por um salto no regime de acumulação e/ou as decisões políticas dos chefes de Estado foram contrárias à projeção no SE Asiático.

Figura I. Condições necessárias e suficientes para a projeção do sistema sinocêntrico no SE Asiático entre os séculos X e XV



Fonte: elaboração própria

Não obstante, outras duas variáveis externas também tiveram relevância (à direita, na figura I). Uma delas foi o conflito estruturante com povos do norte e da Ásia Central que ora pressionou a China Song e Ming a buscar novas rotas comerciais, ora conectou as rotas marítimas às continentais sob o Império Mongol. Isto é, a constante interação com esses povos pressionou, pela força ou pelo comércio, a busca de contatos com o SE Asiático.

Por último, a própria dinâmica dos povos do SE Asiático tornou-se propícia à interação com os chineses. Por conta da fragmentação política e das constantes disputas entre os reinos da região, bem como da heterogeneidade de suas economias, praticamente não há registros de alianças militares ao estilo de balanças de poder contra a China. Pelo contrário, essas unidades políticas buscavam aproximar-se da China em troca de proteção, arbitragem, comércio, legitimidade doméstica e status regional. Isso não significa que não houvesse confrontos militares, mas que estes decorriam, em geral, de intervenções chinesas para garantir seus interesses comerciais e simbólicos na região, apoiando grupos e reinos mais simpáticos a seus interesses.

Em suma, argumentamos que o SE Asiático foi incorporado ao sistema sinocêntrico por conta dos fatores acima. Por questão metodológica e por acesso a fontes primárias e bibliografia, optou-se por um exame mais detalhado das variáveis domésticas, ainda que as externas permeiem o trabalho. Assim, se o capítulo 2 examina a ocorrência desses quatro fatores (com ênfase nos domésticos), o capítulo 3 aborda os vetores de projeção externa da China Imperial e tem como objetivo demonstrar

que tais condições foram necessárias e suficientes para a incorporação do SE Asiático ao sistema sinocêntrico entre os séculos X e XV.

Com base na revisão bibliográfica e no conceito de redes de interação de Chase-Dunn e Hall (1997), apresentados no capítulo 1, o capítulo 3 aborda como os três vetores de projeção externa da China aglutinaram o SE Asiático numa espécie de sistema-mundo que não era uma economia-mundo, e tampouco um império-mundo, nos termos de Wallerstein (1974). Seguindo os ciclos dinásticos sem se prender a eles, examinamos as conexões entre a curta, a média e a longa duração para demonstrar que, apesar de oscilações pontuais, a China exerceu uma gravitação sobre a região ao longo de cinco séculos.

As principais características desse processo foram: a intensificação da dinâmica político-militar (guerra, missões punitivas, alianças, arbitragens); o adensamento das redes de comércio de longa distância de bens de luxo, mediadas por comerciantes chineses e estrangeiros e reguladas por repartições públicas da China, as Superintendências Portuárias; e a expansão do sistema tributário com o Ministério dos Rituais, por meio do qual a corte imperial chinesa recebia emissários estrangeiros, reforçava a narrativa confuciana de ser o centro do mundo e negociava questões relativas aos outros dois eixos, isto é, comércio e guerra. Ressalta-se que essas são condições INUS porque elas não estão presentes de forma constante, o tempo todo. Diferentes dinastias e imperadores deram maior ou menor ênfase a um ou outro desses vetores, mas o que nos interessa é que houve uma tendência geral de combinação entre eles que não se verifica antes nem depois do recorte temporal definido.

Uma descoberta interessante é que, ao contrário do que aponta parte da literatura, o sistema sinocêntrico foi muito mais forte entre os séculos X e XV (o *Middle Empire*) do que entre os séculos XVI e XVIII (o *Late Empire*). Segundo Kang (2010, p. 109), ao contrário da antiga crença de que os europeus levaram comércio e interação a uma sonolenta Ásia Oriental no século XVII, houve, de fato, um vibrante sistema de comércio muito antes da chegada dos ocidentais.

Das quatro condições necessárias e suficientes, a única que permaneceu semelhante no segundo período foi a interação conturbada com os povos do norte e da Ásia Central, principalmente com a expansão da Rússia para o leste. Já o SE Asiático continental deu origem a Estados pré-modernos mais autossuficientes e menos interessados na China e a parte insular foi gradualmente incorporada aos impérios coloniais. Porém, as grandes rupturas foram internas. As decisões políticas dos “homens de Estado” voltaram-se mais para as questões domésticas e continentais, tanto no auge da Dinastia Qing (para expandir o território e garantir a prosperidade no campo) quanto nos declínios Ming e Qing (para defender-se de novas invasões e conter rebeliões

camponesas). Por fim, o Estado perdeu seus monopólios e seu protagonismo e a economia política do império voltou a ser mais agrícola e menos voltada para o comércio e a indústria.

Com a mudança de três das quatro condições necessárias e suficientes, o sistema sinocêntrico arrastou-se entre os séculos XVI e XVIII mais por inércia do que por propósito. Por um lado, a China manteve a centralidade nas redes de comércio de longa distância graças às indústrias de cerâmica e seda, que mantiveram alguma importância, e à atuação das companhias de comércio europeias, que agora também conectavam as Américas e a África. Porém, conforme aponta Von Glahn (2016), o Estado chinês encolheu, tornou-se secundário diante das guildas privadas de famílias de comerciantes chineses, perdeu o interesse em influenciar a geopolítica do SE Asiático e o Ministério dos Rituais deixou de lado a proatividade de buscar novos reinos tributários, apesar de sofisticar as cerimônias de submissão ao imperador. E no século XIX a China entraria no seu famigerado “século da humilhação”, quando o sistema sinocêntrico seria finalmente destruído pelo imperialismo ocidental e japonês.

O segundo bloco da tese está dividido em três capítulos e segue a estrutura do primeiro, buscando as condições necessárias e suficientes para a possível formação de uma dinâmica sinocêntrica na relação China – SE Asiático após 1997. É neste ponto que as analogias do método histórico-comparativo se tornam relevantes. Segundo Fischer (1970, p. 247), toda analogia é imperfeita e busca aproximações por metáforas ou por correlações materiais, sendo crucial contrastá-las com aquilo que é diferente. Por isso, nos referimos a uma *dinâmica* sinocêntrica e não a um novo *sistema* sinocêntrico.

Com isso em mente, o capítulo 4 faz uma breve revisão bibliográfica de autores que comparam o passado sinocêntrico à ascensão contemporânea da China e analisa as principais forças sistêmicas e domésticas que fizeram da China o principal motor de crescimento econômico da Ásia Oriental. O tópico 4.4 é crucial porque aborda as condições domésticas necessárias para a projeção externa do país desde meados dos anos 2000. Uma delas é a interação entre o tempo médio (no caso, a busca por legitimidade e proteção da soberania do Partido-Estado, análoga aos ciclos dinásticos) e o tempo curto (no caso, as decisões políticas dos chefes de Estado, análogas aos perfis dos imperadores). É por meio desta interação que a “dinastia” do Partido Comunista Chinês (PCC) se mantém no poder, reforçada por um braço executivo e ideológico (na figura e no discurso de Xi Jinping) e outro estratégico (com centralização do poder e mudança no paradigma militar).

Já a segunda condição necessária é a da longa duração (no caso, o salto no regime de acumulação análogo à protorrevolução industrial dos séculos X-XV). É claro que há muitas diferenças entre os dois fenômenos, mas a grande permanência é o protagonismo do Estado em

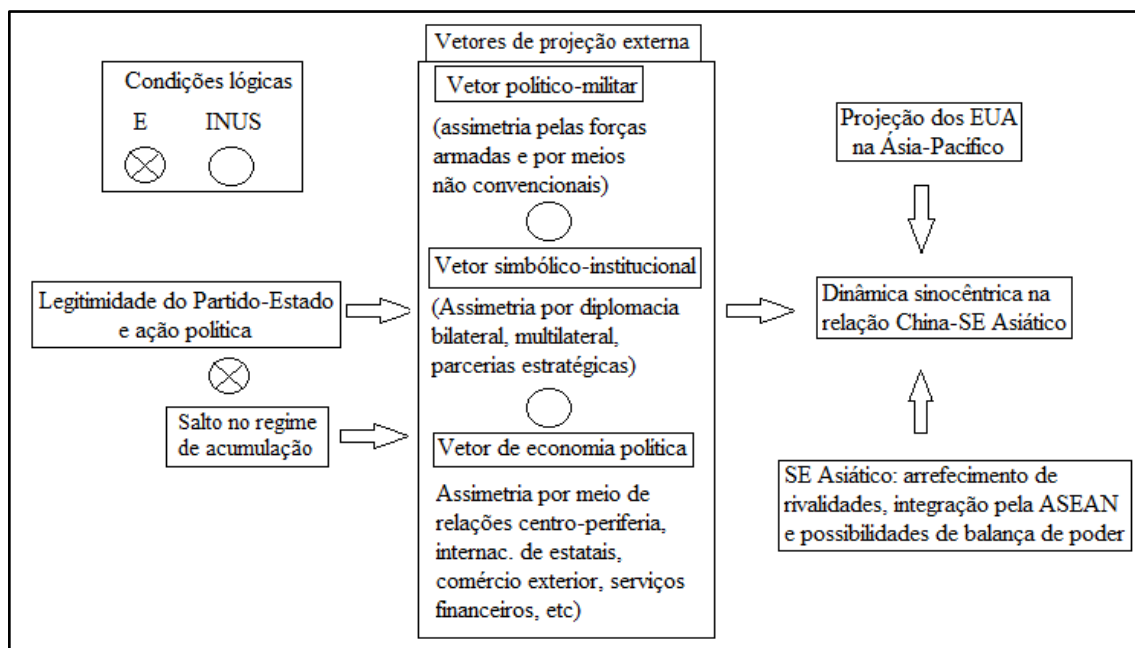
setores estratégicos da economia por meio de monopólios, no passado, e de empresas estatais, protecionismo, incentivos a tecnologia autóctone e indução a um novo padrão de acumulação, no presente. Isto é, em ambos os períodos o Estado cria formas de enquadrar as classes operadoras da economia numa simbiose que confere competitividade e lucro a estas, mas que as subordina a interesses políticos de mais longo prazo.

O capítulo 5 começa com o argumento de que a projeção externa da China após 2008 é fruto das duas variáveis domésticas apresentadas. Isto é, a partir das mudanças no regime de acumulação e da atuação do Partido-Estado a China apresenta três grandes vetores de projeção externa que têm em comum a construção de relações assimétricas, análogas às do sistema sinocêntrico pré-moderno. Os vetores são: o político-militar, o simbólico-institucional e o de economia política. E as interseções entre eles dão origem a três das principais ideias-força e linhas de pesquisa sobre a ascensão da China hoje: a ascensão pacífica (*peaceful rise*), o jogo de ganhos mútuos (*win-win game*) e o *economic statecraft*.

Ainda no capítulo 5, examina-se a projeção desses vetores e ideias-força sobre o SE Asiático, em diálogo com as duas variáveis externas que moldam e constroem esse processo: a presença dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico e as particularidades do SE Asiático. Porém, essas variáveis não necessariamente facilitam a dinâmica sinocêntrica, pelo contrário, são fatores que impõem desafios inéditos à China e destoam do modelo do sistema sinocêntrico pré-moderno.

O conflito estruturante nas fronteiras norte-oeste e a fragmentação política do SE Asiático serviram de estímulos para a projeção chinesa nesta região, entre os séculos X e XV. No cenário atual, a presença dos EUA, com seu peso econômico e suas alianças informais, e a formação de uma espécie de regime de segurança no SE Asiático, com menos rivalidades e mais integração entre os países, servem de contrapeso à dinâmica sinocêntrica. Logo, conquanto o objeto desta tese consista no exame dos vetores de projeção chinesa no SE Asiático, as variáveis externas, as “anomalias” do modelo, precisam ser levadas em conta. A partir de uma análise quantitativa e qualitativa, veremos como a China tornou-se um competidor de peso à influência dos EUA na região por meio de *soft power*, de diplomacia militar e de *economic statecraft*, culminando na Nova Rota da Seda ou Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* ou apenas BRI, em inglês) que está na interseção de todos esses elementos. A Figura II apresenta a interação entre as variáveis em questão.

Figura II. Condições necessárias e suficientes para a possível formação de uma dinâmica sinocêntrica na relação China – SE Asiático após 1997



Fonte: elaboração própria

Por fim, o capítulo 6 está dividido em três tópicos. O tópico 6.1 propõe algumas analogias entre o passado e o presente. A primeira compara o protagonismo do Estado chinês na projeção sobre o SE Asiático como solução para dilemas geopolíticos e mudanças na economia política doméstica. As outras três sugerem possíveis analogias para se compreender os três vetores de projeção externa da China. Já o tópico 6.2 tem como estudo de caso a consolidação da Nova Rota da Seda no SE Asiático, apresentando dados quantitativos e qualitativos para demonstrar que a iniciativa é a materialização dos vetores análogos ao período imperial. E o tópico 6.3 aumenta o *zoom* da análise para verificar a incorporação das Filipinas na dinâmica sinocêntrica, levando em conta não apenas a projeção chinesa, mas também o contrapeso exercido pelos Estados Unidos e pela própria política externa de Manila. E após o capítulo 6 são apresentadas as considerações finais desta tese.

1. Teoria e método da pesquisa

1.1 Método de pesquisa e unidade de análise

A fundamentação teórica do presente estudo baseia-se na Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), corrente intelectual estabelecida em princípios dos anos 1970 com a publicação do primeiro volume da obra “The Modern World System” de Immanuel Wallerstein. Como crítica epistemológica às ciências sociais da época, engessadas pelo foco excessivo no papel do Estado e influenciadas pelos paradigmas do século XIX, o autor propõe uma unidade de análise denominada “sistema social histórico”, que supera e transcende a divisão formal entre elementos internos e externos ao Estado, estabelecendo como denominador comum, uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais interligados por uma única divisão social do trabalho (WALLERSTEIN, 2006b, p. 16; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 102-3).

A grande questão levantada por Wallerstein é: “como romper com os limites do conhecimento impostos pelo pensamento científico do século XIX?”. Para isso, seu esforço percorre dois caminhos complementares: i) a desconstrução dos métodos convencionais das ciências sociais; e ii) a proposta de um olhar radical e holístico (sistêmico e histórico ao mesmo tempo) a respeito dos fenômenos sociais.

A crítica às ciências sociais convencionais passa pela rejeição à chamada “santíssima trindade” da política/economia/sociedade-cultura, que deriva de recortes elaborados no século XIX a partir de uma dinâmica de classes e ideologias específicas da realidade da Europa. Herdeiras do iluminismo e das Revoluções Francesa e Industrial, tanto as correntes liberais (vinculadas à visão de mundo da burguesia) quanto as do marxismo (vinculadas a uma visão do proletariado) tinham em comum a perspectiva de progresso após a transição feudalismo-capitalismo. Até mesmo os conservadores, que criticavam o individualismo dos liberais e tiveram de se adaptar aos impactos das referidas revoluções, defendiam a tradição e a autoridade como pilares da liberdade (WALLERSTEIN, 2006a, p. 65-66).

Assim, tem-se como mito criador do mundo moderno a derrubada do medievo pelas revoluções que geraram dois novos estratos sociais (burguesia e proletariado), os quais lutam entre si e contra as reminiscências da aristocracia feudal. A leitura de mundo desses grupos, sendo em maior ou menor grau influenciada pelo iluminismo, pelo nacionalismo e pelo positivismo, passa então a recortar a realidade em unidades nacionais e a vislumbrar a interação destas com suas sociedades em busca de um futuro melhor, o chamado “desenvolvimento”. Isto é, a Revolução

Francesa propagara a ideia de que a mudança política (mas também econômica e social) é algo constante, não excepcional ou bizarro (WALLERSTEIN, 2006b, p. 4). Logo, era necessário compreender a interação dos ingredientes sociais dessas mudanças (ingredientes quase no sentido de uma reação química ou de um cálculo matemático) para atingir o objetivo final do desenvolvimento – meta tanto de conservadores, quanto de liberais e marxistas.

Desta forma, as ciências sociais no século XIX e começo do século XX tornam-se estatocêntricas e arrogam-se de um discurso de imparcialidade e afastamento científico. A produção historiográfica foca-se no exame cauteloso de documentos oficiais e, a partir destes, traça narrativas políticas e diplomáticas de formação das nações europeias, com ênfase nos heróis nacionais e nos feitos e batalhas de grandes proporções. E como essas fontes escritas estavam disponíveis apenas em “nações históricas”, grande parte da pesquisa na época ocorreu em cinco grandes áreas: Grã-Bretanha, Estados Unidos, França e partes do que viria a se tornar Alemanha e Itália (Idem, p. 5). Por outro lado, os historiadores afastam-se das faculdades de ciências e aproximam-se das humanidades, não por simpatia às especulações abstratas da filosofia, mas principalmente pelo foco nas particularidades de cada nação e pela ausência de generalizações sistêmicas. Assim, ainda que fosse importante para a formação das identidades no presente, a história limitava-se aos eventos do passado e não era suficiente para que líderes políticos pudessem compreender e mobilizar os ingredientes sociais do presente (Idem, p. 6).

Para responder às questões do presente, surgem três grandes disciplinas, também focadas nas questões nacionais e originadas nas mesmas cinco regiões do mundo: a economia, dedicada ao estudo do mercado nacional, a ciência política, dedicada ao estudo do Estado nacional e a sociologia, dedicada ao estudo da sociedade civil de uma nação (Ibidem). No entanto, ao contrário da história, esses novos campos rumaram para a identificação de regras gerais nas forças sociais a partir de métodos mais quantitativos, mais próximos das ciências exatas, culminando em teorias e modelos desprendidos da realidade histórica e, no limite, intocados pelos efeitos do tempo. E é a partir desta cisão entre a perspectiva **nomotética** (que busca as regras gerais, derivada do grego “lei”) e a **idiográfica** (que busca as particularidades de cada fenômeno, também do grego “próprio, particular”) que a história afasta-se das ciências sociais clássicas.

Simultaneamente, houve uma proliferação das ciências sociais em áreas como a antropologia, a etnografia e o orientalismo – todas como uma tentativa europeia de compreender os povos “não modernos” incorporados aos impérios coloniais da Europa. A antropologia aparece com o objetivo de entender, a partir da observação participativa e do trabalho de campo, as sociedades “primitivas”, enquanto que a etnografia tenta reconstruir o passado dessas culturas antes do contato com os europeus. Por fim, surgem os orientalistas, que passam a estudar as grandes civilizações não

européias (China, Índia, Pérsia, mundo árabe), tendo como grande problemática a questão: por que esses povos não atingiram o “desenvolvimento” e a “modernidade” dos europeus? Em comum com os historiadores, esse último grupo de pesquisadores tendia mais a buscar as particularidades de cada povo do que as leis gerais caracterizadas pelas ciências sociais (Idem, p. 9).

O contexto do pós Segunda Guerra Mundial (1945-1970) abalou as estruturas do conhecimento. A supremacia norte-americana, as independências no Terceiro Mundo, a competição da Guerra Fria e a economia mundial em plena expansão culminaram na difusão do termo “desenvolvimento” como último estágio de modernização a ser perseguido por Estados menos avançados. Esse objetivo, difundido tanto pelos EUA quanto pela URSS, parecia conciliar visões nomotéticas e idiográficas, pois todos os povos chegariam a um ponto final semelhante de melhores condições de vida e de estruturas de governo, mas cada um deveria seguir seu próprio ritmo e adotar medidas mais condizentes com suas realidades (Idem, p. 10).

Outro debate que ferveu nesse período foi a proposta da Escola dos Annales. Peter Burke (1991, p. 7) sumariza as três diretrizes desse movimento historiográfico, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre: i) a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema; ii) a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política; e iii) a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, entre outras. A esses elementos, cabe adicionar um quarto, que viria posteriormente com a segunda geração dos Annales, encabeçada por Braudel (1984, p. 71), embora seus traços já pudessem ser identificados em Marc Bloch: a ideia da longa duração e o método do recorte temporal em estrutura (o tempo geográfico), conjuntura (o tempo social) e acontecimento (o tempo individual) (BURKE, 1991, p. 39).

Neste contexto de aproximação entre visões nomotéticas e idiográficas, bem como do esforço dos Annales por uma história de diferentes temporalidades, Wallerstein propõe a ruptura definitiva com (ou talvez a conciliação entre) os paradigmas do século XIX. O autor rompe: i) com a “santíssima trindade” de disciplinas nomotéticas estatocêntricas, cirurgicamente delimitadas e com leis universais atemporais; e ii) com a história idiográfica dos acontecimentos, também estatocêntrica, presa nas narrativas nacionais e míope pela incapacidade de enxergar sentido de longo prazo nos documentos e acontecimentos históricos.

Ora, o que Wallerstein propõe no lugar dos paradigmas do século XIX? Uma linha de pesquisa voltada para “sistemas sociais históricos”: unidades de análise que apresentem regras, padrões e tendências (estruturas) que tenham certa coerência interna e possam ser chamadas de “sistemas”; mas que, ao contrário das ciências exatas, reconheça que essas estruturas estão sujeitas as restrições do tempo e do espaço. Assim, surge uma linha de pesquisa com as seguintes

características: i) uma unidade de análise sistêmica que extrapole os limites dos Estados nacionais e tenha autonomia interna, ou seja, cujos processos funcionem e tenham consequências em seu próprio interior; ii) que seja histórico, isto é, que apresente fronteiras temporais com começo e fim; e iii) que tenha fronteiras espaciais mutáveis e identificáveis ao longo do tempo, estando sujeito as condições geográficas (WALLERSTEIN, 2006a, p. 266).

Essa visão corrobora a crítica de Lee (2017, p. 38) à literatura clássica sobre o sistema sinocêntrico – que veremos adiante. Para a autora, a maioria dos pesquisadores assume uma visão binária que separa cultura e razão, simbolismo e realidade, tributo e comércio, ritual e diplomacia, e ideologia e pragmatismo. Sob nossa perspectiva, vista adiante e inspirada em Lee, o sistema sinocêntrico é precisamente a conjunção, e não a separação, desses elementos.

1.2 Os elementos constitutivos dos sistemas históricos

Para Wallerstein, a coerência interna de um sistema histórico se dá pela “rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais cuja soma mantém íntegro o sistema” (Ibidem). Isto é, a **interdependência** entre fenômenos internos é o amálgama do sistema. Nesse sentido, o autor aponta para a divisão social do trabalho como o principal elemento de coesão, porque este não é um fenômeno “econômico” apenas, mas sistêmico porque envolve poder, riqueza e identidades. E uma vez que essa rede de processos abrange temas estudados por diferentes disciplinas, fica evidente o esforço do autor em propor uma unidisciplinaridade das ciências sociais ao invés do recorte tradicional em economia, ciência política, sociologia, etc.

O segundo aspecto é a relação com o tempo. A tensão constante entre uma teoria necessariamente abstrata e uma história necessariamente concreta (WALLERSTEIN, 2006a, p. 177) fica evidente na dimensão temporal do sistema histórico, influenciada pela Escola dos Annales. Para Wallerstein, a “flecha do tempo” de cada sistema histórico deve ser estudada pela interação entre estruturas de longa duração (tendências seculares) e ciclos rítmicos. Afinal, o que é essa realidade histórica? É a realidade de conjuntos duradouros mas não eternos de estruturas (sistemas históricos), que dispõem de seus modos de operação fundados em padrões (ritmos cíclicos), mas também dispõem de um lento processo contínuo de transformação (tendências seculares)” (Idem, p. 163). O autor inspira-se no método de Braudel para sugerir um foco nos tempos “intermediários”, isto é, nem o tempo imediato dos acontecimentos (curta duração) nem o tempo “eterno” (aquele que está no domínio das ciências exatas e biológicas). Essa via média é composta pelos ciclos de conjuntura de média duração e pelas tendências seculares das estruturas de longa duração,

fornecendo um método que leva em conta tanto os padrões gerais quanto as particularidades de um sistema histórico.

Como “tudo sempre muda”, o ciclo, a repetição, é na melhor das hipóteses aproximado, nunca exato. As mudanças, contudo, não são aleatórias, mas em princípio previsíveis nos termos das regras do funcionamento do sistema – ou ele não seria um sistema (Idem, p. 270). Esses ciclos expõem as contradições do sistema, cujos atores tendem a propor soluções de médio prazo. No longo prazo, essas soluções tendem a mover e moldar as estruturas, ou seja, um segundo ciclo, e as soluções às suas contradições, nunca serão idênticos ao primeiro, de forma que as respostas encontradas na segunda vez tendem inevitavelmente a produzir resultados distintos do primeiro, alterando as tendências estruturais do sistema. Em outras palavras, “uma fase B nunca é uma imagem especular de uma fase A e, por conseguinte, a conjuntura nunca nos devolve ao ponto de partida” (Idem, p. 299), de forma que os fenômenos podem ser a um só tempo repetitivos e mutantes, mais semelhantes a um espiral tridimensional expansivo do que a um ciclo bidimensional com ondas de mesma amplitude.

Diante disso, o segredo é identificar quais elementos em ação nos ritmos cíclicos tornam possível a existência de tendências seculares. Enquanto os ajustes de médio prazo resolvem os problemas de curto prazo, a estrutura do sistema permanece estável – ou, pelo menos, o sistema continua a existir – pois são problemas no sistema e não do sistema *per se*. Mas quando as contradições não podem mais ser resolvidas pelas soluções que outrora funcionavam, tem-se uma crise sistêmica, isto é, um período de bifurcação estrutural e de aumento do peso da curta duração. Este é um período em que o livre arbítrio e o protagonismo dos indivíduos tende a gerar impactos mais decisivos nos rumos do sistema.

Em suma, Wallerstein nos apresenta um manual de como aplicar nas ciências sociais o método da tripartição do tempo histórico de Braudel. Devemos admitir que essa tentativa carece de precisão metodológica porque aponta para “problemas” e “soluções” de curto, médio e longo prazo sem calcá-los em exemplos concretos. Ademais, sugerir que o livre-arbítrio e o protagonismo dos indivíduos gerem impactos estruturais apenas nos períodos de crise sistêmica é frágil. Logo, ou o autor assume que nessa via média os seres humanos apenas “pegam carona” nas conjunturas e estruturas, ou sugere que, tanto em épocas de crise quanto de “não crise”, os indivíduos podem moldar os sistemas sociais em que estão inseridos. A segunda opção nos parece mais plausível, donde citamos Paul Kennedy para aferir que a análise das “tendências maiores” das questões mundiais, longe de negar que os homens fazem sua própria história, reconhece que eles a fazem dentro de circunstâncias históricas que podem limitar (bem como ampliar) as possibilidades (KENNEDY, 1989, p. 9).

Por fim, Wallerstein ressalta a dimensão espacial como o terceiro elemento fundamental dos sistemas históricos. Porém, ao contrário dos dois primeiros, sua análise é pouco elaborada, de forma que precisamos buscar em outros autores o diálogo entre a geografia e os sistemas sociais.

Uma região geográfica é definida por David Harvey (2001, p. 225) como um espaço contíguo derivado de constructos materiais, sociais e mentais que têm certa coerência entre si (*special qualities*). Os limites de uma região podem ser claramente demarcados (em territórios administrativos) ou não; podem ser compostos por elementos homogêneos (como uso do solo, formas geológicas) ou por relações coerentes entre agentes distintos (como regiões funcionais urbanas); podem ser definidos em termos puramente materiais (como qualidade física do terreno, clima, ecossistema, limites tangíveis) ou subjetivos (como ideias, lealdades, comunidades imaginadas, memórias coletivas); e podem ter escalas variadas, cobrindo um bairro, uma cidade, um país, um grupo de países ou o próprio globo. De uma forma ou de outra, o caráter de “entidade” de uma região será sempre definido pela mescla de processos materiais, sociais e mentais que o diferenciam daquilo que está para além de seus limites, conferindo-lhe certa **homogeneidade de processos**.

Arrighi, Hamashita e Selden (2003, p. 4) utilizam o conceito de região mundo (world region) de Karl Deutsch para tratar da Ásia Oriental, em contraste com o conceito de economia-mundo de Fernand Braudel (1984) e muito utilizado por Andre Gunder Frank (1998) e Janet Abu-Lughod (1989). Tendo como base braudeliana a premissa de que uma economia-mundo é uma região integrada por redes de comércio (BRAUDEL, 1984, p. 22), Frank e Abu-Lughod sugerem a existência de uma economia afro-eurásiana interligada por tais redes já no século XIII. Ademais, uma economia-mundo apresenta, necessariamente, relações de centro-periferia, em que esta se concentra em atividades da cadeia de mercadorias que transferem valor, enquanto aquele se dedica a atividades que agregam valor (ARRIGHI, 1997).

Já uma região mundo (nos termos de Karl Deutsch e Arrighi et. al.) é definida como o grupamento de países contíguos que apresentam forte **interdependência** em uma série de aspectos que variam no tempo e no espaço (ARRIGHI, et. al, 2003). Essa definição dialoga com Harvey porque ao substituir o termo “economia-mundo” por “região mundo”, os autores ampliam o entendimento dos elementos que compõem o sistema, ou seja, a interdependência política e cultural passa a ser tão relevante quanto a econômica. Assim, se Frank e Abu-Lughod concentram-se nas cadeias de mercadorias da economia-mundo como amálgama de seus sistemas afro-eurásianos, Harvey enfatiza a necessidade de certa homogeneidade de processos materiais, sociais e mentais como condição de existência de uma região.

Embora Arrighi et al (2003, p. 7) busquem diferenciar-se da concepção de Harvey ao enfatizar a “interdependência” (e não necessariamente a homogeneidade) entre as unidades que compõem uma região, suas concepções se aproximam ao lidar com o caso concreto. Como em um sistema de mútua causalidade, a interdependência dos laços entre atores tende a gerar um denominador comum de interações que fortalece a homogeneidade de elementos, a qual, por sua vez, tende a fortalecer ainda mais a interdependência.

Portanto, não há contradição entre a homogeneidade de elementos proposta por Harvey, a interdependência proposta por Arrighi et al e a unicidade de recortes temáticos proposta por Wallerstein. Isto é, a análise de um sistema social deve ser unidisciplinar (romper com as fronteiras formais das ciências sociais) e buscar respostas para fenômenos que sejam ao mesmo tempo políticos, econômicos e sociais, etc. Ademais, esse prisma deve problematizar os fenômenos que sejam característicos *de apenas um* sistema social, ou seja, que confirmam o que Wallerstein chama de “autonomia interna”, Arrighi et. al. chamam de “interdependência” e Harvey chama de “homogeneidade de processos”. Ademais, Wallerstein argumenta que os fenômenos que dão coerência ao sistema histórico são unidisciplinares e estão sujeitos a uma dimensão de TempoEspaço, embora tenham na divisão social do trabalho sua espinha dorsal . Assim, estar fora desta dimensão significa estar para além de sua região geográfica, não ser-lhe contemporâneo e não possuir relações de autonomia interna.

1.3 Os tipos de sistemas sociais históricos segundo Wallerstein

Após a discussão sobre os elementos que constituem um sistema histórico, passemos à classificação e à localização destes no TempoEspaço. Wallerstein (1974) caracteriza dois tipos de sistemas históricos: os minissistemas e os sistemas-mundo. Aqueles consistem em “economias tribais, integradas através da reciprocidade e que envolvem uma única divisão do trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 103). Esses sistemas mais primitivos foram gradualmente absorvidos pela expansão do sistema-mundo europeu e praticamente inexistem atualmente.

Já os sistemas-mundo, mais complexos, são subdivididos em duas categorias, têm em comum uma maior complexidade na divisão do trabalho, significativo intercâmbio de mercadorias, uma dinâmica interna própria e sua abrangência espacial, determinada por sua base econômico-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais

(WALLERSTEIN, 1974, p. 348; 2006a, p. 17; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 103; MARIUTTI, 2009, p. 45; POLANYI, 2000).

Um tipo de sistema-mundo é o império-mundo, que tem como característica principal a centralização política sobre os territórios economicamente integrados (WALLERSTEIN, 1974, p. 348). Estes se especializam na parte da cadeia de produção que mais convém aos interesses do centro político, perfazendo assim um único sistema econômico de centro-periferia, com limites geopolíticos específicos e uma redistribuição forçada do excedente através de tributos cobrados pela força da burocracia e do exército (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 104). Em suma, um arranjo social cuja lógica sistêmica é a extração de tributos de produtores diretos (principalmente rurais) (...) e sua passagem ascendente para o centro, sendo redistribuídos a uma rede diminuta mas crucial de autoridades (WALLERSTEIN, 2006a, p. 284).

O outro tipo é a economia-mundo, que apresenta uma economia complexa e integrada, porém politicamente fragmentada. A lógica básica é a da distribuição desigual da mais-valia acumulada em favor daqueles capazes de formar vários tipos de monopólios temporários nas redes do mercado – ou, nos termos de Braudel, do capitalismo (ou anti-mercado). Assim, a divisão do trabalho extrapola as fronteiras geopolíticas, e sociedades culturalmente diferentes e politicamente autônomas tornam-se interdependentes graças às relações econômicas que as une. Ao publicar o livro sobre o Mediterrâneo do século XVI, Fernand Braudel cunha o termo ao afirmar que este mar formava uma economia-mundo cuja característica “é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual com seu modo, fragmentam e diferenciam o universo mediterrâneo” (BRAUDEL, 1996, p. 14).

Sendo o sistema-mundo uma unidade de análise espaço-temporal, ou seja, que se transforma no TempoEspaço, Wallerstein nota um padrão histórico na relação entre impérios-mundo e economias-mundo. De 10000 a.C a mais ou menos 1500 d.C teria existido um número amplo mas computável desses sistemas-mundo. Nesse período, a forma império-mundo parecia “mais forte” do que a economia-mundo porque havia uma tendência de que a expansão dos grandes impérios absorvesse economias-mundo e minissistemas próximos. Boa parte do que chamamos de “história” desse período é a história desses impérios-mundo, dado que seus escribas nos deixaram registros do que acontecia (WALLERSTEIN, 2006a, p. 268, 284).

Não obstante, por volta de 1500, “algo estranho ocorreu” (Ibidem): houve uma inversão de forças e uma economia-mundo específica que surgiu em uma ampla área da Europa mostrou-se menos frágil e resistiu à centralização por uma única unidade política, fosse interna ou externa. Nela, verificam-se profundas rivalidades entre os vários reinos e cidades-Estado, e a ausência de uma autoridade centralizada, estimulando uma constante busca de progresso militar que interagiu

com inovações tecnológicas e comerciais num ambiente empresarial igualmente competitivo (KENNEDY, 1989, p. 2). Não há consenso sobre os fatores que cooperaram para tal processo, mas interpretações civilizacionais (Max Weber, Norbert Elias), materialistas (Perry Anderson, Fernand Braudel, Paul Kennedy, Giovanni Arrighi) e ambientais (Ian Morris, Jared Diamond, Kenneth Pomeranz) têm contribuído de forma significativa e complementar para debates como o do “milagre europeu” ou da “grande divergência” (HENDLER, 2013).

Wallerstein (1974, p. 348) define essa interrupção do padrão histórico como o “segredo” do sistema-mundo moderno, nos seguintes termos:

Finally, we have argued that prior to the modern era, world-economies were highly unstable structures which tended either to be converted into empires or to disintegrate. It is the peculiarity of the modern world-system that a world-economy has survived for 500 years and yet has not come to be transformed into a world-empire – a peculiarity that is the secret of its strength.

Dialogando com esses autores, as interpretações da EPSM apontam para duas estruturas de longa duração esboçadas em fins da Idade Média como causas interligadas e mutuamente influenciadas da ascensão do Ocidente: a **economia-mundo capitalista** e o **sistema interestatal**. Em outros termos, um sistema-mundo que tem como dinâmica interna as sucessivas alianças entre os operadores da economia e os detentores do poder político.

A característica singular da economia-mundo capitalista é, segundo Braudel, a existência de três níveis de atividades econômicas (WALLERSTEIN, 2006, p. 18; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 113-114). A camada inferior ou “vida material” é onde a relação do homem com as coisas é definida por seu valor de uso, por ações rotineiras e prescinde do uso de moeda. Na camada intermediária ou “economia de mercado”, as mercadorias são definidas por seu valor de troca, ou seja, por um valor equivalente em moeda. Nesta esfera a produção é voltada para o mercado e há ampla concorrência entre os agentes. Por fim, o andar superior ou “capitalismo” per se, que é o verdadeiro diferencial em relação às demais economias-mundo. Assim como na camada intermediária, predomina a lei de valorização do capital baseado na mais valia de Marx (dinheiro/mercadoria/mais dinheiro ou D-M-D’), mas a existência de grandes monopólios e a interferência de interesses políticos distorcem as regras do livre mercado, transformando-o no “antimercado” e possibilitando, por meio das altas finanças, a ocorrência de “lucros extraordinários” (WALLERSTEIN, 2006b, p. 18).

A origem do sistema-mundo moderno em fins da Idade Média europeia decorre, segundo Fiori (2007, p. 22-24), do ciclo virtuoso entre a necessidade de conquista dos soberanos europeus e a necessidade de lucro dos grupos de comerciantes e banqueiros. Os soberanos careciam de recursos

financeiros no curto prazo para promover suas guerras de expansão ou de sobrevivência, dada a intensa pressão competitiva entre os inúmeros reinos que dariam origem aos Estados nacionais modernos. Logo, recorriam constantemente aos serviços dos “comerciantes-banqueiros”. Para estes, os Estados nacionais em formação criaram um ambiente extremamente lucrativo, em que empréstimos, operações de câmbio, comercialização de produtos excedentes, e concessão de crédito para os soberanos, se tornaram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro, dando origem à lógica (D-D’) de valorização do capital.

Arrighi (1996, p. 87) utiliza a definição de David Lane para definir os dois tipos de organizações fundamentais deste sistema: governos e empresas comerciais.

Os governos são organizações voltadas para o poder, que utilizam a guerra, a força policial e os procedimentos jurídicos, suplementados por apelos aos sentimentos morais, como característicos de atingir seus objetivos; elas geram sistemas de direito e felicidade. As empresas comerciais, em contraste, são organizações voltadas para o lucro, que utilizam com atividades costumeiras a compra e venda; geram sistemas de produção e distribuição.

Wallerstein (1974, p. 355) enfatiza a importância dos reinos monárquicos tanto para a burguesia nascente quanto para a aristocracia tradicional:

For the [emergent capitalist strata], the strong state in the form of the “absolute monarchies” was a prime customer, a guardian against local and international brigandage, a mode of social legitimation, a preemptive protection against the creation of strong state barriers elsewhere. For the [old aristocratic hierarchies], the strong state represented a brake on these same capitalist strata, an upholder of status conventions, a maintainer of order, a promoter of luxury.

No somatório de fatores geográficos, econômicos e políticos, o norte da Itália na Baixa Idade Média foi a região que mais prosperou com este fenômeno. O renascimento do comércio e o afluxo de grande quantidade de produtos, pessoas e capitais, foram responsáveis pelo crescimento cooperativo das cidades-Estado italianas. Porém, em meados do século XIV a riqueza acumulada na região não encontrava mais formas de ser reinvestida nos “canais normais” da economia, ou seja, na produção e comércio. “O que os grupos capitalistas já não podiam investir com lucro no comércio, eles passaram a investir na tomada pela força dos mercados ou territórios dos concorrentes”, originando uma série de guerras “entre irmãos” italianos (ARRIGHI, 1996, p. 94).

Se o investimento nessas guerras trouxe, num primeiro momento, lucratividade imediata para algumas cidades-Estado, no longo prazo os custos de manutenção de exércitos, os danos públicos causados por soldados mercenários e a alta dos preços de alimentos gerada pela maior

demanda, tornaram-se “cada vez mais contraproducente[s] para os grupos capitalistas que haviam passado a controlar as cidades-Estado sobreviventes” (ARRIGHI, 1996, p. 95).

Como consequência dos prejuízos causados pela guerra, surge uma necessidade de cooperação entre os soberanos para criar um mecanismo de segurança coletiva que garantisse os interesses das elites capitalistas e evitasse o controle da economia-mundo por apenas uma unidade política. Nas palavras de Kennedy (1989, p. 30): “nenhuma cidade-Estado podia lutar para afirmar-se sem que as outras intervissem para preservar o equilíbrio; nenhuma ‘nova monarquia’ podia aumentar seus domínios sem provocar os rivais a buscarem compensações”. Tal mecanismo de equilíbrio de poder tornou-se o fundamento do sistema interestatal existente até hoje.

Portanto, a aliança entre capital e Estado está na origem do sistema-mundo moderno. Arrighi (1996) demonstra que, ao longo dos últimos cinco séculos, tais alianças adquiriram roupagens distintas de acordo com as sucessivas hegemonias mundiais e foram responsáveis por ondas de expansão global da economia-mundo capitalista e do sistema interestatal de origem europeia. De forma semelhante, Kennedy (1989, p. 82) aponta para as finanças e a geopolítica entre Estados autônomos, movidas por inovações tecnológicas (civis e militares), como os dois elementos estruturais que, combinados, explicam a ascensão e queda das grandes potências.

A partir dessa lógica competitiva interna, o sistema-mundo moderno³ expandiu-se até abranger a totalidade do planeta: primeiro com as cidades-Estado italianas, depois com os grandes Estados absolutistas da Europa Ocidental (Portugal, Espanha, França) e Oriental (Prússia, Áustria, Rússia), passando pelo caso específico do “Estado-empresa” holandês e chegando finalmente ao mundo anglo-saxônico industrializado, antes com a Inglaterra e depois com os EUA. Assim, por volta do final do século XIX, a economia-mundo capitalista fundida ao sistema interestatal westfaliano teria absorvido todos os outros sistemas históricos existentes.

1.4 Para além do sistema-mundo moderno e dos modelos de Wallerstein

As descrições de Wallerstein e Arrighi sobre o surgimento e a dinâmica do sistema-mundo moderno nos parecem coerentes e bem fundamentadas. Mas e quanto a outras formações sociais

³ Após a Guerra dos Trinta Anos, o sistema-mundo moderno tornou-se quase sinônimo de sistema westfaliano em referência à Paz de Westfália (1648), que positivou o princípio da soberania absoluta dos Estados nacionais. Porém, devemos ressaltar que esta denominação é insuficiente porque enfatiza apenas a dimensão de poder do sistema interestatal e deixa de lado as relações capitalistas entre Estados e empresas. Assim, sob nossa perspectiva, o termo sistema-mundo moderno é mais adequado para referir-se à dinâmica de poder e riqueza que surgiu na Europa em fins da Idade Média e que perdura até os dias de hoje.

que não se enquadram, necessariamente, nas categorias de minissistema, economia-mundo ou império-mundo? A resposta a esta pergunta é parte do esforço intelectual de Christian Chase-Dunn, que tem estudado desde “micro” sistemas-mundo, como o de caçadores e coletores da Califórnia antes da corrida do ouro, até “macro” sistemas-mundo como o Afroeuroasiático entre 500 a.C. e 1400 d.C.

Sob esse espírito é que partimos da premissa de existência de um sistema social na Ásia Centro-Oriental, centrado na China desde a Dinastia Han (século III a.C a século III d.C.) até o século XIX e que não se adapta aos modelos ideais de Wallerstein. Isto é, estamos diante de um sistema social que não é nem um império-mundo nem uma economia-mundo e muito menos um minissistema. Sem a ambição de cobrir a totalidade do TempoEspaço deste sistema, que chamamos de sinocêntrico, temos como objetivo compreender a sua dinâmica de interação com o Sudeste Asiático entre os séculos X e XV para, mais adiante, refletir sobre processos contemporâneos. Para tanto, o primeiro passo é dominar o ferramental teórico de análise de *outros* sistemas-mundo além daqueles conectados apenas pela divisão social do trabalho – que é o foco de Wallerstein ao estudar as origens do sistema-mundo moderno. E tomaremos como base as obras de Chase-Dunn e seus pesquisadores associados.

A partir de uma densa revisão bibliográfica, Chase-Dunn e Hall (1997, p. 52) sugerem quatro tipos de **redes de interação** que dão o amálgama (o *bounding*) de um sistema-mundo (CHASE-DUNN; HALL, 1997, p. 52), numa visão muito próxima da “interdependência” e da “homogeneidade de processos” de Wallerstein, Arrighi e Harvey. Tais redes são interações repetidas e regulares entre indivíduos e grupos (CHASE-DUNN; LERRO, 2013, p. 20) e embora no sistema-mundo moderno estejam sujeitas à forte compressão espaço-temporal pós Revolução Industrial, nos sistemas sociais do passado elas tendem a ser muito afetadas pela geografia e pelo tempo e custo necessários para percorrer distâncias variadas.

Assim, levando em conta a relação entre fluxos e espaço, os quatro tipos de redes de interação são:

- *Redes de intercâmbio de bens primários*. Este é o nível mais básico de interações sistêmicas porque envolve a produção, distribuição e consumo de bens básicos como alimentos e recursos naturais. O valor unitário ou por peso desses produtos tende a ser muito baixo e o seu transporte é muito custoso, de forma que essas redes têm uma abrangência geográfica muito limitada nos sistemas sociais do passado, ficando restritas a vilas e cidades próximas⁴.

⁴ Os autores apresentam um exemplo que ilustra o dilema do custo de transporte de bens primários. “Imagine that the only type of transportation available is people carrying goods on their backs or heads. This situation actually existed everywhere until the domestication of beasts of burden. Under these

- *Redes de interação político-militar*. Esta é a superestrutura de poder entre unidades políticas autônomas. Nas palavras de Chase-Dunn e Larro (2014, p. 21) é a rede de interações em que tais unidades políticas (*polities*) travam guerras e celebram alianças. Os autores limitam-se a afirmar que este é o ramo de pesquisa das Relações Internacionais e não se aprofundam na dinâmica própria dos sistemas “interestatais”. Essa visão é complementada por Charles Tilly (1990) para quem, no caso do sistema europeu, “os Estados fizeram a guerra assim como a guerra fez os Estados” e José Luís Fiori (2014), que aponta para uma “pressão competitiva por poder” inerente a toda unidade política imersa no sistema interestatal capitalista. Em suma, o denominador comum desses autores é que a interação entre unidades políticas, seja por frequência ou intensidade de conflitos, pela ameaça do uso da força ou por celebração de alianças, é o fator necessário de amálgama em um sistema.

- *Redes de intercâmbio de bens de prestígio/de luxo*. A diferença destes para os bens primários está no valor por unidade deslocada, isto é, a recompensa pelo transporte de um quilo de metal precioso, joia, alimento refinado como temperos ou bens manufaturados é muito maior do que de um bem primário. Logo, as redes de bens de prestígio têm uma abrangência geográfica muito maior do que as de bens primários porque o custo do transporte de longa distância em relação ao valor da carga tende a ser menor. Ademais, o acesso restrito a esses bens, por monopólio, costuma ser uma das principais fontes, simbólicas e materiais, de poder das elites políticas (CHASE-DUNN, HALL, 1997, p. 13-14).

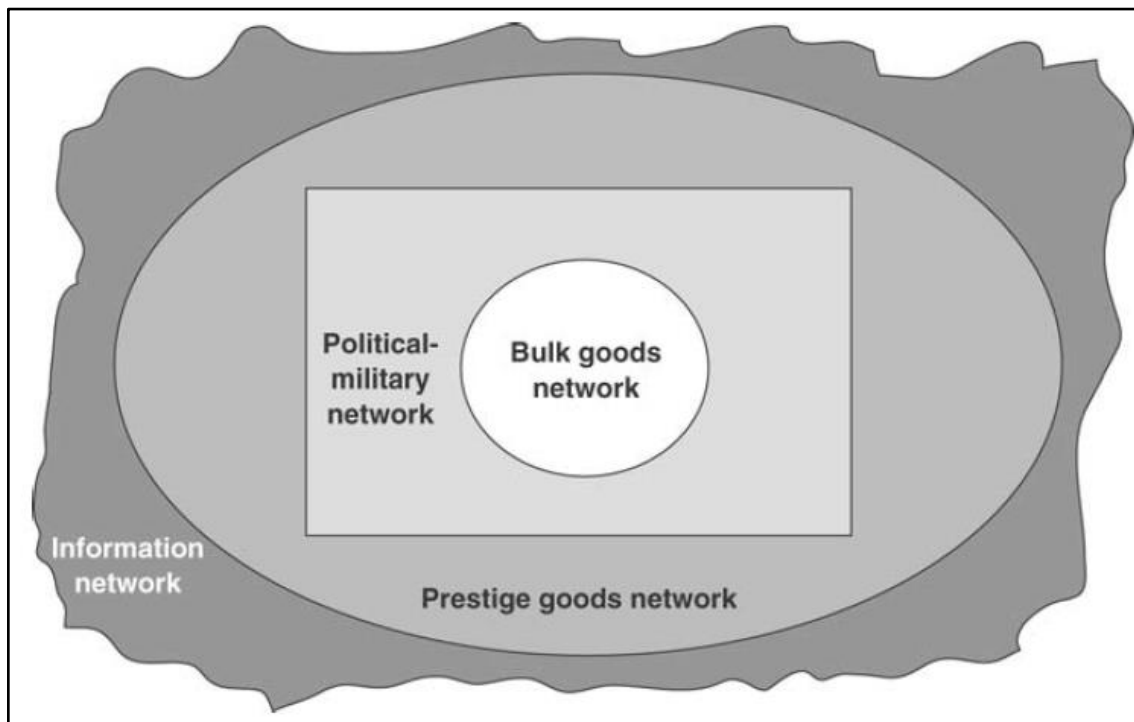
- *Redes de informação*. Este é o elemento mais fluido de um sistema e está ligado à criação e à circulação de conhecimento e tecnologia. Assim como os bens de prestígio, as informações são “leves” em relação ao seu valor, isto é, podem viajar longas distâncias por um baixo custo. Porém, argumentamos que, por mais que existam canais próprios de circulação de mensagem e conhecimento, de pombo-correio, passando por sistemas postais, telégrafo, telefone até chegar à internet, as redes de informação não existem *per se*, elas são apenas o *software* que não existe sem o *hardware*. E o *hardware*, no caso, é composto pelos atores e estruturas que operam nas outras três grandes redes e que conferem interdependência, coesão e homogeneidade a um sistema social. A ciência cartográfica, por exemplo, teve grande contribuição de navegadores e pesquisadores a serviço de governos e de comerciantes que operavam nos outros canais dos sistemas-mundo.

conditions, a person can carry, say, thirty kilograms of food. Now, imagine that the carrier is eating the food as she goes. So after a few days of walking, the carrier will have consumed all the food. This is the economic limit of food transportation under these conditions of transportation. This does not mean that food will never be transported farther than this distance, but there would have to be an important reason for moving it beyond its economic range” (CHASE-DUNN; LERRO, 2013, p. 20).

Segundo os autores, as quatro redes de interação não estão sobrepostas de forma aleatória. Exceto no sistema-mundo moderno, em que há forte sobreposição em função da compressão espaço-temporal, nos outros sistemas sociais haveria uma ordem específica de abrangência espacial de acordo com a facilidade (ou a dificuldade) de conexão geográfica entre os nós dessas redes.

A figura abaixo apresenta essa sobreposição, que pode ser lida em dois sentidos. O primeiro é em relação à extensão geográfica, de dentro para fora: as redes de produtos primários são mais curtas, seguidas pelas redes político-militares, de bens de luxo e, por fim, de informação. Grosso modo, as duas últimas conectam grupos distantes muito antes de eles participarem da mesma dinâmica político-militar ou de ter acesso aos bens primários uns dos outros.

Figura 1.1 Os limites espaciais de sistemas-mundo

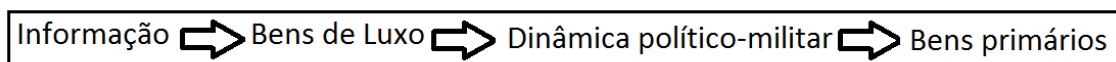


Fonte: CHASE-DUNN; HALL, 2006, p. 41

O segundo sentido refere-se à interação e fusão entre sistemas sociais distintos. Neste caso, o sentido é inverso: começa-se pelo simples conhecimento da existência de outros grupos, seguido pelas redes de bens de luxo e finalmente por interações político-militares até chegar à conexão nas redes de bens primários (CHASE-DUNN; HALL, 1997, p. 204). Para Wallerstein, apenas no último estágio, quando a rede de bens primários está interligada em uma única divisão social do trabalho é que se está diante de um sistema-mundo. No extremo oposto, Chase-Dunn e Hall (1997, p. 150) admitem que redes de informação e de bens de luxo já dão coerência suficiente a um sistema,

usando como exemplo o sistema-mundo da Afro-Eurásia entre 500 a.C. e 1400 d.C. Para eles, os três centros civilizacionais (China, Índia e Ásia Ocidental) estiveram em contato por meio de redes de informação e de bens de prestígio, embora não houvesse grande interação político-militar ou de bens primários, eliminando a hipótese de uma economia-mundo nos termos de Wallerstein. A única exceção teria sido sob o período do Império Mongol, quando a esfera político-militar também foi incorporada ao sistema, mas os mongóis estiveram muito longe de unificar a divisão social do trabalho sob sua unidade política.

Figura 1.2 Incorporação dos sistemas-mundo de acordo com as redes de interação

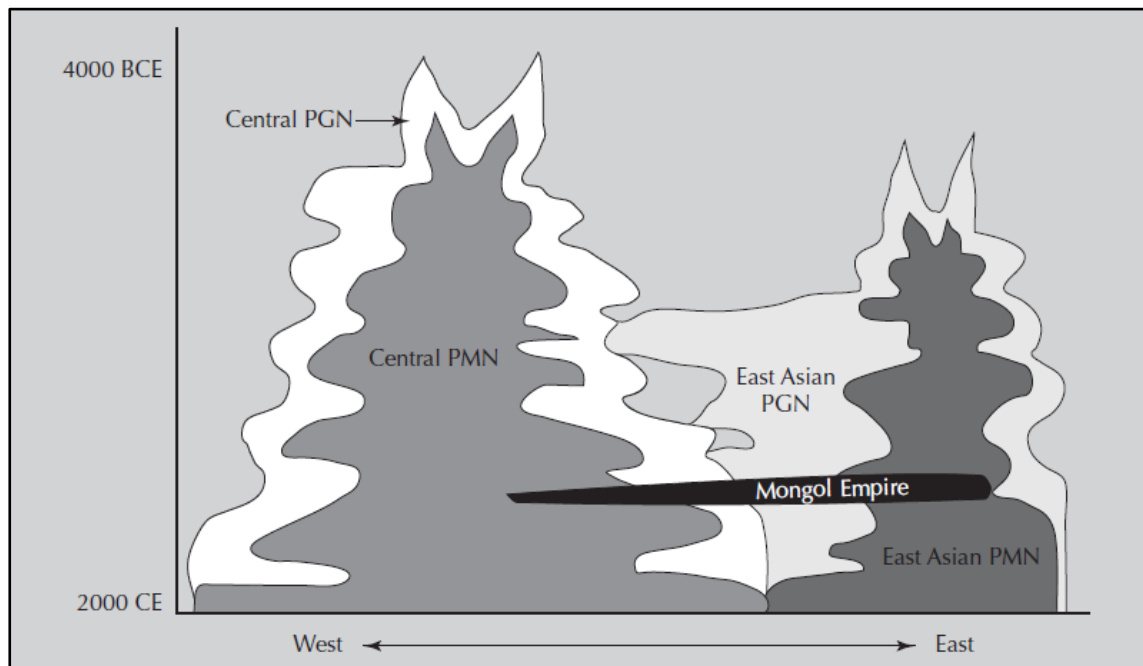


Fonte: elaborado pelo autor

Conforme veremos adiante, nossa opção intelectual pende para o lado de Chase-Dunn e Hall para demonstrar que a relação da China com o Sudeste Asiático entre os séculos X e XV formou um sistema-mundo integrado por redes de informação, prestígio e dinâmica político-militar, ainda que não houvesse uma divisão social do trabalho integrada⁵. Mais do que isso, a chave para entender a projeção da China sobre o SE Asiático está em: i) compreender o salto qualitativo das redes de bens primários *dentro* da China; e ii) compreender como este salto sustentou a pulsão para o exterior por meio de redes de bens de luxo e da dinâmica político-militar. Este segundo ponto dará origem ao sistema sinocêntrico em geral, e na relação com o SE Asiático em específico.

⁵ Essa relação da China também existiu com a Ásia Central e com o Nordeste Asiático, mas sua análise foge do escopo desta pesquisa.

Figura 1.3 Pulsões e conexões entre o sistema Ocidental (Central) e o sistema Oriental (Ásia Oriental)



Fonte: CHASE-DUNN; LERRO, 2013, p. 188.

Para tanto, outros dois conceitos são fundamentais. O primeiro é **pulsão sistêmica**: todos os sistemas apresentam ciclos de expansão e contração em termos de abrangência geográfica e intensidade de suas redes. Isto é, os quatro tipos de redes têm tempos e espaços distintos, mas a interação entre eles tende a empurrar o sistema para a expansão ou para a contração (CHASE-DUNN; HALL, 1997, p. 200). A figura acima mostra como dois grandes centros da Eurásia (Ásia Ocidental⁶ e Oriental) viveram pulsões de aproximação e afastamento – com ciclos de contato no âmbito das redes de bens de prestígio (e também de informação) nos seguintes períodos: de 200 a.C. a 200 d.C.; de 600 a 1000; de 1000 a 1350; e de 1450 em diante (Idem, p. 151).

Tanto o terceiro centro (Índia) como regiões mais periféricas (Europa, Norte da África e Sudeste Asiático) teriam sentido impactos variados dessas pulsões, em geral abrigoando cidades comerciais e unidades políticas que se beneficiaram dos momentos de expansão do sistema e que foram prejudicadas nos momentos de contração. Já a rede político-militar teria se conectado em apenas dois momentos: durante o século de expansão e domínio mongol e, séculos depois, quando os Estados de uma das periferias do sistema-mundo central (a Europa) lançaram-se aos mares e expandiram de forma inequívoca a abrangência do que se tornaria o sistema-mundo moderno.

⁶ Os autores utilizam o termo “Central” para se referir ao sistema-mundo que teria surgido na Ásia Ocidental/Oriente Médio, se ampliado para as bordas do Mar Mediterrâneo à época do mundo Greco-Romano e finalmente chegado à Europa na Idade Média.

O segundo conceito é a **relação centro-periferia**. Wallerstein, Arrighi, Gunder Frank e outros desenvolvem a ideia de centro-periferia a partir da Teoria da Dependência latino-americana e a premissa básica é a predominância de atividades que transferem valor na periferia e atividades que geram/acumulam valor no centro. E a semiperiferia se refere a zonas do sistema-mundo que têm uma proporção equilibrada entre os dois tipos de atividades (BRUSSI, 2015; ARRIGHI, 1997). O problema é que essa definição serve apenas para o sistema-mundo moderno, em que prevalecem relações capitalistas em uma única divisão social do trabalho que inclui, necessariamente, as redes de interação de bens primários. Afinal, o arquétipo clássico é a exportação de produtos primários da periferia em troca de produtos manufaturados do centro numa dinâmica de deterioração dos termos de troca que mantém a periferia numa eterna corrida para ficar no mesmo lugar. Essa é a situação que Arrighi chama de “ilusão do desenvolvimento” (1997) e Gunder Frank de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (1966).

Para além do sistema-mundo moderno, Chase- Dunn e Hall (1997, p. 248) afirmam que, exceto em sociedades mais primitivas, todo sistema-mundo apresenta estratificação e hierarquia. A premissa para isso é a interação constante entre dois grupos, sociedades ou Estados com diferentes níveis de densidade demográfica, complexidade social, avanço tecnológico, poder militar, extensão territorial, etc. Essa dinâmica pode ocorrer por **diferenciação** ou por **hierarquia**. Por diferenciação significa apenas que duas sociedades interagem por meio das redes sistêmicas sem grandes impactos de uma na outra, enquanto que hierarquia implica em **exploração** ou **dominação** de uma sobre a outra.

Conforme veremos, a relação hierárquica da China com seus vizinhos nem sempre se pautou por pura exploração ou dominação. Logo, a pergunta permanece: como identificar relações de centro-periferia em um sistema-mundo *não capitalista*? Chase-Dunn e Hall oferecem dois conceitos um tanto vagos, porém úteis: **spread effects** e a **importância relativa das redes de interação**. O primeiro ocorre quando a periferia fica mais “parecida” com o centro, isto é, quando passa a incorporar elementos sociais e tecnológicos em intensidade maior do que vice-versa (1997, p. 38 e 50). O segundo, decorrente do primeiro, significa que as redes de interação são mais importantes para a periferia do que para o centro para a reprodução das estruturas sociais locais em ambos. Em outras palavras, a periferia é mais sensível às redes de interação com o centro do que vice-versa (Idem, p. 248).

A capacidade de explorar e dominar é sim um elemento que define a hierarquia centro-periferia, mas não é o único fator determinante. A periferia tem também suas armas, como prova o uso pelos povos da Ásia Central de pedágio e pilhagem (*trade and raid*) para obter vantagens a partir da sensibilidade de sociedades sedentárias aos bens de luxo que circulavam pela Rota da

Seda. Outro exemplo, que será objeto do próximo capítulo, é a dinâmica hierárquica entre a China e o SE Asiático do século X ao XV, em que diversos agentes se beneficiaram das conexões com o Império do Meio. Ainda assim, a ideia principal é que essas interações são proporcionalmente mais importantes para a reprodução de estruturas sociais locais na periferia do que no centro. Isto é, o Império Chinês, com sua colossal base demográfico-agrícola e seu Estado centralizado, não dependia tanto de seus vizinhos para manter-se estável e próspero quanto estes dependiam da China para seu *modos vivendi* – fosse pela riqueza gerada pelas rotas de comércio, pelo simbolismo de ser vassalo do sistema sinocêntrico ou pela proteção/ameaça político-militar que a China representava. Desta forma, a importância relativa das redes de interação tendia a gerar um *spread effect* dos elementos sociais e tecnológicos da China na direção de seus vizinhos mais do que vice-versa.

Em suma, os quatro elementos apresentados nesta seção serão importantíssimos para os próximos capítulos. São eles: i) as redes de interação; ii) a sobreposição entre elas nas dimensões do TempoEspaço; iii) a ideia de pulsão sistêmica; e iv) a relação centro-periferia. A seguir, passaremos à revisão bibliográfica sobre o sistema sinocêntrico.

1.5 Revisão bibliográfica sobre o sistema histórico da Ásia Oriental: o mundo sinocêntrico

Apesar da definição dos tipos de sistemas sociais históricos, Wallerstein (2006a) afirma que é possível pensarmos em outras formas ou variedades destes. E aí entra nossa hipótese: **sugerir a existência de um sistema social histórico na Ásia Oriental entre os séculos X e XV** que possui características nomotéticas, isto é, que corresponde a algumas generalizações abstratas, mas que também possui elementos idiográficos, ou seja, que também contém elementos próprios e singulares de sua história concreta.

O sistema que chamamos de sinocêntrico seria composto por: um grande império-mundo, a China, e uma série de unidades políticas menores e minissistemas que gravitavam em seu entorno. Para compreender sua dinâmica, devemos caracterizar os três elementos que compõem um sistema histórico: **a autonomia interna; o recorte temporal; e o recorte espacial**. A revisão bibliográfica que faremos a seguir mostra como não há consenso sobre esses elementos e, para fins didáticos, agrupamos os autores em quatro grandes eixos de pesquisa:

- *A matriz simbólica do sistema sinocêntrico*: o sistema tributário – que enaltece o papel dos rituais, princípios e padrões de comportamento diplomático na ordem mundial chinesa;

- *Diplomacia e guerra*: Os meios de violência interestatal do sistema sinocêntrico – que busca padrões de interação da China com povos vizinhos no tocante às relações de poder, alianças e guerras.

- *A história econômica transnacional* – que aborda os circuitos de comércio privado de longa distância e lida com a centralidade da China e da diáspora chinesa na circulação de produtos de luxo.

- *A perspectiva da periferia do sistema sinocêntrico* – que não foge dos três eixos anteriores, mas os apresenta a partir de uma perspectiva das sociedades que gravitariam em torno da China.

a) A matriz ideacional do sistema sinocêntrico: o sistema tributário

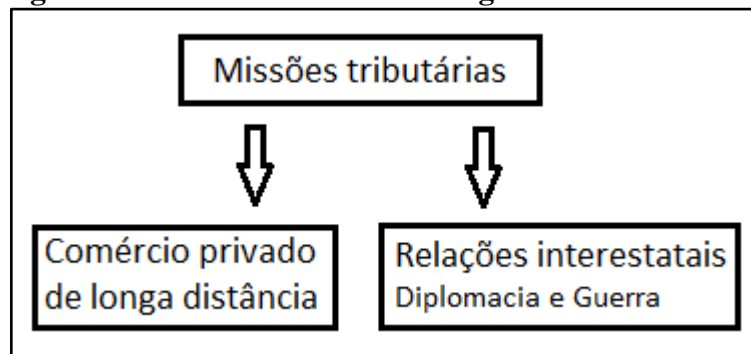
O termo “sistema tributário chinês” surgiu graças à linha de pesquisa desenvolvida pelo acadêmico norte-americano John K. Fairbank. Já na primeira metade do século XX, o autor sugeriu a existência de um conjunto de relações entre povos da Ásia Centro-Oriental em que uma periferia externa (de povos bárbaros) e uma periferia interna (de povos sinificados) gravitariam em torno do Império Chinês (LEE, 2016, p. 4). Fairbank (1942, p. 135) enfatiza a centralidade civilizacional da China na Ásia, derivada tanto de uma base material de poder militar e pujança econômica quanto de uma superioridade cultural expressa na literatura, nas artes e em códigos de conduta confucianos. Grande parte da literatura que veio a seguir toma como base pelo menos um desses três elementos, daí a importância de Fairbank para os estudos da área.

O autor releva o comércio de longa distância e as relações de violência entre unidades políticas, mas seu foco principal é a simbologia dos rituais de submissão ao imperador da China e a subsequente difusão dos valores chineses. A autoridade política conferida ao imperador pelo confucionismo seria a base das relações do Império com os estrangeiros, numa dinâmica de expectativas mútuas. De um lado, os líderes estrangeiros enviavam missões tributárias com produtos raros, animais exóticos e uma comissão de representantes oficiais (quando não o próprio soberano estrangeiro) e faziam o ritual de submissão formal (*kowtow*). Esses produtos não tinham grande valor econômico, mas simbólico, fortalecendo o prestígio do imperador perante os seus súditos e os povos estrangeiros (FAIRBANK, 1942, p. 139). Ademais, o soberano chinês concedia títulos e cargos aos líderes estrangeiros numa espécie de investidura, cooptando lealdades e formando uma zona tampão de povos sinificados que protegia o coração do império contra ataques dos povos “bárbaros” não sinificados. Portanto, além de ganhos simbólicos, a formação de um cinturão de aliados também tinha importante função militar.

Em contrapartida, o emaranhado de relações tributárias era também interessante aos vassallos. A submissão formal garantia prestígio aos reinos tributários, cujos líderes utilizavam da conexão diplomática direta com a corte chinesa para legitimarem-se perante seus súditos e perante Estados vizinhos rivais. Essa conexão garantia não apenas o status simbólico, mas também o acesso ao comércio de produtos chineses de maior valor agregado e o apoio militar em eventuais conflitos contra facções internas e contra reinos vizinhos. Portanto, a esfera simbólica era complementada por ganhos materiais no comércio e nas disputas de poder regionais e domésticas.

O esquema abaixo apresenta o sistema tributário de Fairbank. Nele, há a prevalência das missões tributárias que, além de significarem a submissão simbólica ao imperador chinês, seriam o meio de negociação dos outros dois pilares: por meio delas os demais reinos negociavam acesso ao mercado e aos produtos chineses e também discutiam assuntos ligados à diplomacia e à guerra⁷.

Figura 1.4 O Sistema Tributário segundo John Fairbank



Fonte: elaborado pelo autor

A partir deste amplo guarda-chuva aberto por Fairbank, mas também por outros campos do conhecimento, surgiram correntes que examinam uma ou algumas das facetas do sistema sinocêntrico. Um dos principais seguidores da linha tributária e “civilizacional” de Fairbank é David Kang (2010). O autor sugere a existência de um “sistema tributário composto por China e três Estados “sinicizados” (Vietnã, Coreia e Japão) e seu recorte temporal vai da consolidação da Dinastia Ming (1368) até a Guerra do Ópio (1841). O sistema funcionaria pela atuação da China como um *hegemon* calcado na mescla entre a matriz simbólica de sua “autoridade legitimada” e a sua superioridade material (poder militar e poder econômico). Essa ordem seria formalmente desigual, mas igualitária na prática, ou seja, não era permitido aos Estados menores se reconhecerem como iguais à China, mas eles dispunham de muita autonomia para interagir entre si

⁷ Embora o autor utilize o termo “sistema tributário”, que enfatiza o papel das missões tributárias, optamos pelo uso do termo “sistema sinocêntrico” porque, conforme veremos a seguir, essa hierarquia nem sempre prevaleceu, isto é, nem sempre as guerras e os fluxos comerciais corresponderam aos ciclos de missões tributárias.

e com povos não sinicizados (KANG, 2010, p. 2). Outra definição de Kang, que se aproxima do conceito de “sociedade internacional” da Escola Inglesa de Relações Internacionais, é:

The tribute system was not merely a symbolic set of actions that diplomats had to go through before they could get to the “real” issues such as trade and war. Rather, the tribute system was a set of institutional structures that provided an overarching framework for organizing external relations among political actors in early modern East Asia. A set of rules and institutions developed over time that regulated foreign diplomatic relations, social and economic interaction, and provided a clear sense of order to the system. Yet we cannot ignore that key elements of the early modern East Asian international system involved a clear hierarchy that was marked as much by cultural achievement as it was by purely military or economic prowess (KANG, 2010, p. 81).

O mapa abaixo ilustra a visão de Kang do sistema tributário. Seu estudo é bastante completo e abrange as dimensões ideológica, de formação estatal dos Estados sínicos, de diplomacia, guerra e comércio particular. Porém, o autor enfatiza a liderança hegemônica da China, que se sustentava não apenas pelo poder material, mas principalmente pela legitimidade gerada pelo consenso, isto é, pelo poder simbólico (KANG, 2010, p. 27).

Figura 1.5 Geografia política dos principais Estados da Ásia Oriental em 1600.



Fonte: KANG, 2010, p. 28

Inúmeras críticas são atribuídas à visão “tributária” e civilizacional de Fairbank. Uma delas é a falta de rigor no tratamento de diferentes períodos históricos. Embora reconheça que o sistema tributário não era estanque, o autor apresenta poucas evidências de rupturas e continuidades ao longo do tempo. O uso do “pretérito imperfeito” denota uma visão congelada de um passado idílico

em um mundo não ocidental, característico dos autores orientalistas de sua época tão bem descritos por Edward Said (1990). Neste sentido, Zhao (2013, p. 100) afirma que Fairbank via a política marítima da China, inclusive o sistema tributário, como produto de um monólito antiquado, anticomercial e isolacionista.

Zhang (2009) afirma que esse modelo carece de evidências empíricas e reflete a visão de mundo que a corte chinesa “preferia ver”, deixando de lado relações comerciais, guerras, chantagens e balanças de poder. Já Lee (2016) critica Fairbank por reservar aos povos tributários uma função secundária, de aceitação passiva da superioridade chinesa quando, na prática, enviavam (ou não) missões tributárias em função de dinâmicas de poder domésticas e regionais muito particulares. Por fim, Zhang afirma que cada dinastia chinesa teve seu próprio sistema tributário e questiona: por que a política externa da China oscilou entre momentos de rigidez e flexibilidade? Como explicar a “constante” do discurso sinocêntrico diante das “variáveis” históricas, isto é, como a narrativa da centralidade chinesa permaneceu relevante em face das múltiplas roupagens que adquiriu?

Ao invés de descreditar a visão de Fairbank, Zhang sugere que é preciso construir outros modelos e buscar evidências de relações não tributárias, para complementar ou mesmo se opor à visão civilizacional – e isso significa derivar o modelo a partir de diferentes recortes espaço-temporais, seja de dinastias, de ciclos econômicos ou de momentos de expansão e retração territorial. E é com Zhang que abrimos o próximo tópico.

b) Diplomacia e guerra: os meios de violência interestatal do sistema sinocêntrico

O framework com que Zhang responde às suas próprias questões é: legitimidade e segurança (2009, p. 571). Estas seriam as engrenagens contínuas do sistema sinocêntrico e disto percebe-se que o autor não rompe com a visão de Fairbank, mas adiciona uma lógica estratégica à dimensão simbólica. Para ele, a segurança decorre da premissa de que o império chinês, como qualquer império, preocupa-se com sua segurança física e, seja em uma dinastia forte (Ming) ou fraca (Song), a mesma legitimidade conferida pelo discurso sinocêntrico foi usada para expansão ou defesa. Assim, o autor problematiza o próprio conceito de sistema tributário porque dinâmicas de guerra, chantagem e alianças com povos oficialmente não tributários, como mongóis e japoneses, também fariam parte dessa ordem asiática.

A dimensão de segurança aparece em correntes que se debruçam sobre tópicos específicos, como a relação entre a China e os povos “não Han”, especialmente os nômades ou “bárbaros” da Ásia Central. Esta linha traz estudos mais voltados para dilemas militares ou de sinificação desses

povos, e apontam três tipos de pensamento estratégico: i) evitar que o “centro civilizado” se torne “bárbaro”; ii) civilizar os “bárbaros” pelo uso da força militar, pelo uso de chefes locais ou pela tática de “colocar um bárbaro para lutar contra outro bárbaro”; e iii) manter relações frouxas e distantes, usando de medidas diplomáticas, bélicas ou econômicas de acordo com cada caso (YOUNG-LEE, 2016, p. 33).

Seguindo nessa linha, Fangyin Zhou (2011) adota uma visão neorrealista do “sistema tributário”, que seria definido pela distribuição de poder entre as unidades estatais e pela escolha racional em interações estratégicas, numa espécie de “jogo tributário”. Diante da assimetria de capacidades em favor da China, Zhou sugere que cada agente tem sempre um dilema entre duas opções: o Estado menor pode submeter-se à hegemonia da China ou praticar “ataques de fronteira” visando a benefícios materiais ou simbólicos; e a China pode atuar de forma conciliatória ou enviar uma missão punitiva sobre o vizinho menor.

Tabela 1.1 O jogo tributário			
		Estado Periférico	
		Ataque de fronteira	Submissão
China	Conciliatória	A	B
	Missão punitiva	C	D

Fonte: ZHOU, 2011, p. 152.

A tabela acima mostra os resultados possíveis no “Jogo Tributário”. O resultado (B), que Zhou aponta como o “Equilíbrio de Nash”, é o resultado ideal para os dois lados desde que: os ganhos da submissão do Estado menor sejam maiores do que a recompensa pelo ataque de fronteira; e a postura de conciliação da China seja mais benéfica do que uma missão punitiva.

Porém, Zhou mostra casos empíricos com o seguinte padrão: $A \Rightarrow C \Rightarrow D \Rightarrow B \Rightarrow A$. A partir de ataques de fronteira de unidades políticas menores ($B \Rightarrow A$), a China passa da instância conciliatória para a punitiva ($A \Rightarrow C$). Por algum tempo, o vizinho mantém as agressões apesar das missões punitivas porque os ganhos com pilhagem são altos. Mas atinge-se um ponto em que o custo de combater as forças chinesas é maior do que os ganhos com a pilhagem e o vizinho menor passa para a instância de submissão ($C \Rightarrow D$). Nota-se que esse modelo se aplica a regiões e povos que a China foi incapaz de anexar formalmente, fosse por razões geográficas, sociais ou militares, pois caso contrário não há autonomia decisória do ator menor. Assim, se a conquista definitiva é impossível, resta a China encerrar as missões punitivas e subjugar seu vizinho por uma mescla de incentivos econômicos e simbólicos. Passa-se então para a instância conciliatória ($D \Rightarrow B$), quando imperadores

chineses enviam presentes e conferem títulos simbólicos a soberanos vizinhos (investiduras); e concedem acesso privilegiado para seus comerciantes privados.

Zhou apresenta caso em que a lógica do “jogo tributário” prevaleceu: a relação do imperador Qianlong da Dinastia Qing com o Reino de Burma em meados do século XVIII, a resposta da Dinastia Ming diante da invasão japonesa na Coreia no século XVII e a relação das dinastias Sui-Tang com os reinos da Península Coreana no século VII. Porém, o autor carece de uma visão histórica de média e longa duração ao afirmar que “o sistema tributário permaneceu relativamente imutável” ao longo do tempo (2011, p. 175). Ademais, essa visão típica do neorrealismo das Relações Internacionais não dá conta de analisar as variáveis simbólicas e comerciais que compunham o sistema sinocêntrico e funciona apenas para povos nômades e Estados fronteiriços. Até mesmo para as zonas fronteiriças, o modelo desconsidera dinâmicas regionais de diplomacia e poder e resume a política externa da China como um simples conjunto de relações bilaterais assimétricas.

Dentro do seu recorte temporal (1368-1841) Kang (2010, p. 84) constata que apesar da superioridade material da China, há pouquíssimas evidências de balança de poder contra ela, nem mesmo em períodos de fragilidade doméstica. A tabela abaixo apresenta a frequência de guerras⁸ de acordo com os critérios do autor:

Tabela 1.2 Frequência de conflitos no sistema sinocêntrico			
	Ming (1368-1644)	Qing (1644-1841) ⁹	Total (1368-1841)
Com nômades	200	52	252
Com piratas	60	0	60
Entre Estados Sínicos	11	1	12
Internos + transição dinástica	287	177	464

Elaborado pelo autor com base em Kang, 2010, p. 91-92.

Desta tabela, Kang afere que: i) na relação entre os Estados sínicos (China, Vietnã, Japão e Coreia) a frequência de guerras é mínima; ii) a relação com os povos nômades no norte e no oeste é marcada por alta frequência de conflitos; iii) o contato com os povos ao sul apresenta baixa frequência de guerras, embora disputas fronteiriças geralmente terminassem com a conquista definitiva pela China. Ademais, a frequência é também baixíssima com os povos que dispunham de contatos por missões marítimas; Por fim, iv) há um registro considerável de guerras contra “piratas”

⁸ O autor usa critérios específicos para definir a guerra (p. 85), especialmente pela ocorrência de mais de mil mortes.

⁹ A Dinastia Qing perdurou até 1911, mas a estatística vai apenas até 1841 porque marca a data do final da Guerra do Ópio, quando o sistema sinocêntrico teria terminado.

que, em geral, eram mercadores chineses, japoneses e malaios cujas atividades eram postas na ilegalidade de acordo com os vetos de comércio exterior impostos pelo governo central.

Disto, propomos duas reflexões. A primeira é que o pensamento estratégico da China se moldou a diferentes condições geográficas. É curioso notar que a maioria dos autores trata da projeção da China para regiões férteis ao sul e sudoeste do Rio Yangtzé (nas dinastias mais antigas – Qin, Han, Tang) como “movimentos migratórios”, “expansão das áreas agrícolas”, “ocupação do sul”, enquanto que a “guerra” propriamente dita ocorreria majoritariamente com fins defensivos contra os nômades do norte, que eram impelidos a invadir e saquear o “oásis” agrícola da China devido às condições climáticas hostis da Ásia Central e às promessas de pilhagens (tanto nas dinastias antigas quanto nas mais recentes). A distinção entre “expansão agrícola” e “guerra” é tênue, pois em ambos os casos houve aplicação da violência organizada das forças do Estado contra os povos já estabelecidos, mas em se tratando de “expansionismo” chinês voltado para o sul, a literatura especializada opta por termos mais suaves, o que reforça o mito da “autossuficiência” chinesa e dá a impressão de que a região ao sul e sudoeste do Yangtzé “sempre foi chinesa”.

A segunda reflexão é sobre a alta ocorrência de conflitos internos. Esses dados podem estar enviesados, pois é presumível que a burocracia chinesa tinha mais conhecimento do que acontecia dentro de seus domínios do que nas fronteiras. Ainda assim, o número de conflitos internos é maior do que a soma dos conflitos externos e decorre, em grande parte, de transições dinásticas, rebeliões camponesas e motins de oficiais das províncias (KANG, 2010, p. 88). Esses conflitos serão tratados mais adiante e estão ligados às fases de vida das dinastias.

c) A história econômica transnacional

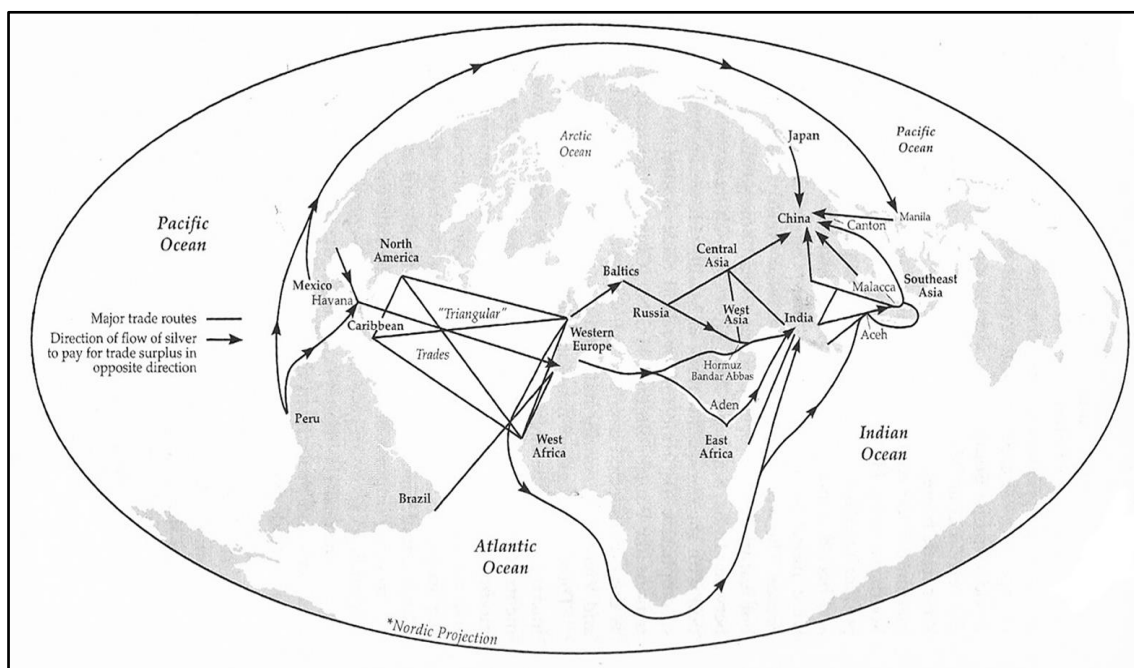
A terceira grande corrente da literatura sobre o mundo sinocêntrico aparece nos autores da história econômica transnacional, muitos identificados com a perspectiva dos sistemas-mundo. Fernand Braudel (1996, p. 449) sugere em seu tom quase poético que entre os séculos XV e XVIII teria emergido uma única economia-mundo com quatro centros (o mundo islâmico, a Índia, a China e a “Insulíndia” ou o Sudeste Asiático insular). Em suas palavras, “tudo se mistura, tudo se encontra: artigos de luxo e mercadorias vulgares, seda, especiarias, pimenta, ouro, prata, pedras preciosas, pérolas, ópio, café” etc. e conclui: “as produções complementares atraem-se, compensam-se umas às outras; animam, nos mares do Extremo Oriente, circuitos sempre em movimento, análogos aos dos mares da Europa”.

Em recorte temporal semelhante (1400-1800) Andre Gunder Frank publica seu livro “ReOriente”, em que busca as raízes da centralidade da China (e em menor escala da Índia) numa

economia mundial interligada por redes de comércio de longa distância. Ao fazer um apanhado das transformações internas da economia da China Ming-Qing, Frank argumenta que a centralidade deste império se baseou na maior produtividade da indústria, da agricultura, dos transportes e do comércio, refletindo em sua balança comercial superavitária pela exportação de seda, cerâmica, ouro, moedas de cobre e, posteriormente, chá (FRANK, 1998, p. 127). Ademais, a substituição de papel moeda por moedas de cobre e de prata na Dinastia Ming também teria contribuído para o *boom* comercial.

Embora trate das missões tributárias, o autor usa o termo “mundo sinocêntrico” e “economia global” e não “sistema tributário”, o que reflete sua ênfase na centralidade das redes de comércio em detrimento da dimensão simbólica da centralidade chinesa.

Figura 1.6 Principais rotas de comércio global, 1400 – 1800



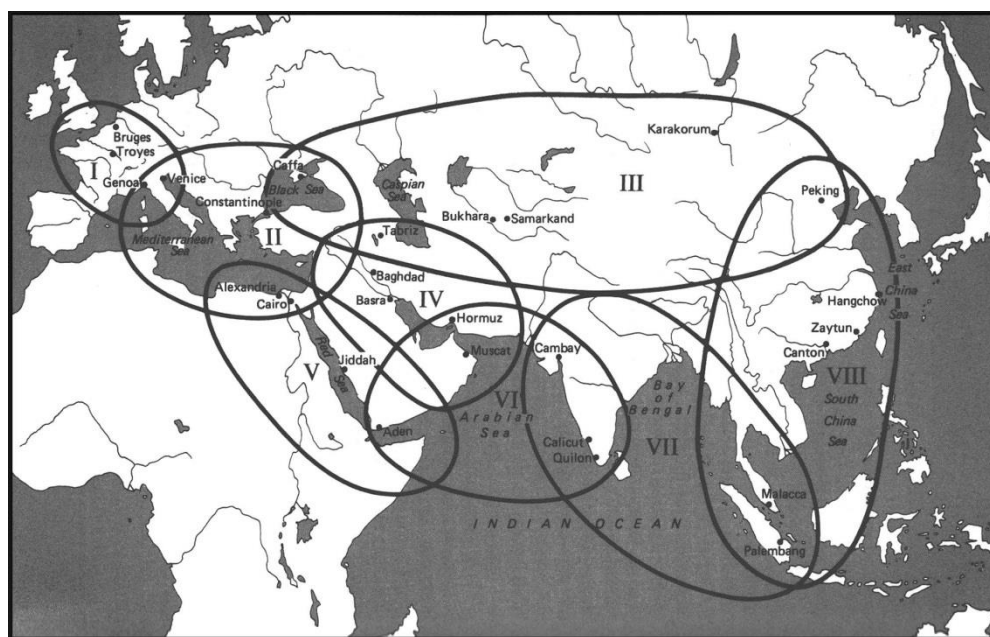
Fonte: Frank, 1998

A principal batalha de Frank (1998, p. 343) é contra o eurocentrismo, isto é, contra as visões de história econômica que tratam do “milagre europeu”, do excepcionalismo da Europa em termos de desenvolvimento econômico e inovação tecnológica que culminaram na Revolução Industrial inglesa no século XVIII. Nesse sentido, sua hipótese central, expressa no título do livro, é que o desenvolvimento mundial entre 1400 e 1800 refletiu a força da Ásia (e da China), e não sua fraqueza. Assim, o termo “ReOriente” pode ser visto de duas formas complementares: como um

convite a revisitar a história global conferindo maior importância à Ásia, ou como um palpite sobre a recentragem da economia mundial na Ásia Oriental no século XXI.

Outra autora fundamental nesta corrente é Janet Abu-Lughod (1989) que, voltando ainda mais no recorte temporal (1250-1350) tem como hipótese a existência de um sistema-mundo conectado por oito circuitos regionais de comércio às vésperas da expansão europeia, e esses circuitos estariam agrupados em três áreas maiores: a Europa Ocidental, o Oriente Médio e o Extremo Oriente.

Figura 1.7 Os oito circuitos do sistema-mundo no século XIII



Fonte: ABU-LUGHOD, 1989

Na esteira do debate sobre “a grande divergência” a autora coloca em xeque a liderança europeia em desenvolvimento econômico, que parecia pesar para o lado do “Oriente” até o século XIV. Abu-Lughod também aponta para avanços tecnológicos como o uso de ferro e aço, papel, armamentos e navegação, e a pujança da indústria têxtil como motores da centralidade da China no circuito do Extremo Oriente. Mas, ao contrário do sistema-mundo moderno, que apresenta centros e periferias bem definidos, neste mundo retratado pela autora não haveria uma hierarquia bem definida e sim um conjunto de circuitos comerciais que perpassavam unidades políticas de naturezas distintas.

A perspectiva de Giovanni Arrighi é igualmente instigante e aponta para uma ruptura e uma continuidade entre o passado e o presente. A ruptura é conjuntural e deriva da possibilidade de um novo ciclo sistêmico de acumulação no século XXI centrado na China (ARRIGHI, 2008). Esse processo ocorreria dentro das estruturas do sistema-mundo moderno e dependeria da capacidade

chinesa em internalizar custos de reprodução da natureza e das forças do trabalho (ARRIGHI; SILVER, 2012).

Já a continuidade (e este é o ponto que nos interessa no momento) é estrutural e deriva da permanência de traços do sistema sinocêntrico pré-moderno na ascensão chinesa no século XXI. Para tanto, o autor volta a dois fenômenos interligados: i) os surtos de crescimento econômico dentro da China, com a formação de uma sociedade rural e uma vasta economia de mercado em dois ciclos da “Revolução Industrial”, marcada por atividades intensivas de trabalho em pequenas propriedades (800-1300 e 1600-1800) (ARRIGHI, 2008, p. 337); e ii) o transbordamento desses ciclos (principalmente do segundo) em um sistema sinocêntrico dominado pelo protagonismo da diáspora chinesa nos circuitos comerciais e pela supremacia civilizacional/tributárias com as outras nações (ARRIGHI et. al. 2003, p. 4). Neste segundo momento, nos séculos XVII e XVIII, a Ásia Oriental teria estado na dianteira dos processos de formação estatal e de economias nacionais, muito à frente do Ocidente.

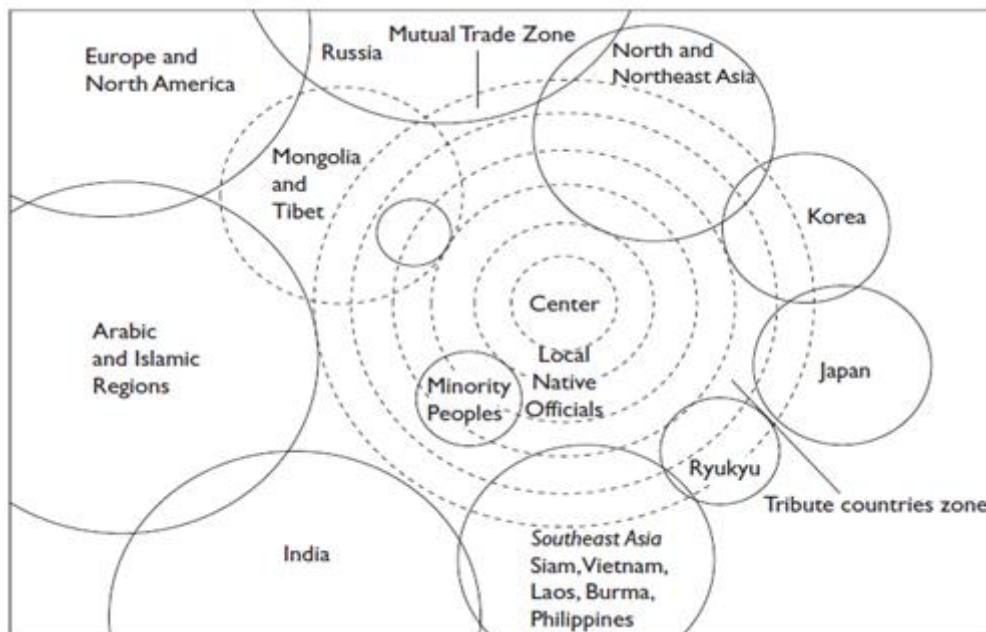
Em suma, Arrighi et. al. (2003) propõem uma interpretação em que a Ásia Oriental seria uma “região mundo” até o começo do século XIX porque suas interações (não necessariamente homogêneas, nos termos de Harvey, mas tampouco definidas apenas em termos econômicos, nos termos de Frank e Abu-Lughod) seriam mais fortes do que as interações com o resto do mundo. Quando apontam para os dois grandes pilares desse sistema, Arrighi et. al. (2003, p. 8-9) convergem com as outras correntes.

O primeiro pilar é o comércio privado e os fluxos migratórios (Ibidem). Para os autores, desde o começo da modernidade o SE Asiático foi o destino principal de fluxos migratórios chineses que formaram fortes redes privadas de comércio, remessas financeiras e comunicações que abrangiam toda a Ásia Oriental. Assim, mesmo sem admitir de forma explícita, os autores convergem com Abu-Lughod ao apontar para as redes econômicas (no caso, o comércio de longa distância, e não a divisão social do trabalho enfatizada por Wallerstein) (BOLES In BABONES; DUNN, 2012, p. 22) como amálgamas dessa “região mundo”.

O segundo pilar seria o conjunto de relações tributárias centradas na China, abrangendo Ásia Central, NE e SE Asiáticos (ARRIGHI et. al. 2003, p. 5). Ao contrário do comércio particular, o sistema tributário seria calcado em rituais diplomáticos de submissão formal dos demais povos ao Imperador da China a partir de uma narrativa confuciana de hierarquia cósmica, tendo o Império do Meio como pináculo e as demais nações como membros beneficiários do suposto privilégio de acesso à cultura e à civilização chinesas. Embora a relevância e a abrangência deste sistema tenham variado ao longo do tempo, a difusão de um “denominador comum” de padrões de comportamento e identidades a partir da relação com a China pode ser interpretada como um constructo de aspectos

ideacionais (mentais, nos termos de Harvey) que garantiram certa homogeneidade à região, aproximando Arrighi et. al. (2003) da concepção do próprio Harvey.

Figura 1.8 Mundo sinocêntrico e relações inter-regionais na Ásia



Fonte: ARRIGHI et. al, 2003

A imagem acima ilustra a visão de Arrighi et. al. (2003): uma série de círculos concêntricos em torno da China, cujo poder de gravitação seria determinado pelos laços de interdependência entre seus membros. Tais laços seriam compostos por fatores materiais (econômicos) e ideacionais (simbólicos, civilizacionais), e a abrangência do que os autores indicam como “zona de países tributários”, isto é, de povos que estão inseridos no sistema sinocêntrico, se limitaria aos subsistemas mais próximos do centro – Ásia Central, NE e SE Asiáticos.

Assim, Arrighi et. al. (2003) dialogam com a corrente fairbankiana porque há evidências de que o comércio privado e as missões tributárias estavam intimamente ligados, mas há pouco diálogo com a linha político-militar. Disto cabe a crítica feita por Lee (2016, p. 36): é preciso considerar as circunstâncias geopolíticas vinculadas às rotas de comércio, pois as unidades políticas que gravitavam em torno da China o faziam por motivos diversos, não apenas por vantagens econômicas, mas também por apoio em conflitos regionais, transferência de tecnologia militar ou legitimidade em transições políticas domésticas.

Em suma, a história econômica transnacional enfatiza as conjunturas materiais de expansão e declínio das redes de comércio privado e dá sentido ao modelo abstrato do sistema sinocêntrico.

Porém, torna-se míope à curta duração e pouco nos ajuda a entender os dilemas de segurança e o pensamento estratégico dos soberanos chineses e asiáticos em geral.

d) Visões desde a periferia

A história do “sistema internacional asiático” é também marcada por obras que partem da periferia para o centro, que se dedicam à perspectiva dos supostos vassallos da China. A obra de Ji-Young Lee (2017) destaca-se por problematizar o “sistema tributário” e questionar as três correntes citadas. Sob uma perspectiva construtivista das Relações Internacionais, Lee (Idem, p. 2) afirma que a centralidade da China só pode ser compreendida se examinarmos as motivações dos outros atores. Assim, o conceito de “império” enquanto metrópole exercendo controle político sobre suas periferias não representa a liderança da China. Por isso, a ideia de “hegemonia” para a liderança simbólica da “China imperial” é mais adequada do que o conceito de “Império Chinês” aplicado a um suposto “imperialismo” exercido sobre a periferia.

Ao analisar a política externa de Japão e Coreia entre os séculos XV e XVIII, a autora sugere que a grande motivação para a submissão à China seria a busca por legitimidade política nas disputas domésticas por poder. Assim, a Coreia tornou-se o “tributário exemplar” não apenas pela proximidade e diferença de poder militar em relação à China, mas porque o modelo de Estado confuciano demandava o aval chinês. Já no Japão era o contrário: a legitimidade derivaria de símbolos e instituições locais, apesar da influência confuciana, e os soberanos que se aproximassem demais da China poderiam perder apoio doméstico.

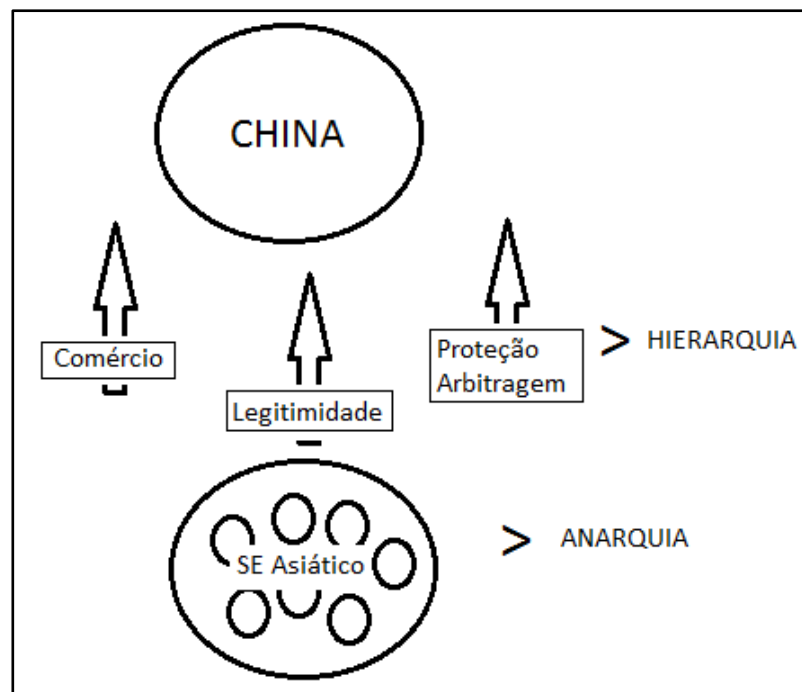
Logo, a hegemonia chinesa no NE Asiático derivaria da combinação entre dinâmicas políticas domésticas (dos reinos tributários) e da ressonância simbólica e ideológica da China (2017, p. 5, 175). Seria, enfim, uma espécie de estabilidade hegemônica baseada em práticas frequentes de diplomacia (tributos) que legitimavam a autoridade hegemônica chinesa, mas que também convinham aos seus subalternos, incorporando até mesmo dinâmicas de segurança e guerra no caso do Japão. Se por um lado a proposta de Lee se aproxima da linha de Fairbank, por outro, inova ao tratar a periferia como agente, e não objeto, do sistema sinocêntrico.

A abordagem de Min Shu (2011) sugere uma “anarquia dentro da hierarquia” na relação entre China e Sudeste Asiático, aproximando-se da visão realista das RI. A anarquia seria o ambiente internacional desta região, composta por unidades políticas com capacidades materiais quase equivalentes entre si e disputando áreas de influência em um sistema hostil e instável. Shu mostra como balanças de poder nos emaranhados de redes diplomáticas regionais teriam sido o

padrão vigente tanto na fase das mandalas¹⁰ (século VIII ao XIII) quando na fase dos Estados pré-modernos (XIV ao começo do XIX).

Por outro lado, Shu utiliza os conceitos clássicos do neorealismo das RI para sugerir que essas unidades políticas praticavam o “bandwagon” com a China para levar vantagens no “balance of power” regional. Isto é, por meio de relações especiais com a China num eixo verticalizado, essas unidades políticas buscavam vantagens em disputas no eixo horizontal. Três seriam as motivações do bandwagon dos soberanos do SE Asiático com a China: i) buscar legitimidade simbólica com o reconhecimento do imperador chinês, principalmente em momentos de mudança dos soberanos locais; ii) ter acesso ao comércio privado com a China (produtos e mercados) por meio das missões tributárias; e iii) pedir o apoio da China para proteção e arbitragem nas querelas regionais (2011, p. 228). Assim, na parte final da pesquisa o autor “desce” ao tempo curto dos acontecimentos e apresenta casos que comprovam os três canais de bandwagon com a China.

Figura 1.9 Anarquia dentro da hierarquia



Fonte: elaborado pelo autor com base em Shu (2011).

¹⁰Termo que se refere às unidades políticas do Sudeste Asiático neste período. As mandalas eram constelações de poder cuja extensão variava de acordo com a atração que exerciam sobre zonas adjacentes, sendo frequente o confronto militar entre elas. Segundo Shiro e Takashi (2013, p. 24) elas teriam três características: a) a ausência de grandes instituições políticas, b) o fraco controle central sobre poderes locais; e c) flutuações territoriais constantes. Os seus líderes buscavam legitimidade por meio de um sistema de linguagem e escrita (o sânscrito) que trazia uma série de valores de controle social e um conjunto sincrético de deidades locais e indianas que continham mitos fundadores da fusão entre essas culturas (Ibidem).

Coincidência ou não, esses três canais são os objetos de pesquisa das três principais correntes apresentadas anteriormente – com duas diferenças: a ênfase de Shu é nos atores da periferia e não na China; e o autor concebe um sistema asiático com um vocabulário específico de RI. Não obstante, os processos que dão coerência interna ao sistema são virtualmente os mesmos: relações econômicas (comerciais); relações de poder político-militar; e relações simbólicas/ideológicas.

Por fim, a visão de Brantly Womack (2006) merece atenção especial. O autor parte de um caso empírico, a relação China – Vietnã nos últimos dois mil anos, para propor um arcabouço teórico de análise de relações assimétricas entre unidades políticas soberanas. O argumento central é que relações assimétricas entre Estados não são amorais ou injustas por natureza, elas são um dado da realidade internacional e podem ser benéficas tanto para o mais forte quanto para o mais fraco.

Ao estudar a relação China e Vietnã, Womack (2006, p. 34) parte de “parâmetros básicos de inserção internacional” dos dois Estados, definidos como “realidades básicas de um país que moldam a sua relação com outros países” (2006, p. 34) e, embora reconheça que esses parâmetros possam mudar, eles mudam em ritmo lento. A assimetria entre o Estado mais forte (A) e o mais fraco (b) não está em discussão, ela é dada e decorre das diferenças entre os parâmetros básicos dos dois atores e referem-se a demografia, território, estruturas políticas internas, coesão social, acesso a recursos, etc. Assim, mantidos os parâmetros de China e Vietnã, este continuará na posição (b) enquanto aquela continuará na posição (A).

A T.A. apresenta algumas premissas básicas. Primeiro, uma relação assimétrica não significa controle absoluto de (A) sobre (b): pelo contrário, ela só ocorre quando o mais forte é incapaz de subjugar/derrotar totalmente o mais fraco. Diante de um impasse em um conflito (*stalemate*) ou da simples impossibilidade de anexação, ambos são empurrados para uma relação “normal” e negociada de assimetria. Segundo, a maioria das relações assimétricas existe de forma estável e o conflito aberto é exceção. Assim, o objeto de estudo da T.A. é precisamente o manejo de relações bilaterais assimétricas e como estas podem trazer custos ou benefícios a ambos os lados.

Terceiro, uma relação assimétrica é composta por duas subrelações distintas (A) \Rightarrow (b) e (b) \Rightarrow (A) (2004, p. 78) definidas por graus diferentes de vulnerabilidade e sensibilidade¹¹. Dado que

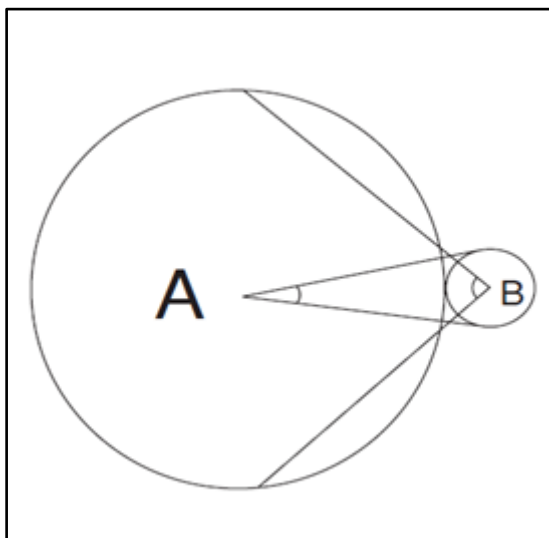
¹¹ A sensibilidade tem um caráter quantitativo, é definida como a quantidade e ritmo dos efeitos da dependência mútua, ou seja, a rapidez com que as mudanças em uma parte produzem impactos em outra. Já a vulnerabilidade é qualitativa e implica na assimetria entre agentes. Nye a define como a capacidade de minimizar os custos relativos à dependência mútua, ou seja, a habilidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2009, p. 254; 2011, p. 54).

os parâmetros básicos dos atores são diferentes, seus objetivos e expectativas mútuas podem ser convergentes mesmo na assimetria. Ainda assim, a regra geral é de que (b) tende a ser mais sensível e vulnerável a (A) do que vice-versa. Nisto, Womack empresta de Nye o conceito de vulnerabilidade como a capacidade de um Estado a responder a estímulos externos, sejam ameaças ou oportunidades.

A partir dessas premissas, apresentamos os pontos chave da T.A. nas duas subrelações. Quanto à expectativa de objetivos (2006, p. 84), (A) espera deferência e submissão de (b), ou seja, espera que a relação assimétrica não seja ameaçada por ações político-militares como *balance of power* e ameaça militar, ou na esfera econômica com concorrência em setores estratégicos. Em contrapartida, (b) espera que sua autonomia, interesses e expectativas sejam reconhecidos e respeitados, tanto em termos de segurança quanto em desenvolvimento econômico. É precisamente o campo de disputa entre a deferência a (A) e a autonomia de (b), expresso em ações materiais e simbólicas, que pode culminar em uma assimetria estável ou em conflito, o que nos leva ao segundo ponto.

Quanto às diferenças de atenção mútua (esquema abaixo). Dada a assimetria de seus parâmetros básicos de inserção internacional, o Estado (A) dedica uma atenção menor a (b) do que vice-versa e sua formulação de política externa tende a ser mais responsiva e menos coordenada para (b) porque possui um número maior de preocupações externas (Womack, 2006, p. 81). Por outro lado, (b) tende a uma política externa mais proativa e coordenada na direção de (A) porque é mais sensível e vulnerável às ações deste. Assim, tanto as ameaças quanto os benefícios dessa relação bilateral tendem a ser mais relevantes para (b) do que para (A). Na metáfora de Womack (Idem p. 33) olhar para relações econômicas ou de segurança entre Estados sem a T.A. é como comparar duas frações olhando apenas para os numeradores, deixando de lado os denominadores. É a diferença relativa dos parâmetros básicos dos dois países que faz com que (b) esteja mais atento a (A) do que vice-versa. Disto, Womack depreende que os conflitos contra a China ao longo da história foram verdadeiras “ameaças existenciais” ao Vietnã, embora para a China significassem disputas por influência em apenas mais um membro de seu sistema tributário.

Figura 1.10 A política de assimetria e as diferenças de atenção mútua



Fonte: Womack, 2006, p. 79

Quanto aos erros de percepção. A diferença de atenção mútua leva a dois tipos ideais de vícios de comportamento: *bullying* e paranoia. O lado mais forte encarna a figura do *bully*, utilizando de seu poder e riqueza para manter a hierarquia e a deferência do mais fraco. Já este, adota uma postura de paranoia, sentindo-se cercado pelas ações do mais forte e vendo sua autonomia ameaçada (2006, p. 85).

Sobre conflito, impasse e normalização. Tendo em mente a histórica relação China-Vietnã, Womack sugere que conflitos decorrem do ciclo vicioso de *bullying* e paranoia e adquirem traços de “resistência heroica” para (b) e de “missão punitiva” para (A). Exemplos como a invasão do Vietnã pela China das dinastias Yuan e Ming nos séculos XIV e XV, e os confrontos entre a República Popular da China e a República Socialista do Vietnã em 1979 reforçam essa tese.

A situação de impasse é atingida quando os dois lados percebem que não há mais possibilidade de vitória (resolução unilateral do conflito) no curto prazo (2006, p. 86). A frustração decorrente desse beco sem saída empurra ambos a uma solução negociada, ainda que assimétrica. (A) frustra-se por não conseguir impor sua vontade apesar de sua força – e tem sua reputação, autoimagem e credibilidade manchadas. Já (b), que sofre mais com os custos materiais do conflito (pelo menos em termos relativos), tende a aceitar prontamente a negociação e a fazer mais concessões pela estabilidade.

Os acordos de paz tendem a reestabelecer as bases da dicotomia deferência-autonomia pelo processo de normalização (WOMACK, 2006, p. 88). A janela de negociações pós-conflito pode ser analisada a partir do “jogo de dois níveis” de Robert Putnam (1988), que propõe uma ferramenta

para examinar o encaixe entre interesses domésticos e negociações interestatais. Em suma, o autor sugere um “win-set”, um campo de negociação em que ambos os Estados precisam fazer concessões que sejam aceitáveis para seus públicos internos. Naturalmente, o poder de barganha variará de acordo com a conjuntura do fim do conflito, mas a assimetria dos parâmetros básicos de (A) e (b) continuará como fator-chave. Assim, ainda que o Vietnã tenha repellido as invasões chinesas Yuan e Ming, enviou missões tributárias e prestou deferência formal à China logo após os conflitos.

Encerrado o conflito, as relações transitam da normalização para a normalidade, que consiste na construção gradual de canais de contato como retórica inclusiva, rotinização de processos, criação de comissões técnicas conjuntas, rituais diplomáticos e atuação em foros multilaterais (WOMACK, 2006, p. 89). Esses processos devem criar uma zona neutra que reduza a desconfiança e os ressentimentos mútuos, que torne inviável o uso da força e, em última instância, que interrompa o ciclo vicioso de *bullying*-paranoia.

1.6 Considerações sobre a abordagem teórica

Este primeiro capítulo teve como objetivos: i) discutir o conceito de sistema social histórico de Wallerstein e seus componentes (a rede de processos e a relação com o tempo e o espaço); ii) apresentar, brevemente, os tipos de sistemas sociais históricos propostos por Wallerstein, inclusive o atual sistema-mundo moderno; iii) propor ferramentas de análise para outros sistemas-mundo a partir da visão de Chase-Dunn e Hall; e iv) fazer uma revisão bibliográfica com autores e correntes que relacionam a empiria dos fatos históricos com modelos teóricos de um sistema internacional que teria existido na Ásia Centro-Oriental com dinâmica própria e recorte temporal definido.

A partir dessa revisão, notamos que:

- a) A literatura enxerga um núcleo duro de três grandes canais de contato entre a China e os povos vizinhos que confere a chamada “coerência interna” ao sistema: **relações simbólicas/tributárias, comerciais, e político-militares**. Muitos dos autores citados, e outros não citados, apontam para conexões entre esses eixos, mas por questões metodológicas optam pela prevalência de um eixo sobre os demais. Conforme veremos adiante, esse núcleo duro de canais de contato pode ser interpretado como as redes de interação (CHASE-DUNN; HALL, 1997) de um sistema-mundo asiático centrado na China. Esse recorte remete ao conceito de hegemonia, definido por Antonio Gramsci e amplamente utilizado por autores como Giovanni Arrighi, Robert Cox, Joseph Nye. Para

- Gramsci, a hegemonia de um ator político decorre da superioridade coercitiva em relação a seus subalternos, mas principalmente da capacidade de exercer o poder por meios mais suaves de cooptação econômica e ideológica (AUGELLI; MURPHY, 2007, p. 205; ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35). Embora o conceito não seja usado explicitamente nesta tese, sua influência é notória e está implícita nas pesquisas da área.
- b) A literatura aponta para a **assimetria** em favor da China nesses três pilares. Saber jogar com essa condição podia até ser mais vantajoso para os subalternos, mas a disparidade de capacidades materiais e simbólicas numa típica relação **centro-periferia** é uma constante na revisão de literatura feita acima.
 - c) Esses autores também apresentam **diferentes recortes geográficos**, que são moldados pela prevalência de um ou outro canal de contato. A corrente político-militar enfatiza os dilemas de segurança e os conflitos com os povos nômades da Ásia Central; a corrente simbólica enfatiza os valores sînicos compartilhados com Vietnã, Coreia e Japão numa espécie de sociedade internacional; e a história econômica transnacional privilegia as redes de comércio ultramarino com o SE Asiático, a Índia e o mundo muçulmano, primeiro de forma autóctone e depois com a atuação das companhias de comércio europeias e o afluxo de metais preciosos da América.
 - d) Se não há uma definição geográfica clara do sistema, tampouco há consenso sobre o seu **recorte temporal**, mas dois períodos aparecem com maior frequência na literatura: i) o que vai da Dinastia Tang, passa pelas dinastias Song e Yuan e chega até o começo da Dinastia Ming (618-1434); e ii) o que vai do “fechamento para o exterior” da Dinastia Ming até a Guerra do Ópio durante a Dinastia Qing (1434-1841).

O caminho já percorrido pela literatura especializada encontra evidências de um, dois ou mesmo dos três pilares do sistema sinocêntrico a partir do tempo curto dos acontecimentos. A tarefa a que nos propomos é partir desses pilares e buscar evidências de funcionamento de um sistema histórico, moldado por estruturas, conjunturas e acontecimentos e por sua relação com o espaço. Se encontrarmos esses nexos, então estamos diante de um sistema histórico com começo e fim. E em tendo resposta positiva poderemos questionar, na parte final desta tese, se os traços do sistema sinocêntrico podem ser vislumbrados na relação da China com o SE Asiático no século XXI.

Sob nossa perspectiva é impossível privilegiar apenas um dos três pilares porque os indícios apontam para a mescla de elementos. Isto é, a relação entre a China e os nômades da Ásia Central não se resumia aos dilemas de segurança – também envolvia missões tributárias e comércio. O mesmo vale para a relação com os Estados sînicos e com as mandalas e Estados pré-modernos do

SE Asiático: há uma mescla de tributos, comércio e guerra em proporções variadas. E ao dedicar-se à relação China – SE Asiático, este trabalho examina como (e se) as estruturas sistêmicas, isto é, as redes de interação (CHASE-DUNN; HALL, 1997) estiveram presentes em determinados períodos de tempo.

Para tanto, não se nega a ocorrência de outras relações de centro-periferia conectadas pela assimetria econômica, político-militar e simbólica. Este é o caso das sucessivas hegemonias mundiais do sistema-mundo moderno, especialmente dos ciclos inglês e norte-americano. Porém, para entender as relações assimétricas que a China tem construído com seus vizinhos atualmente, não basta replicar o conceito de hegemonia para concluir que há uma repetição de outros casos. Afirmar que a Nova Rota da Seda é o novo Plano Marshall ou que a ascensão chinesa no século XXI é análoga ao revisionismo alemão da primeira metade do século XX, por exemplo, pode confundir mais do que explicar por que elementos endógenos das relações internacionais da Ásia (do passado e do presente) têm muita influência nos rumos da região. Portanto, a proposta desta tese não é comparar a ascensão chinesa com a de outros países em outros contextos, mas buscar analogias entre a China (e a Ásia) de hoje com a China (e a Ásia) de um passado que, *a priori*, tem continuidades e recorrências relevantes.

Doravante nos referimos ao sistema como sinocêntrico ao invés de tributário porque: i) os tributos eram apenas um dos canais de contato da China com sua periferia, de forma que o “sinocentrismo” carrega também a noção mais ampla de que o sistema abrangia outros elementos além das missões tributárias; e ii) partimos da premissa da assimetria de capacidades materiais e ideológicas da China com seus vizinhos, expressa em praticamente todas as visões apresentadas. Ao contrário do sistema westfaliano, que não é tido como sinônimo de sistema holandês, francês, inglês ou norte-americano apesar dos ciclos hegemônicos, no caso da Ásia o centro de poder e gravitação econômica e ideológica permaneceu nas capitais do império chinês, com pouca variação geográfica em mais de dois milênios.

2. A formação social, política e econômica da China Imperial

A proposta deste capítulo é “dissecar” o sistema sinocêntrico em linhas temporais distintas e correlatas. Nossa hipótese é que a projeção da China sobre o SE Asiático por meio dos vetores do sistema sinocêntrico entre os séculos X e XV deve ser entendida como resultado: a) de dinâmicas cíclicas das dinastias chinesas; e b) da formação social que perdurou na China entre os séculos X e XV. Assim, argumentamos que duas dinâmicas internas do Império Chinês sustentaram a sua projeção no SE Asiático dentro deste recorte temporal.

Para tanto, este capítulo está dividido em duas partes:

- a) O tempo cíclico das dinastias. Nos dois primeiros tópicos (2.1.1 e 2.1.2) usamos a teoria das fases A e B das dinastias chinesas (DENG, 1999a) para revisar de forma crítica a narrativa convencional sobre a ascensão e queda de imperadores e dinastias na China. Aqui, buscamos um diálogo entre o tempo curto dos acontecimentos e o tempo médio dos ciclos políticos.
- b) No terceiro tópico saltamos para o tempo longo (estrutural), identificando: i) as origens e a dinâmica da formação social que teria existido na China entre os séculos X e XV, denominada por Elvin (1973) de “revolução econômica medieval”, por Edwards (2013b) de “revolução industrial Song” e por Von Glahn (2016) de “apogeu de Jiangnan¹²”; e ii) o porquê e como esse regime entrou em declínio no final do século XIV e no século XV.

2.1 Estruturas e conjunturas domésticas das dinastias Song e Yuan

2.1.1 A teoria dos ciclos dinásticos

A literatura especializada na história da China pode ser dividida, grosso modo, em dois grandes troncos. De um lado nos deparamos com obras riquíssimas (geralmente de historiadores) repletas de detalhes sobre os acontecimentos políticos e militares. Ainda que a maioria desses autores utilize dos ciclos dinásticos como balizas temporais e se arrisque em algumas abstrações sobre os processos de mais longa duração, suas obras adotam visões predominantemente

¹² Jiangnan significa, literalmente, “ao sul do rio” e corresponde à região da China que abrangia algumas províncias nos trechos intermediário e final do Rio Yangtzé. De fato, Jiangnan e o Delta do Yangtzé se sobrepõem, pois Jiangnan envolve Shanghai, o sul das províncias de Jiangsu e Anhui e o norte das províncias Jiangxi e Zhejiang (MEDEIROS, 2018, p. 95).

idiográficas, isto é, particularistas e factuais da China, em que prevalece o tempo verbal do pretérito perfeito. Neste campo, a influência da série “The Cambridge History of China”, que tem volumes publicados desde 1978 até o final dos anos 1990, é colossal. Não é exagero admitir que boa parte da literatura idiográfica sobre o assunto continue, até hoje, muito influenciada por esta série.

Do outro lado, há um tronco nomotético, igualmente vasto, composto por historiadores econômicos, biogeógrafos, sociólogos, economistas e cientistas políticos que identificam regras gerais de funcionamento da sociedade chinesa pautadas por condições permanentes, quase imutáveis ou praticamente “resistentes” à passagem do tempo. Para estes, prevalece o pretérito imperfeito e, com frequência, seus argumentos dão saltos entre séculos para “pescar” dados relevantes que corroborem seus modelos abstratos. Ainda assim, muitos desses autores captam valiosas tendências seculares e cíclicas de produção agrícola, comércio, demografia, avanços tecnológicos, etc, e são precisamente esses *insights* que nos interessam.

Deste campo, destacamos duas correntes relevantes, uma de média e uma de longa duração. A de média duração aponta para padrões de ascensão e queda de dinastias chinesas, explícita na obra de Gang Deng (1999a), mas também presente, de forma mais sutil, em Fairbank e Goldman (2006). A de longa duração foca-se nas mudanças mais lentas da formação social e da estrutura produtiva e será vista no próximo tópico.

Com base em Deng, sugerimos a existência de três grandes estruturas sociais que foram forjadas no período arcaico das primeiras dinastias (2000 a.C. – 221 a.C.) e permaneceram como os pilares da China até o século XIX. Denominamos a interação entre esses três pilares de “sistema trinário da China pré-moderna”.

As três estruturas são:

i) **A base econômica de caráter agrícola** e as subseqüentes relações sociais coletivistas calcadas em um núcleo familiar de pequena propriedade. Por uma série de condições geográficas (clima, relevo, isolamento geográfico) e sociais (regime de herança da terra, avanços tecnológicos), a sociedade chinesa tornou-se agrícola e sedentária já no período arcaico, com uma notável distribuição fundiária e um marcante protagonismo camponês. E até mesmo em períodos mais recentes, como na Revolução Chinesa no século XX, a força política e econômica da classe camponesa continuou determinante para os rumos do país.

Aglietta e Bai (2013, p. 36) definem a estrutura social da China Imperial em duas camadas: a da vasta população com um mínimo de associação formal, mas amalgamada por uma rede colossal de relações sociais e uma elite composta pelos literatos e burocratas que gravitavam em torno do poder do imperador. Para os autores, o desafio constante a este poder residia na ação coletiva dos agricultores: quando as condições básicas de bem estar não eram satisfeitas, as rebeliões

camponesas tinham um poder extraordinário de devastar ou pelo menos abalar a legitimidade de regimes políticos.

A estrutura de apenas duas camadas sociais estimulava os revoltosos a “subir” para a camada de cima, pois não havia competição pluralística de classes. Esta seria a razão, segundo Aglietta e Bai, para que a China vivesse, em dois milênios, apenas mudanças cíclicas, isto é, mudanças *no* sistema sem mudanças *do* sistema. Nas palavras dos autores (Idem, p. 37): “embora as instituições da China Imperial tenham maturado e evoluído consideravelmente ao longo do tempo, não houve revoluções autênticas no sistema político ou na estrutura social durante esse período histórico”.

ii) **As relações de poder derivadas da formação de um Estado centralizado** e de uma corte imperial que teriam uma capacidade ímpar de travar guerras e moldar a sociedade e as demais classes com um caráter mais “oficialista” do que “totalitário”. Um dos principais debates historiográficos gira em torno das razões que mantiveram a China como uma civilização unida sob uma grande entidade estatal com uma burocracia civil e um braço armado forte, apesar dos hiatos de fragmentação.

Dada a centralidade da agricultura, a relação do Estado com os camponeses esteve no centro das preocupações dos imperadores. Ainda que o Estado não fosse “pelo povo”, seus operadores precisavam encontrar maneiras de garantir a estabilidade social, arbitrar os litígios entre camponeses livres e, numa relação de ganhos mútuos, proporcionar novas terras férteis com a expansão territorial, dispendo, em contrapartida, da prerrogativa de cobrar tributos (DENG, 1999a, p. 61). E além da ampliação da fronteira agrícola, o Estado também desempenhava uma função distributiva em relação aos alimentos: diversas dinastias operaram um complexo sistema de celeiros públicos, comprando grãos em tempos de fartura e os vendendo por preços abaixo do seu valor em tempos de escassez (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006, p. 7).

A massa de camponeses tampouco era vista apenas como fonte de divisas para o Estado. Boa parte das instituições civis, do exército e da mão de obra para as grandes obras públicas era extraída da zona rural (DENG, 1999a, p. 82). Dada a esmagadora proporção de camponeses vis-à-vis as forças do Estado, a simples intimidação física da população rural pelo governo era impossível em termos militares e financeiros, e políticas agrícolas equivocadas costumavam selar a crise e o fim de dinastias. Assim, a rebelião camponesa como ferramenta de mudança de dinastias é um fenômeno muito mais recorrente na história da China do que na Europa feudal, pois nesta, a estrutura social descentralizada e as relações sobrepostas de suserania e vassalagem amorteciam as pressões diretas sobre os grandes líderes políticos (Idem, p. 91) e, ao mesmo tempo, enfraqueciam o poder destes.

Não nos cabe exaurir este debate, e sim partir de certo consenso sobre a capacidade do Estado chinês de extrair tributos e trabalho dos camponeses em troca da redistribuição de alimentos, da

proteção jurídica à propriedade fundiária e da proteção/expansão do território. Wong (1999, p. 226) afirma que, em geral, o Estado chinês desempenhou três funções de política econômica: i) promover a produção agrícola com a abertura de novas terras e a construção de obras públicas para controlar o regime de águas; ii) regular o comércio (em especial de grãos) inclusive com a coleta e a redistribuição de alimentos para manter um mínimo de bem estar social; e iii) encorajar migrações para equilibrar a relação entre população e recursos disponíveis. Essa atuação teria resultado em dois tipos sobrepostos de economia agrária: um regime de pequenas propriedades autossuficientes e outro de uma economia de larga escala, complexa, interdependente e regulada pelo Estado para garantir estabilidade social.

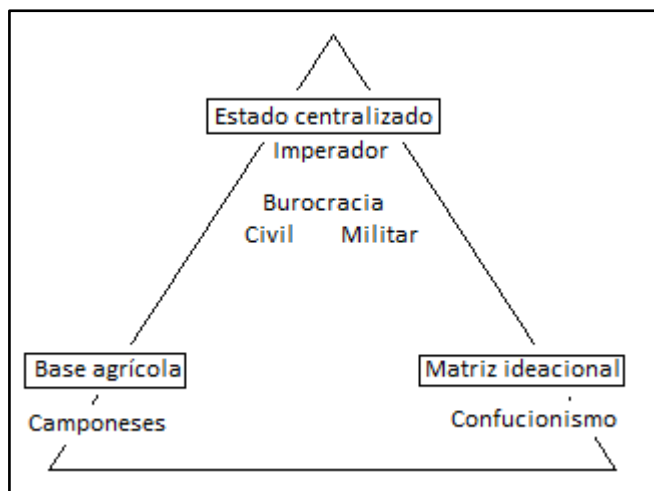
Já Aglietta e Bai (2013, p. 25-28) apontam outros três elementos, mais voltados para a face administrativa, que compunham o *modus operandi* do Estado chinês: i) uma imensa burocracia pública com uma dualidade entre poder central (do imperador) e autonomia administrativa das províncias, que implantavam políticas próprias a partir de “interpretações” flexíveis das ordens centrais; ii) medidas de coerção para reforçar o poder central e a ordem social, com punições severas a crimes como traição e oposição ao regime, certo controle sobre organizações civis e a aplicação de códigos legais para as mais diversas áreas da sociedade; e iii) uma moral confuciana que deveria guiar tanto funcionários públicos quanto as pessoas comuns.

iii) A matriz ideacional com o conjunto de rituais e funções litúrgicas que despontaram nas primeiras dinastias, calcadas em relações de parentesco e na narrativa do “mandato dos céus”, e que depois, com a obra de Confúcio, foram incrementadas com um código de conduta a ser observado tanto pelas pessoas comuns quanto por funcionários públicos e pelo próprio imperador (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006, p. 45; DENG, 1999a; WRIGHT, 2011). A conexão com os outros dois pilares é nítida porque o Estado deveria se preocupar em educar e proteger o povo por meio da literatura, dos ritos confucianos de etiqueta e do fornecimento de bens comuns, como segurança e ordem (DENG, 1999a, p. 114), guiando não apenas os camponeses, mas também as classes que compunham o próprio Estado, como burocratas e militares. Em comparação com outras ideologias, como o taoísmo e o legalismo, o confucionismo tornou-se a corrente mais útil para o Estado, definindo posições sociais, direitos e responsabilidades para todos os estratos sociais e buscando a cooperação entre os diversos interesses da sociedade (Idem, p. 115).

Por fim, o confucionismo é a matriz ideacional que abarca o sistema trinário porque legitima não apenas a hierarquia de poder político, mas também porque enaltece a agricultura – que é a base do governo fisiocrata. Neste sentido, não são raros os relatos de imperadores que praticavam a agricultura nas fazendas imperiais para se identificarem com os camponeses e servirem de exemplo para as novas gerações de monarcas (Idem, p. 89). Conforme veremos adiante, essa moralidade

confuciana servia como contrapeso ao poder do imperador, de quem era esperada uma capacidade de entregar bem estar social – e quando isso não ocorria, o governo ou até mesmo a dinastia entrava em um ciclo de crise, deposição e renovação (AGLIETTA; BAI, 2013, p. 27).

Figura 2.1 Sistema trinário da China pré-moderna



Fonte: elaborado pelo autor

Não nos cabe voltar no período arcaico para entender o seu surgimento, de forma que tomamos como premissa a existência dessas forças de longa duração. A partir de Deng (1999a) sugerimos que esse sistema trinário da China pré-moderna oscilava entre momentos de equilíbrio e crise de acordo com os ciclos dinásticos chineses. Embora o autor utilize o tempo verbal das ciências sociais (o pretérito imperfeito) e não dialogue diretamente com Wallerstein ou com outros autores da EPSM, algumas conexões podem ser valiosas para nossa análise. A principal é o reconhecimento de ciclos que acompanham o tempo de vida das principais dinastias chinesas.

A própria concepção de “dinastia” na China é muito distinta da ocidental e, por ora, basta-nos defini-la como períodos de tempo extremamente variáveis, em que determinado grupo, geralmente conectado por laços de parentesco, passa a controlar as principais estruturas do Estado e a gerir as relações deste com a sociedade e com o exterior. Fairbank e Goldman (2006, p. 48) até sugerem a ideia de ciclos dinásticos, mas é Deng (1999a, p. 152) que afere, de forma categórica, que a maioria das dinastias chinesas passou por uma **fase A de ordem e estabilidade, chamada de “era de ouro”**, seguida por uma **fase B de crise e desequilíbrio do sistema trinário**, culminando na derrubada do grupo que estava no poder.

Segundo Deng, os historiadores econômicos apontam como sinais da “era de ouro” das dinastias os seguintes elementos: estabilização dos preços dos alimentos; fartura dos armazéns

públicos; impostos mais leves; e crescimento demográfico. Por outro lado, os historiadores mais generalistas tendem a enfatizar outros elementos, como: prosperidade agrícola; contentamento dos camponeses; estabilidade territorial; florescência nas artes e na academia; elevação do bem estar social com obras públicas; e redução dos impostos.

Já as fases B tenderiam a um padrão de corrupção generalizada, falência de autofiscalização do Estado, descontentamento das massas camponesas com a queda do padrão de vida e com o aumento da concentração de terras, e rebeliões populares (DENG, 1999a, 213). Outros fatores frequentes são as crises das contas públicas, as catástrofes naturais, as guerras contra os povos das estepes e a justificativa dos literatos confucianos sobre as virtudes ou falhas do imperador.

Admitimos que fenômenos das fases A ocorrem nas fases B, e vice-versa – e o que define tais fases é, precisamente, o impacto desses fenômenos na dinâmica estrutural do sistema trinário. Isto é, uma rebelião camponesa “X” ocorrida numa fase A tem menor probabilidade de ser interpretada como sinal do fim do mandato dos céus ou de derrubar uma dinastia do que uma rebelião “Y” ocorrida numa fase B. Essa lógica não nega a ocorrência da rebelião X, apenas argumenta que a rebelião Y tende a acentuar mais as contradições cíclicas das estruturas do sistema trinário.

Grosso modo, a escalada das contradições do sistema trinário tendem a crises que poderiam durar anos, décadas ou até mesmo séculos e culminavam na deposição da dinastia vigente. Sob a perspectiva nomotética de Deng, a curta duração é relegada ao segundo plano, isto é, não importa se o declínio de uma dinastia deriva de um surto de doença e fome no campo, do autoritarismo de um imperador ou da interpretação de certos literatos confucianos sobre o mandato dos céus. **O que importa são as contradições das grandes estruturas do sistema trinário, que vinham à tona em ciclos de média duração, quando fenômenos materiais, sociais e mentais afetavam-se mutuamente e aceleravam a queda dos grupos que estavam no poder.** Logo, é a interação mútua entre os três pilares (e não a crise momentânea de um ou outro) que acelera o fim de uma dinastia.

Duas grandes críticas podem ser feitas à tentativa de buscar as origens do sistema trinário chinês e suas ondas cíclicas. A primeira é que esse prisma é enviesado porque a tendência da visão nomotética é retratar, por exemplo, o último imperador de uma dinastia como mais tirano do que seus antecessores e a rebelião camponesa que o derrubou como a mais violenta e poderosa da fase B. Assim, inevitavelmente tendemos a encontrar soberanos sábios e benevolentes nas fases A e soberanos tiranos e opressores nas fases B, como se não houvesse espaço para o acaso e o livre-arbítrio da ação humana. Igualmente, nosso olhar tende a encontrar mais prosperidade e ordem nas relações sociais durante as fases A e mais instabilidade e pobreza nas fases B, como se as crises da produção agrícola, os desastres naturais ou a concentração de terra fossem mais frequentes ou

agudos apenas nas fases B. As respostas a essas críticas são: i) trabalhamos apenas com fontes secundárias de história da China, que em geral identificam esses traços dos ciclos dinásticos, ora de forma explícita ora de forma implícita; e ii) a tese dos ciclos dinásticos tem seus críticos e seus defensores e debatê-la à fundo foge da nossa proposta. Apenas tomamos como premissa a ideia de que **as crises dinásticas eram, em geral, crises *no* sistema e não crises *do* sistema**, vide a permanência milenar das estruturas sociais na China.

2.1.2 A teoria dos ciclos dinásticos aplicada ao período Song-Yuan-Early Ming: um diálogo entre a curta e a média duração

A Dinastia Song (960-1279) é dividida em dois períodos: os Song do Norte (960-1127), com a capital em Kaifeng, e os Song do Sul (1127-1279), que surgem da mudança da capital para Hangzhou em decorrência do avanço militar dos reinos estrangeiros do norte. A unificação Song em 960 apresentou o padrão das fases A. Depois de meio século de fragmentação pós-Tang, os primeiros imperadores da nova dinastia aparecem na historiografia como líderes sábios que apaziguaram as tensões sociais, controlaram o ímpeto das classes militares, reforçaram a burocracia civil e governaram de forma menos autocrática, dando mais autonomia aos ministérios de questões civis, militares e econômicas (SMITH, 2009, p. 21). A partir de 1067 há indícios de uma fase B, quando o imperador Shenzong e seu chanceler Wang Anshi (1067-1085) adotaram as “Novas Políticas” que conferiam mais poderes ao governo central, elevavam os tributos civis para investir no exército e suprimiam o debate político.

Ao longo do século XI, um equilíbrio diplomático surgiu entre os Song e os reinos do norte, invertendo a relação típica de superioridade da China, que passou a enviar tributos e assinar acordos de submissão simbólica aos Jurchen (Jin) com o pretexto de que custaria menos do que uma guerra aberta (GELBER, 2012, p. 78). Porém, os Song sofreram seguidas derrotas militares para os Liao, os Khitan e os Jurchen até que a capital Kaifeng foi saqueada pelos Jurchen em 1126 e a corte foi obrigada a deslocar-se para Hangzhou.

Figura 2.2 Mapas das Dinastias Song do Norte (960-1127) e do Sul (1127-1279) com destaque para a mudança da capital, de Kaifeng (no interior) para Hangzhou (na região de Jiangnan, no litoral)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Ásia for Educators¹³

¹³ Disponível em: <http://afe.easia.columbia.edu/songdynasty-module/cities-new.html>

Do acordo de paz com os Jurchen em 1141 até o confronto direto com os mongóis a partir de 1206, os Song do Sul garantiram certa estabilidade nas fronteiras. A prosperidade gerada pela sobreposição do centro de poder político em Hangzhou à região que já era o centro econômico do império, Jiangnan, na foz do Rio Yangtzé, trouxe um período de amplo crescimento econômico e pujança cultural que pode ser visto como a fase A dos Song do Sul.

Porém, ao final do século XII, novamente os traços da fase B aparecem na literatura: para Gelber (2012, p. 82) o império Song estava debilitado pela paz e prosperidade que criara e o crescimento demográfico gerou problemas burocráticos, pressão sobre as finanças públicas, inflação, evasão de tributos e miséria nas classes mais baixas. Para piorar, a partir de 1206 as tropas de Gengis Khan conquistaram cada um dos reinos do norte e os Song ficaram sozinhos para enfrentar a ameaça progressiva dos mongóis. Por fim, a capacidade de mobilização ideológica da corte Song também se esfacelou diante da gradual mescla de costumes chineses e nômades. Assim, Kublai Khan, neto de Gengis Khan, terminou o empreendimento de conquista da China com a rendição dos Song do Sul em 1279.

O domínio mongol da totalidade da China, sob a Dinastia Yuan, durou cerca de um século (1279-1368) e a historiografia tradicional não foge à regra de identificar fases A e B. Durante as primeiras décadas, enfatiza-se a capacidade de adaptação do povo das estepes à cultura chinesa (apesar de manter-se como a classe governante) e a rápida acomodação, ainda que furtiva e ardilosa, de oficiais Song e líderes locais ao domínio estrangeiro (SMITH, 2009, p. 36).

Além de anexar regiões e povos mais afastados, em Yunnan e no Tibete, Kublai teria consolidado as bases da burocracia que perdurou por um século e promoveria uma “extraordinária florescência cultural” com liberdade religiosa e com o apoio simbólico dos literatos confucianos, e o comércio com outros povos também sob domínio ou influência mongol (GELBER, 2012, p. 94; ROSSABI, 1994, p. 450). Assim, apesar da fama de conquistadores cruéis, os mongóis de Kublai Khan dariam origem a uma dinastia cosmopolita e multiétnica com ampla convivência entre as religiões (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 121).

A relação com as classes chinesas também apresenta traços da fase A: Kublai teria promovido melhorias na agricultura e protegido os camponeses em detrimento dos privilégios da elite, que teve de se contentar com alguns cargos no governo. O imperador via com bons olhos comerciantes, cientistas e médicos, que até então não gozavam de muito status na sociedade e outorgou um código de leis muito mais brando do que o dos Song em termos de punições. Por fim, há registros da execução de obras públicas de transporte e controle das cheias dos rios que, embora tenham exigido trabalho árduo do campesinato, garantiram certa prosperidade econômica (ROSSABI, 1994, p. 452; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 123).

Não obstante, a fase B dos Yuan surgiu pouco depois da morte de Kublai e acompanhou o declínio mais amplo do império mongol. O ressentimento dos chineses, principalmente os do sul, com a destruição causada pelas conquistas mongóis se exacerbou e os atritos culturais e legais entre os povos ficaram mais evidentes. Ademais, os Mongóis definiam as sucessões dos imperadores por eleições em assembleias de lideranças locais, enquanto os chineses esperavam hierarquia e sucessão hereditária. Outro traço típico das fases B foi o aumento da corrupção que, no caso dos Yuan, teria crescido em decorrência do fim dos concursos públicos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 123).

Assim, o roteiro cíclico da fase B reaparece no vocabulário da literatura tradicional: governos fracos, inflação, desastres naturais, brigas palacianas, elevação de impostos sobre os camponeses e as conseqüentes rebeliões no campo insufladas por fome e miséria. Esses elementos, somados à particularidade da crise de legitimidade do governo estrangeiro culminaram na deposição da corte mongol por um líder camponês, Zhu Yuanzhang, que se tornaria o imperador Hongwu e fundaria a Dinastia Ming (GELBER, 2012, p. 103).

Não obstante, a narrativa da fase A da Dinastia Ming (tratada doravante como *Early Ming*) foge do padrão. Ao invés de uma série de imperadores mais sábios e menos autocráticos, há uma sucessão de soberanos cujas “reformas” teriam provocado uma interrupção das tendências de crescimento econômico e projeção externa da China que vinham desde os Song. A exceção foi o imperador Yongle (1402-1424), cujas ações se assemelharam mais aos Song e aos Yuan do que aos Ming. Esse período, que vai de 1378 até meados do século XVI é uma “zona cinzenta” de transição entre regimes de acumulação e, por consequência, do sistema sinocêntrico. Por isso, é o fim do nosso recorte temporal e para compreendê-lo, é necessária uma abordagem de mais longa duração (vista adiante).

Em suma, esta é a narrativa tradicional do período Song-Yuan-*Early Ming*: fase A dos Song do Norte entre 960-1067 seguida de uma fase B com imperadores mais autoritários e submissão aos reinos estrangeiros entre 1067 e 1127. Em seguida, os Song do Sul também vivem uma fase A de prosperidade econômica e apaziguamento com os reinos do norte seguida da fase B de crise e invasões mongóis até seu fim em 1278. Narrativa semelhante aparece na Dinastia Yuan: fase A de apaziguamento e prosperidade seguida de fase B com crise econômica e de legitimidade. E finalmente, o retorno de uma dinastia chinesa após a expulsão dos mongóis que, ironicamente, elevou a China ao clímax de seu esplendor cultural e civilizacional, mas alterou a formação social num misto de fases A e B, fechando-se para o mundo exterior e mudando a dinâmica do sistema sinocêntrico não apenas com o SE Asiático, mas com o mundo conhecido até então.

2.1.3 As mudanças domésticas na economia política das dinastias Song, Yuan e *Early Ming*

Indo além da visão cíclica das fases A e B, nossa proposta a seguir é discutir a formação social que perdurou no arco Song-Yuan-*Early Ming* (960-c.1434) para compreender como esta sustentou a projeção do sistema sinocêntrico no SE Asiático. As duas questões essenciais são: i) as origens e a dinâmica deste fenômeno; e ii) por que e como ele se encerrou.

No tocante à economia política da China, autores apontam para uma espécie de “revolução industrial Song” (EDWARDS, 2013b), “revolução econômica medieval” (ELVIN, 1973) ou “apogeu de Jiangnan” na Era Song (VON GLAHN, 2016) e esse processo teria começado pelo aumento da produtividade rural. Porém, as evidências desse processo devem ser caracterizadas mais como uma “protoindustrialização” do que como uma revolução industrial *per se*. Isso porque se aproximam dos elementos da protoindústria apontados por Mendels (1972): i) indústria caseira; ii) familiar; iii) localizada na zona rural; iv) com quase nenhum capital fixo; e v) produção voltada para o mercado e não para o autoconsumo (MEDEIROS, 2018). Portanto, ainda que os termos “revolução industrial” e “industrialização” sejam utilizados por autores que fundamentam este trabalho, fazemos a ressalva de que é um conceito flexível e que, no caso da China, a ideia de “protoindustrialização” seria mais adequada.

Edwards compara a Inglaterra do século XVIII e a China Song para sugerir quatro fases do estágio inicial de uma revolução industrial “a partir do zero”¹⁴: i) urbanização e expansão comercial na zona rural; ii) melhorias nas redes de transporte; iii) especialização regional; e iv) desenvolvimento de mercados e organizações que dão sustentação à circulação de produtos e de crédito. Os três primeiros pontos ocorreriam em ordem enquanto o último ponto seria simultâneo aos outros três.

A base agrícola, que é um dos pilares do sistema trinário de Deng (1999a), teria sustentado o *boom* comercial da zona rural com um salto qualitativo pela adoção de novas técnicas e tecnologias de cultivo e pelos incentivos do Estado aos pequenos produtores, com empréstimos e proteção das pequenas propriedades (HOBSON, 2004, p. 57). Já Kaoru Sugihara (2003) sugere que, desde o século XII, a China desenvolveu métodos de uso intensivo de mão de obra nas pequenas propriedades, prescindindo de inovações tecnológicas para substituir o trabalho. Este seria o caminho da “revolução industriosa” da Ásia Oriental, em que a produção de arroz, seda, algodão e

¹⁴ Edwards usa a metáfora da área da saúde para estudar apenas os casos iniciais da “epidemia” da Revolução Industrial, e não a proliferação desta. Assim, esses quatro estágios teriam ocorrido apenas nos dois casos citados (China Song e Inglaterra do século XVIII), de forma que o “alastramento” da industrialização para outros países da Europa no século XIX, por exemplo, não teria passado por esses mesmos estágios.

açúcar com muita mão de obra em pequenas propriedades teria elevado os índices de produtividade da terra por hectare. Esta visão é também endossada por Chase-Dunn e Hall (1997, p. 170) que enfatizam a maior produção de calorias por unidade produtiva de terra e apontam para o Vale do Yangtzé como a região mais propícia para tal. Por fim, Angus Maddison (2007, p. 31) e Von Glahn (2016, p. 265) sugerem que entre as dinastias Song e Ming houve uma mercantilização do campo, com a liberação do comércio de terras e de produtos agrícolas pelos próprios camponeses (proprietários e inquilinos) numa lógica de mercado.

Sem esgotar esse debate notamos que, seja por instituições, tecnologia, lógica de mercado ou uso intensivo de mão de obra, há certa convergência na literatura sobre o salto qualitativo na agricultura chinesa durante a Dinastia Song. Edwards sugere que esse salto teria se iniciado antes, entre 700 e 1000, abrangendo a fase B da Dinastia Tang e o período de fragmentação política (907 a 960), chocando-se com a narrativa de crise política e econômica deste período. Disto aferimos que os ciclos dinásticos não estão, necessariamente, ligados às tendências conjunturais da economia política da China nem que há consenso entre os próprios autores de história econômica que analisam os arcos temporais mais longos.

Maddison¹⁵ (2007) traz uma série de indicadores baseados em outros dois autores (Chi e Perkins) que reforçam a tese do *boom* agrícola na Era Song, como a distribuição de manuais de agricultura pelo governo e o número de projetos de irrigação (tabela 2.1). Os dados de Lo (2012) foram adicionados a esta tabela porque antecipam o argumento do próximo tópico, de que este *boom* agrícola esteve ligado a um deslocamento demográfico para as províncias costeiras.

Tabela 2.1 Obras de irrigação por dinastia: média do número de projetos por século				
	Chi	Perkins	Lo	
	Total nacional	Total nacional	Total nacional	5 províncias costeiras (e % do total nacional)
Pré-Tang	16	10	24	6 (25%)
Tang	87	79	254	115 (45%)
Song do Norte	349	223	290	210 (72%)
Song do Sul	-	-	543	382 (71%)
Yuan	351	492	309	198 (64%)
Ming	822	723	2.270	1456 (64%)
Qing	1222	600	3.234	1163 (36%)

Fonte: Maddison, 2007; Lo, 2012.

¹⁵ Maddison apresenta estatísticas de duas fontes distintas. Lo também apresenta os dados de obras de irrigação, mas vai além porque enfatiza o deslocamento do centro de gravitação econômica da China para as províncias do sul – que será debatido a seguir.

O salto agrícola da China Song teria gerado um processo de comercialização da zona rural, culminando no surgimento de grandes vilas e cidades e, em última instância, num considerável *boom* demográfico (EDWARDS, 2013b, p. 39). A tabela abaixo apresenta tal crescimento: os números de Edwards dão destaque para o período 1000-1100 que correspondem, grosso modo, ao período dos Song do Norte, enquanto Maddison apresenta dados de um crescimento mais uniforme durante os três séculos da Dinastia Song.

Ano	Edwards	Maddison
1	50	59
800	50	55
1000	55	59
1100	120	71
1200	125	86
1300	125	92

Fonte: elaborado pelo autor

Alicerçadas no maior excedente agrícola, as atividades industriais ganharam mais peso na economia. As tabelas abaixo apresentam a elevação da produção de ferro em toneladas e *per capita* e a taxa de crescimento da produção de ferro *per capita*.

Ano	Libras <i>per capita</i>	Bruto (Ton)
1	0,22	-
806	0,5	13,500
998	1,2	-
1064	2,9	90,400
1078	3,1	125,000

Fonte: Edwards, 2013b, p. 20; Hobson, 2004, p. 51.

1-800	11%
800-1000	55%
1000-1100	160%

Fonte: Edwards, 2013b.

Além da produção de ferro, há sinais de expansão das atividades industriais na zona rural – num processo semelhante ao que ocorreria na Inglaterra no século XVIII. Destacam-se produtos

¹⁶ Estimativas com base em Edwards (2013b) e Maddison (2007).

têxteis de seda, couro, óleos de grãos, chá, tabaco, velas, tijolos e telhas, carroças, barcos pequenos, e atividades de construção civil (MADDISON, 2007, p. 38). Lo (2012, p. 63) aponta para os grandes centros de produção de cerâmica nas regiões de Zhejiang (em Jiangnan), Fujian e Jiangxi, além do crescimento da extração de metais diversos (gráfico abaixo).

Tabela 2.5 Dados de extração de metais na China Tang e Song				
	Minas e centros de fundição		Montante total de metais fornecidos ao Estado	
	Tang	Song (1064-7)	Tang (847-59)	Song (1978)
Ouro	-	11	-	10710 (em Taeis) ¹⁷
Prata	58	84	25000 (em Taeis)	215385 (em Taeis)
Cobre	96	46	655000 (em Jin)	14605369 (em Jin)
Ferro	5	77	532000 (em Jin)	5501097 (em Jin)
Chumbo	4	30	114000 (em Jin)	9197335 (em Jin)
Estanho	2	16	17000 (em Jin)	2321898 (em Jin)

Fonte: LO, 2012, p. 187.

Em suma, Lo (2012, p. 188) sintetiza a transição de uma economia agrícola para uma mais comercial e industrial, embora não deixe de lado a relevância das atividades primárias para sustentar esse processo.

The expansion of commerce contributed to an industrial boom. Merchants shipped the manufactured goods for sale in other provinces and even abroad. In their business transactions they were facilitated by the development of banks and banking methods.

The commercial and industrial prosperity redounded to the interest of the state as more and more of its revenue, collected from commerce and industry, came in the form of money. In 1065 more than half of the government's revenue was in money (...). The fact that a large proportion of the state's revenue came in the form of money does not mean that government revenue in the form of grains and agricultural products had decreased, for there was no appreciable change in the amount of grains collected as taxes. Instead it showed a huge increase in the amount of money paid as taxes by merchants and manufacturers.

Esse salto industrial só foi possível graças aos notáveis avanços tecnológicos do período. Stephen Davies (2003) aponta para as seguintes inovações: imprensa (1000), forno de fundição (1050), relógio mecânico hidráulico (1090), barcos com rodas de pás (1130), compasso (1150), tear mecânico movido a energia hidráulica (1200) e embarcações para navegação oceânica com capacidade de 200 a 600 toneladas de carga e tripulação de cerca de mil pessoas. Autores clássicos do debate sobre “a grande divergência” como Joel Mokyr (1976) e Joseph Needham (1969)

¹⁷ Taeis e Jin são unidades de medida.

sugerem que a China teria sido o líder mundial em produção científica e que a circulação de conhecimento à época seguia o fluxo do Oriente para o Ocidente (EDWARDS, 2013b, p. 10).

Nesse contexto, Hobson (2004) aponta para duas áreas chave de inovações: transportes e energia. A energia hidráulica com rodas d'água já era comum desde o primeiro século de Era Comum e foi gradualmente incrementada pelo uso do carvão em larga escala. A rede de transportes teria passado por uma primeira onda de ampliação durante os séculos VIII e XI (curiosamente na fase B da Dinastia Tang) e uma segunda onda durante a Dinastia Song – sempre com o protagonismo do Estado no recrutamento e alocação de mão de obra. A primeira onda teria conectado grandes cidades no centro-sul da China (Nanjing e Fujian) e a segunda teria se expandido para regiões montanhosas e mais afastadas, com o uso de pedras e tijolos para evitar os danos causados pelas chuvas e a construção de pontes de pedra com comprimentos e capacidade de carga inéditos (EDWARDS, 2013a, p. 71). Neste período também foram feitas construções para controle das cheias dos rios, sistemas de irrigação, plantação de mata ciliar para evitar erosões e grandes muralhas no litoral para conter a força das marés (Ibidem).

O transporte fluvial também foi incrementado com a construção de canais e o surgimento de empresas privadas de transporte, construção naval e seguros – todas especializadas em diferentes tipos de carga, como pesca, passageiros, soldados e fretes variados (Ibidem). Tais avanços possibilitariam o comércio naval de longa distância com o Sul e o Sudeste da Ásia, que será visto adiante.

Por fim, o sistema monetário da China sofreu uma mudança profunda em decorrência da explosão comercial e urbana. A oferta de cobre para a produção de moeda não conseguiu acompanhar a demanda do crescente mercado interno e os Song do Norte se viram obrigados a criar o primeiro sistema de papel-moeda da história, paralelo ao sistema metálico (VON GLAHN, 2010, p. 465). Com isso, surgiram inúmeros instrumentos financeiros como *vouchers* para comércio de produtos monopolizados pelo governo e notas promissórias para o comércio de longa distância. Porém, foi só com o deslocamento da capital para Hangzhou que os Song (do Sul) substituíram de vez o cobre pelo papel-moeda (*huizi*), agora lastreado em prata. Esse sistema durou até a conquista final dos mongóis (em 1279), mas dada a deterioração das finanças públicas (fase B dos Song do Sul), já em 1207 o governo foi obrigado a abandonar a conversibilidade à prata e em 1276 o *huizi* valia apenas um terço do seu valor nominal (Ibidem).

A Dinastia Yuan terminou com o sistema monetário dos Song e implementou um novo papel-moeda também lastreado na prata (*Zhong tong chao*, ou ZTC) – fenômeno que parece ter sido a tendência geral dos povos da Ásia Central entre os séculos X e XIV (VON GLAHN, 2010, p. 478).

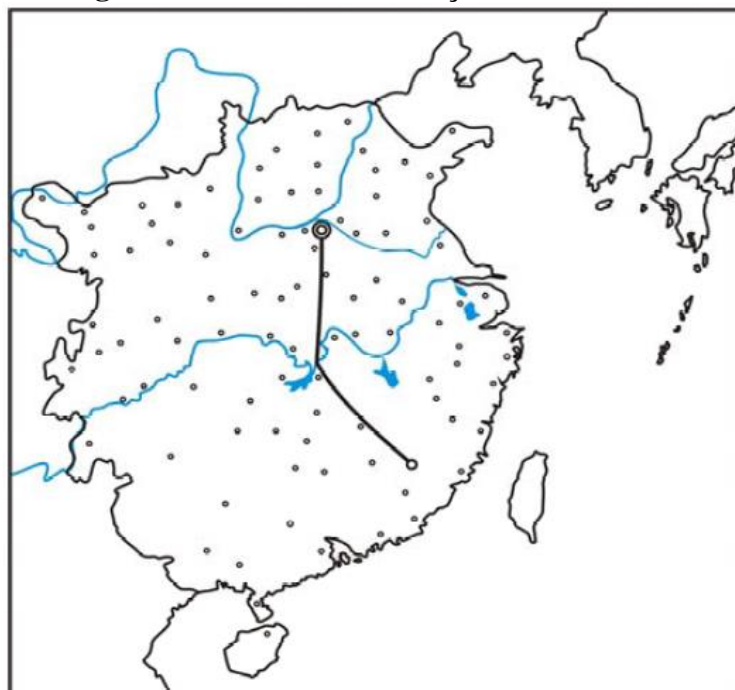
Porém, as crises novamente se abateram e a moeda foi depreciada, sendo substituída por outra, também lastreada em prata até o final da dinastia.

Assim, o roteiro das dinastias Song e Yuan parece similar: cria-se um sistema monetário na fase A que é seguido por sua depreciação face às dificuldades financeiras do governo na fase B. Porém, esse período apresentou um arco mais longo de duas mudanças cruciais para o sistema sinocêntrico: i) a adoção do papel-moeda para tornar as transações comerciais mais ágeis; e ii) a transição do cobre para a prata como metal de referência – tendo profundo impacto na Dinastia Ming e em sua relação com o mundo exterior.

Parte do desencaixe entre as visões da história econômica (que veem uma grande permanência na “revolução econômica medieval”) e dos ciclos dinásticos (que veem inúmeras rupturas políticas de curto e médio prazo) pode ser resolvido pelo terceiro estágio da protorrevolução industrial proposta por Edwards: a especialização regional. As tendências apontadas nas fases anteriores (expansão agrícola, industrial e comercial, urbanização, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico e ampliação da rede de transportes) estiveram ligadas ao gradual deslocamento do centro econômico da China para o sul e para o litoral, embora nos mapas de Edwards, a primazia dessas regiões não seja enfatizada.

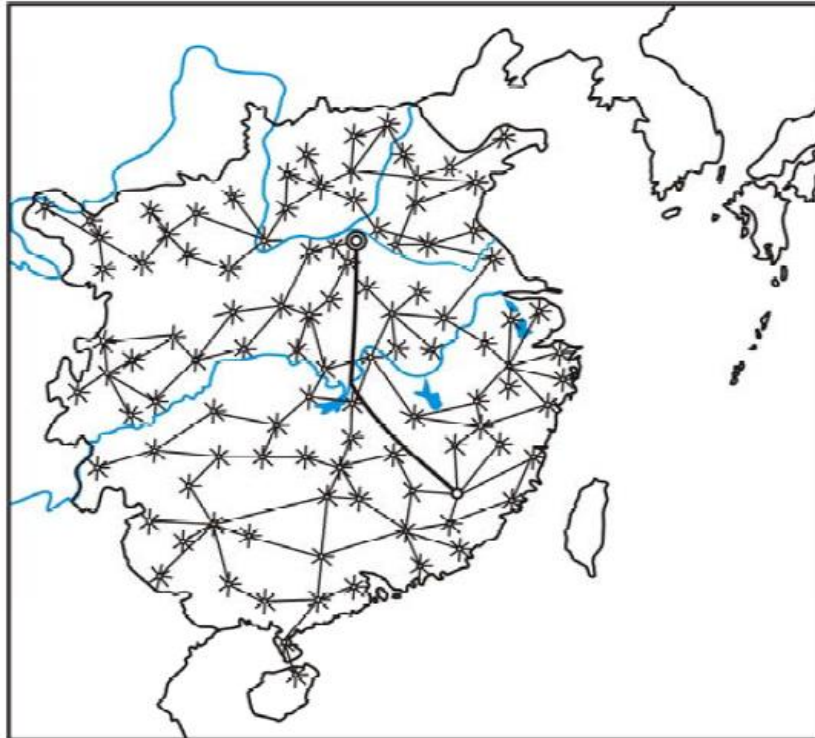
A sequência de mapas abaixo ilustra as três etapas que culminariam na protorrevolução industrial da Era Song.

Figura 2.3 Fase 1. Urbanização da zona rural



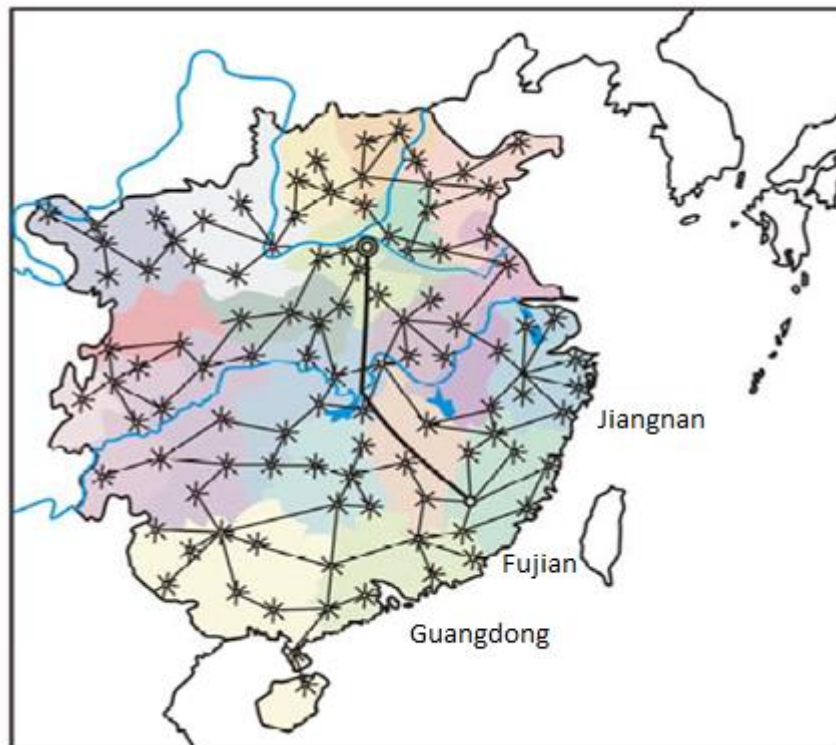
Fonte: Edwards, 2013a, p. 97-98.

Figura 2.4 Fase 2. Expansão do sistema doméstico de transportes em nível nacional



Fonte: Edwards, 2013a, p. 97-98.

Figura 2.5 Fase 3. Especialização regional e aumento na quantidade/variedade dos bens de consumo



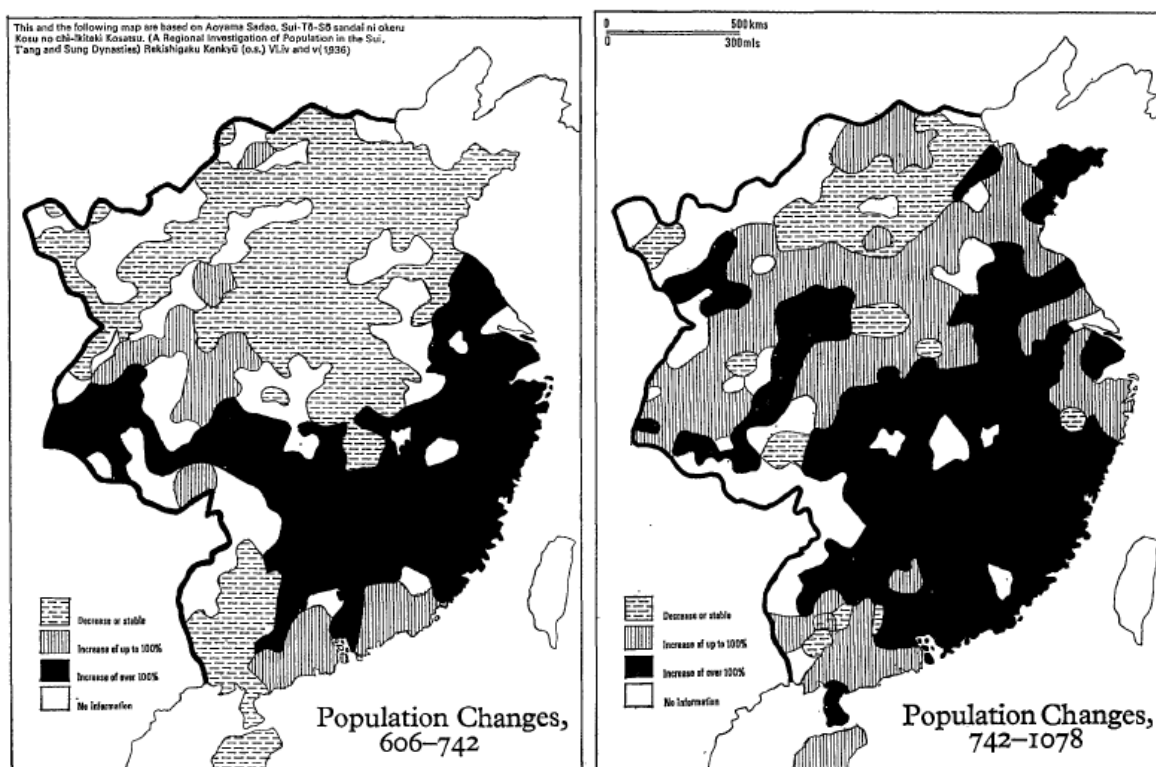
Fonte: Edwards, 2013a, p. 97-98.¹⁸

¹⁸ A partir do mapa de Edwards (2013a), indicamos as três regiões costeiras mais importantes no arco dos séculos X a XV.

Apesar de não estar nítido nos mapas acima, inúmeros autores sugerem que o processo de especialização regional esteve ligado ao deslocamento do centro gravitacional da economia chinesa para o sul e para o litoral. Paul Smith (2003, p. 8) afirma que o aspecto mais saliente da pressão dos povos das estepes entre os séculos XII e XV foi “a compressão de pessoas e processos em uma única região da China, a macrorregião do Baixo Yangtzé e, em especial, o delta do Yangtzé, Jiangnan”. O próprio Edwards (2013a, p. 73) menciona Fujian, Sichuan e outras províncias do sul da China como as mais destacadas em termos de produção e de mercados consumidores, embora seus mapas sugiram que a especialização regional tenha ocorrido em todos os pontos da China – mesmo em áreas que estiveram sob controle estrangeiro no norte, um descuido frequente nas abordagens de história econômica.

Os mapas abaixo apresentam o deslocamento demográfico da população chinesa para o sul, durante as dinastias Tang e Song, a partir dos registros das prefeituras das províncias.

Figura 2.6 Mudanças demográficas na China



Fonte: ELVIN, 1973, p. 207 e 209.

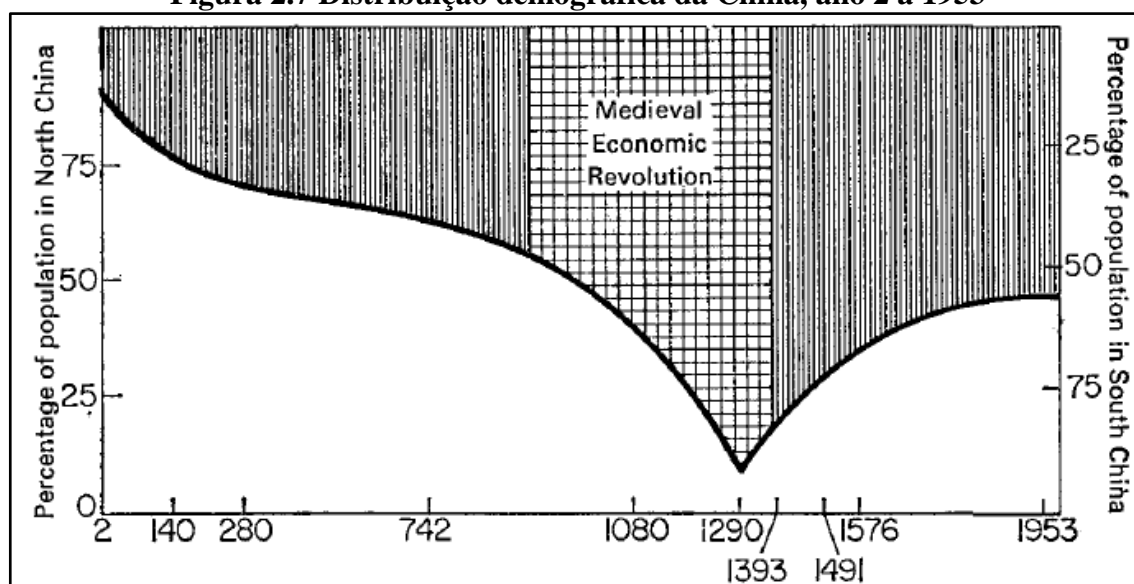
Elvin também traz estatísticas do crescimento do número de famílias apenas na província de Fujian, localizada no sudeste da costa chinesa. Os números abaixo mostram como esta província, sozinha, chegou a comportar 12% de toda a população da China no começo do século XIII.

Tabela 2.6 Dados demográficos da região de Fujian durante as Dinastias Tang e Song		
Data aproximada	Número de famílias	% do total
713	115,311	1.4
742	95,586	1.1
806	74,467	3.1
976	467,808	7.2
1068	992,087	6.7
1078	1,044,235	6.3
1031	1,330,000	11.5
1208	1,599,214	12.6

ELVIN, 1973, p. 206.

Por fim, o diagrama abaixo sumariza o deslocamento demográfico para o sul, relacionando-o ao que Elvin chama de revolução econômica medieval.

Figura 2.7 Distribuição demográfica da China, ano 2 a 1953



Fonte: ELVIN, 1973, p. 204.

Em suma, as mudanças na formação social da China entre os séculos X e XV não foram geograficamente equânimes. Elas se concentraram no centro-sul do país e com maior intensidade em Jiangnan, que, segundo Smith (2003, p. 8) teria sido a única região poupada pelas guerras nos dois aspectos mais importantes: população e ciclo de desenvolvimento. Portanto, é correto deduzir que o desenvolvimento mencionado nas páginas anteriores tenha sido mais intenso nesta macrorregião da China do que nas outras e, conforme visto adiante, o comércio exterior a partir de Jiangnan, mas também de outras províncias costeiras como Fujian e Guangdong, será crucial para o seu desenvolvimento.

A tabela abaixo apresenta a crescente parcela das províncias costeiras no total da receita do Estado ao longo de cinco séculos e o auge teria ocorrido entre as Dinastias Song e Yuan.

Ano	(%)
1077 (Song do Norte)	60
1119 (Song do Norte)	82
1324 (Yuan)	74
1394 (Yuan)	54
1578 (Ming)	53

Fonte: Lo, 2012, p. 64

O impacto da Dinastia Yuan sobre a formação social que herdou dos Song é controverso, pois há rupturas e continuidades. A principal ruptura é a demográfica. Entre 1278 e 1368 a população chinesa caiu cerca de 30%, passando de cem para cerca de setenta milhões. As causas prováveis são variadas: guerra entre os Song e os mongóis, surto da peste negra (ABU-LUGHOD, 1989) queda da produtividade da terra devido ao esgotamento da expansão territorial chinesa para o sul (ELVIN, 1973), desastres naturais e clima desfavorável.

A tabela abaixo apresenta dados dessa queda entre 1278 e 1368.

1278 Yuan (início)	99.627
1367 Yuan (final)	71.496
1368 Ming (Imperador Hungwu)	71.221
1393 Ming (Imperador Hungwu)	69.887
1402 Ming (Imperador Yongle)	71.799
1424 Ming (Imperador Yongle)	74.574

Fonte: Maddison, 2007.

Porém, a revisão crítica feita por Li Bozhong (2003) nos parece coerente. O autor revisita cada um dos fatores malthusianos que teriam provocado a queda demográfica e demonstra que os dados costumam ser exagerados. Em primeiro lugar, Li busca novas fontes para demonstrar que a queda não foi tão acentuada e em regiões mais desenvolvidas como Jiangnan houve até um equilíbrio populacional. Os danos da guerra também tendem a ser superestimados e, de acordo com Li, os mongóis teriam abandonado a tática de massacres ao ocupar o sul da China. Tampouco há indícios de que desastres naturais e mudanças climáticas tenham sido especialmente mais graves

nesse período. E por fim, o autor traz indícios de que a produtividade da terra em Jiangnan foi elevada com novas técnicas de irrigação e drenagem.

Apesar da revisão de Li, a maior parte das fontes aponta para uma queda demográfica na Era Yuan. Porém, se confrontarmos essa queda geral com a estabilidade demográfica de Jiangnan, pode-se assumir que esta região ganhou ainda mais peso na economia chinesa, mesmo com a mudança da capital política de Hangzhou para Daidu (Beijing). E como os principais vetores do sistema sinocêntrico estavam conectados a Jiangnan, conforme visto a seguir, presume-se que o peso das continuidades foi maior que o das rupturas.

Indo além, Richard Von Glahn (2016, p. 290) atribui à transição Yuan-Ming, e não à Dinastia Yuan em si, a grande ruptura econômica. Para ele, a estrutura produtiva da China *durante* o domínio mongol não foi tão alterada porque foram mantidos: i) os incentivos ao comércio de longa distância com o enquadramento/cooptação dos comerciantes, ii) a produção agrícola voltada para o mercado (e não para a subsistência), iii) os serviços financeiros como crédito, seguros, mercado futuro, etc; iv) o sistema monetário dual de papel-moeda lastreado em prata; e v) Jiangnan continuou como o centro de gravitação econômica da China.

Assim, a fase A dos Ming teria sido o período de retração econômica e mudança na formação social da China – e não o período de domínio mongol. Usando a expressão de Geoffrey Barraclough (1976), esta fase seria uma “zona cinzenta de transição”, quando elementos do mundo antigo e do novo coexistem e suas forças digladiam-se até o momento em que o novo descola-se e adquire dinâmica própria. Em especial, dois imperadores desta fase ilustram a transição: o primeiro da Dinastia Ming, Hungwu (1378-1394), que acelerou a ruptura com o regime anterior, e o terceiro, Yongle (1402-1424), que apesar de continuar as mudanças internas de Hungwu, adotou uma política externa muito mais próxima do padrão expansivo Song-Yuan dos séculos anteriores.

Hungwu teria sido o responsável pela ruptura com a formação social vigente até então, iniciando um período de estagnação que duraria até a metade do século XVI¹⁹. Segundo Von Glahn (2016, p. 285) suas ações visaram ao retorno a uma sociedade simples, agrária, autossuficiente e livre da ostentação do mercado. O Estado voltaria a ser fisiocrata, cobrando impostos em espécie para redistribuí-los à população e a ideologia estaria muito ligada a um retorno à “verdadeira”

¹⁹ Essa estagnação econômica é vista por muitos especialistas como a razão pela qual o capitalismo não surgiu na China no exato momento em que esta apresentava vários elementos para tal. Se no arco Song-Yuan o país seguiu por um caminho de expansão e extroversão do mercado e comércio de longa distância, a partir dos Ming a China entrou pela rota da Revolução Industrial, voltada para a agricultura de pequena propriedade e para o mercado interno. É a formação do que Von Glahn (2016, p. 290) chama de sociedade de vilas, “*village society*”, e isso não significou uma queda populacional. Pelo contrário, esse processo provocou um *boom* demográfico nos séculos posteriores, porém, não acompanhado de inovações tecnológicas intensivas de produção levando a China à chamada “armadilha de equilíbrio de alto nível”.

China das primeiras dinastias, conduzida por uma classe de eunucos confucianos e supostamente livre da influência estrangeira.

Von Glahn (2016, p. 285-290) discorre sobre os impactos das reformas de Hungwu para a economia da China, em especial para Jiangnan. Uma das primeiras ações do imperador foi desapropriar a elite agrária dessa região e estatizar a terra. Se, por um lado, reduziu as desigualdades, por outro criou um sistema de tributação por espécie (e não em dinheiro) que derrubou a receita do governo e gerou caos no outrora florescente mercado urbano de Jiangnan. Ademais, o imposto cobrado em espécie por unidade produtiva acabou com a geração de excedente e a acumulação de capital que sustentava a elite cosmopolita das grandes cidades. A população urbana caiu e muitos centros comerciais, alguns ligados ao comércio exterior, foram simplesmente abandonados. Após uma tentativa frustrada de restaurar uma moeda lastreada em bronze, Hungwu criou um novo sistema de papel-moeda vetando o uso de ouro e prata, mas em trinta anos a unidade monetária sofreu forte depreciação.

Esse processo gerou um êxodo urbano sem precedentes e, após quase um milênio, o sentido das migrações se inverteu: a sociedade chinesa voltou gradualmente a ser mais rural e interiorana, com fluxos migratórios subindo para o vale central do Yangtzé e para as províncias do norte. Além dos impactos das reformas de Hungwu, Elvin (1973, p. 211) atribui esse fenômeno ao esgotamento da expansão da fronteira agrícola para o sul e, por força do mercado imobiliário, os camponeses teriam sido empurrados para terras mais baratas e menos povoadas no norte e no interior. Outra possibilidade é que essa migração tenha se dado por motivação geopolítica: primeiro para povoar a fronteira norte e conter o perigo de novas invasões mongóis, e segundo por conta dos ataques de piratas, que pilhavam as cidades costeiras devido aos vetos comerciais impostos por Hungwu. O mais provável é que tenha ocorrido uma convergência desses fatores conjunturais com as visões ideológicas e determinações políticas de curto prazo do imperador.

A tabela abaixo²⁰ comprova essa tendência pelo legado das políticas de Hungwu ao longo do primeiro século da Dinastia Ming. Utilizamos dois recortes: por região (norte, centro e sul) e por tipo de província (continental ou costeira). No recorte por região, houve crescimento demográfico apenas na região norte, cujas províncias continentais deram um salto considerável. Na região central houve uma queda em termos absolutos, mas a Bacia do Yangtzé continuou como a região mais

²⁰ Os dados destas tabelas divergem em alguns pontos dos dados de Maddison (2007). Este indica uma população de cerca de 70 milhões em 1393, enquanto Hucker (1998) indica cerca de 60 milhões. Porém, em 1491 os números de Maddison chegam a cerca de 100 milhões enquanto que Hucker apresenta uma queda para 55 milhões. O problema do acesso e da divergência entre fontes primárias é um grande desafio, de forma que devemos tomar tais estatísticas com cautela e interpretá-las como referência de tendências de mais longa duração.

povoada da China. Porém, a queda nas províncias costeiras na região central foi mais acentuada e Jiangnan, que foi por séculos o centro econômico do país, perdeu importância relativa para as províncias interioranas. Por fim, em termos relativos, a região sul e sudoeste foi a que sofreu a maior queda relativa: quase 70%, embora as províncias costeiras tenham se mantido mais populosas do que as do interior. Logo, a queda no sul e sudoeste deveu-se mais às reformas econômicas de Hungwu do que ao século de guerra contra os mongóis, que teriam poupado a região de suas táticas de massacre.

	1393	1491
Norte (Rio Amarelo)	15.481	22.815
Províncias costeiras	5.255	6.759
Províncias continentais	10.226	16.056
Centro (Yangtzé)	36.392	27.531
Províncias costeiras	21.242	14.603
Províncias continentais	15.150	12.928
Sul e Sudoeste	8.664	5.892
Províncias costeiras	8.405	5.509
Províncias continentais	0.259	0.383

Elaborado pelo autor com base em Hucker, 1998, p. 14.

A tabela abaixo reforça o ponto anterior, mostrando que as províncias continentais ultrapassaram ou pelo menos se equipararam à população das costeiras. Infelizmente, o autor (HUCKER, 1998) admite que os dados de 1491 não são tão precisos, mas eles representam uma tendência geral de equilíbrio maior entre norte e centro, e entre litoral e interior. E isso já é um indicador suficiente para aferirmos que, seja por motivos econômicos ou geopolíticos, a formação social na China passou por uma profunda mudança no século XV.

	1393		1491	
	População	(%) do total	População	(%) do total
Províncias costeiras	34.902	57 (%)	26.871	47 (%)
Províncias continentais	25.635	43 (%)	29.367	53 (%)

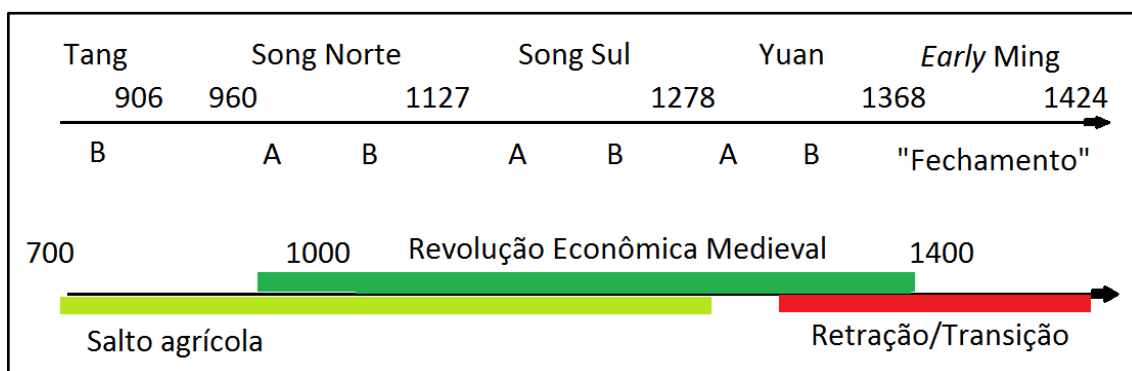
Elaborado pelo autor com base em Hucker, 1998, p. 14.

Hungwu estabeleceu a capital em Nanjing, mas a preocupação com novas agressões dos mongóis o obrigou a elaborar um sistema de transporte de insumos do centro-sul, especialmente sal, para as cidades e fortificações no norte. Porém, a demanda excessiva do governo sobrecarregou o sistema de concessões e certificados aos mercadores, que operavam dentro dos monopólios do Estado. Por conta da insegurança das vias terrestres e marítimas e por não receber suporte financeiro do governo, os produtores de sal foram empurrados para outras atividades ou para o mercado clandestino, reduzindo ainda mais a arrecadação de impostos e afetando a logística de suprimentos na fronteira (VON GLAHN, 2016, p. 288).

Por fim, as relações exteriores da China também foram afetadas pelas reformas de Hungwu, impactando diretamente no sistema sinocêntrico. Por mais que Yongle tenha fugido das diretrizes de Hungwu (visto adiante), as bases do famigerado “fechamento da China para o exterior” foram sedimentadas pelo primeiro imperador Ming. Talvez como causa, talvez como consequência, o fato é que a ruptura na formação social do arco Song-Yuan foi concomitante à decisão de derrubar os vetores do sistema sinocêntrico no SE Asiático (visto a seguir).

A figura abaixo sobrepõe as duas linhas do tempo trabalhadas até aqui: a dos ciclos dinásticos (linha superior) e a da formação social (linha inferior). O argumento principal é: entre a segunda metade do século X e o final do século XIV a China foi palco de um salto qualitativo em sua formação social e estrutura produtiva (revolução econômica medieval) que perpassou os ciclos dinásticos, embora não tenha sido indiferente a eles.

Figura 2.8 A sobreposição dos tempos históricos da China Song-Yuan-Early Ming



Fonte: elaborado pelo autor

Nossa próxima questão é: qual a relação dessas duas linhas do tempo com o sistema sinocêntrico? E a resposta *a priori* é: **os ciclos dinásticos, os conflitos da China com os povos da Ásia Central e a revolução econômica medieval no período Song-Yuan foram as forças**

profundas que deram forma ao sistema sinocêntrico. Para entender melhor esse processo, partimos agora para a análise do sistema e sua projeção sobre o SE Asiático.

3. O sistema sinocêntrico e o Sudeste Asiático: a China como potência naval, comercial e tributária

A influência chinesa no SE Asiático não parece ter decorrido de um plano de Estado deliberado e de longo prazo de expansão de poder, mas de sucessivas decisões políticas de curto prazo moldadas pelas forças conjunturais e estruturais apresentadas nos tópicos anteriores – a dinâmica geopolítica com os reinos “bárbaros” do norte, os ciclos dinásticos e a protorrevolução industrial. Sob nossa perspectiva, essas foram as três condições necessárias (e talvez suficientes) para que a China Song se lançasse ao mar e ampliasse a abrangência geográfica do sistema sinocêntrico para o SE Asiático a partir do século X.

Relações de guerra, diplomacia tributária e comércio privado já eram frequentes na relação da China com os povos da Ásia Central e do NE Asiático (Coreia e Japão), mas foi a partir da Dinastia Song que esses vetores ganharam uma dinâmica própria na interação com o SE Asiático. Parece contraditório que o período de grande pujança econômica da China pré-moderna tenha ocorrido durante uma dinastia aparentemente fraca e acuada por reinos estrangeiros. As sucessões de imperadores Song, a mudança de capital para fugir dos Jurchen e a destruição causadas pelas batalhas em solo chinês parecem se opor à ideia de progresso material.

Porém, essas disputas por poder aceleraram um processo de deslocamento demográfico para o sul (não só para Jiangnan, mas também para Fujian e Guangzhou) que já vinha de séculos anteriores e culminou no salto socioeconômico que extrapolaria os limites da influência chinesa até então. Em outras palavras, a pressão da guerra no norte e o ciclo de desenvolvimento econômico nas regiões costeiras foram processos simultâneos e retroalimentados que serviram de base para a China se tornar uma civilização “mais marítima do que continental” entre os séculos X e XV. E graças a isso, o sistema-mundo sinocêntrico passaria a abranger o SE Asiático por redes de informação, de comércio de bens de luxo e de dinâmica político-militar.

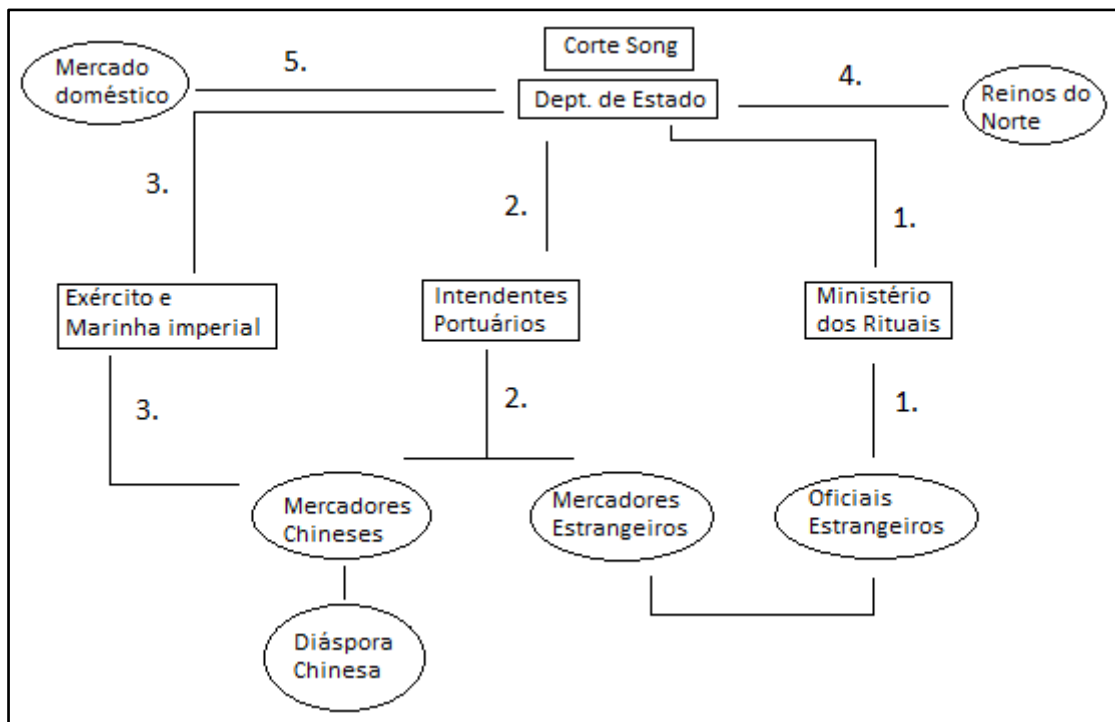
Lo (2012, p. XVI) divide a história naval da China em dois períodos: de 1127 a 1450 como um período de expansão ultramarina (dos Song do Sul até o começo dos Ming); e um período defensivo, de fechamento dos contatos marítimos, de 1517 até 1840. Não obstante, Wade (2012, p. 8) afirma que essa Era Naval teria começado antes, já com os Song do Norte a partir de 960, e é precisamente esse arco de 960 a 1450 que nos interessa.

A figura 3.1 apresenta os pilares do sistema sinocêntrico durante o arco temporal das dinastias Song-Yuan-Early Ming de acordo com o prisma teórico do primeiro capítulo. Nele aparecem **as relações simbólicas/tributárias, comerciais e político-militares** por meio de três grandes ferramentas do Estado: o Exército e a Marinha Imperial, os Escritórios de Superintendência

Portuária e o Ministério dos Rituais²¹. Seguimos a estrutura da obra de Lo (2012), que primeiro apresenta uma visão abrangente e esquemática dos fatores conjunturais da expansão marítima chinesa e depois “desce” no tempo curto dos acontecimentos para analisar a evolução histórica desses três eixos. Assim, propomos um esquema teórico e abstrato, baseado na literatura sobre o sistema sinocêntrico, para analisar os acontecimentos históricos em seguida.

A Dinastia Tang criou seis ministérios que perduraram até o século XX (administração de pessoal, finanças, ritos, exército, justiça e obras públicas) e tornaram-se um marco da burocracia chinesa. O Ministério dos Rituais era o canal de contato entre a Corte Imperial e os emissários estrangeiros, sendo responsável pela hospedagem e entretenimento destes e pela organização dos ritos confucianos de submissão ao imperador chinês (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 78; LO, 2012, p. 94). A partir desses ritos eram realizadas as trocas de presentes (comércio tributário) e os oficiais estrangeiros tratavam de questões diplomáticas, comerciais e militares (eixo 1 da figura 3.1).

Figura 3.1 Os vetores do sistema sinocêntrico entre os séculos X e XV



Fonte: elaborado pelo autor

²¹ Cabe lembrar que este modelo aplica-se à Dinastia Song e sua relação com os povos do SE Asiático, pois as dinâmicas variam no tempo e no espaço. Também lembramos que o Estado Song funcionava com mais repartições, mas estas apresentadas são as relevantes para nossa problemática.

O sistema tributário era parte essencial, embora não a única, do sistema sinocêntrico. Por meio dele o imperador e seu conselho celebravam alianças, declaravam guerras, ordenavam a permissão ou proibição de comércio privado (em alinhamento com as Superintendências Portuárias) e concediam títulos simbólicos que davam legitimidade e status a soberanos estrangeiros. Mas isso só era possível pelo “comércio tributário”, isto é, pela troca de bens de luxo. Para os reinos tributários, possuir um item da corte chinesa era símbolo de refinamento e civilização: a posse de livros, instrumentos musicais, seda, porcelana, papel-moeda e outros produtos era usada para reproduzir relações locais e regionais, isto é, era uma ferramenta para os soberanos mostrarem aos súditos (da elite e do povo) que parte de seu poder derivava da conexão exclusiva com o Império do Meio (POMERANZ; TOPIK, 2015, p. 14). Para a corte chinesa, esse intercâmbio também tinha o papel simbólico de reforçar a superioridade do imperador, mas os produtos de luxo também eram renegociados com os reinos do norte (eixo 4) em troca de animais de grande porte (cavalos, camelos, carneiros) e de metais preciosos.

Para regular o comércio naval privado de longa distância os Song criaram Superintendências Portuárias (eixo 2). Esses escritórios tinham funções burocráticas como inspecionar cargas e oferecer acomodação para marinheiros, mas também três funções que geravam renda para os cofres públicos da seguinte forma: i) aplicação de tarifas alfandegárias que giravam em torno de 10% para bens de luxo e 15% para bens comuns; ii) aplicação de taxas para navios de comerciantes chineses com destino ao estrangeiro – renda que era revertida no setor militar; e iii) venda compulsória para o governo de boa parte dos produtos importados a preços definidos pelo próprio governo numa espécie de monopólio (WADE, 2012, p. 8; LO, 2012, p. 193). Este terceiro canal gerava a maior parte da renda oriunda dos portos porque o governo ganhava de duas formas: i) definindo o preço (em moeda e em produtos como chá, cerâmica e seda) a ser pago pelas mercadorias estrangeiras para revendê-las no mercado interno em associação com a iniciativa privada (eixo 5); e ii) revendendo sete tipos²² de bens de luxo importados para os reinos do norte em troca de animais de grande porte e de metais preciosos. Ademais, as importações de aço eram também um monopólio do governo, sendo usadas em setores mais estratégicos como na construção de obras públicas e no âmbito militar.

Apesar de alguns atritos com as autoridades no tocante a elevações arbitrárias de taxas, em geral os mercadores eram favoráveis ao governo chinês e à estabilidade política porque isso significava maior segurança jurídica em suas operações. Assim, Lo (2012, p. 99) descreve uma espécie de aliança Estado-capital que muito se assemelha às origens do capitalismo na Europa: de

²² Os sete bens de luxo revendidos aos povos do norte eram: pérolas, cascas de tartaruga, chifres de marfim, corais, chifres de rinoceronte, incensos, âmbar e cornalina.

um lado o Estado extrai renda por meio de tarifas comerciais e controle monopólico tanto dos recursos importados quanto dos exportados, e de outro os mercadores obtêm lucros a partir de concessões de comércio (inclusive atuando nesses monopólios), segurança jurídica para seus negócios e até mesmo proteção física das rotas comerciais. Porém, há visões divergentes: para Rossabi (2014, p. 203) a classe dos mercadores na China não chegou nem perto do poder político da burguesia europeia pós-medieval, pois o Estado os controlava por meio de monopólios e os estratos mais ricos acabavam comprando terras para se tornar aristocratas e preparar seus filhos para os concursos da burocracia chinesa. Assim, ao invés de um Estado com tino empresário (como os Países Baixos e a Inglaterra nos séculos XVII e XVIII), tem-se uma classe de empresários com ambições de se tornar burocrata e aristocrata.

Cabe aqui uma nota relevante. Tanto o comércio tributário quanto o particular ocorrem essencialmente com bens de luxo e não com bens primários, de forma que essa “rede de interação” serve para amalgamar o sistema-mundo na visão de Chase-Dunn e Hall (1997), mas não na visão de Wallerstein (2006a), que admite apenas a integração por redes de bens primários na divisão social do trabalho. Isto é, vemos aqui o mundo sinocêntrico incorporar o SE Asiático ao seu sistema-mundo, mas apenas de acordo com o modelo de Chase-Dunn e Hall.

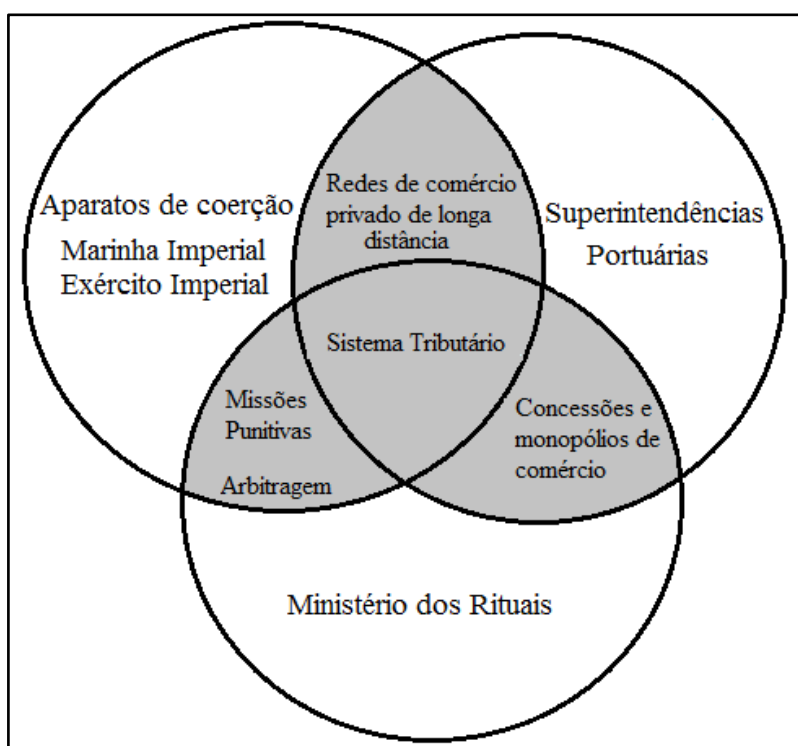
Por fim, o **eixo 3** representa o braço armado da expansão marítima chinesa, que Lo (2012) divide em três ciclos. O primeiro ocorreu ainda na Dinastia Han e o segundo nas dinastias Sui-Tang, em geral projetando poder sobre regiões costeiras mais próximas, como a Península Coreana e o Vietnã (que permaneceu como província chinesa até 939 d.C.) (WADE, 2012, p. 4-6). O terceiro e principal ciclo se deu no arco Song-Yuan-*Early* Ming (960-1450) com uma revolução marítima que decorreu de novas tecnologias de construção naval, uma cartografia mais apurada, o uso de armas de fogo (com pólvora e fogo-grego) e a adoção de novas técnicas de navegação. Já na Dinastia Song, mas principalmente com os Yuan e os Ming, a China utilizou em larga escala sua força naval para influenciar e invadir reinos do SE Asiático, além de patrulhar e proteger as rotas comerciais desde sua costa até o Estreito de Malaca.

Em suma, a Marinha Imperial, as Superintendências Portuárias e o Ministério dos Rituais tornaram-se os principais vetores de projeção da China sobre o SE Asiático no arco temporal Song-Yuan-*Early* Ming. Mais do que simples vetores, há sinais de que essas instituições reforçaram-se mutuamente ao vincular o acesso aos monopólios de comércio do Estado às relações diplomáticas estabelecidas por missões tributárias ou por alianças militares.

A figura abaixo apresenta o emaranhado de relações que compuseram o sistema sinocêntrico. As interseções entre os vetores (em cinza) correspondem às redes de interação propostas por Chase-Dunn e Hall (1997): o comércio de bens de luxo – privado e tributário; e a dinâmica político-militar.

Conforme visto, o sistema tributário está no centro porque era por meio de missões tributárias e trocas de presentes oficiais que laços comerciais, simbólicos e militares eram estabelecidos. A interação entre o Ministério dos Rituais e as Superintendências Portuárias girava em torno de concessões e monopólios de comércio privado. A interação entre as superintendências e os aparatos de coerção se dava pela proteção das redes de comércio privado e enquadramento dos grupos de comerciantes. E a interação entre o Ministério dos Rituais e os aparatos de coerção moldava as relações estratégicas da China com seus vizinhos, por meio de missões punitivas, arbitragem em conflitos locais e outras ações de diplomacia e guerra.

Figura 3.2 Os elementos constitutivos do sistema sinocêntrico entre os séculos X e XV



Fonte: elaborado pelo autor

Nossa tarefa a seguir é examinar a evolução histórica desses canais de projeção externa da China Imperial que, apesar das oscilações dinásticas, manteve certa coerência no tempo e no espaço, formando um sistema-mundo com redes de informação, de comércio de bens de luxo e de interação político-militar (CHASE-DUNN; HALL, 1997). A tabela abaixo apresenta o método de análise utilizado: examinaremos os três vetores de projeção externa da China Imperial em quatro ciclos dinásticos. Com isso, a inovação a que nos propomos não é historiográfica e sim metodológica, isto é, um método que dialogue com a historiografia pautada nos acontecimentos

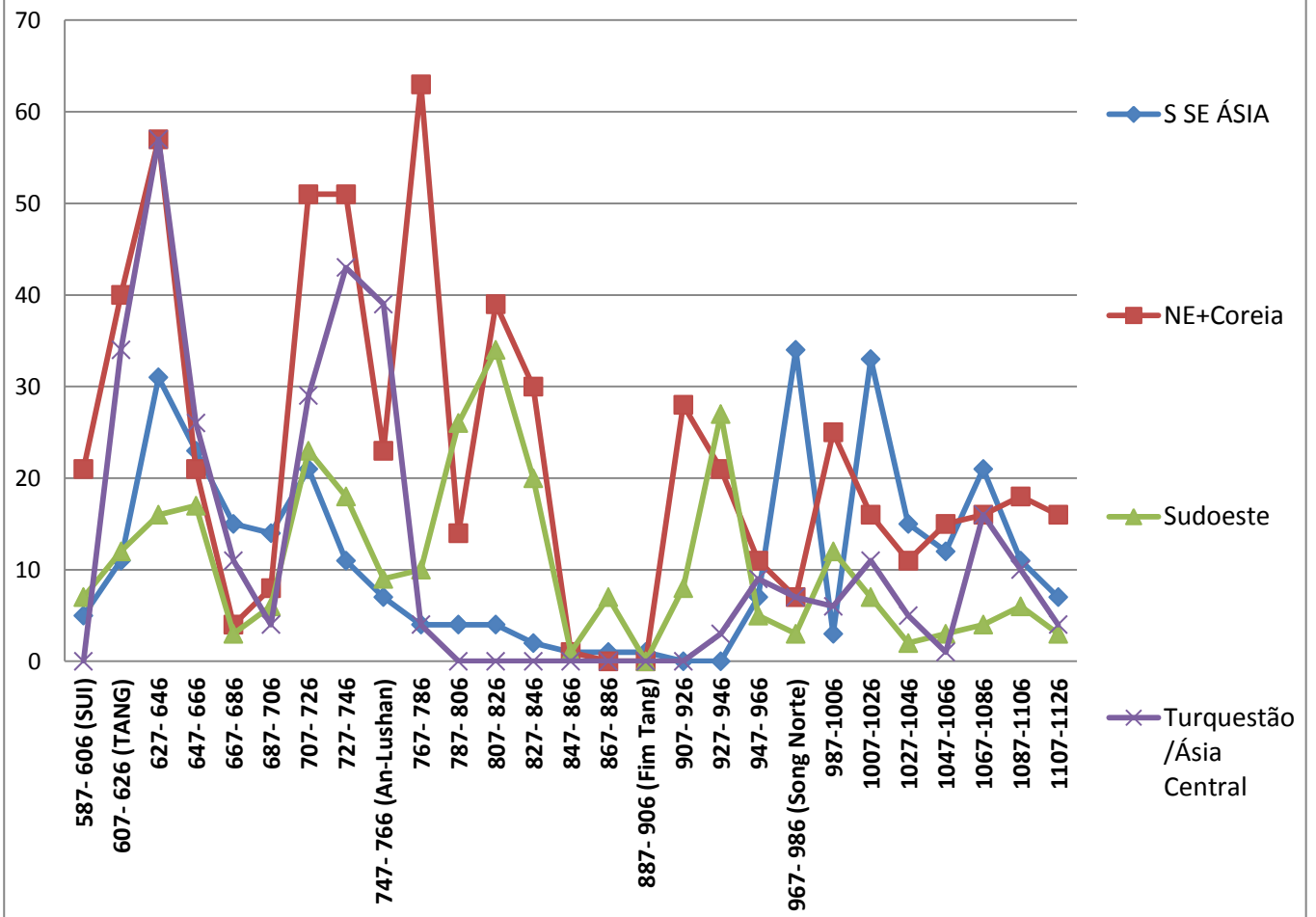
(eixo horizontal das dinastias) e com as abstrações teóricas das ciências sociais (eixo vertical dos pilares do sistema sinocêntrico).

Tabela 3.1 Método de análise do sistema sinocêntrico: ciclos dinásticos e vetores de projeção externa da China Imperial				
	Song do Norte (960-1127)	Song do Sul (1127-1278)	Yuan (1278-1368)	Early Ming (1368-1434)
Sistema Tributário				
Dinâmica político-militar				
Comércio privado de longa distância				

Fonte: elaborado pelo autor

Começamos com um panorama geral do sistema tributário e depois “descemos” no tempo curto de cada ciclo dinástico. Conforme o gráfico abaixo, a grande mudança da Dinastia Song em relação aos séculos anteriores é que, pela primeira vez, Sul e Sudeste da Ásia apareceram como a região que mais enviou missões tributárias à China, especialmente durante os Song do Norte. Isso está ligado aos fatores conjunturais já mencionados: i) as transformações da economia política doméstica da China; e ii) as pressões geopolíticas no norte, que obrigaram a corte a buscar outras rotas de comércio com a construção de nove portos voltados para o comércio ultramarino, para a repressão à pirataria e para o estabelecimento de alfândegas marítimas (STUART-FOX, 2010, p. 111). Assim, o salto das missões do Sul e Sudeste da Ásia, nítido a partir de 960 com a fundação da Dinastia Song, é o primeiro indício de que o deslocamento demográfico e geopolítico da China para o sul e para o litoral começou a ter efeitos para além das regiões mais tradicionais de contato.

Figura 3.3 Missões tributárias à China por região



Fonte: Bielenstein, 2005; Kang, 2010

Outra correlação possível é entre a frequência das missões tributárias e as fases de vida das dinastias. O gráfico abaixo mostra que a fase A das dinastias Tang, Song e Ming foi marcada pela grande quantidade de missões recebidas. Isso porque: i) a literatura mostra que seus primeiros imperadores foram mais proativos em enviar representantes às nações vizinhas para anunciar a transição e legitimar-se como soberanos – incentivando ou até mesmo coagindo reinos menores a enviar presentes/tributos; e ii) as nações vizinhas viam nessas transições uma oportunidade para reforçar laços simbólicos, comerciais e militares com uma China mais forte e mais segura para fazer negócios.



Fonte: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

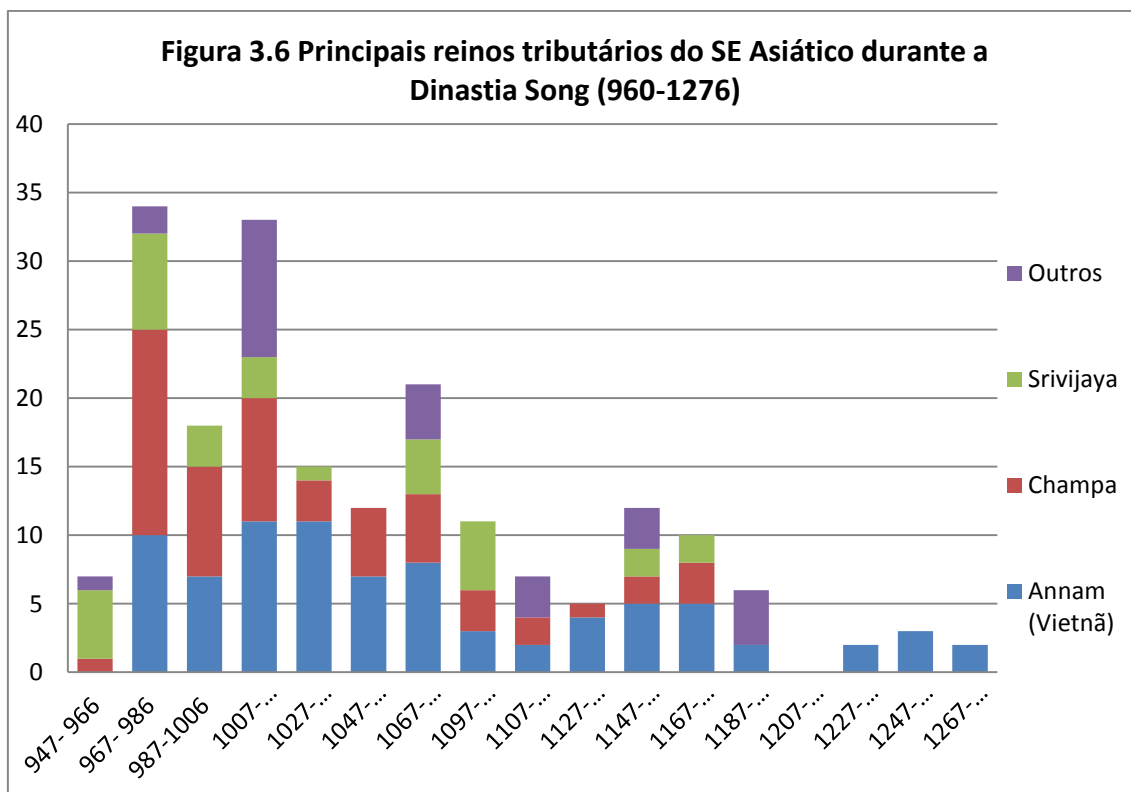
O padrão se repete, de forma ainda mais nítida quando examinamos apenas as missões enviadas pelos reinos do SE Asiático (gráfico abaixo).



Fonte: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

Se o gráfico acima diz muito sobre os ciclos dinásticos da China, o gráfico abaixo diz muito sobre o SE Asiático, pois apresenta os principais tributários da região. Na Era Song as missões

ficaram mais concentradas em três atores (Srivijaya, Champa e Vietnã) e o grupo “outros” teve uma recorrência muito menor. Essa constatação é fundamental, pois diz muito sobre a abrangência ainda limitada do sistema sinocêntrico.



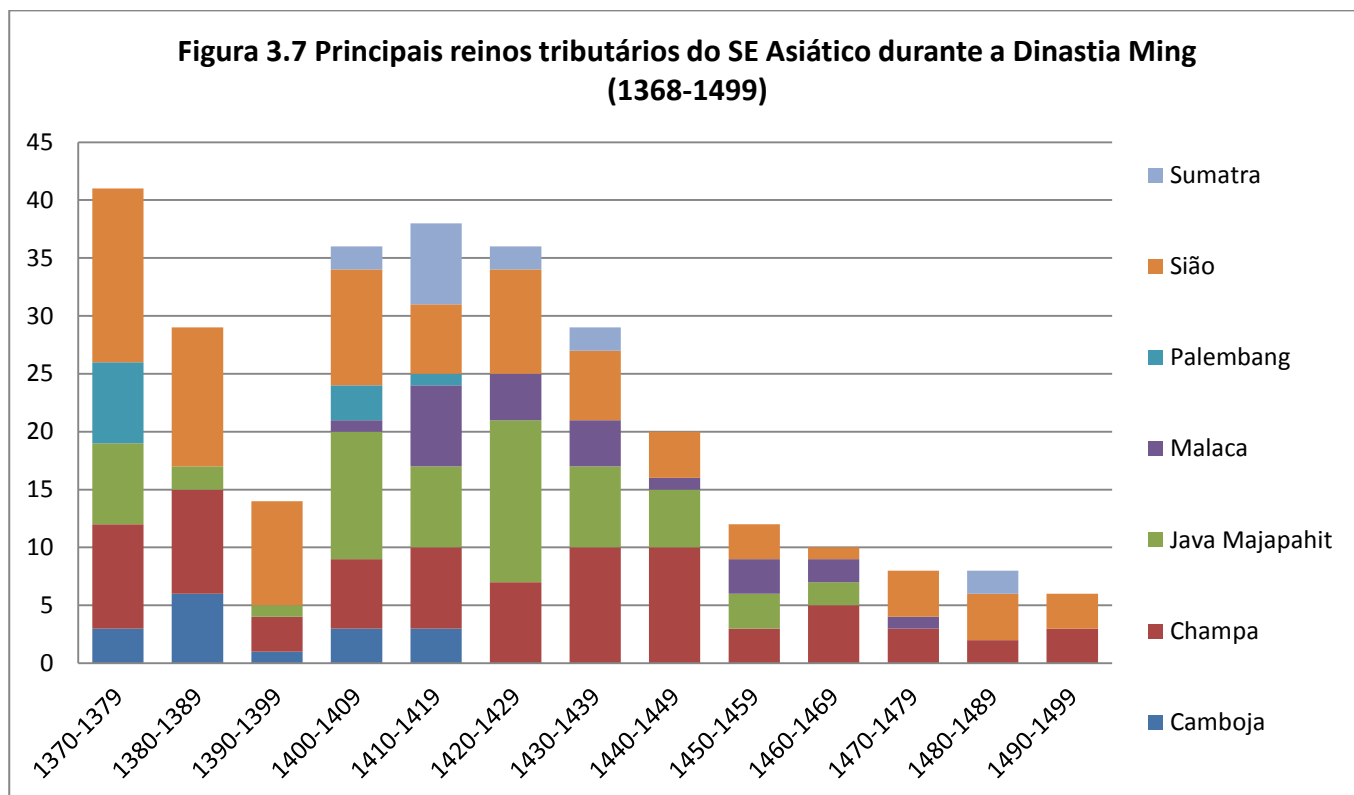
Fonte: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

Atribuir a frequência das missões acima apenas às fases A e B dos Song é contar somente parte da história. Os Song do Norte receberam inúmeras visitas oficiais do Vietnã e de Champa porque: i) estes disputavam o controle da face oriental da Península da Indochina e o apoio militar chinês poderia ser determinante para a vitória de um ou de outro; ii) o Vietnã tornara-se independente da China em 939 e desde então vinha trocando contatos com os Song para garantir sua autonomia por meio da deferência simbólica ao sistema sinocêntrico; e iii) Champa tinha interesses comerciais com a China que iam além do simples apoio militar no combate ao Vietnã. Ademais, a queda no número de missões do Vietnã para os Song do Sul, após 1127, não significou fraqueza da China, mas sim uma acomodação nas relações bilaterais, com ajustes de fronteiras, estabilidade e o foco de ambas as partes em outras questões mais prementes de segurança.

Infelizmente não encontramos dados disponíveis das missões tributárias enviadas à Dinastia Yuan, talvez porque os mongóis tenham privilegiado mais as relações comerciais e militares do que as simbólicas ou porque muitos dos antigos tributários dos Song se negaram a reconhecer os

mongóis como líderes legítimos do Estado chinês. E há também a dificuldade de acesso às fontes primárias porque a dinastia que derrubou os mongóis (os Ming) destruiu parte dos registros.

A quantidade de missões na fase A dos Ming manteve-se semelhante à dos Song, mas a variedade de reinos tributários aumentou de forma expressiva. Novamente, isso decorreu não apenas da proatividade dos primeiros imperadores Ming (Yongle em especial, ao financiar as navegações do almirante Zheng He), mas também de uma dinâmica própria do SE Asiático de formação de unidades políticas mais complexas e com ambições diplomáticas mais relevantes, ainda que tenham sido incentivadas e/ou coagidas a submeter-se à assimetria multifacetada da China. De todo modo, a maior variedade de missões mostra que o governo de Yongle ampliou a abrangência geográfica do sistema sinocêntrico.



Fonte: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

Portanto, o sistema tributário só funcionou porque foi dialético, porque seus membros perceberam vantagens em se associar à narrativa chinesa de ordem mundial. Os Song do Norte receberam uma alta quantidade de missões e a queda em sua fase B não foi tão acentuada. Curiosamente, quando a capital foi deslocada de Kaifeng para Hangzhou com os Song do Sul, isto é, do interior para o litoral, a quantidade de missões caiu de forma considerável (apesar de um

sobressalto entre 1147 e 1186) e a baixa variedade de tributários foi mantida, com destaque para o Vietnã.

Por fim, a Dinastia Ming tem um novo padrão: a fase A é caracterizada por um grande afluxo de missões, assim como a fase A dos Song do Norte, mas a variedade é muito maior. Este período foi marcado pelas viagens de Zheng He, que reforçaram os vetores simbólico, comercial e político-militar e provaram que a abrangência geográfica do sistema sinocêntrico foi ampliada, chegando até o Estreito de Malaca e o Oceano Índico.

A partir dessa visão geral sobre o sistema tributário buscamos possíveis relações com os outros dois pilares do sistema sinocêntrico.

3.1 O sistema sinocêntrico ao longo das dinastias chinesas

3.1.1 Os Song do Norte

Os três séculos Song foram marcados por um grande paradoxo. De um lado, foi uma era de grande pujança material e simbólica, em que a China deu um salto de desenvolvimento em relação ao resto do mundo com avanços tecnológicos, produtivos e comerciais, na filosofia política, no sistema de governo e na efervescência cultural. De outro, sofreu com o constante avanço militar de reinos estrangeiros no norte que, gradualmente, ocuparam regiões chinesas e abriram caminho para a expansão mongol que dominou a todos, chineses e outros reinos estrangeiros, no século XIII (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 88; KENT, 2013, p. 4).

Desde a unificação em 960, os Song do Norte criaram uma série de “Superintendências de Navios Mercantes” ou “Superintendências Portuárias” visando à promoção e ao controle do comércio exterior por meio de tarifas, inspeções e emissões de licenças para navios mercantes chineses (LO, 2012, p. 192). Começando por Guangzhou (971), foram criadas outras intendências em Hangzhou (987), Ningbo (992), Quanzhou (1087), Jiaozhou (1088) e Shanghai (1113). Os Song do Sul continuaram esse processo em Wenzhou (1131) e Jiangyin (1146) (LO, 2012, YOSHINOBU, 1983, p. 105).

Figura 3.8 Superintendências Portuárias na China Song



Fonte: elaborado pelo autor

Não obstante, a renda do comércio exterior extraída pelos Song do Norte era baixa. Ainda que a maior parte da arrecadação estatal já viesse das províncias costeiras, o comércio exterior era muito menos relevante do que a agricultura e o comércio doméstico (este sob o monopólio do governo em diversos setores). Lo (2012) sugere que o comércio marítimo respondia por uma média de 1,5% do total da arrecadação, Yoshinobu (1983) sugere valores de 2% a 3%. Já Kent (2013, p. 22) aponta para 15% do total.

Apesar dos casos de contrabando, nessa primeira fase de abertura (com os Song do Norte) o monopólio do governo no comércio exterior foi mantido, e a classe dos comerciantes (tanto chineses quanto estrangeiros) foi enquadrada e restrita a pequenas concessões (LO, 2012, p. 193). Já em sua fase B (1067-1127) carecendo de renda para combater os Jurchen, os Song do Norte passaram a incentivar as viagens de comerciantes, prometendo títulos, recompensas e licenças para aqueles que se destacassem (LO, 2012, p. 194). Porém, o intercâmbio continuou sob o monopólio

das Superintendências Portuárias, que definiam cotas e valores para a circulação de produtos como metais (cobre e prata), seda, chá, sal e vinho.

Por fim, o pensamento estratégico dos Song do Norte girou em torno de dois cenários: um de caráter ofensivo contra o Vietnã e outro de caráter defensivo contra os reinos do norte. A interação com o Vietnã foi conflituosa e implicou campanhas militares para tentar reconquistar a região de Hanoi (o Delta do Rio Vermelho) e em uma diplomacia triangular de apoio militar e econômico ao Reino de Champa contra o inimigo comum. Esse período de confrontos e ajustes de fronteiras começou ainda em 939, quando o Vietnã aproveitou a fragmentação política da China para declarar sua independência, até 1084, quando esta foi reconhecida pelos Song (LIEBERMAN, 2003, p. 353). De 1084 até as tentativas de invasão do Vietnã por Kublai Khan, entre 1258 até 1285, as relações sino-vietnamitas permaneceram estáveis e, ironicamente, o número de missões tributárias caiu.

O cenário estratégico no norte apresentou um caráter defensivo desde o princípio da Dinastia Song, com o primeiro acordo de submissão aos Khitans em 1004. A crescente produtividade da rizicultura chinesa atraiu os povos nômades e seminômades das estepes que, pressionados por mudanças climáticas, passaram a atacar e pilhar as franjas do Império Chinês ao longo do século XI, até conquistar a capital Kaifeng em 1127. A incapacidade dos Song em transformar riqueza em poder militar os obrigou a adotar uma postura conciliatória, de acordo com o modelo de Zhou (2011), optando por pagar tributos humilhantes em espécie (seda), moedas de prata e bens de luxo para garantir uma paz temporária (KENT, 2013, p. 19).

Ademais, a construção naval ainda não tinha se desenvolvido e o comando da marinha de guerra ficava sob responsabilidade dos governos provinciais. Isto é, tanto a construção dos navios, quanto seus armamentos, tripulação e poder decisório careciam de um comando centralizado e uma visão estratégica, que viria somente com os Song do Sul. Como consequência, a marinha pouco pode fazer para subjugar o Vietnã e foi pouco efetiva no combate aos povos do norte, tanto nos rios quanto no Mar Amarelo (LO, 2012). Por fim, o comércio marítimo dependia de embarcações estrangeiras (de árabes, indianos e malaios) apesar dos incentivos simbólicos e financeiros dos Song do Norte aos mercadores chineses, e a marinha chinesa pouco contribuía para a proteção das rotas comerciais.

Em tese, a conjuntura de ataques dos Jurchen, conflitos com o Vietnã e início da protoindustrialização na zona rural de regiões costeiras teria empurrado a China para o sul e para as conexões ultramarinas, o que ocorreu apenas parcialmente. De fato, a China tornou-se mais sulina e costeira, mas o SE Asiático continuou ainda distante dos vetores do sistema sinocêntrico.

Portanto, o período de 960 a 1127 foi um prelúdio da projeção chinesa sobre o SE Asiático. As missões tributárias ficaram restritas a apenas três reinos, com destaque para a influência na

disputa de Vietnã e Champa pela primazia da Indochina Oriental. Para além dessa região, a China dispôs de alguma projeção comercial no reino de Srivijaya com permissões de comércio (visto adiante), mas sem grande influência política ou simbólica – bem porque seus navios (de comércio ou de guerra) eram ainda incapazes de chegar tão longe com frequência. Assim, entre o século X e o início do século XII a China viveu intensas mudanças econômicas domésticas e seríssimas ameaças militares das estepes, e sua capacidade de projeção militar e econômica no SE Asiático continuou baixa, embora tenha crescido em relação aos séculos anteriores.

Nossa hipótese é que esse perfil ainda baixo de projeção decorreu da dispersão geográfica entre os centros de poder político e econômico. A capital Kaifeng, no interior, era o centro de tomada de decisão militar e o destino final das missões tributárias, enquanto o Delta do Yangtzé (Jiangnan) já se tornava o principal centro econômico com o início da protorrevolução econômica medieval e a Superintendência de Guangzhou, no extremo sul, era o principal ponto focal do comércio exterior. Por fim, a projeção militar sobre o SE Asiático ficou limitada ao Vietnã, onde foi considerável até 1084, mas foi ofuscada pela ameaça concreta dos Jurchen, que tomaram Kaifeng em 1127.

3.1.2 Os Song do Sul

Foi com a fuga da corte imperial de Kaifeng para Hangzhou (em 1126-27) diante da invasão dos Jurchen que a China (agora sob os Song do Sul) consolidou o sistema sinocêntrico na relação com o SE Asiático. Arrighi (2008, p. 328-329) sumariza as mudanças da seguinte forma:

Durante o período Song [do Sul] (1127-1276), as elevadas despesas militares e as indenizações de guerra aos povos mongóis e tunguzes na fronteira norte da China, juntamente com a perda do controle da rota da seda e o enfraquecimento de monopólios governamentais lucrativos, como a produção de sal, ferro e vinho, levaram a corte Song a privilegiar o comércio marítimo como fonte de renda. Teve particular importância o estímulo da tecnologia de navegação por meio do apoio técnico e financeiro dos estaleiros. (...) Além disso, a eficiência do cultivo de arroz para assegurar excedentes de alimentos acima do nível de subsistência permitiu aos agricultores aumentar a quantidade e a variedade de produtos cultivados e comercializados e dedicar-se a atividades não agrícolas.

O carro-chefe deste movimento foi o comércio privado e a mudança na relação do governo com os mercadores. A tabela abaixo mostra o salto na arrecadação bruta do Estado com o comércio marítimo e sua parcela no total da receita do governo.

Tabela 3.2 Parcela da receita do comércio marítimo na receita total das Dinastias Song do Norte e do Sul			
	Receita total (em moedas) (A)	Receita do comércio marítimo em moedas (B)	Relação (B/A)
960	16.000.000	300.000	1,87%
1049-54	39.000.000	530.000	1,36%
1086-93	48.480.000	417.000	0,82%
1102-11	60.000.000	1.111.000	1,70%
1128	10.000.000	2.000.000	20%
1159	40.000.000	2.000.000	5%

Fonte: LO, 2012, p. 191-192.

Apesar da falta de dados mais precisos, é nítido o salto no primeiro ano dos Song do Sul, quando o comércio exterior chegou a 20% de toda a receita. Apesar de a porcentagem ter crescido também em razão da queda da arrecadação total dada a tomada de Kaifeng pelos Jurchen (LO, 2012, p. 190), o aumento no valor absoluto arrecadado prova que o comércio marítimo ganhou importância.

A postura do governo com relação aos comerciantes também mudou e acentuou esse crescimento. Surgiu uma poderosa classe de mercadores que passou a atuar nas finanças, serviços, manufaturas e comércio, operando inclusive os monopólios do governo. Nesse sistema de patronagem, os comerciantes iniciaram no transporte de produtos do monopólio estatal (chá, seda, sal e vinho), depois no comércio varejista desses produtos e, ao final da Dinastia Song do Sul, já exerciam forte influência nos monopólios em si (LO, 2012, p. 198). Porém, a cooptação dessa classe pelo Estado foi reforçada com a concessão de títulos, privilégios e cargos públicos a comerciantes chineses e estrangeiros que se destacassem em suas atividades (Idem, p. 199; CLARK, 1991, p. 134). Assim, até mesmo neste período de protagonismo dos agentes econômicos o Estado manteve sua posição hegemônica, com sua burocracia sendo inclusive o plano de carreira e de vida de muitos comerciantes (ROSSABI, 2014, p. 203).

O salto econômico qualitativo atingiu seu ápice entre os séculos XII e XIII e o setor agrícola tornou-se mais comercial e menos de subsistência. A zona rural não apenas passou a sustentar o consumo dos grandes centros urbanos costeiros, mas também abrigou atividades não agrícolas como manufaturas de têxteis e fornos de cerâmica ligados ao comércio exterior, precisamente de acordo com o conceito de protoindustrialização de Mendels (1972). Por consequência, o uso do papel-moeda nas transações tornou-se ainda mais recorrente (ROSSABI, 2014, p. 202).

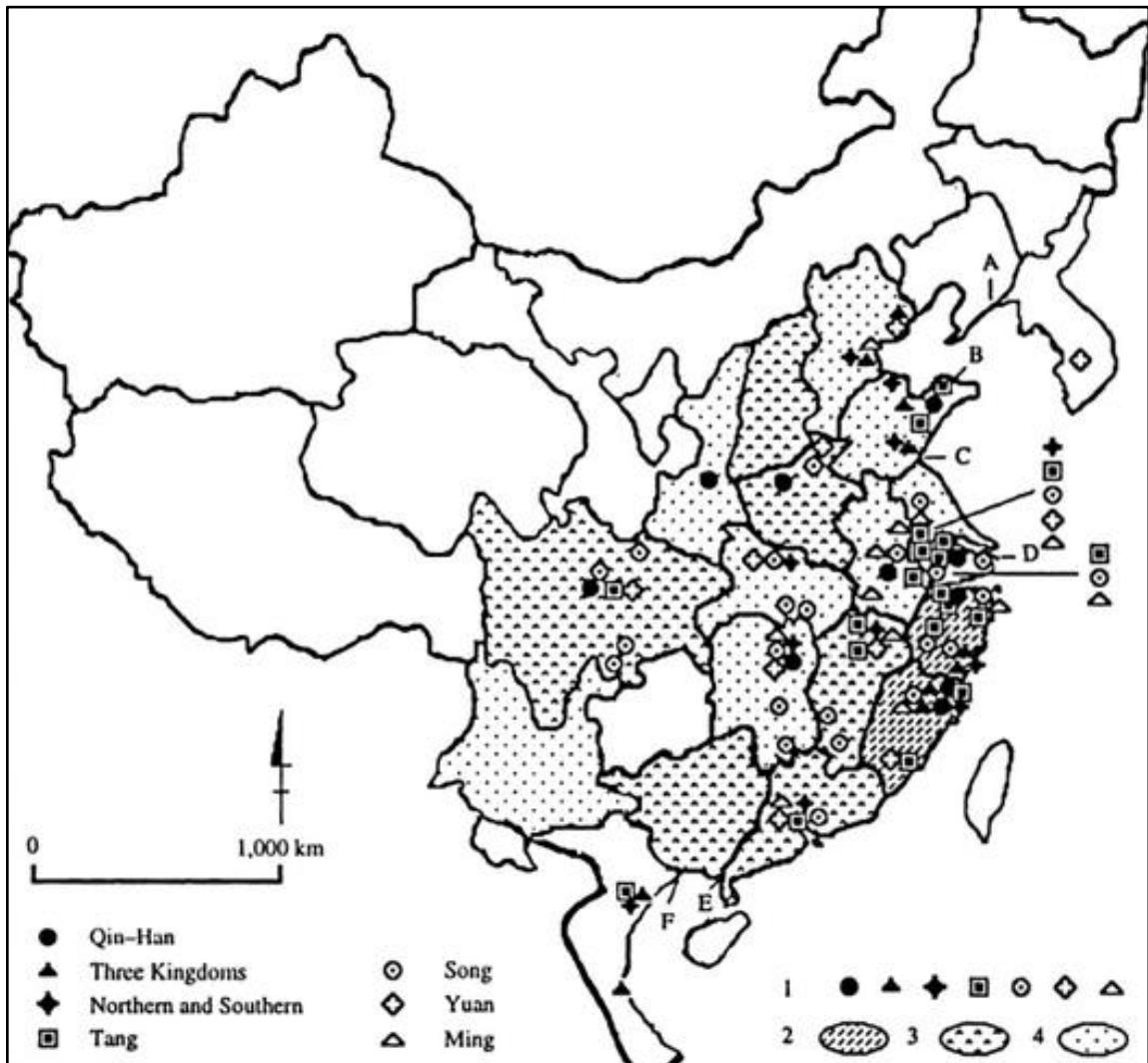
A conexão entre o comércio privado e a esfera político-militar ficou mais forte e foi influenciada pelas redes de informação conectadas à Ásia Ocidental/Oriente Médio. O afluxo de comerciantes e marinheiros trouxe materiais, conhecimento de construção naval e técnicas de navegação que fariam dos Song do Sul a referência mundial na área, passando concorrentes árabes, indianos e malaios. A Marinha Imperial passou a operar no Mar da China e no Mar do Sul da China, combatendo a pirataria e protegendo as rotas de comércio da Ásia Oriental, em geral controladas por navios e comerciantes chineses (LO, 2012, p. 191).

Nas palavras de Lo (Idem):

(...) increasing trade revenue turned the attention of the government to the encouragement of commerce, resulting in the rise of a powerful merchant class, the protection of trade, and in the strengthening of the naval forces. It gave impetus to naval architecture, so that, in only a century and a half, the Chinese were able to wrest control of the sea-borne commerce and trade routes in the China Seas and the Indian Ocean from the Arabs, whose power declined following the end of the Abbasid Caliphate.

Dois processos foram cruciais para esse salto: a indústria de construção naval e a reforma burocrática da Marinha Imperial. A indústria de construção naval recebeu parte da mão de obra liberada pelo salto produtivo da agricultura e foi distribuída de forma mais equânime tanto em províncias costeiras como interioranas (navegação fluvial) (DENG, 1999b, p. 20) o que reflete a especialização regional que caracterizou a protorrevolução econômica medieval dos Song (ELVIN, 1973, EDWARDS, 2013a). O mapa abaixo mostra como a construção naval distribuiu-se de forma mais equânime na Dinastia Song – especialmente nos Song do Sul.

Figura 3.9 Atividades de construção naval na China, por dinastia



Fonte: DENG, 1999b, p. 21

O segundo processo foi de cunho burocrático. Em 1132 os Song do Sul criaram um escritório específico para “controle e organização do litoral”. Com isso, as forças navais que até os Song do Norte estavam atreladas a exércitos provinciais e espalhadas em pequenas frotas na costa e nos rios foram incorporadas ao Exército Imperial. Mais do que simples incorporação, a Marinha foi expandida com a encomenda de diversas embarcações à indústria naval e novas bases foram construídas por todo o litoral (LO, 2012, p. 143).

Curiosamente, as ações da Marinha Imperial dos Song do Sul são retratadas como defensivas: há uma ênfase na proteção das rotas de comércio contra piratas e em batalhas contra os ataques dos reinos do norte, que também criaram suas próprias forças navais (LO, 2012, p. 145). Com isso, a frota chinesa tornou-se mais marítima do que fluvial e sua capacidade de projeção de poder

aumentou, ainda que oficialmente para fins defensivos. Para tanto, os Song do Sul executaram sucessivos programas de construção naval (Idem, p. 146) e instaram/coagiram comerciantes chineses a doar ou emprestar embarcações de comércio para serem transformadas em navios de guerra. Ainda mais curioso é que há registros de piratas sendo cooptados pelos Song. Estes conferiam títulos e cargos na Marinha Imperial em troca da rendição dos “fora da lei”, que eram, em muitos casos, comerciantes barrados do comércio privado, tratados como contrabandistas e corruptores. Em suma, o enquadramento desses grupos pelo Estado chinês era implacável, fosse pela fiscalização e tributação ao comércio lícito ou pela cooptação e coerção sobre os piratas/contrabandistas²³.

Portanto, o peso do Estado na economia ficou ainda mais forte de duas formas: i) o comércio exterior passou a ser incentivado por meios simbólicos (títulos a mercadores) e materiais (aumento da participação de comerciantes nos monopólios do governo e não à revelia destes); e ii) a alocação de recursos públicos na construção naval gerou um efeito multiplicador de dispersão geográfica dos estaleiros, ainda que o Delta do Yangtzé continuasse como a região mais dinâmica e mais integrada às redes de comércio exterior. Não por acaso, Jiangnan tornou-se o principal centro de produção de cerâmica da China, sustentado por uma oferta doméstica de produtos agrícolas e por uma demanda externa de produtos chineses de maior valor agregado (ROSENTHAL; WONG, 2011, p. 41).

Novamente há uma alternância entre os vetores do sistema sinocêntrico. Durante os Song do Norte prevalecera a esfera simbólica e a projeção militar sobre o Vietnã, enquanto que o comércio exterior tinha ainda pouca importância e estava centrado na Superintendência Portuária mais distante da capital (Guangzhou). Agora com os Song do Sul prevalecera a esfera comercial acompanhada de uma projeção marítima focada na proteção das rotas comerciais. Guangzhou fora ofuscada por Hangzhou e por outros portos no Delta do Yangtzé que se tornaram não apenas o centro político, mas também o centro econômico da China com a integração entre a produção doméstica e o comércio exterior. Conforme visto no ponto 2.1.2, os Song do Sul foram uma dinastia pressionada por reinos do norte militarmente mais fortes, mas economicamente mais pobres, e a chave para sua sobrevivência até a invasão mongol foi o controle de regiões mais dinâmicas no sul da China e o acesso às rotas de comércio marítimo pelo Sudeste da Ásia.

²³ Citando Antony Reid, Geoffrey Gunn (2011) afirma que “pirataria” é um construto ocidental e não tem equivalentes em chinês ou malaio, o que ofusca o verdadeiro sentido das alianças mercadores-piratas.

3.1.3 Os mongóis e a Dinastia Yuan

A fase B dos Song do Sul culminaria na sequência de derrotas militares para os mongóis ao longo do século XIII e na queda demográfica na China. Para alguns autores (ELVIN, 1973), a conquista mongol seria uma inflexão no salto econômico qualitativo dos Song ou mesmo a principal causa do não surgimento do capitalismo na China (CHASE-DUNN; HALL, 1997; ABU-LUGHOD, 1989). Porém, para Smith (2003, p. 8) a região de Jiangnan, que já era o coração político e econômico da China, foi poupada da guerra nos dois aspectos mais importantes: demografia e ciclo econômico de desenvolvimento. Seguindo o raciocínio de Smith (2003), Von Glahn (2003) e Lo (2012), nossa hipótese é que os vetores de projeção da China sobre o SE Asiático permaneceram como importantes redes de coesão do sistema sinocêntrico, apesar das evidentes rupturas políticas domésticas como o início da reversão da protorrevolução econômica medieval. Isso porque os mongóis não apenas se utilizaram das instituições criadas pelos Song, como as Superintendências Portuárias, o uso de papel-moeda e os avanços náuticos, mas também porque unificaram o território da China após séculos de fragmentação (ROSSABI, 2014, p. 211).

A historiografia divide o período Yuan em duas fases que, como de costume, têm os traços dos ciclos dinásticos. A fase A tende a ser restrita ao período de Kublai Khan (1260-1294) e os traços da fase B começam a aparecer já em sua sucessão e vão até o fim da dinastia Yuan em 1368. Nota-se que há uma sobreposição de tempos: a “Era Kublai” se sobrepõe ao período dos Song do Sul (1127-1278) porque até ser unificada pelos mongóis a China ficou dividida entre as duas unidades políticas.

O vetor militar sobre o SE Asiático foi o mais evidente no período de Kublai Khan, que se tornou imperador mongol em 1260 e imperador chinês ao terminar a expansão sobre os Song em 1279. Já nessas décadas prévias de confronto, os mongóis foram além do território Song: em 1253-4 conquistaram o Reino de Dali (no atual Yunnan) e em 1257 tentaram, sem sucesso, conquistar o Vietnã para flanquear os Song. Porém, apenas décadas depois, em 1278, lograram subjugar os Song de forma definitiva e unificar a China.

Figura 3.10 Mapa político da Ásia Oriental em 1200 d.C. (às vésperas da invasão mongol)



Fonte: nationsonline.org²⁴

Após a conquista da China, o vetor militar dos Yuan sobre o SE Asiático apresentou um padrão sob a liderança de Kublai Khan: o envio de expedições militares sob a forma de missões punitivas para obrigar reinos menores a se submeterem à ordem mundial chinesa. Em geral, essas missões atingiram um primeiro objetivo de vitórias militares, mas sucumbiram a resistências de guerrilhas locais e a falta de legitimidade por ser um povo “bárbaro” operando um sistema construído por dinastias chinesas.

Após conquistar Dali em 1254 e unificar a China em 1278, os mongóis usaram da região de Yunnan como ponte de projeção militar sobre o SE Asiático²⁵. Kublai Khan ordenou duas invasões ao Reino de Pagan em Burma (em 1277 e em 1287), sempre exigindo submissão simbólica, mas também o pagamento de tributos em espécie (Idem, p. 60-61). Na primeira, Kublai enviou uma missão punitiva após seus emissários serem executados por demandar tributos do rei Narathihapate.

²⁴ Disponível em: http://www.nationsonline.org/oneworld/map/Chinese_dynasties/Jin_Song_Dynasty_Map.htm

²⁵ Neste mesmo período os mongóis também enviaram expedições militares à Península Coreana (1258) e ao Japão (1274 e 1281), mas como a dinâmica do sistema sinocêntrico no nordeste da Ásia era distinta, optamos pelo foco apenas no SE Asiático.

O exército mongol ganhou as batalhas principais, mas foi incapaz de capturar o líder de Pagan e manter o controle deste reino. Na segunda, já com um exército mesclado de mongóis e chineses, os Yuan foram capazes de derrubar o “rei insolente” de Pagan e instalar sucessores mais leais, que enviaram missões tributárias, mas mantiveram a independência do reino (ROSSABI, 1994, p. 485).

Figura 3.11 Invasões mongóis no Sudeste Asiático na segunda metade do século XIII



Fonte: Stuart-Fox, 2003, p. 58.

Além das expedições a Pagan, Kublai também lançou campanhas contra Vietnã e Champa. Assim como Pagan, o rei de Champa, Jaya Indravarman VI, se recusou a enviar missões tributárias à Corte Yuan que, como resposta, enviou uma missão punitiva em 1281 por meio da Marinha Imperial. Esta primeira tentativa de desembarque na costa de Champa, com cem navios e cinco mil homens, foi contida pela guerrilha local. Em seguida, Kublai negociou com o rei do Vietnã, Tran Thanh-ton, a passagem de suas tropas por terra para atacar Champa, mas o pedido foi negado, não por uma aliança mútua contra a China, mas por puro pragmatismo de que um Champa “sinificado” seria um cerco quase absoluto da China contra o Vietnã (ROSSABI, 1994, p. 485). Em resposta, de 1285 a 1287 Kublai deslocou suas forças para atacar o Vietnã em três investidas partindo de Yunnan e de Guangxi, todas fracassadas em função da resistência da guerrilha local e das doenças

tropicais. Por fim, apesar das vitórias militares, os soberanos de Vietnã e Champa acabaram por enviar missões tributárias à Corte Yuan para evitar novos ataques reforçando, pelo menos de forma simbólica, a adesão ao sistema sinocêntrico (Idem, p. 487; ROSSABI, 2014, p. 227; LO, 2012, p. 291).

A última aventura militar de Kublai no SE Asiático seguiu roteiro semelhante às anteriores. O imperador enviou emissários a ilha de Java exigindo submissão do Rei Kertanegara aos Yuan. O emissário retornou à China com a face desfigurada, provocando a ira de Kublai, que enviou uma missão punitiva em 1293 (ROSSABI, 1994, p. 487). Segundo Stuart-Fox (2003, p. 63) esta foi a primeira grande projeção do poder naval chinês no SE Asiático marítimo – bem porque as referências que temos dos Song enfatizam apenas a proteção das rotas marítimas. A própria armada dos Yuan incorporou tanto os navios e tripulações dos Song como a tecnologia e a experiência acumuladas por séculos de navegação. Em retrospecto, a Marinha Imperial Yuan era essencialmente a Marinha Song (LO, 2012, p. 246) ainda mais calejada pelo meio século de batalhas entre si, o que possibilitou a mirabolante invasão de Java.

A missão punitiva de fato enfraqueceu o soberano local e provocou uma disputa política interna. O Príncipe Vijaya, sobrinho do Rei Kertanegara, prometeu submissão aos Yuan em troca do apoio contra forças rivais. O Rei Kertanegara foi assassinado por tais forças, o apoio da China ocorreu e o Príncipe Vijaya fundou um novo império em Majapahit. Em seguida, o novo soberano traiu a aliança com as forças mongóis/chinesas e as derrotou em uma emboscada, tornando-se rei sem a submissão formal ao sistema sinocêntrico.

Em suma, a fase A dos Yuan apresentou três padrões de interação militar com o SE Asiático. O primeiro foi de incorporação total ao império mongol (e posteriormente chinês) com o caso de Dali. Apesar de ter sido tomada pelos mongóis, a região foi sinificada e tornou-se a plataforma de projeção sobre outras partes. O segundo foi de submissão formal com autonomia *de facto*, casos de Vietnã, Champa e Pagan. Os três reinos foram invadidos, travaram combates de resistência, expulsaram as forças mongóis/chinesas e, por fim, aceitaram a submissão simbólica à Corte Yuan para evitar novos ataques. O terceiro foi de independência formal e material apesar da invasão chinesa, caso de Java. A nova dinastia de Majapahit não apenas derrotou as tropas Yuan, como prescindiu de qualquer tipo de submissão simbólica à China para garantir sua independência.

Tabela 3.3 Invasões mongóis sobre o SE Asiático (segunda metade do século XIII)			
Ano	Reino invadido	Resultado	Missões tributárias
1254	Dali (Yunnan)	Submissão formal e material. Dali é incorporada ao império mongol/chinês.	-
1257	Vietnã	Mongóis invadem para flanquear os Song, mas fracassam.	Não
1277	Pagan (Burma)	Vitória inicial sobre Pagan, mas rei foge e mongóis são derrotados pela guerrilha local.	Não
1281	Champa	Invasão marítima. Rei foge para as montanhas e guerrilha expulsa os Yuan.	Sim
1285-87	Vietnã	Três Invasões fracassadas com o objetivo de subjugar Vietnã e chegar a Champa.	Sim
1287	Pagan (Burma)	Vitória inicial sobre Pagan. Derruba o rei "hostil" e apoia facção pró-Yuan, que toma o poder.	Sim
1293	Majapahit (Java)	Missão punitiva enfraquece o rei e apoia facção vencedora, que volta-se contra os Yuan e os derrota.	Não

Fonte: elaborado pelo autor

Há também um quarto padrão, ausente na tabela acima: unidades políticas mais protegidas do avanço Yuan pela geografia. Embora não tenham sido atacados, reinos como Angkor (no atual Camboja), Lopburi e Lan-Na (na atual Tailândia) enviaram missões tributárias à China por receio de serem os próximos a serem invadidos (STUART-FOX, 2003, p. 62-63) – o que reforça o modelo de Chase-Dunn e Hall (1997) sobre a circulação de informação como um dos elementos que conferem coerência a um sistema-mundo.

Infelizmente há uma lacuna nos dados referentes às missões tributárias recebidas pela Dinastia Yuan. Há informações precisas das dinastias anteriores (Tang e Song) e da posterior (Ming), mas não do período mongol. De todo modo, a influência simbólica do sistema sinocêntrico operado pelos Yuan parece ter seguido dois vetores: o da coerção militar que “incentivou” missões tributárias na fase A, conforme visto acima; e o da circulação de pessoas e ideias por meio do comércio privado, da liberdade de crenças e das artes, que perdurou não só na fase A, mas também na fase B dos Yuan.

Neste caso, a literatura apresenta uma contradição. Por um lado, retrata a expansão mongol como um processo brutal de derramamento de sangue por toda a Eurásia – e que só na China teria provocado a morte de até 30% da população e a degradação da produção agrícola e industrial (MADDISON, 2007). Por outro lado, constata-se que a unificação da Eurásia por uma unidade política multicultural intensificou o comércio de longa distância, fazendo da China o ponto focal de contato entre os circuitos marítimos e terrestres da famosa Rota da Seda (ABU-LUGHOD, 1989, p.

319). A resposta provável para essa contradição é que a brutalidade da conquista (que poupou a região costeira chinesa) não foi seguida pela mesma brutalidade na administração da China já inserida na *Pax Mongolica* (VON GLAHN, 2016, p. 279). Assim, cidades portuárias como Quanzhou (em Fujian) tiveram um segundo *boom* comercial com a atuação de mercadores chineses e estrangeiros associados aos mongóis (POMERANZ; TOPIK, 2015, p. 27).

Apesar do foco militar, a Dinastia Yuan não impediu a profusão de culturas e a difusão de conhecimento científico. Pelo contrário, deste período datam os primeiros contatos frequentes e não apenas esporádicos entre agentes dos diferentes regiões da Eurásia: europeus (como o mercador Marco Polo e missionários cristãos), judeus (como o mercador Jacob D’Ancona) e muçulmanos da Arábia, da Pérsia e da Ásia Central (como o ministro das finanças Ahmad) tornaram-se figuras recorrentes na burocracia imperial e nos circuitos de comércio de longa distância ligados à China (ROSSABI, 2014, p. 220).

Se o incentivo ao comércio de longa distância foi uma continuidade Song-Yuan, o enquadramento da classe de comerciantes e o controle das trocas também o foram (LO, 2012, p. 316). O uso de papel-moeda para evitar a drenagem de metais preciosos foi mantido e as Superintendências Portuárias continuaram como principais ferramentas de controle, mas os comerciantes tiveram maior liberdade do que no período Song para obter lucros à revelia dos monopólios do governo no mercado doméstico. Em contrapartida, no comércio exterior eles foram enquadrados para encabeçar missões comerciais e intermediar a entrada de produtos estrangeiros com vistas a criar um “império econômico ultramarino” (Idem, p. 313). A figura de comerciantes uigures e muçulmanos conhecidos como *ortoq* ilustra bem esse processo: além de dispor de benefícios fiscais, esses mercadores também serviram como agentes comerciais e financistas da elite política Yuan. Em contrapartida, foram incorporados à burocracia estatal, em especial nos setores de tributação e comércio, servindo aos interesses do Estado (VON GLAHN, 2016, p. 279). Na prática, um processo muito semelhante à cooptação de comerciantes chineses e estrangeiros feita pelos Song nos séculos anteriores.

Em suma, os três canais de projeção do sistema sinocêntrico estiveram presentes no período Yuan. A projeção militar ficou evidente nas campanhas militares de Kublai Khan e deu o tom da interação com os reinos do SE Asiático. De um lado Rossabi (1994) e Stuart-Fox (2003) afirmam que tais eventos provocaram uma onda de submissão simbólica por temor dos ataques mongóis/chineses – embora não tragam dados precisos das missões tributárias. Já Lo (2012) enfatiza o impacto da projeção militar no comércio de longa distância, pois, para ele, os reinos vassallos enviavam não apenas presentes de luxo à corte Yuan, mas principalmente produtos com

valor de mercado por intermédio de comerciantes que estavam a serviço da criação de um “império econômico ultramarino”.

Em comum esses autores passam do tópico “avanços da Dinastia Yuan” para o tópico “crise da Dinastia Yuan” na famigerada narrativa da fase B (crise das finanças públicas, perda de legitimidade dos últimos imperadores, enfraquecimento do poder militar, etc). A projeção militar da China após a morte de Kublai Khan arrefeceu e o litoral chinês passou a ser atacado constantemente pelos famosos piratas japoneses (LO, 2012, p. 324). É também de se esperar que a frequência das missões tributárias para a Corte Yuan tenha caído em sua fase B porque a força militar da China já não era mais a mesma, embora não haja números exatos para comprovar essa tese.

Porém, o *momentum* inercial da protoindustrialização ainda manteve a China Yuan, e a região de Jiangnan em particular, como protagonistas das redes de coesão do sistema sinocêntrico, principalmente pelo comércio privado de longa distância. Este continuou pujante e sustentado não apenas pela formação social mais extrovertida da China, mas também pela unificação política da Eurásia e pelo ambiente mais favorável a circulação de pessoas, ideias e mercadorias.

3.1.4 Early Ming

O período que vai de 1368 até 1434 (fase A dos Ming) costuma ser visto como o esplendor civilizacional chinês, que culminou nas famosas navegações do Almirante Zheng He. De fato, esta foi uma fase de transição não apenas entre regimes de acumulação, mas também na relação da China com exterior. Conforme visto, a protoindustrialização Song e Yuan funcionou como a infraestrutura econômica que sustentou o sistema sinocêntrico em geral, e sua projeção sobre o SE Asiático em particular. Logo, as mudanças nesta grande infraestrutura tiveram repercussões no sistema sinocêntrico.

As reformas internas de Hungwu (1368-1394) foram concomitantes a um fechamento deliberado dos contatos com o exterior, afetando os três vetores do sistema sinocêntrico. Embora Yongle (1402-1424) tenha mantido parte das reformas internas de Hungwu, no plano externo ele adotou uma postura distinta, buscando uma projeção multifacetada que se assemelhou às dinastias Song e Yuan, mas já incorporando mudanças de seu antecessor. E conforme os imperadores Ming que vieram a seguir retomaram a política externa de Hungwu, fechando ainda mais a China, a transição do sistema sinocêntrico Song-Yuan para outra espécie de sistema ficou completa. Em outras palavras, a política externa de Yongle foi o último suspiro, e ironicamente o auge, de um sistema sinocêntrico pautado pela proatividade e extroversão. Para muitos especialistas, tal

extroversão só terá paralelo posterior na China pós Deng Xiaoping e principalmente na China de Xi Jinping, após um hiato de mais de quinhentos anos. E é precisamente esse paralelo que buscaremos mais adiante.

Nosso desafio agora é identificar o fim do sistema sinocêntrico Song-Yuan. Inspirando-nos em Wallerstein, admitimos que todo sistema-mundo tem começo e fim, e se o sistema sinocêntrico não foi totalmente extinto no século XV, ele foi, pelo menos, transformado em algo muito diferente a partir de então. No âmbito político-militar, o pensamento estratégico dos *Early Ming* incorporou dilemas das duas dinastias anteriores. Assim como os Song, era preciso reforçar a defesa contra as ameaças continentais da Ásia Central; e assim como os Song e os Yuan, as relações com o SE Asiático (tanto continentais quanto ultramarinas) continuaram relevantes (GUNGWU, 1998, p. 303).

Embora os mongóis não estivessem unificados, eles ainda eram capazes de ameaçar as bordas do Império Ming sob a dinâmica do “jogo tributário” (ZHOU, 2011; GUNGWU, 1998, p. 303). Neste caso, Hungwu e Yongle adotaram posturas semelhantes: i) ambos empreenderam missões punitivas contra tribos e reinos da Ásia Central, sendo incapazes de derrotá-los, mas evitando novas invasões; ii) restauraram e ampliaram fortificações da Grande Muralha, deslocando tropas e população civil para lá, por vezes de forma compulsória e em consonância (ou talvez como um das causas) do processo de “retorno” demográfico da China para o interior; e iii) Yongle terminou o projeto de construção do Grande Canal que ligava o norte às regiões mais produtivas da Bacia do Yangtzé em 1415, tornando mais fácil o abastecimento das fortificações na fronteira. Em suma, o conflito com os mongóis permaneceu como uma constante durante os *Early Ming*, mas eles foram mais bem sucedidos do que os Song em conter novas invasões.

Já a interação com o SE Asiático mudou muito entre os dois imperadores. No cômputo geral, Hungwu foi responsável pela maior parte das rupturas que poriam fim ao sistema sinocêntrico e Yongle teria protagonizado o “último suspiro” deste sistema, pois foi sucedido por imperadores que seguiram as diretrizes de Hungwu.

- Hungwu e as origens do fechamento da China para o exterior

No tocante às relações exteriores Hungwu limitou-se ao sistema tributário: nos primeiros anos no poder, recebeu uma grande quantidade de missões tributárias (Figura 3.7) e buscou legitimar-se como filho dos céus ao enviar oficiais a reinos estrangeiros para celebrar rituais e sacrifícios em sua homenagem (GUNGWU, 1998, p. 305). Essa proatividade inicial fez com que seu governo recebesse uma variedade muito maior de missões tributárias do que os Song, mas o ímpeto de

legitimidade foi gradualmente deixado de lado e a quantidade de missões diminuiu. De forma contraditória, ao longo de seu governo Hungwu deixou diretrizes²⁶ para seus sucessores sugerindo que apenas três nações continuassem como tributárias: Camboja, Ryukyu e Sião, o que diz muito sobre sua proposta de fechar a China para o mundo exterior. Para Gungwu (1998, p. 303), a grande contradição de Hungwu foi iniciar seu governo revivendo a retórica sinocêntrica por meio dos simbolismos e rituais, mas não utilizar da força militar nem da centralidade comercial para sustentar essa hegemonia no longo prazo.

Se a matriz simbólica do sistema sinocêntrico foi parcialmente mantida por Hungwu, o comércio privado de longa distância foi profundamente abalado. Enquanto os comerciantes chineses e estrangeiros eram cooptados ou até mesmo incentivados pelas dinastias anteriores, em 1372 Hungwu criou um veto a todo o comércio marítimo particular e em 1374 proibiu que mercadores chineses atuassem nesta atividade (VON GLAHN, 2016, p. 287; LANGLOIS, 1998, p. 168). Ademais, as Superintendências Portuárias, que atuavam na fiscalização desse comércio, adquiriram a função de receber as missões tributárias estrangeiras, passando da regulação do fluxo de mercadorias para a aplicação do veto comercial e dos rituais de submissão à Corte Ming.

Duas foram as principais consequências desses vetos. Primeiro, as missões tributárias ficaram “inchadas” porque mercadores passaram a disfarçar seus produtos de tributos para o imperador. Com isso, os superintendentes criaram um mercado paralelo porque, além de taxar os comerciantes, tinham a primazia de comprar as mercadorias disfarçadas de tributos para revendê-las no mercado interno – gerando altos níveis de corrupção. Segundo, os vetos comerciais incentivaram o contrabando e a pirataria. Mais do que isso, muitos dos navios que atacaram o litoral chinês nessa época eram, na verdade, controlados por comerciantes japoneses, chineses e malaios excluídos das redes de comércio e que, na narrativa oficial, eram chamados de piratas (STUART-FOX, 2003, p. 77). Não por acaso, muitos soberanos que participaram dos rituais de submissão a Hungwu, o fizeram por pura formalidade e pragmatismo a fim de manter os laços comerciais com a China.

No âmbito militar, Hungwu evitou projetar poder sobre o SE Asiático e não se envolveu em grandes disputas territoriais na região, apesar de pequenos atritos com reinos tibetanos em Sichuan

²⁶ O conjunto de diretrizes deixadas por Hungwu ilustra, de forma precisa, a visão de mundo do imperador – que seria mantida por seus sucessores ao longo da Dinastia Ming (exceto Yongle). O principal ponto de política externa é que as nações do além-mar (Vietnã, Champa, Coreia, Sião, Ryukyu), dos oceanos ocidentais (Sul da Índia) e dos oceanos orientais (Japão) estavam separadas por barreiras naturais, não produziam o suficiente para serem anexadas e seus povos não seriam úteis se fossem incorporados ao Império Chinês. Hungwu proíbe expressamente as futuras gerações de imperadores de abusar de seu poder e riqueza para tentar conquistar esses povos – o que só causaria a perda desnecessária de vidas. Em contrapartida, expressa grande preocupação com os perigos nas fronteiras do norte e do oeste, e para estas deveriam ser deslocados generais sábios e soldados bem treinados. Trecho retirado da obra *Ancestral Injunctions*, de Hungwu (GUNGWU, 1998, p. 312).

e tailandeses em Yunnan. Se por um lado os Song do Norte passaram mais de um século tentando reconquistar o Vietnã (de 960 até 1084) e Kublai Khan invadiu diversos pontos do SE Asiático, por outro, Hungwu rompeu com o histórico de projeção militar da China na região e inaugurou uma tradição Ming de evitar as empreitadas que foram parte indispensável do sistema sinocêntrico Song-Yuan. Os sucessores de Hungwu, exceto Yongle, mantiveram a postura de evitar intervenções militares no SE Asiático (STUART-FOX, 2003, p. 79).

Três fatores corroboram esse argumento. Primeiro, Hungwu executou sim projetos de expansão da Marinha Imperial, mas com objetivos de defesa. Entre 1370 e 1394 o imperador emitiu várias ordens de construção naval²⁷, mas a principal função das novas embarcações era a proteção da costa contra os ataques piratas. Assim, toda a tecnologia de navegação acumulada nos séculos anteriores foi subutilizada e destinada apenas à proteção das fortificações costeiras (LANGLOIS, 1998, p. 168).

Segundo, dentre os conselhos deixados para seus sucessores, Hungwu escreveu uma lista de reinos que não deveriam ser invadidos pela China, sendo, no máximo, incluídos na zona de influência simbólica do Império do Meio (Ibidem). E terceiro, até mesmo na disputa entre Vietnã e Champa, em uma região de forte projeção chinesa, Hungwu evitou aventuras militares, atuando mais como mediador dos conflitos locais.

Em suma, a política externa de Hungwu foi coerente com as mudanças internas da China, embora seja difícil identificar os nexos causais específicos. A transição para uma formação social voltada para a pequena propriedade agrícola em detrimento do comércio exterior, o deslocamento demográfico do litoral para o interior, o maior foco no exército em detrimento da marinha e a busca por legitimidade interna, mais do que externa, se combinaram com uma política externa de “baixo perfil”. Isto é, não houve grandes empreitadas militares para além da tradicional zona de conflitos com os mongóis, o número de missões tributárias recebidas começou alto, mas caiu ao longo do tempo (figura 3.7) e a gravitação econômica em torno da China pelo comércio de longa distância foi severamente abalada.

Alguns imperadores Song e Yuan podem até ter se aproximado dessa política externa de baixo perfil de Hungwu, mas o *momentum* inercial das forças de longa duração, em especial a protorrevolução econômica medieval, sustentou a projeção da China para o exterior e reforçou os vetores do sistema sinocêntrico mesmo nas fases B dessas dinastias. Quando esse *momentum* foi perdido, primeiro com os danos da guerra entre os Song e os mongóis e depois, principalmente,

²⁷ Em 1370, por exemplo, foram criadas vinte e quatro fortificações costeiras supostamente guarnecidas por 50 embarcações e 350 marinheiros (LANGLOIS, 1988, p. 168).

com as reformas de Hungwu, os vetores do sistema sinocêntrico entraram em um caminho sem volta.

Yongle e o último suspiro do sistema sinocêntrico no Sudeste Asiático

O último suspiro do sistema sinocêntrico veio com Yongle, o terceiro imperador Ming. A grande diferença deste soberano para Kublai Khan ou para os imperadores Song é que suas empreitadas em política externa não estavam assentadas na base material da revolução econômica medieval. Yongle acentuou ainda mais o *gap* entre uma economia crescentemente introvertida e uma política externa ambiciosa e extrovertida ao manter os projetos domésticos de Hungwu, como a construção do Grande Canal e o deslocamento de pessoas e recursos militares para o norte (inclusive com a mudança da capital, de Nanjing para Beijing).

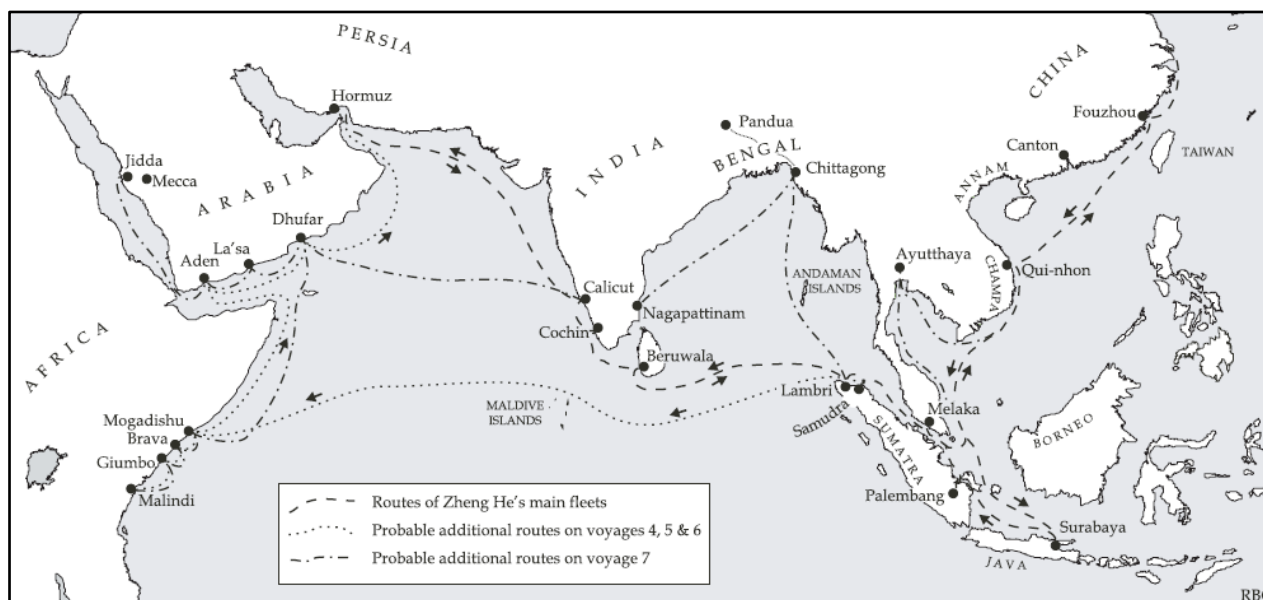
Dois episódios que perduraram por praticamente todo o governo de Yongle ilustram a tentativa inócua de reativar o sistema sinocêntrico sem a base material da protorrevolução econômica medieval: as navegações de Zheng He e a ocupação do Vietnã. Esses eventos nos ajudam a entender: i) a sobrevida do sistema sinocêntrico no começo da Dinastia Ming, isto é, o último grande impulso do Estado chinês em projetar-se sobre o SE Asiático; e ii) o fim deste sistema ou, pelo menos, o fim da atuação deste sistema no SE Asiático diante do fracasso desses empreendimentos.

As sete grandes expedições marítimas de Zheng He duraram de 1405 a 1433 e são tidas como o apogeu da civilização chinesa às vésperas do seu fechamento no século XV. Essa visão faz sentido porque as relaciona com os séculos anteriores de desenvolvimento, mas é apenas parte da história porque desconsidera que esse processo já era contemporâneo ao declínio da formação social Song-Yuan. A narrativa oficial conta que, além dos navios de guerra e da frota mercante que herdou, Yongle mandou construir cerca de dois mil navios de alto-mar em Nanjing, alguns medindo mais de 122 metros e com capacidade de até três mil toneladas – os “navios de tesouros”, para lançar expedições oficiais nas rotas comerciais marítimas chinesas (GELBER, 2007, p. 110; MENZIES, 2006, p. 46). Novamente, esse projeto só foi possível porque decorreu de um arco de quatro séculos de desenvolvimento náutico na China, sustentado pela formação social extrovertida dos Song-Yuan e pelas redes de informação, que difundiram este conhecimento.

Não há unanimidade sobre os motivos que levaram Yongle a investir nessas expedições. Os possíveis objetivos da empreitada teriam sido: a caça ao imperador anterior, Jianwen, que sofrera um golpe de Estado do próprio Yongle e estava foragido; a busca por reconhecimento externo por meio do sistema tributário, bem porque Yongle subira ao trono por meio de um golpe; a coleta de

conhecimento sobre o mundo exterior, incluindo informações estratégicas sobre os povos da Ásia Central; o estímulo à circulação de produtos por meio do comércio tributário; e a necessidade de arrumar funções para a grande quantidade de eunucos na Corte Ming (ROSSABI, 2014, p. 240; CHAN, 1998, p. 232; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 138).

Figura 3.12 As sete expedições de Zheng He



Fonte: Stuart-Fox, 2003, p. 83.

Não nos cabe detalhar cada uma das viagens de Zheng He e sim entender porque elas dizem respeito ao sistema sinocêntrico. Essas expedições fizeram convergir os três vetores do sistema: houve intervenção político-militar em diversos pontos do Sul e Sudeste Asiáticos; houve um *boom* de submissões formais e missões tributárias à China; e houve incentivo ao comércio privado de longa distância, ainda que mais discreto e disfarçado de comércio tributário.

A figura 3.7 mostra que a variedade de missões tributárias recebidas por Yongle foi alta e que a quantidade manteve-se também alta e estável ao longo de todo seu governo (ao contrário de Hungwu, que teve forte queda no período final). Isso está ligado não apenas à fase A de uma dinastia (que tende a receber mais missões do que a fase B), mas principalmente às expedições de Zheng He, o que se confirma pelas frequentes citações da bibliografia sobre a adesão de inúmeros reinos da Eurásia e da África ao sistema tributário (MENZIES, 2006; GELBER, 2012; CHAN, 1988).

Chan (1998, p. 233) afirma que a primeira expedição, que passou por Champa, Java, Malaca e Sumatra entre 1405 e 1407, retornou à China com embaixadores de Calicute, Semudera, Sri-Lanka e Malaca. Na segunda expedição, em 1408, houve a investidura formal do rei de Calicute com a

construção de um memorial e na terceira há registro de entrega de presentes de Zheng He a um templo budista no Ceilão. A quarta expedição, entre 1413 e 1415 é tida como o auge da influência de Yongle no exterior, quando Zheng He retornou a Beijing com emissários de dezoito reinos estrangeiros, não só do Sul e Sudeste da Ásia, mas também de lugares mais distantes como Mogadishu (na atual Somália) e Malindi (no atual Quênia). E nas demais expedições houve também um alto fluxo de emissários estrangeiros, que traziam em geral produtos exóticos para a Corte Ming.

Embora não haja dados precisos, a bibliografia tradicional afirma que os emissários estrangeiros levavam não apenas produtos exóticos para Yongle, como leões, leopardos e girafas, mas também produtos mais “mundanos” – embora não fossem bens primários de acordo com a definição de Chase-Dunn e Hall (1997). Assim, teria surgido uma rede comercial em que a China exportava seda e porcelana em troca de temperos e medicamentos (CHAN, 1998, p. 235; ROSSABI, 2014, p. 240). Não obstante, a liberdade de atuação dos comerciantes que acompanhavam as missões era muito reduzida e as Superintendências Portuárias mantinham forte fiscalização sobre os produtos que entravam na China disfarçados de tributos.

Por fim, as viagens de Zheng He também acionaram o vetor político-militar do sistema sinocêntrico. Além de celebrar rituais simbólicos e mesclar as redes de comércio privado com os tributos, a Marinha Imperial interveio em inúmeras dinâmicas geopolíticas do SE Asiático. Apesar do recorrente discurso, reproduzido por Menzies (2006, p. 54), de que a China promovia seus objetivos recorrendo ao comércio, influência e subornos ao contrário dos europeus que, nos séculos seguintes, optaram por conflito armado ou colonização, não se pode afirmar que as expedições de Zheng He foram propriamente pacíficas.

Na primeira expedição, a frota de Zheng He foi atacada por um famoso pirata chinês na costa de Malaca, Chen Zuyi, que foi derrotado, capturado e levado à China para ser executado. Na segunda, Zheng He interveio contra o reino de Majapahit (em Java) e em favor de Srivijaya (em Sumatra) porque a nova dinastia deste reino era apoiada pela diáspora chinesa local e se tornara tributária da China. Assim, ao favorecer um Estado tributário, os chineses garantiram para si a livre navegação na região de Malaca (STUART-FOX, 2003, p. 88; CHAN, 1998, p. 233).

No caminho de volta de sua terceira viagem, a frota de Zheng He foi atacada pelo rei de Sri-Lanka, que havia se recusado a prestar o ritual de submissão apesar dos presentes ao templo budista. O soberano foi derrotado em batalha, capturado e enviado com sua família como prisioneiro à China. Para demonstrar sua benevolência e superioridade, Yongle libertou a todos após o devido ritual de submissão. Na quarta viagem, as forças de Zheng He capturaram o usurpador do trono de

Samudra (no norte de Sumatra), levaram-no à China e o executaram por perturbar a “ordem chinesa” (STUART-FOX, 2003, p. 88; CHAN, 1998, p. 235).

Segundo Stuart-Fox (2003, p. 88) a mensagem para os povos do SE Asiático era clara: a China se reservava o direito de intervir nas questões locais caso seus interesses estivessem em jogo e sua prontidão em usar a força servia de aviso a qualquer líder da região que resolvesse perturbar a ordem existente. No caso de Srivijaya, Yongle apoiou o novo governo porque este era suportado pela diáspora chinesa local e era favorável a seus interesses de livre navegação. No caso de Samudra, os chineses intervieram em favor do rei deposto em nome da “ordem chinesa” – provavelmente porque era um tributário da China.

A moral da história é que, na prática, Yongle recorreu sim ao uso da força para garantir seus interesses, fosse apoiando um novo regime, restaurando um soberano deposto ou punindo piratas e reis “rebeldes” para consolidar a ordem mundial chinesa. Porém, o imperador era flexível nas ferramentas de diplomacia e, se por um lado protegia pequenos reinos vassalos (especialmente no Estreito de Malaca, mas também em Brunei), por outro mantinha relações cordiais com poderes regionais, como Sião e Majapahit, que abriram mão da conquista desses reinos pequenos em função de benefícios comerciais e de ameaças da China (CHAN, 1998, p. 271).

A outra tentativa de restauração do sistema sinocêntrico foi a ocupação do Vietnã. Ao saber da deposição da Dinastia Tran, Yongle enviou tropas em 1407 não apenas para derrotar os rebeldes, mas para reconquistar o Vietnã (ROSSABI, 2014, p. 242) – se assemelhando às tentativas fracassadas dos Song do Norte e dos Yuan séculos antes. Ignorando os conselhos de Hungwu sobre não confrontar povos estrangeiros exceto os mongóis, Yongle tentou transformar o Vietnã em uma província chinesa, despertando o nacionalismo local. A vitória militar inicial se transformou em catástrofe para a China, provocando um conflito em que as forças invasoras sucumbiram à guerrilha vietnamita e foram expulsas após duas décadas, em 1427 (CHAN, 1998, p. 230).

Por fim, Yongle morreu em 1424 e seu legado em política externa foi descontinuado. Após sua morte, sucedeu-se no trono Ming uma série de imperadores que seguiram os passos de Hungwu e puseram fim à projeção da China sobre o SE Asiático. As grandes navegações foram abortadas, o número de missões tributárias caiu drasticamente, os vetos ao comércio privado de longa distância tornaram-se ainda mais rígidos e a campanha militar no Vietnã foi abandonada. E, grosso modo, esses processos decorreram da mudança para uma formação social mais introvertida e da subsequente incapacidade do Estado em gerar receita a partir dos tributos.

Assim, chegamos à segunda pergunta desta seção: **por que as diretrizes de política externa de Hungwu prevaleceram sobre as de Yongle? E a resposta é: porque a formação social da China no século XV já não sustentava mais o sistema sinocêntrico Song-Yuan.**

Os cavalos de Hongwu e as girafas de Yongle

Infelizmente muitas das fontes históricas dos *Early Ming* foram destruídas por eunucos confucianos favoráveis ao fechamento da China, em especial os registros do governo de Yongle (CHAN, 1998, p. 236). Porém, a partir dos indícios apontados pelas fontes secundárias, concluímos que a mudança na formação social da China causou o declínio do sistema sinocêntrico no SE Asiático.

Nossa tese é que, na esfera econômica, houve uma “fase B na fase A” dos Ming. Isto é, a incapacidade do Estado de gerar receita para sustentar o sistema sinocêntrico no SE Asiático decorreu tanto de conjunturas lentas quanto de definições políticas de curto prazo. As tendências mais lentas foram i) a queda demográfica durante o século XIV por conta da disputa “Song versus mongóis”, ainda que as estatísticas possam ser exageradas; ii) o subsequente deslocamento demográfico para o norte e para o interior; e iii) o gradual declínio da região de Jiangnan como principal motor da estrutura produtiva intensiva e extrovertida dos séculos X-XIII. Já as definições políticas de curto prazo estão ligadas à visão de mundo do homem de Estado, no caso, de Hungwu, que foi buscar no purismo ideológico neoconfuciano a justificativa para cortar laços com o exterior, ruralizar a sociedade, deslocar o aparato militar para a guerra milenar contra os povos da Ásia Central e gerar como efeito colateral uma crise do orçamento público já nas primeiras décadas da Dinastia Ming.

Não obstante, a proposta de “fechamento” de Hungwu manteve coerência entre os níveis doméstico e internacional. Ele não apenas empurrou a sociedade para o interior e para a agricultura, como vetou o comércio exterior, limitou as ações militares à Ásia Central e restringiu o sistema tributário. Já Yongle provocou uma bifurcação entre as duas esferas e esta é a razão de o sistema sinocêntrico no SE Asiático ter tido um renascimento efêmero. Por um lado, Yongle manteve as políticas domésticas de Hungwu ao transferir a capital de Nanjing para Beijing, terminar a construção do Grande Canal e incentivar o deslocamento demográfico para o interior e para o norte. Por outro, a mudança do perfil econômico da China combinada com o rombo nos cofres públicos gerado por essa mudança, tornou insustentáveis, no longo prazo, as grandes navegações chinesas e a aventura militar no Vietnã. Os conflitos com os povos da Ásia Central (mas também o comércio de animais de carga e as missões tributárias que de lá provinham) prevaleceram sobre os contatos com os povos do além mar. Em termos metafóricos, é possível dizer que o pragmatismo da aquisição de cavalos da Ásia Central por Hungwu prevaleceu sobre a aventura marítima que trouxe animais exóticos de lugares distantes, como as girafas da África que tanto fascinaram Yongle.

A partir de então, a China mudaria completamente a sua relação com o SE Asiático e as forças do sistema sinocêntrico seriam definitivamente alteradas.

3.2 Estudo de caso: a dinâmica triangular China, Vietnã e Champa

Os principais tributários da China Song no SE Asiático foram os dois reinos que ocupavam a face oriental da Península da Indochina: a mandala de Champa, no centro-sul, e o Dai Viet (que chamamos de forma anacrônica como o Estado do Vietnã) no norte, em torno de Hanoi. Entre os séculos X e XV houve intensa disputa militar entre ambos pelo controle da região, resultando na vitória do Vietnã em 1471. Essa dinâmica conflituosa será nosso estudo de caso porque: i) de acordo com Lieberman (2003, p. 338) a região teve uma exposição única à cultura chinesa – muito maior do o SE Asiático insular ou que o resto do SE Asiático continental; e ii) os laços com a China não foram apenas mais intensos, mas também mais equilibrados entre os três pilares do sistema sinocêntrico, ou seja, é possível identificar traços de intercâmbio econômico, influência simbólica/tributária e dinâmica político-militar.

3.2.1 A formação do Vietnã e de Champa

A unidade política que deu origem ao Dai Viet surgiu às margens do Rio Vermelho nos arredores de Hanoi. Essa região passou cerca de um milênio (de 111 a 938) como província formal da China embora o peso desse controle tenha variado de acordo com os ciclos das dinastias chinesas e com o grau de aceitação das elites sino-vietnamitas²⁸. Por um lado, muitos aspectos materiais e sociais do Vietnã foram gestados nesse período de influência sínica, como as técnicas de cultivo que sustentaram uma sociedade agrícola e sedentária, e a formação de uma elite local que se inspirava na China. Por outro, esse milênio serviu também para a formação de uma memória coletiva de resistência ao vizinho do norte e de fomento de uma identidade própria (WOMACK, 2006, p. 6).

Apesar de tentativas anteriores, foi o colapso da Dinastia Tang que favoreceu a janela de oportunidade para a independência do Vietnã (STUART-FOX, 2003, p. 45), que ocorreu após quase um século de confrontos, de 938 a 1009. O período das dinastias Ly-Tran (1009-1400) é tratado na historiografia como a fase de formação do Vietnã, em que há forte influência sínica em diversas

²⁸ Womack (2006) aponta para as seis dimensões de controle central da China sobre suas províncias: i) o poder centralizador do imperador; ii) os códigos legais; iii) o envio de burocratas não nativos para as províncias; iv) o controle central das finanças das províncias; v) a adoção de medidas de inspeção da burocracia provincial; e vi) o monopólio do uso da força e a proibição do uso de armas para fins particulares.

esferas. Primeiro, no âmbito do Estado, em que as dinastias imperiais e a sucessão por primogenitura, inspiradas no modelo chinês, deram uma estabilidade política rara para os padrões do SE Asiático. A administração pública a partir dos Tran (1225-1400) foi muito influenciada pela China, pois passou a contar com exames confucianos para recrutar burocratas, registros demográficos, códigos de leis inspirados nos Tang, uma divisão em províncias menores para aperfeiçoar a coleta de impostos, o recrutamento militar e a construção de diques (LIEBERMAN, 2003, p. 360; STUART-FOX, 2003, p. 46)

A influência confuciana também esteve presente na formação de uma cultura literata elitista em contraste com os camponeses e na narrativa de oposição entre um Vietnã civilizado e um punhado de reinos bárbaros ao sul (LIEBERMAN, 2003, p. 341). Assim, a concepção de segurança do Vietnã, consolidada nos primeiros séculos de independência, pautou-se em dois eixos: a relação muito assimétrica com a China, que era fonte das principais ameaças militares, mas também de inspiração simbólica e de transferência de conhecimento e tecnologias; e a relação levemente assimétrica em favor do Vietnã com os povos do sul, em especial com a mandala de Champa.

A formação do Estado e da identidade vietnamita foi concomitante a mudanças cruciais na base econômica do país. Há indícios de um crescimento econômico e demográfico sustentado entre 900 e 1350 causado pela pressão demográfica nas partes mais altas e interioranas do Rio Vermelho que gerou uma migração para a região deltaica e costeira. Esse processo exigiu mais esforços do Estado para conter o regime fluvial (diques, drenagem, irrigação), mas a recompensa foi maior em termos de fertilidade do solo e possibilidade de policultura complementar ao arroz (LIEBERMAN, 2003, p. 362). Com isso, a capital Thang Long (atual Hanoi) e o delta do Rio Vermelho tornaram-se o centro de convergência da produção agrícola cada vez mais voltada para o mercado e também um polo protoindustrial e de comércio²⁹. Há estimativas de que a população no delta do Rio Vermelho tenha dobrado de 1,2 milhão em 1200 para 2,4 milhões em 1340 (Idem, p. 368).

Assim, a formação do Vietnã foi incrivelmente similar aos processos que ocorreram na China entre os séculos X e XIV com: i) o deslocamento demográfico de regiões interioranas para o delta dos principais rios nas zonas costeiras, culminando em um salto demográfico; ii) a adoção de técnicas agrícolas que elevaram a produtividade no campo; iii) a atuação do Estado na construção de infraestrutura para a produção e circulação de produtos agrícolas; e iv) o reforço da autoridade imperial por leituras particulares do confucionismo.

²⁹ <https://worldview.stratfor.com/the-hub/vietnams-economic-history-feudalism-system>

Figura 3.13 Mapa do Sudeste Asiático em 979 d.C.



Fonte: timemaps.com

Durante o primeiro milênio da Era Comum o domínio político chinês não foi muito além do vale do Rio Vermelho e o centro do atual Vietnã foi povoado por etnias e culturas mais influenciadas por crenças e idiomas malaios e indianos. Há controvérsias sobre a formação de Champa, a unidade política da região, pois alguns autores sugerem uma espécie de reino unificado e outros sugerem uma confederação frouxa e policêntrica, em que lideranças locais alternavam-se como capital (LIEBERMAN, 2003, p. 350), adquirindo um caráter muito mais próximo de “mandala” do que de Estado centralizado.

As fontes primárias sobre Champa são restritas, tornando frágil qualquer grande generalização sobre sua história. De todo modo, interessa-nos que essa mandala não apresentou um grau de centralização de poder comparável ao Vietnã (ao norte) e ao Reino de Khmer (ao sudoeste) e teve como base uma economia de autossuficiência fragmentada nos eixos leste-oeste dos vales dos pequenos rios. Isto é, a ausência de um grande rio como o Vermelho (para o Vietnã) e o Mekong (para o Khmer), impossibilitou o surgimento de um Estado mais complexo e centralizado. Por outro lado, o litoral de Champa tornou-se uma importante rota marítima de passagem e abastecimento entre o SE Asiático e o sul da China. Não por acaso, o reino “antepassado” de Champa, Lin-yi,

destacou-se como uma das principais nações tributárias da China Tang enquanto o vale do Rio Vermelho ainda era território chinês (BIELENSTEIN, 2005). Assim, ao invés de uma economia baseada no cultivo intensivo de arroz ao redor de um grande rio, Champa se assemelhou a pequenos Estados costeiros malaios e tailandeses que dependiam mais do comércio regional e do fluxo de mercadorias da costa para vilas ribeirinhas no interior (LIEBERMAN, 2003, p. 351).

Apesar da alternância de capitais e de centros de poder, o pensamento estratégico de Champa esteve voltado para a relação ora conflitiva, ora cooperativa com seus vizinhos próximos (Vietnã ao norte e Khmer ao sudoeste), com a participação nas rotas comerciais entre a China e o SE Asiático e com a adesão ativa ao sistema sinocêntrico por meio de missões tributárias. Essa mandala permaneceu independente até o final do século XV, quando foi conquistada pelo Vietnã.

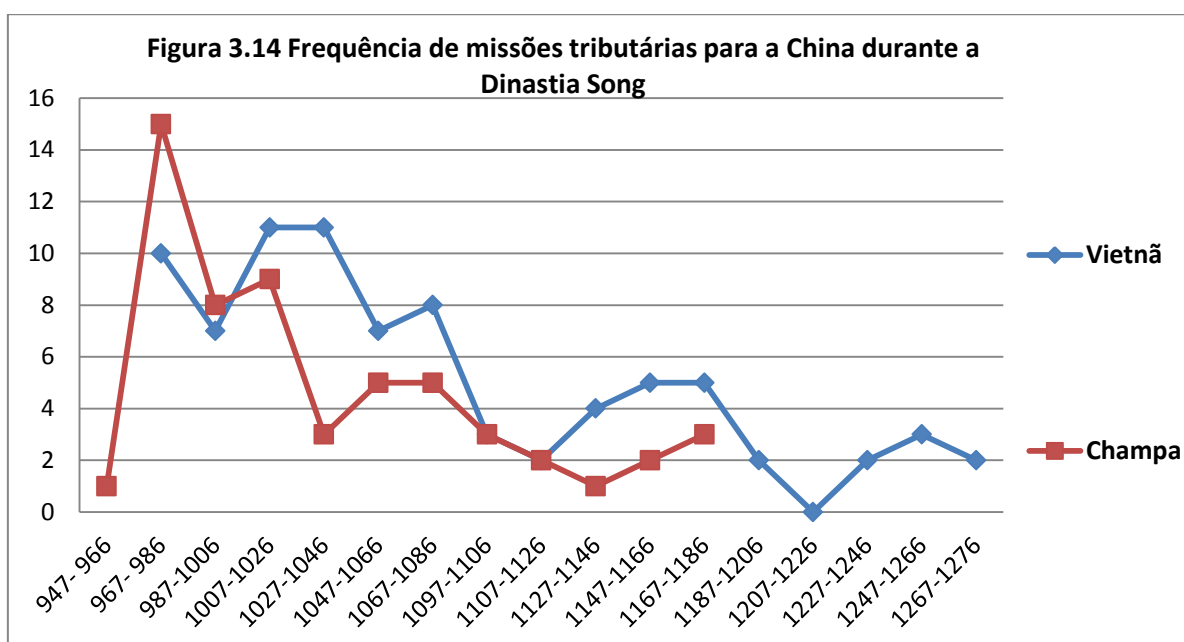
3.2.2 Vietnã, Champa e o sistema sinocêntrico

A questão central é como (e se) o sistema sinocêntrico influenciou os rumos da região. Isto é, como a gravitação (ou não) em torno da China definiu processos sociais entre essas duas unidades políticas que, conforme visto, destacaram-se como assíduas tributárias da China Song.

Para tanto, tomamos como período de análise arco Song-Yuan-*Early* Ming. Desta época temos dados quantitativos e qualitativos das missões tributárias de Vietnã e Champa para a China, das quais depreendemos duas funções mais frequentes. A primeira é o envio de presentes/tributos à China e a retribuição chinesa em forma de investidura, isto é, de concessão de títulos simbólicos aos emissários e soberanos vizinhos. Outra função frequente é o envio de condolências ao falecimento desses soberanos e o reconhecimento de seus sucessores. Esses dados foram compilados a partir de Bielenstein (2005) que, por sua vez, utilizou-se de fontes primárias como registros oficiais do governo chinês, relatos de viajantes e enciclopédias compiladas no próprio período imperial.

Também há registros da dinâmica político-militar entre as três unidades soberanas (China, Vietnã e Champa), como ataques de fronteiras, batalhas entre exércitos, negociações de limites territoriais e entrega de prisioneiros. Neste caso, podemos nos basear em uma gama maior de autores que tratam da história militar da região. Por fim, os dados mais raros estão ligados ao comércio privado, tanto regional quanto de longa distância, sendo possível sugerir apenas algumas hipóteses.

Em termos quantitativos, o Vietnã foi um tributário mais assíduo do que Champa. Da metade do século X até 1276, aquele enviou cerca de oitenta missões enquanto este enviou cerca de sessenta.



Fonte: Bielenstein, 2005

Porém, um simples exame quantitativo diz muito pouco sobre as relações triangulares em questão. A partir dos dados apontados por Bielenstein (2005) é possível categorizar a função das missões tributárias por um viés qualitativo usando os conceitos apresentados na revisão de literatura.

Separamos os registros de interação da China com Vietnã e Champa em quatro categorias: duas de caráter simbólico (comércio tributário/presentes e investidura), uma de assuntos político-militares e uma relacionada a comércio. Como cada missão tributária podia ter (e geralmente tinha) mais de uma função, a soma dos números abaixo extrapola o total de oitenta ou sessenta missões.

Tabela 3.4 Missões tributárias de Vietnã e Champa para a China (947-1276)				
	Simbólico: missões tributárias/diplomáticas	Simbólico: investidura	Comercial	Político-militar
Vietnã (Ly) 1009-1225	65 do Vietnã / 5 da China	44 do Vietnã / 4 de iniciativa da China	1	15 do Vietnã / 2 da China
Vietnã (Tran) 1225-1276*	5 do Vietnã / 5 da China	1 de iniciativa da China	0	0
Champa**	56 de Champa / 2 da China	6 de Champa	0	7

*A Dinastia Tran durou até 1400, mas só há dados disponíveis até 1276.

** Champa manteve-se independente até 1471, mas só há dados disponíveis até 1276.

Fonte: Bielenstein, 2005

O principal padrão observado na relação China-Vietnã é a correlação entre presentes enviados pelo Vietnã e a retribuição da corte Song em investidura, mas também em presentes, pedras preciosas e moedas de prata e cobre (BIELENSTEIN, 2005, p. 35). Os principais produtos enviados pelo Vietnã eram: animais vivos como elefantes e rinocerontes, dentes de elefantes e chifres de rinocerontes, vasos de ouro e prata, plumas, pérolas, aromáticos, cascos de tartaruga e outros produtos locais. Já a China retribuía com produtos de seda e roupas de luxo, porcelana, vasos de ouro e prata, livros, chá, algumas armaduras e sela de cavalo. Em suma, um intercâmbio bem variado e com predominância de artigos de luxo e não-militares.

Com Champa, o padrão é distinto. Há também uma prevalência quase absoluta do envio de presentes para a corte Song, mas sem a retribuição frequente de investiduras, como no caso do Vietnã. Apenas em 1116 é que os tributos enviados por Champa foram retribuídos com títulos simbólicos e desde então, apenas mais cinco vezes. Por outro lado, a variedade de produtos enviados por Champa era maior do que do Vietnã e Bielenstein (2005) sugere que isso demonstra a maior conectividade de Champa com as redes de comércio de longa distância. Além de animais vivos como rinocerontes, elefantes, papagaios, um leão e produtos derivados de animais, há registros de uma vasta gama de produtos aromáticos, cosméticos, plantas, vidros, vinhos, nafta, temperos, roupas de algodão e óleos. Em troca, a corte chinesa enviava produtos semelhantes aos que iam para o Vietnã, com uma grande diferença: o conteúdo militar. Entre os registros, há envios frequentes de equipamentos militares, armas e cavalos com armaduras.

Outra temática frequente nas missões tributárias é a político-militar. O período entre 938 e 1084 pode ser encarado como um “ajuste de fronteiras” e de acomodação entre China e Vietnã com o novo status de independência deste. Ajuste que ocorreu com confrontos abertos entre ambos e um alinhamento quase automático de Champa com a China, numa conjuntura de caos político seguido de consolidação de dinastias tanto no Vietnã (Ly), quanto na China (Song).

Após conter as tentativas de reconquista da China em 938 e na década de 960, o Vietnã viveu mais um período conturbado entre 980 e 995. Dessa vez, o imbróglio começou com novo ataque chinês em 980, apoiado por Champa. O rei vietnamita Li Huan, conteve a agressão e contra-atacou Champa, ocupando alguns territórios deste vizinho. Em 986 o imperador chinês conferiu títulos simbólicos ao soberano do Vietnã, embora ainda não o reconhecesse como rei. O padrão de missões tributárias e investidura chinesa continuou até 993, quando finalmente Li Huan foi reconhecido pela China como rei. Porém, os laços tributários não evitaram novos confrontos e, desta vez, o Vietnã atacou o sul da China duas vezes em 995 com uma armada de mais de cem navios. Curiosamente, o imperador Song minimizou os ataques, reforçou o reconhecimento de Li Huan como rei do Vietnã e enviou-lhe presentes (BIELENSTEIN, 2005). Em suma, a dinâmica pendeu para a postura de

conciliação chinesa sob o prisma do “jogo tributário” de Zhou (2011), apesar da postura de hostilidade do Vietnã.

Entre 1028 e 1076 há registros de quase uma dezena de ataques de fronteira (pilhagens) do Vietnã a território chinês, a maioria levada à cabo por chefes locais à revelia do governo central. A cada ataque, o Vietnã enviava mais missões tributárias com presentes e pedidos de desculpas e a corte Song mantinha a postura conciliatória, até que o ataque em 1076 foi respondido com uma aliança com Champa e Khmer contra o Vietnã, que foi derrotado. Apesar da derrota, o Vietnã enviou missões tributárias pedindo a revisão das fronteiras. Em 1078 a China respondeu de forma negativa, mas em 1084 concordou em ceder seis prefeituras ao Vietnã. Novamente, prevaleceu a postura de pequenas concessões em prol da pacificação da fronteira. Porém, o envio constante de equipamentos militares da China para Champa faz sentido aqui, pois Champa funcionava como um *proxy* no combate da China ao Vietnã. Isto é, por mais que o Vietnã fosse um tributário mais assíduo e a China adotasse uma postura conciliatória em relação aos ataques de fronteira, a geopolítica fazia de Champa o reino tributário a ser protegido e armado para combater o Vietnã.

Após esse período de confrontos e acomodação, o século XII foi marcado por uma maior estabilidade na fronteira China-Vietnã e nossa hipótese para essa pacificação é que ambas as dinastias (Ly e Song) entraram em uma fase B e passaram a se preocupar com ameaças mais urgentes: os Song com os povos das estepes, abocanhando porções crescentes do norte da China, e o Vietnã com Champa, numa lógica mais expansiva do que defensiva.

Já no século XIII, dois eixos nortearam a nova Dinastia Tran: além dos confrontos constantes com Champa, havia a ameaça mongol que, em meados do século abocanhara o norte da China e em 1279 derrotara a Dinastia Song. Kublai Khan, então imperador da China Yuan, investiu contra o Vietnã em 1279 e 1287, sendo derrotado em ambas as ocasiões (CORFIELD, 2008, p. 9). Ao longo do século XIV o Vietnã seguiu pressionando Champa e tomou-lhe alguns territórios, mas só conseguiu vitórias expressivas na segunda metade do século XV, após o fechamento da China para o exterior. Assim, foi somente quando Champa deixou de ser protegido e municiado pelos chineses é que o Vietnã o anexou de forma definitiva.

Sobre o comércio privado há poucos registros nesse período. A maior variedade de produtos tributários de Champa indica uma economia mais vinculada ao comércio regional e de longa distância, enquanto o Vietnã, gravitando em torno do Rio Vermelho, apresenta uma natureza mais agrícola. Mas, curiosamente, a única referência que se tem de relações comerciais nas missões tributárias é com o Vietnã e não com Champa: em 1010, ainda no período de confrontos e ajustes, há registro de negociações que culminaram na abertura de um mercado conjunto China-Vietnã na

região da atual cidade de Guangzhou (Cantão). Coincidentemente, em 971 os Song haviam criado uma das primeiras Superintendências Portuárias nesta mesma cidade.

Em um estudo sobre as relações comerciais entre China e Vietnã, Hanh (2015) sugere que os embaixadores das missões oficiais levavam não apenas os tributos diplomáticos, mas também produtos para comercializar nos mercados chineses fugindo da tributação portuária. Porém, o autor (2015, p. 7) afirma que entre os séculos XI e XIV os comerciantes podiam atuar apenas em certas áreas controladas pelos governos e que a cidade portuária de Van Don, no delta do Rio Vermelho, ganhou importância.

Há poucas fontes confiáveis para se entender a dinâmica de comércio privado da China com o Vietnã e com Champa. A literatura agarra-se a relatos de viajantes e a menções sobre os tipos de produtos que circulavam. Ademais, o registro dos tributos enviados à corte chinesa serve apenas como uma pista dos possíveis circuitos comerciais da época. Por outro lado, as tentativas de controle estatal do comércio privado, bem como os relatos de comércio feito pelos próprios enviados oficiais, significam que esses circuitos tinham alguma relevância tanto para as autoridades quanto para as economias locais.

Em suma, chegamos a algumas conclusões parciais sobre os traços do sistema sinocêntrico na parte oriental da Península da Indochina entre os séculos X e XIV:

- i) **A esfera simbólica**, expressa pelas missões tributárias, era a condição necessária, mas não suficiente para a existência do sistema sinocêntrico. É claro que essa afirmação é enviesada pelo acesso a fontes primárias majoritariamente da China, mas até que se encontrem outras evidências, aferimos que o sistema sinocêntrico não existiu sem a dimensão simbólica dos tributos/presentes e pode-se compreendê-la a partir do diálogo entre as perspectivas de David Kang (2010) e Brantly Womack (2006). A partir desses autores, aferimos que Vietnã e Champa aderiram a padrões de comportamento que reconheciam, pelo menos tacitamente, a “autoridade legitimada” e a assimetria material do *hegemon*.
- ii) **As investidas** funcionaram como retorno simbólico para o Vietnã, mas não para Champa. O milênio de ocupação chinesa sobre a bacia do Rio Vermelho deixou heranças culturais e os pitorescos títulos conferidos aos soberanos do Vietnã parecem ter um peso maior para os próprios vietnamitas do que para os chineses. É claro que os imperadores Song reforçavam sua posição de pináculo da humanidade ao conferir esses títulos, mas o reconhecimento da independência conferido aos reis Ly no período de acomodação e ajuste de fronteiras garantiu-lhes legitimidade perante seus súditos e status em relação aos reinos vizinhos. Ademais, no período Tran examinado (até 1276) houve um equilíbrio curioso em que o Vietnã enviou cinco missões tributárias, mas também recebeu cinco missões da China. Este

período (do fim da acomodação em 1084 até as invasões mongóis em 1279) parece ter sido o de maior estabilidade nas relações bilaterais que, nos termos de Womack, teriam passado do conflito para a “normalização” e desta para a “normalidade” na assimetria.

Já com Champa as investidas foram raríssimas. Assim como o Vietnã, Champa também recebia produtos chineses como retribuição pelos artigos enviados numa dinâmica tributo-tributo, mas sem investidas. As hipóteses complementares que sugerimos para isso são: a) a matriz simbólica e linguística de Champa estava mais ligada a signos hindus, malaios e não confucianos; b) por ser uma nação mais conectada aos circuitos comerciais, as missões tributárias teriam a função de servir de disfarce para o acesso a produtos e mercados chineses; e c) a principal diferença das remessas da China para Champa era o conteúdo militar (há inúmeros registros de armas, armaduras, cavalos e suprimentos), o que faz sentido, dado o alinhamento de ambos nas guerras contra o Vietnã.

- iii) Sobre a **esfera político-militar**. Um exame restrito à perspectiva chinesa deduziria que o grande número de missões tributárias recebidas pelos Song do Norte decorreu dos saltos qualitativos domésticos, que acentuaram a sua assimetria material e simbólica e exerceram uma gravitação “natural” sobre seus vizinhos. Porém, a partir da crítica feita por Lee (2017) e da proposta teórica de Shu (2011), vimos que as dinâmicas regionais também têm peso relevante no sistema sinocêntrico. Isto é, Vietnã e Champa mantiveram uma altíssima frequência de missões tributárias por razões distintas e ligadas tanto à assimetria da China quanto a motivos regionais e domésticos.

Dos quinze tópicos de âmbito político-militar das missões do Vietnã, treze ocorreram durante o período de acomodação (938-1084), e a maioria girou em torno de tributos para encerrar guerras, retratação por ataques de fronteira, devolução de prisioneiros, negociação de territórios e reclamação dos ataques de Champa. Assim, a alta frequência de assuntos político-militares com o Vietnã justifica-se pela alta frequência de confrontos deste com a China.

Das sete missões de Champa com conteúdo militar, seis ocorreram também nesse período e todas giraram em torno da diplomacia triangular entre eles. Há pedidos de auxílio mútuo para ataques ao Vietnã, devolução de prisioneiros e um caso de conciliação em um banquete organizado por um Imperador Song. Porém, o ponto mais relevante não está explícito: é o já mencionado envio de artigos militares para Champa no formato de “comércio tributário” com o objetivo não declarado de apoio nos combates contra o Vietnã.

Curiosamente, houve uma inversão de alinhamentos no NE e no SE Asiáticos. Lee (2017) mostra que a Coreia tornou-se o “tributário exemplar” da China em razão de sua proximidade geográfica e cultural, enquanto que o Japão tornou-se um tributário “desgarrado” e mais hostil

dada a menor intensidade de laços. Já no SE Asiático ocorreu o inverso: a relação com a unidade política geograficamente mais próxima da China tornou-se mais conflituosa, com inúmeros casos de “ataques de fronteira” do Vietnã e tentativas de reconquista pela China. Já com Champa, prevaleceram relações mais amistosas e cooperativas – muito por causa do adversário comum, mas também em função do comércio marítimo.

iv) **A esfera comercial.** Sobre este tópico lançamos apenas algumas conjecturas por falta de dados mais concretos. O perfil de Champa, menos agrícola e mais marítimo, sugere uma maior integração nas redes comerciais – e a maior variedade dos artigos tributários reforça essa tese. Bielenstein (2005, p. 49) afirma que Champa, muito mais do que o Vietnã, era o intermediário no comércio da China com o SE Asiático e o Oriente Médio e mostra, por exemplo, registros de envio de um “óleo mineral de fogo ardente e ininterrupto”, provavelmente nafta ou fogo grego, em missões tributárias para a China. Assim, a capacidade de Champa em manter uma disputa equilibrada com o Vietnã entre os séculos X e XIV foi sustentada pela renda do comércio de longa distância entre a China Song e o SE Asiático.

Já o Vietnã, com um perfil mais agrícola, sedentário e autossuficiente, não se destacou tanto no comércio com a China. Mas esta suposição pode ser contradita por indícios de fluxos comerciais entre aldeias fronteiriças e pelo comércio marítimo que levou, inclusive, à abertura de um mercado conjunto em Guangzhou.

A tabela abaixo faz uma comparação do peso dos pilares sinocêntricos para Vietna e Champa.

Assim, resumizamos as diferentes motivações para aderir ao sistema chinês.

Tabela 3.5 Motivações das missões tributárias de Vietnã e Champa para a China (947-1276)				
	Simbólico: missões tributárias	Simbólico: investidura	Comercial	Político-militar
Vietnã	1	1	0.5	0.5
Champa	1	0	1	1

As missões tributárias eram a condição necessária, embora não suficiente, para a ampliação dos outros laços com a China e, portanto, um grande motivador para a assiduidade. Vietnã e Champa foram os Estados que mais enviaram tributos à Dinastia Song, de forma que a ambos é atribuído peso (1) neste quesito.

Porém, o ganho com as missões tributárias era diferente. O principal benefício para o Vietnã era a investidura para manter o status de independência e para legitimar soberanos e dinastias perante seus súditos e seus vizinhos – por isso o peso (1). Para Champa esse quesito tem peso (0) porque, conforme visto, sua matriz simbólica estava mais ligada ao mundo malaio e budista.

A esfera comercial era muito importante para Champa e a grande variedade de produtos tributários nos dá a pista de que as missões oficiais eram um meio para a expansão do comércio privado, por isso o peso (1). Já para o Vietnã, o comércio com a China teve um papel muito menor, apesar do registro de abertura do mercado conjunto em Guangzhou, por isso o peso (0,5).

Por fim, a esfera político-militar foi importante para ambos os tributários, mas para Champa ela significou a garantia de sua sobrevivência até o século XV, por isso o peso (1). Assim, o comércio tributário não lhe rendia títulos simbólicos, mas o apoio pragmático da China com o envio de equipamentos militares e as constantes alianças de apoio mútuo para conter/atacar o Vietnã. Embora assuntos político-militares fossem mais frequentes nas relações Vietnã-China, eles não evitaram um século e meio de conflitos no período de acomodação, nem facilitaram as tentativas de expansão do Vietnã para o sul – por isso o peso (0,5).

3.3 Considerações sobre o sistema sinocêntrico: como, quando e onde?

A que conclusões chegamos sobre o sistema sinocêntrico e sua relação com o SE Asiático? Pode essa interação ser caracterizada como parte de um sistema-mundo? Se sim, devemos perguntar **como, quando e onde** isso ocorreu. Para tanto, dividimos este último tópico em três partes, seguindo o método de Wallerstein: uma para tratar dos laços sistêmicos (como), outra para tratar do recorte temporal (quando), e a última para tratar do recorte espacial (onde).

Sobre os laços sistêmicos, vimos que as redes de informação, de comércio de bens de luxo e de dinâmica político-militar foram responsáveis pela interdependência/homogeneidade/*bounding* do sistema. Sob o viés de Wallerstein, isso não é suficiente para formar um sistema-mundo porque não há coesão na divisão social do trabalho, mas para Chase-Dunn e Hall, sim. **As redes de informação** são, por natureza, mais sutis e estiveram presente na circulação do conhecimento científico, com a profusão de pessoas e culturas e principalmente na incorporação de técnicas de construção naval. Sem essas redes, os Song, Yuan e *Early* Ming dificilmente teriam se projetado aos mares e ampliado ainda mais o conhecimento cartográfico e geopolítico da Ásia.

As outras duas redes de interação são mais nítidas e provam que as grandes correntes intelectuais sobre o sistema sinocêntrico têm validade e estão mais conectadas do que parece. **A circulação de bens de luxo** adquiriu duas formas: **a tributária**, atendendo a uma matriz simbólica e ritualística de adesão à ordem mundial chinesa, e a de **comércio privado**, operada por comerciantes chineses e estrangeiros. Até mesmo o comércio tributário chegou a cumprir uma função material: houve casos, principalmente com os Song, em que produtos do além mar

dedicados à Corte Imperial foram negociados com povos da Ásia Central em troca de paz e também de cavalos e outros animais de carga. Já as redes de comércio privado de bens de luxo tornaram-se fonte de poder e riqueza de reinos do SE Asiático, que enviaram missões tributárias precisamente para ter acesso à China e manter ou mudar seu status, embora possamos apenas estimar os valores deste comércio e houvesse outras razões como a coerção militar chinesa. Ademais, no auge de Jiangnan entre os séculos XI e XII, arriscamos um palpite de que as **redes de bens primários** que abasteciam as grandes cidades dessa região também estiveram integradas ao sistema-mundo sinocêntrico, pois indícios de comodificação da terra e do trabalho, e de concentração de riqueza apontam nesta direção. Em suma, a corrente “tributária” de Fairbank e Kang e a corrente “comercial” de Gunder Frank, Abu-Lughod e Arrighi, fazem mais sentido quando combinadas entre si.

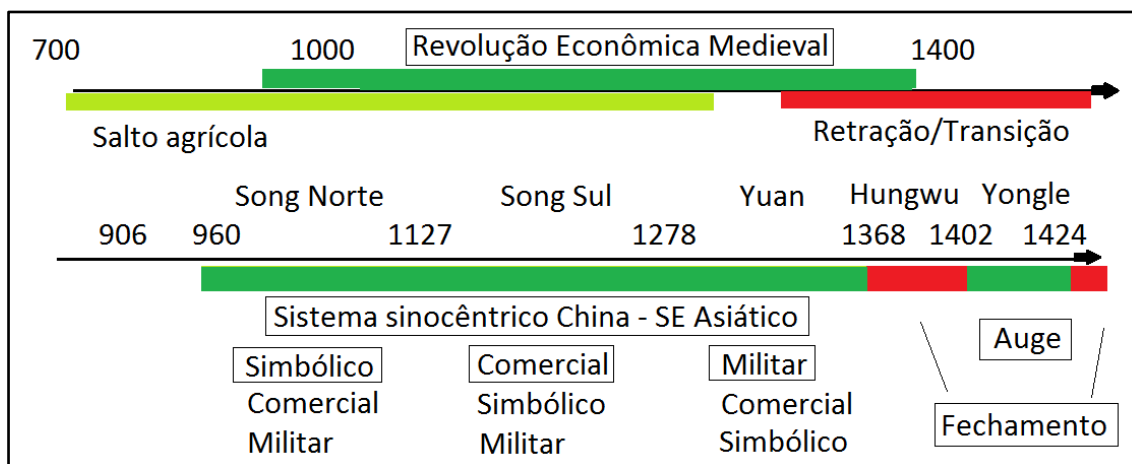
Por fim, a **dinâmica político-militar** também se fez presente com sucessivas empreitadas de forças chinesas no SE Asiático. A conturbada relação com o Vietnã foi uma constante, apesar do período de estabilidade no século XII. A aliança não formal China-Champa numa triangulação contra o Vietnã foi outra permanência nesses cinco séculos. Já com as demais unidades políticas da região, a China desempenhou uma diplomacia flexível que envolveu cooptação, mas também o uso da força – principalmente durante os Yuan (com as missões punitivas de Kublai Khan) e com os Ming (durante as grandes navegações de Zheng He durante o governo de Yongle).

Neste ponto, o “jogo tributário” de Zhou não faz tanto sentido porque o SE Asiático não era fonte de ataques de fronteira contra a China. Pelo contrário, os chineses é que eram temidos e as ações militares dos Song no Vietnã e dos Yuan e *Early Ming* em boa parte da região foram expansivas e não propriamente “conciliatórias”. Isto é, a visão político-militar da China para o sul teve como objetivos a submissão formal das unidades políticas locais e a garantia de seus interesses ao apoiar grupos políticos que fossem simpáticos à livre circulação de embarcações chinesas e de comerciantes chineses. Neste caso, a Teoria da Assimetria de Womack faz mais sentido porque enfoca a assimetria, o comportamento do lado mais fraco e examina os motivos que o faziam cooperar (ou não) com a supremacia da China.

Sobre o recorte temporal, a figura abaixo demonstra como a protorrevolução econômica medieval foi concomitante à (e sustentou a) projeção do sistema sinocêntrico sobre o SE Asiático. O principal vetor de cada dinastia está em destaque. Durante os Song do Norte prevaleceram as relações simbólicas, pois a Corte recebeu uma quantidade grande e constante de missões tributárias. Porém, a projeção militar limitou-se às tentativas de retomar o Vietnã (numa aliança intermitente com Champa); e Jiangnan ainda não tinha a relevância econômica que teria nos séculos seguintes, de forma que o comércio privado de longa distância ainda dava seus primeiros passos. A própria

projeção simbólica é duvidosa porque a maior parte das missões tributárias vinha apenas do próprio Vietnã, de Champa e de Srivijaya. Portanto, vimos que este período (960-1127) que batizamos de “fase simbólica” foi apenas um prelúdio do que viria a seguir.

Figura 3.15 Sobreposição de linhas do tempo: regime de acumulação da China e sistema sinocêntrico



Fonte; elaborado pelo autor

É apenas com a fundação dos Song do Sul e o deslocamento da capital para Hangzhou que os laços entre a China e o SE Asiático tornaram-se expressivos. Neste período (1127-1278) a protorrevolução econômica medieval estava em seu auge, as regiões costeiras se tornaram grandes produtoras de bens de luxo para exportação (Jiangnan e Fujian, em especial), o governo expandiu as Superintendências Portuárias, cooptou mercadores chineses e estrangeiros e tornou-se o principal polo dos circuitos de comércio de longa distância na Ásia. Por isso, essa foi a fase “comercial” do sistema sinocêntrico.

Porém, os outros dois vetores não foram deixados de lado. Os Song do Sul tiveram um novo salto na quantidade de missões tributárias recebidas, embora com pouca variedade de reinos vassalos e apenas na fase A. E apesar da estabilidade na relação com o Vietnã, a Marinha Imperial passou para controle direto do governo central, que investiu em novas embarcações, tripulações e armamentos para – oficialmente – proteger as rotas de comércio. Ademais, deste período já há referências a uma possível “hegemonia” chinesa nos mares do sul.

O período Yuan ficou marcado pelo vetor militar, em especial sob Kublai Khan. A série de investidas contra Dali, Vietnã, Champa e Java (além de outras campanhas na Coreia e no Japão) trouxeram, à reboque, os vetores do comércio e do simbolismo. Tanto pelo impulso expansivo desde a Ásia Central, quanto por serem vistos com desconfiança não só por chineses, mas também pelos antigos reinos tributários dos Song, os mongóis buscaram a conquista direta.

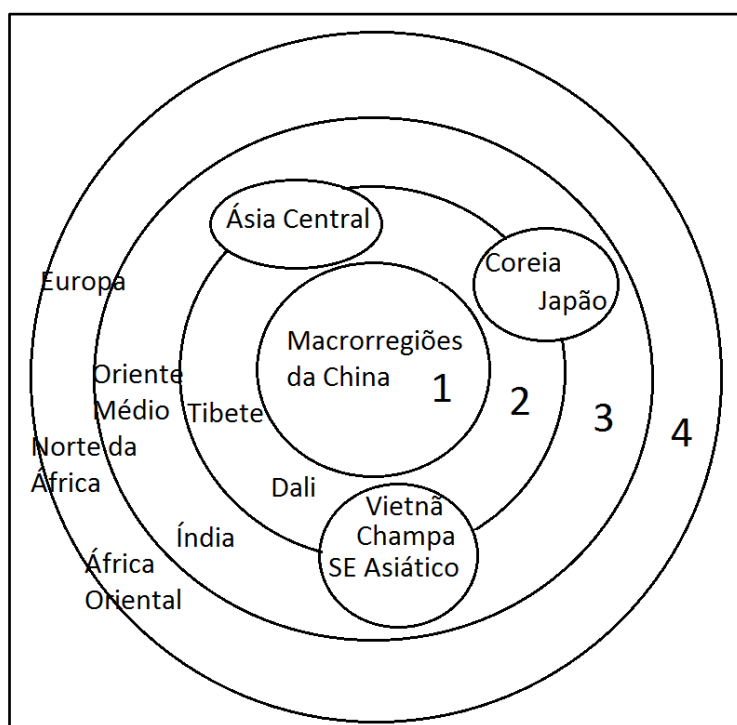
Porém, passado o ímpeto conquistador, os sucessores de Kublai Khan promoveram o comércio privado de longa distância, facilitado pela unificação política de parte considerável da Eurásia e pelo clima de tolerância e liberdade religiosa e cultural. E ainda que a protorrevolução econômica medieval iniciasse seu declínio por causa das guerras em solo chinês, as regiões costeiras (e principalmente Jiangnan) continuaram como pujantes centros econômicos de produção de bens de luxo, como cerâmica, seda e chá. E apesar da falta de dados mais precisos sobre as missões tributárias recebidas pelos Yuan, há indícios de que elas continuaram frequentes.

Por fim, o período conhecido como *Early Ming* foi uma “zona cinzenta” de mudança de formação social doméstica e de declínio do sistema sinocêntrico no SE Asiático. O imperador Hungwu acelerou o declínio da economia mais comercial e extrovertida com reformas voltadas para a agricultura e para o veto ao comércio exterior. Também evitou incursões militares para além da tradicional zona de conflitos com os mongóis e abandonou seu impulso inicial de incentivar missões tributárias do SE Asiático. Muitos dos imperadores Ming se inspirariam nele para manter o isolamento da China e preservar uma suposta pureza ideológica confuciana.

A grande exceção foi Yongle, que manteve as reformas domésticas de Hungwu, mas adotou uma política externa proativa e expansionista. Batizamos esse período (1402-1424) como o “auge” do sistema sinocêntrico no SE Asiático porque os três vetores de projeção foram muito relevantes. As navegações de Zheng He incentivaram uma infinidade de missões tributárias de inúmeros reinos estrangeiros, estimularam o comércio privado de bens de luxo e executaram uma diplomacia de cooptação e coerção, intervindo em disputas regionais pelo controle político e comercial no SE Asiático. Ademais, a tentativa de reconquista do Vietnã foi outro exemplo da intensidade com que a China projetou-se sobre o SE Asiático. Porém, a perda do *momentum* inercial da revolução econômica medieval, inclusive por causa das reformas de Yongle, tornou insustentável o projeto de supremacia da China na Ásia e seus sucessores retomaram a postura de Hungwu ao cancelar novas expedições navais, vetar o comércio exterior e induzir a ruralização da sociedade.

Por fim, o recorte espacial do sistema sinocêntrico nos leva à figura a abaixo. Os quatro círculos representam a abrangência geográfica das redes de interação propostas por Chase-Dunn e Hall (1997). O número (1) corresponde às redes de bens primários; o número (2) à dinâmica político-militar; o número (3) às redes de comércio de bens de luxo/prestígio; e o número (4) às redes de informação. Com uma hipótese de veras abrangente, os autores sugerem que de 200 a.C. até 1450 d.C. a Afro-Eurásia teria sido um único sistema-mundo conectado por redes de informação e circuitos comerciais movidos por pulsões de expansão e retração – daí a ênfase nas possíveis conexões entre o Império Romano e a China Han.

Figura 3.16 A geografia das redes de interação do sistema sinocêntrico entre os séculos X e XV



Fonte: elaborado pelo autor

A nossa proposta é um pouco mais restrita no tempo, no espaço e na natureza das redes de interação. Partimos da premissa de que o sistema sinocêntrico foi um sistema-mundo aglutinado pelos círculos (2) e (3), isto é, pela dinâmica político-militar e pelo comércio de longa distância de bens de luxo (para fins tributários e privados), respectivamente. Os círculos (2) e (3) são condições necessárias e suficientes para compor esse sistema-mundo, de forma que Índia e Oriente Médio até estiveram conectados pelas redes comerciais (3), mas muito distantes de qualquer interação político-militar mais intensa (2). Já a Ásia Central e o Nordeste Asiático (Coreia e Japão) estiveram inseridos neste sistema-mundo desde antes do SE Asiático, mas são casos que fogem do escopo da pesquisa.

A hipótese que defendemos é que o SE Asiático, entre os séculos X e XV, foi incorporado ao sistema sinocêntrico em uma típica relação de **hierarquia centro-periferia**. Isso porque as redes de interação foram, em sua grande maioria, operadas, fiscalizadas ou controladas por agentes chineses, com vocabulário e simbologia chineses e tendo a força militar da China como parâmetro. A assimetria de sensibilidades pesou, em geral, em favor da China, que pode ser definida como um império-mundo (unidade política com uma divisão social do trabalho específica) com capacidade de gerar um campo de gravitação em três grandes periferias (Ásia Central, NE e SE Asiáticos).

Como essa interação se deu por redes de comércio de bens de luxo (tributários e privados) e pela dinâmica político-militar, não se pode falar de uma relação centro-periferia típica do capitalismo. Isso porque no sistema-mundo moderno há, necessariamente, uma divisão social do trabalho que abrange as redes de produtos primários, extrai excedente da periferia e transfere valor para o centro por meio da deterioração dos termos de troca. No caso do sistema sinocêntrico, as redes de bens primários estiveram pouco vinculadas, mas houve um *spread effect* em que a periferia ficou mais “parecida” com o centro porque os vetores de projeção da China tornaram-se mais importantes para a reprodução das estruturas sociais na periferia do que na própria China. Isto é, se o sistema sinocêntrico representou uma ferramenta de política externa para proteger e manter a estabilidade doméstica (para a China), ele foi um instrumento crucial em disputas locais e regionais por poder, riqueza e status (na periferia). A China Song, por exemplo, foi pouco afetada pela rivalidade entre Vietnã e Champa, mas esta disputa foi muito afetada pela atuação da própria China.

Em nosso recorte espaço-temporal, Vietnã e Champa foram as unidades políticas mais afetadas pelo círculo (2) da dinâmica político-militar, já que Dali foi incorporada pelos Yuan e tornou-se província da China (atual Yunnan). Já as outras partes do SE Asiático estiveram menos sujeitas às pressões militares da China, mas ainda assim é possível afirmar que reinos dos atuais Camboja, Tailândia, Malásia e Indonésia tiveram suas preocupações de segurança moldadas pelas investidas dos Yuan e dos *Early Ming*. O mesmo não se pode dizer dos reinos indianos e do Oriente Médio, que estiveram vinculados à China no máximo pelos circuitos de bens de luxo, e dos povos africanos e europeus que estiveram no limiar entre os círculos (3) e (4), com uma interação ainda menor nessas redes de bens de luxo e de informação.

3.4 Fechamento, renascimento e esfacelamento: o sistema sinocêntrico após o século XV

Por que nossa abordagem histórica prioriza o arco Song-Yuan-*Early Ming* e não os séculos subsequentes do arco Ming-Qing? Por que estudar o “*Middle Imperial China*” dos séculos X-XV e não o “*Late Imperial China*” dos séculos XVI-XIX? Para responder a essas perguntas, baseamo-nos no conceito de *periodização* de Jacques le Goff (2015, p. 2). Para ele, o ato do historiador de periodizar um determinado lapso temporal contém a ideia de transição, de uma coisa se tornando outra, de identificar mudanças significativas a ponto de seus impactos representarem uma ruptura com a ordem social que a precedeu. Visão semelhante à de Barraclough (1976), que sugere as “zonas cinzentas” de transição entre elementos novos e antigos na linha do tempo.

Antes de questionar o que o arco Song-Yuan-*Early* Ming nos diz sobre as relações contemporâneas entre China e SE Asiático, devemos perguntar: por que especificamente este período e não o que veio depois? Essa pergunta ganha ainda mais importância porque boa parte da literatura que busca analogias entre passado e presente opta pela ênfase no arco Ming-Qing, seja pelo acesso a fontes primárias ou porque a distância na linha do tempo para o presente é menor.

A grande diferença do arco Song-Yuan-*Early* Ming para o antes e o depois é a propensão do Estado chinês em ver oportunidades no SE Asiático e alocar/projetar recursos econômicos, político-militares e simbólicos para garantir seus interesses e moldar comportamentos de atores relevantes na região. Porém, duas ressalvas são importantes: i) a dinâmica com as outras periferias segue recortes temporais distintos, em especial com a Ásia Central e o oeste da China atual, onde houve grande expansão territorial durante a Dinastia Qing; e ii) antes dos Song e depois do “fechamento” Ming há sim registros de interações relevantes entre a China e o SE Asiático, mas nota-se a ausência de uma ambição geopolítica permanente do Estado chinês em priorizar as relações com a região. Nossa hipótese é que essa ambição mais permanente, que existiu entre os séculos X e XV, tem reaparecido desde 1997, de forma que buscaremos analogias entre os dois períodos mais adiante.

Embora os seis séculos entre o “fechamento” Ming e o “renascimento” chinês como potência marítima no século XXI sejam muitíssimo relevantes, um estudo detalhado das relações China – SE Asiático ao longo de todo esse período foge da nossa proposta. Basta-nos compreender porque o sistema que chamamos de sinocêntrico no SE Asiático terminou no século XV, contrastando-o com as mudanças que vieram a seguir.

Três recortes temporais nos ajudam nesta tarefa: 1450-1550; 1550-1841; e 1841-1949. O primeiro, de 1450 a 1550, marca um ciclo de retração econômica doméstica e fechamento dos laços comerciais e tributários da China com o exterior. Conforme visto, os imperadores que sucederam Yongle se inspiraram em Hungwu e fizeram convergir uma política econômica de repressão comercial em prol da agricultura de subsistência e uma política externa de isolamento. (VON GLAHN, 2016; GUNN, 2011, p. 112-114).

A literatura é contraditória quanto aos vetos ao comércio exterior, mas há certo consenso em apontar para 1372-1567 como o auge dessa política – contrariada apenas pelo governo de Yongle e suas grandes navegações, quando o comércio tributário e privado foi incentivado. Assim, esse “longo século” de fechamento e retração pôs fim aos vetores do sistema sinocêntrico no SE Asiático. As relações comerciais e tributárias e a projeção de poder da China sobre a região foram severamente reduzidas e acompanharam a retração geral da economia chinesa. O que vemos é

apenas uma sofisticação maior dos rituais tributários muito mais voltada para a legitimação interna do que para a projeção externa (WILLS, 2011, p. 4).

O segundo período, de 1550 a 1841, é marcado pelo que Von Glahn (2016, p. 296) chama de “segunda revolução econômica”, quando a China entrou em um novo ciclo de expansão demográfica, produtiva e comercial. Este período, também conhecido como “Ming-*Early Qing*”, é tido por muitos como o auge do progresso material e ideacional da civilização chinesa. Os atributos das dinastias Tang, Song e Yuan são ainda mais ressaltados nesse período: cosmopolitismo, efervescência cultural, melhorias nos transportes e comunicações, avanços na filosofia e nas artes em geral, e o ressurgimento de uma elite refinada nas grandes cidades (ROSSABI, 2013, BROOK, 1998, p. 580).

Para tanto, considera-se que em meados do século XVI a China voltou a crescer e a Dinastia Ming teria vivido uma fase A de prosperidade apenas colapsada no começo do século seguinte pelo velho roteiro de rebeliões populares, crise no campo e ataques do norte – com um adendo da Pequena Era do Gelo³⁰. Um desses reinos do norte, os Manchus, soube aproveitar a fraqueza Ming, tomou Beijing em 1644 e fundou a Dinastia Qing. Porém, como a conquista foi relativamente suave (em comparação com a conquista mongol), toma-se o período Ming-*Early Qing* como uma longa fase A de crescimento.

Grande parte dos autores que sugerem a existência de um sistema sinocêntrico anterior à Guerra do Ópio estuda precisamente esse arco Ming-Qing porque teria havido uma suposta conexão entre a base econômica material e a projeção da China para o exterior. Disto, derivam um tipo ideal de sistema centrado na China e o projetam ora para trás, vendo alguns de seus elementos tanto no período clássico dos Qin-Han quanto no período intermediário dos Tang-Song-Yuan, ora para frente, vendo seu renascimento na atualidade.

Não obstante, defendemos que o sistema sinocêntrico mais “autêntico” existiu no arco Song-Yuan-*Early Ming* e o seu reaparecimento entre os séculos XVI e XVIII foi apenas parcial – **e a chave dessa diferença está na atuação do Estado chinês no plano doméstico e internacional.** Nosso argumento é que o conceito de Adam Smith de “desenvolvimento econômico com base no mercado” usado por Arrighi faz mais sentido no arco dos séculos X-XV do que no arco dos séculos XVI-XVIII³¹, ainda que neste último período o crescimento quantitativo (produtivo, comercial e

³⁰ Von Glahn (2016, p. 311) cita um fenômeno climático de resfriamento das temperaturas no hemisfério norte ao longo do século XVII que teria impactado na produção agrícola da China. O período 1638-1642 teve colheitas especialmente desastrosas e contribuiu para a crise dos Ming.

³¹ Arrighi utiliza o conceito “desenvolvimento econômico com base no mercado” de Adam Smith para se referir a um Estado forte que “criaria e reproduziria as condições de existência do mercado; usaria o mercado como instrumento eficaz de governo; regulamentaria seu funcionamento e interviria ativamente para corrigir ou contrabalançar resultados social ou politicamente indesejáveis.” (ARRIGHI,

demográfico) tenha sido maior. Isto é, o Estado foi mais protagonista no período anterior e este traço é a chave para entender o sistema sinocêntrico do passado e projetá-lo para o presente.

Sobre isso, Wills (2011, p. 11) afirma:

From 1500 to after 1800, the strength and variety of the commercial economy and the widening of the area settled by Han Chinese **were not accompanied by anything like a proportional expansion of the apparatus of the state**³². (...) Ming–Qing society was marked by immense and diverse cultural energies and capacities for religious commitment, as well as by great entrepreneurial and commercial achievements, none of which were very well channeled or controlled by the cautious and thinly spread apparatus of the state.

No plano doméstico, os governos Ming e Qing foram incapazes de transformar o crescimento econômico em fortalecimento e enriquecimento do Estado (VON GLAHN, 2016, p. 309-316). Pelo contrário, o Estado chinês pós 1500 encarou sucessivas crises fiscais (WONG, 1997, p. 94) intensificadas pelas campanhas militares que, ironicamente, expandiram o território a oeste e aumentaram a base produtiva do país. Essas crises decorreram não apenas dos métodos antiquados de taxaço e gerência do tesouro público, por vezes mesclado com as posses particulares do imperador e sua corte, mas também da incapacidade de enquadramento dos comerciantes. A título de comparação, Peer Vries (2015, p. 98) estima que o imposto *per capita* cobrado na China no século XIX chegou a ser dezoito vezes menor do que na Inglaterra no mesmo período.

Muitos monopólios do governo (inclusive o milenar monopólio do sal) passaram para o controle de mercadores e de guildas, que começaram a regular preços, taxas de adesão e tarifas (VON GLAHN, 2016, p. 316). Muitos desses mercadores (chineses e estrangeiros) fizeram fortuna com a venda de prata para o governo chinês, em constante crise financeira. Primeiro oriundo do Japão, depois da América Espanhola, esse metal tornou-se um recurso usado em larga escala para sanar os cofres públicos, mas no longo prazo causou mais inflação e corrupção (WILLS, 2011, p. 13).

Apesar da relevância histórica de Jiangnan, os centros deste novo ciclo econômico foram Fujian e Guangzhou, protagonizados pela “nação” de comerciantes chineses ligados a essas regiões por laços de parentesco. Novas formas de organização empresarial e de legislação econômica surgiram, em geral fortalecendo a posição das famílias de investidores e estimulando um mercado financeiro de seguros, ações e crédito. A grande diferença para as “altas finanças” que surgiram na Europa na mesma época, e esta é uma diferença crucial, é a participação quase nula do governo chinês, fosse como investidor ou como cliente. Ao contrário dos governos europeus, o chinês não

2008, p. 57-58). Essa definição é oposta à noção da “mão invisível do mercado” e será debatida no próximo capítulo.

³² Grifo nosso.

emprestava dinheiro e se financiava, essencialmente, pelos impostos à população e por monopólios de produtos básicos como sal, de forma que a atrofia das contas públicas foi concomitante a uma expansão comercial-financeira centrada em Fujian e Guangzhou, que ocorreu quase que à revelia dos ditames do Estado (VON GLAHN, 2016, p. 345).

(...) the fiscal role of the state diminished compared to the Song dynasty. (...) the Qing state, like the Ming before it, remained dedicated to the Confucian principle of minimal taxation, which constricted its capacity to make infrastructural investments or provide public welfare (VON GLAHN, 2016, p. 346-347).

Wong (1999) sumariza a diferença entre o capitalismo europeu e a economia de mercado chinesa entre os séculos XV e XVIII da seguinte forma: na Europa teria havido uma simbiose entre os Estados competitivos em constante expansão e os grupos econômicos que auferiam “lucros extraordinários” por meio dos monopólios e do crédito conferido a esses governos. Isso teria levado a diversas combinações de cidades capitalistas e Estados territoriais em processos muito bem caracterizados por Arrighi (1996) e Tilly (1990). Já na China Ming-Qing, o Estado teria um peso menor na economia com a simples vigilância aos comerciantes sem conceder “lucros extraordinários” pelos monopólios, e com fontes de renda mais tradicionais, como a tributação da agricultura ao invés do endividamento pelo mercado financeiro. Não por acaso, o período Song (e não o Ming-Qing) teria sido o momento em que a China mais se aproximou de uma lógica capitalista.

Both European merchants and their governments benefited from their many-stranded relationship, the former by gaining monopolies or other favorable conditions under which to amass fabulous profits, the latter by securing dearly desired revenues. The late imperial Chinese state did not develop the same kind of mutual dependence on rich merchants. Lacking the scale of fiscal difficulties encountered in Europe between the sixteenth and eighteenth centuries, Chinese officials had less reason to imagine new forms of finance, huge merchant loans and the concept of public as well as private debt. Not only did they have little dependence on mercantile wealth to support the state, they also feared the potentially disruptive consequences of both concentrations of wealth and the pursuit of such wealth (WONG, 1999, p. 222).

A inépcia doméstica dos governos Ming-Qing também se refletiu no âmbito externo. Nosso foco no arco Song-Yuan-*Early* Ming como o tipo ideal do sistema sinocêntrico está ligado precisamente ao protagonismo do Estado neste período, que não se repetiu nos séculos posteriores, isto é, o papel das Forças Armadas, do Ministério dos Rituais e das Superintendências Portuárias mudou profundamente a partir de então.

No tocante ao comércio privado de longa distância de bens de luxo os indícios apontam, de fato, para um renascimento da centralidade chinesa, principalmente com o fim do veto ao comércio

exterior em 1567. Além da exportação de cerâmica, seda e chá em troca de metais preciosos (especialmente prata do Japão e das colônias espanholas na América), há registros da circulação de sementes destinadas tanto à alimentação quanto à indústria têxtil, no caso, do algodão, que passou a ser cultivado nas regiões mais quentes da China. Ademais, foi neste momento que os portugueses (por Macau) e depois os espanhóis (pelas Filipinas) e os holandeses (pela Batávia, atual Indonésia) se inseriram nas redes de comércio com a China, submetendo-se não apenas às formalidades imperiais, mas principalmente aos cartéis das guildas (*Cohong*) em Guangdong, no que ficaria conhecido como “Sistema de Cantão” a partir de 1720 (VON GLAHN, 2016, p. 318; SPENCE, 1990, p. 120; ROSSABI, 2013, p. 290). As Superintendências Portuárias passaram a cobrar taxas meramente figurativas e perderam espaço para as guildas, cujos agentes operavam em boa parte do SE Asiático, prestavam serviços diversos de logística e enriqueciam, (inclusive com muita corrupção) com o *boom* das redes de comércio de longa distância (VON GLAHN, 2016, p. 318).

Se a China retomou sua centralidade nos circuitos de comércio entre os séculos XVI e XVIII, que agora incluíam também o continente americano e as companhias de comércio europeias, por que devemos contestar o *mainstream* da literatura que retrata este período como o auge do sistema sinocêntrico? **Ora, essencialmente porque o Estado chinês não quis, ou não conseguiu, transformar essa centralidade em um recurso de projeção de poder e influência no SE Asiático e no além-mar em geral.** É bem verdade que a diáspora chinesa no SE Asiático prosperou como nunca antes e podemos até admitir que a influência da China na região adquiriu um caráter econômico-cultural com a assimilação de famílias chinesas às sociedades locais. Porém, se houve um momento em que Adam Smith “esteve em Pequim”, isto é, um período em que os comerciantes foram enquadrados pelo Estado chinês e estiveram a serviço de um “desenvolvimento econômico com base no mercado”, esse momento foi no arco Song-Yuan-Early Ming. Spence (1990, p. 119) reforça essa ideia ao afirmar que apesar do extenso comércio com o SE Asiático, o Estado Qing não tinha qualquer interesse em proteger os interesses de chineses da diáspora, nesta ou em qualquer outra parte do mundo.

Já sobre o vetor ideológico do sistema sinocêntrico, é preciso ler as entrelinhas da literatura. A historiografia salienta que o Ministério dos Rituais manteve sua função de reforçar a narrativa simbólica da supremacia da China e receber missões tributárias de outros povos. Porém, em contraste com o período anterior, não identificamos a proatividade de mandar representantes oficiais aos reinos do SE Asiático para instá-los a enviar missões tributárias; nem registros precisos, quantitativos e qualitativos, das missões tributárias recebidas.

Outra ruptura com o sistema sinocêntrico foi a ameaça simbólica de missionários e comerciantes europeus: estes porque não admitiam ser tratados como povos vassalos e aqueles

porque traziam uma religião que não reconhecia os princípios do confucionismo. A conversão dos pagãos e o livre comércio (GELBER, 2012, p. 170) foram as duas noções que iniciaram a rota de colisão entre o mundo sinocêntrico e o ocidental, mas entre os séculos XVI e XVIII, os atritos ficaram mais restritos às redes de informação e de comércio de longa distância, ainda sem abranger a esfera político-militar (CHASE-DUNN; HALL, 1997).

Ainda assim, o Ministério dos Rituais, voltado para a relação com os povos asiáticos já conhecidos, não dava conta desses desafios e foi preciso recorrer a medidas pouco convencionais. Os missionários passaram a ser supervisionados diretamente pela corte imperial e, após alguns desentendimentos, os jesuítas se destacaram, criaram laços locais e contribuíram para o intercâmbio científico e tecnológico entre Ocidente e Oriente – sempre sob a supervisão da corte imperial (SPENCE, 1990, p. 118).

O Ministério dos Rituais também ficou obsoleto para lidar com as missões europeias. Portugal e Holanda enviaram embaixadas permanentes ainda na Dinastia Ming para tentar garantir privilégios comerciais, mas foram tratados como nações tributárias comuns (SPENCE, 1990, p. 120). Ao longo do século XVIII o assédio europeu pelo livre comércio aumentou e as relações diplomáticas ficaram subordinadas ao Sistema de Cantão, controlado não pelo Estado chinês, mas pelas guildas de comerciantes locais. Assim, por mais que o afluxo de metais preciosos para a China fosse importante para as finanças do governo, a capacidade deste de enquadrar os comerciantes e extrair renda e reconhecimento simbólico diminuía gradativamente, mais por indiferença do que por repulsa. E ainda que as missões diplomáticas e as embaixadas ocidentais já começassem a fazer pressão por abertura comercial e inclusive arrendassem áreas do território chinês (Macau, por exemplo), a China mantinha-se em posição superior e a densidade dessas interações não se comparava à nova dinâmica político-militar que seria inaugurada com a Guerra do Ópio no século XIX.

A esfera político-militar também sofreu alterações. Ao contrário das fronteiras terrestres no oeste e no norte, o SE Asiático e o mundo ultramarino continuaram como uma periferia fluida, sem representar grandes ameaças estratégicas. A intensidade e a sequência de operações militares da China nesta região caiu drasticamente porque o foco de segurança continuou no norte, com a atuação do Escritório de Questões Fronteiriças (SPENCE, 1990, p. 117). Tanto a Dinastia Ming quanto a Qing depararam-se com novas investidas dos nômades da Ásia Central. Segundo Kang (2010, p. 91), 75% de todos os conflitos militares da China entre 1368 e 1841 ocorreram precisamente contra esses povos, chegando a 89% apenas no período Qing, após 1644. Apesar de oficialmente defensivas, essas batalhas tiveram sim um caráter expansivo, dado que a China praticamente dobrou de tamanho com os Qing, o que não muda o fato de que o SE Asiático deixou

de atrair o foco político-militar dos imperadores chineses. Ademais, a expansão do Império Russo para o leste deslocou ainda mais a atenção da China para o norte: um emaranhado de interações diplomáticas/tributárias, definições de fronteiras, ataques de cossacos e acordos comerciais marcaram as relações sino-russas entre os séculos XVI e XVIII (GELBER, 2012, p. 160-164).

É claro que, ao longo de quatro séculos, alguns conflitos ocorreram no sul (contra mandalas da Tailândia e da Birmânia) e no litoral chinês. A disputa multinacional pelo controle de Taiwan foi o principal episódio, de 1624 a 1683. A Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) tomou a ilha dos espanhóis em 1624 com o objetivo de controlar as rotas do Japão, de Manila e de Java que levavam à China. A ascensão comercial-militar da Holanda ameaçou a fortuna da principal família de comerciantes de Fujian, os Zheng, que operava um verdadeiro império comercial-militar marítimo particular à revelia dos Ming, mas não hostil a eles. Em uma notável aliança entre os mercadores e o governo contra os holandeses, Zheng Zhilong, o líder dessa família, recebeu investidura oficial e seus navios tornaram-se, automaticamente, parte da Marinha Imperial chinesa (ZILAI, 2015, p. 3). Os holandeses atacaram Fujian em 1633 e foram derrotados pela força dos Zhang, que subjugarão a VOC e ampliaram o controle militar e comercial das rotas da Ásia Oriental.

A maré virou quando os manchus conquistaram a China, fundaram a Dinastia Qing em 1644 e obrigaram os Zheng a se submeter ao novo governo – o que não ocorreu. Constrangido pela força dos manchus no continente, o filho de Zhilong, Koxinga, liderou uma série de ataques aos holandeses em Taiwan, até expulsá-los em 1662 e consolidar lá a sua nova base comercial-militar da família Zhang (STUART-FOX, 2003, P. 107; GUNN, 2011, p. 205). Porém, o apogeu dos Zhang em Taiwan não durou muito, pois o boicote dos Qing ao monopólio comercial dos Zhang e as disputas internas por poder levaram à submissão total aos manchus em 1683 (KAPLAN, p. 145).

Assim, a história dos Zhang diz muito sobre o “renascimento” do sistema sinocêntrico no arco 1550-1800. Em primeiro lugar, mostra como as guildas ganharam força vis-à-vis o governo Ming-Qing, e a transformação imediata da armada dos Zhang em Marinha Imperial Ming foi o sinal mais claro disso. A família Zhang construiu uma espécie de império comercial-militar autônomo que, assim como a VOC, era movido pela busca do controle monopólico das redes de comércio, inclusive com o uso da força. Não foi a Marinha Imperial chinesa, e sim a frota comercial-militar de uma família de Fujian (disfarçada de Marinha Imperial Ming) que derrotou os holandeses. Porém, assim como a própria VOC, o “Império Zhang” sucumbiu diante da perda de seus monopólios – nesse caso, em função da mudança da Dinastia Ming para a Qing.

Segundo Gungwu (1990, p. 421):

They [The Hokkiens] were never the instruments of any effort by Ming or Qing authorities to build merchant empires; nor could they hope to get mandarin or ideological support for any innovative efforts of their own. Eventually, they had to be content to become participants, even supporting agents, in the merchant empires that their counterparts from smaller states with state-backed organizations were able to build.

Em suma, o declínio Zhang pôs fim à experiência comercial-militar chinesa que mais se assemelhou à aliança capital-Estado ocidental (nos termos de Braudel). Isso porque a guerra por Taiwan opôs uma empresa familiar (Zhang) voltada para o monopólio comercial e ancorada no poder territorial dos Ming a uma empresa de acionistas em Amsterdã (VOC), também voltada para o monopólio comercial e ancorada em um Estado wesfaliano (as Províncias Unidas) recém-liberto do domínio espanhol. De forma incrivelmente semelhante, os Zhang e a VOC travaram a guerra pelo monopólio comercial *em nome* de Estados territoriais, mas com agendas capitalistas próprias. Porém, a VOC conseguiu se recuperar da derrota em Taiwan e manteve-se preponderante no SE Asiático até ser eclipsada por empreendimentos imperiais de ingleses e franceses. Já os Zhang foram prejudicados pela troca de dinastias e perderam sua base continental que lhes garantia acesso privilegiado a mercado e produtos da China.

Além da maior atenção estratégica no norte, a segunda reflexão é que esse episódio representa a transição do sistema das guildas para o sistema de livre comércio do século XIX. As guildas haviam logrado, até então, enquadrar portugueses e espanhóis nos monopólios comerciais de Guangzhou e Fujian – e o ataque mal sucedido dos holandeses a Fujian, no auge de seu poder colonial, foi o primeiro teste de fogo a esse sistema. Outros desafios seriam vencidos no século XVIII até o derradeiro embate com a diplomacia das canhoneiras da Inglaterra, que empurraria à força o livre comércio sobre a China no começo do século XIX.

Em suma, o mundo sinocêntrico dos séculos X a XV, em que o SE Asiático não representava ameaças reais à China e era apenas mais uma de suas periferias, já não era o mesmo no século XVII. Nem mesmo a dinâmica de curiosidade e desconfiança dos chineses com comerciantes e missionários europeus do século XVI era a mesma. O choque entre os Zhang e os holandeses na transição Ming-Qing foi o primeiro sinal de que as forças exógenas ao sistema sinocêntrico, i.e., os atores europeus, começariam a pressionar por mudanças.

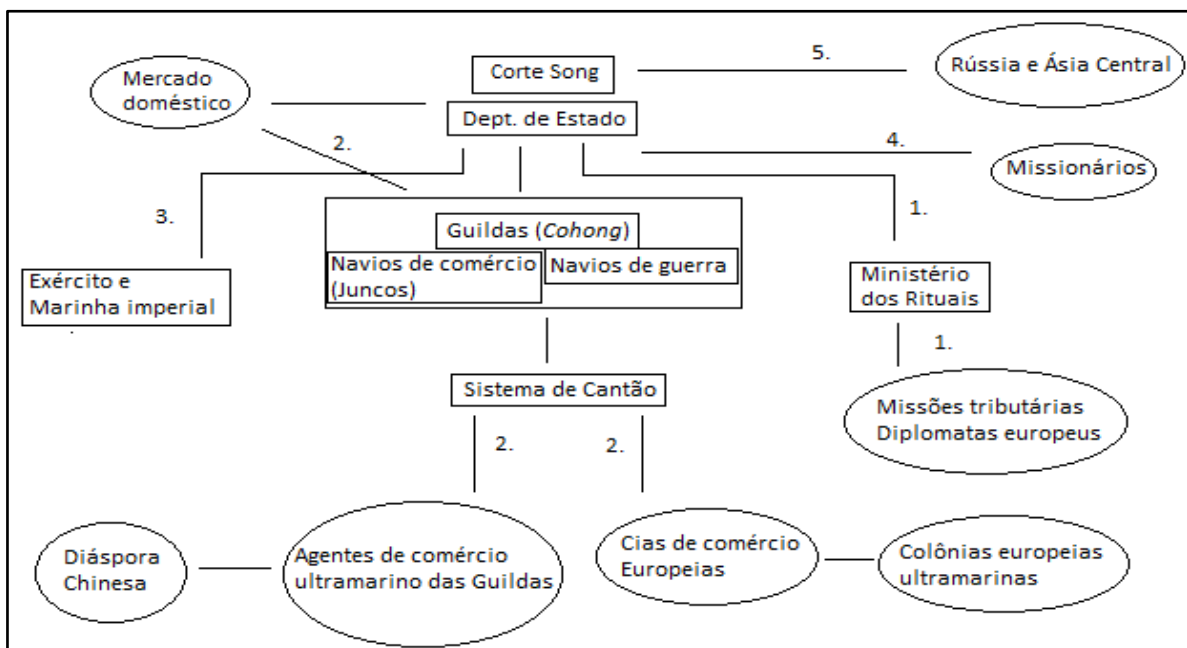
Apesar da disputa Zhang-VOC, o mundo ultramarino não apenas não era fonte de grandes ameaças militares para a China, como também deixara de ser tão relevante para a sua estrutura produtiva, pautada mais pela produção agrícola e pela atuação das corporações familiares no comércio de longa distância. Isto é, se o governo não enquadrava esses comerciantes nem dependia deles como fonte de renda, não havia necessidade de canalizar recursos financeiros para moldar a

geopolítica do SE Asiático. Não por acaso, a Marinha Imperial, que fora um dos principais vetores de projeção da China na região, perdeu relevância para os famosos juncos de mercadores chineses, que eram navios menores e rápidos, muito mais apropriados para o comércio de longa distância (GUNN, 2011). Ademais, a substituição da Marinha Imperial pelos juncos como principal forma de contato marítimo contribuiu para a visão idílica, pacífica e de ganhos mútuos que autores como Arrighi (2008) têm sobre a postura da China em relação aos seus vizinhos.

A projeção da China no SE Asiático também foi alterada pelas mudanças que ocorreram nesta região. As antigas mandalas da parte continental tornaram-se Estados pré-modernos com mais autonomia política, organização burocrática e capacidade de geração de riqueza em torno dos grandes rios da região. Vietnã, Khmer, Sião e Birmânia são os principais exemplos (LIEBERMAN, 2003, p. 346-347). Ainda que recorressem esporadicamente à China para mediar conflitos entre si e reconhecer transições dinásticas internas, a relação assimétrica com o Império do Meio continuou a existir, mas perdeu relevância. E na parte insular, mais exposta ao colonialismo europeu, a atuação das companhias de comércio e o senso de autossuficiência em relação ao comércio exterior refletiram na falta de interesse do governo da China em proteger ou atrair a diáspora chinesa na região.

Em suma, os principais vetores do sistema sinocêntrico foram profundamente transformados nos séculos XVI-XVIII, tendo como denominador comum o enfraquecimento do Estado e de seu papel como promotor do desenvolvimento econômico.

Figura 3.17 O “renascimento” do sistema sinocêntrico entre os séculos XVI e XVIII



Fonte: elaborado pelo autor

O esquema acima apresenta os eixos desse “renascimento” do sistema sinocêntrico que, sob nossa perspectiva, perdera suas principais características em função da diminuta participação do Estado. A principal mudança foi a substituição das Superintendências Portuárias pelas guildas de comércio (eixo 2). Por meio do Sistema de Cantão, elas não apenas enquadraram as companhias de comércio europeias em seus monopólios de acesso ao mercado doméstico da China (inclusive pela força, no caso dos holandeses), como fizeram fortuna com seus agentes de comércio em contato com a diáspora chinesa no SE Asiático.

O Exército Imperial (eixo 3) ficou retido nas questões fronteiriças do norte e a Marinha Imperial pouco atuou no SE Asiático, tendo sido mais importante na luta contra a invasão japonesa da Coreia no final do século XVI. O Ministério dos Rituais (eixo 1) ganhou pomposidade, mas sua função foi ofuscada pela redução das missões tributárias, pela atuação das guildas e pela atuação direta da corte imperial na vigilância dos missionários (eixo 4). Por fim, o Escritório de Questões Fronteiriças ficou responsável pela relação diplomática com a Ásia Central e com a Rússia, complementando a atuação do exército (eixo 5).

O debate da chamada Escola da Califórnia que trata da “grande divergência” entre a ascensão do Ocidente e o declínio da China não é o foco desta pesquisa, mas a partir dele levantamos o seguinte questionamento feito por Wong (1997, p. 4): o que interrompeu a prosperidade inicial da Dinastia Song e evitou que a China fosse berço de um desenvolvimento sustentado que poderia ter sido superior ao europeu nos séculos seguintes?

As duas respostas clássicas, oriundas do pensamento ocidental, baseiam-se na visão de Marx ou de Weber. A vertente marxiana argumenta que o peso excessivo do Estado chinês sufocou o surgimento de uma burguesia capaz de construir relações de mais valia com um proletariado sem terra e esta seria a explicação mais básica para justificar o porquê de o modo de produção asiático não ter sido substituído pelo capitalista. Em outras palavras, teria prevalecido o “despotismo oriental”. Já a vertente weberiana dá uma explicação distinta, mas que, no fundo, é muito similar: o capitalismo não surgiu na China porque o Estado o sufocou. Mas esse sufocamento teria ocorrido não diretamente sobre a classe burguesa, mas sobre um espírito científico e uma ética empreendedora que emergiram da Reforma Protestante na Europa (ALLEN, 2009, p. 3-8). Isto é, a racionalidade burocrática e o confucionismo teriam sido os principais obstáculos ao surgimento do capitalismo na China³³.

³³ A mescla dessas duas visões está presente em Wallerstein (1974, p. 63) que afirma: *So China, if anything seemingly better placed prima facie to move forward to capitalism in terms of already having an extensive state bureaucracy, being further advanced in terms of the monetization of the economy and*

Não obstante, o que descobrimos nas páginas acima é que o capitalismo, ou pelo menos o desenvolvimento econômico com base no mercado, nos termos de Adam Smith, ocorreu precisamente quando o peso do Estado na formação social foi mais forte, durante a Dinastia Song. E que a economia chinesa entrou em declínio qualitativo, isto é, queda de produtividade e de avanços tecnológicos apesar de um crescimento demográfico colossal no século XVIII, precisamente quando o Estado foi mais fraco e abriu espaço para a burguesia e sua ética empreendedora. Sugihara (2003, p. 93) sumariza da seguinte forma: o fator crucial que faltou na Ásia entre 1400 e 1800 (e sobrou na Europa) foi o *big government* do Estado-nação em busca de expansão territorial e comércio de longa distância, disposto a emprestar dinheiro para esses fins e pronto para promover *big business* e investimentos em capital fixo.

Por fim, o terceiro período (1841-1949) é conhecido na China como o século da humilhação e foi marcado pela incorporação subordinada da Ásia Oriental ao sistema-mundo moderno. Esse processo avançou mais um passo na sequência das redes de interação de Chase-Dunn e Hall (1997): além das redes de informação e de comércio de longa distância de bens de luxo, a dinâmica político-militar entrou em jogo, pesando em favor das potências ocidentais, que formalizaram colônias no SE Asiático e enquadraram a China na lógica do “livre” comércio.

Os antecedentes desse processo estão em 1796, quando a Rebelião do Lótus Branco³⁴ já sinalizava a fragilidade do governo Qing, mas ficou mais evidente na Guerra do Ópio, em 1839-41. Embora o ópio fosse usado há séculos na China para fins medicinais, o seu consumo aumentou consideravelmente com o crescimento da população e das tensões sociais. Este fenômeno não trouxe problemas apenas de cunho social com o aumento da violência e a destruição de famílias. A Inglaterra, cujo saldo comercial com a China era deficitário devido às importações de chá e porcelanas, descobriu no ópio produzido em sua colônia indiana o produto capaz de inverter esta situação. Com o total apoio de seu governo e o suborno de oficiais chineses em Guangzhou (Cantão), as empresas inglesas conseguiram elevar a oferta do produto e disseminar seu uso como entorpecente. Com isso, a balança comercial da China tornou-se deficitária e a prata acumulada ao longo dos séculos foi drenada para bancos na Inglaterra (HENDLER, 2013). A triangulação Inglaterra-Índia-China acontecia da seguinte forma:

possibly of technology as well, was nonetheless less well placed after all. It was burdened by an imperial political structure. It was burdened by the "rationality" of its value which denied the state the leverage for change (had it wished to use it) that European monarchs found in the mysticity of European feudal loyalties.

³⁴ A rebelião mais importante na virada para o século XIX foi a do Lótus Branco (1796) – uma seita religiosa dos tempos do domínio mongol, que defendia a restauração Ming e era muito popular entre os camponeses pobres. Utilizando de linguagem religiosa, o movimento voltou-se contra impostos, a incompetência do Estado e a corrupção, sendo reprimido até 1804 ao custo estimado de cerca de 70 mil mortos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 187; GELBER, 2012, p. 178).

Estrangeiros e mercadores chineses vendiam ópio na China recebendo o pagamento em prata, que podia ser depositado em Guangzhou (em troca, dizem, de ordens de pagamento em Londres). Essa prata então pagava o chá legalmente. Mesmo os ingleses na Índia podiam enviar remessas para a Inglaterra comprando ópio lá, embarcando-o para Guangzhou e vendendo-o por prata que era usada para comprar chá e enviá-lo para Londres, lucrando em cada etapa dessas transações. (...) Os comerciantes em Guangzhou se transformaram em agentes comerciais de firmas em Calcutá e Londres, ou faziam operações de câmbio e de crédito complexas com Londres e Nova York. Em 1830, as finanças da Índia britânica dependiam crucialmente de todas essas operações monetárias do ópio (GELBER, 2012 p. 209-210).

Diante dos estragos causados pelo ópio na sociedade e economia chinesas, uma facção do governo defendia a liberalização do comércio da droga e outra defendia sua proibição total. A última acabou vencendo e um incorruptível encarregado imperial, Li Zexu, foi enviado a Cantão em 1839 para interromper por completo o comércio de ópio, o que significou o confisco e a destruição de cargas inglesas. Após imbrólios diplomáticos entre os dois países, com a exigência inglesa de indenização e a negação chinesa, a Inglaterra utilizou-se da “diplomacia das canhoneiras” e bombardeou Cantão, dando origem à Primeira Guerra do Ópio (1839-1942).

As disparidades tecnológicas e de organização militar de ambos os países ficaram patentes com a invasão inglesa de várias cidades litorâneas da China. Quando, em 1842, uma frota de 48 quilômetros de comprimento navegou o Rio Yangtzé em direção à capital imperial de Nanquim com a intenção de atacá-la, o imperador não teve outra opção senão assinar a rendição no Tratado de Nanquim (GELBER, 2012, p. 214).

Mesmo sem fazer menção ao ópio, o acordo acatava quase todas as reivindicações de Londres, como a abertura de novos portos comerciais, indenizações à Inglaterra, o princípio da extraterritorialidade para cidadãos ingleses, tratamento da nação mais favorecida e, acima de tudo, liberdade comercial sem monopólios. Em seguida, franceses e norte-americanos também aproveitaram das facilidades do tratado para garantir interesses de suas próprias empresas (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 205; GELBER, 2012, p. 214).

Esse longo século costuma ser dividido em três partes (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 205; HENDLER, 2013). A primeira, de 1841 à década de 1870, é marcada pelo “imperialismo de livre comércio” inglês, quando ocorreram as duas Guerras do Ópio (a segunda em 1856, em decorrência da tentativa de aplicação do Tratado de Nanquim, que encerrou a primeira) e a dinastia Qing foi restaurada e apoiada pela própria Inglaterra em 1860 após a rebelião de Taiping³⁵.

³⁵ A rebelião de Taiping começou em 1851 como um movimento religioso liderado por Hong Xiuquan que terminou numa sangrenta guerra civil na China. Influenciado pelo Velho Testamento do protestantismo cristão, Hong criticava a passividade política do budismo e do confucionismo e liderava um amálgama de ideias orientadas para a disciplina, a reforma social e a ação política e militar contra a

A segunda fase foi de 1870 a 1905, quando o imperialismo das potências industrializadas atingiu seu clímax na China e em outras regiões da periferia mundial. As forças chinesas sofreram pesados reveses militares, de forma que não apenas a Inglaterra, mas também França, Alemanha, Rússia e Japão aproveitaram-se da fraqueza do Império Qing e invadiram seus territórios.

Por fim, a terceira fase, que vai de 1905 a 1949, testemunhou uma abertura sem precedentes na cultura chinesa, com participação importante da cultura ocidental e japonesa, e o fim da dinastia Manchu. A perda de legitimidade dos Qing foi um processo longo e gradual, mas a partir da Rebelião Taiping na década de 1850, o trono ficou numa verdadeira corda bamba entre os anseios da maioria étnica Han e as pressões das grandes potências imperialistas. Esse período culminou no turbilhão de revoltas internas contra a dinastia Qing e deu origem a uma república fraca e dividida (a República da China), que se tornaria um verdadeiro interregno entre “dinastias”: dos Qing a Mao Zedong e o comunismo (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 255; PIRES, 2011).

No âmbito dos ciclos conjunturais, a fase A do arco 1550-1800 deu lugar a uma fase B já no final do século XVIII e a Dinastia Qing começou a balançar pelo típico roteiro de instabilidade no sistema trinário (Estado-camponeses-matriz simbólica). A Rebelião Taiping foi a mais famosa de uma série de revoltas populares que ocorreram na segunda metade do século XIX e colocaram em xeque o poder dos Qing. A ineficiência do governo para manter obras públicas como o Grande Canal combinada à corrupção da burocracia, aos problemas fiscais e à crise de legitimidade da elite estrangeira (Manchu) que controlava o país foi o gatilho para acirrar os ânimos de uma população empobrecida e pressionada pelo *boom* demográfico dos séculos anteriores (ROSSABI, 2013, p. 301). Até houve um movimento intelectual e político de modernização das forças armadas e da economia (*tiyong*³⁶), mas o *momentum* inercial de fragilidades internas e pressões externas culminou na deposição da Dinastia Qing e na criação da República da China.

A transição do Império Qing para a República da China em 1911 e desta para República Popular da China em 1949 é um capítulo à parte na história e mereceria atenção especial. Porém, nossa abordagem foca-se nas mudanças domésticas da China e sua relação com o sistema sinocêntrico. Em poucas palavras, a estrutura produtiva de base rural e o Estado chinês entraram em

dinastia Qing. As forças Taiping tomaram Nanquim e controlaram boa parte do sul da China, sendo finalmente derrotadas pelo exército imperial, que obteve ajuda de potências estrangeiras (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 206).

³⁶ A partir dos anos 1870 um notório burocrata e estadista chinês, Li Hongzhang, encabeçou um movimento intelectual de fortalecimento interno da China por meio da modernização militar e da industrialização do país. O movimento intitulado *tiyong* deriva da noção de “uso prático” (*yong*) com a noção de “essência” (*ti*), e buscava a legitimidade simbólica de proteção da essência chinesa pela busca pragmática de modernização (ROSSABI, 2013, p. 314).

crise apesar de tentativas pontuais de industrialização, e o sistema sinocêntrico esfacelou-se por dentro e por fora.

Enquanto na Europa, nos EUA e no Japão houve um salto econômico com a difusão da revolução industrial e uma melhora em indicadores sociais após 1870, na China houve um ligeiro crescimento demográfico acompanhado de uma deterioração das condições de vida (SUGIHARA, 2003, p. 80). O primeiro plano oficial de industrialização na China surgiu apenas no governo nacionalista do Kuomintang nos anos 1920 e 1930³⁷, embora pequenas indústrias têxteis (de algodão) já existissem no começo do século XX, incentivadas por governos provinciais e locais (SUGIHARA, 2003, p. 80). Porém, o esforço inicial de substituição de importações, protecionismo (principalmente contra o Japão), legislação trabalhista e criação de bancos de fomento foi por água abaixo por conta da guerra civil contra os comunistas e da invasão japonesa na Manchúria. Wong (1997, p. 122) define esse processo como o declínio de um império agrícola na direção da formação de um Estado moderno.

Se os três canais de projeção da China sobre o SE Asiático já foram profundamente abalados nos séculos anteriores, eles foram definitivamente esfacelados neste “longo século XIX”. A esfera simbólica (sistema tributário) foi gradualmente substituída por uma diplomacia de tratados bilaterais. Por um lado, a frequência das missões tributárias minguou porque a Corte Qing aparentemente “não se esforçava” para manter os laços tributários: em 1839 o imperador Daoguang emitiu um edito histórico ordenando que alguns reinos reduzissem a frequência de suas missões e até o final do século XIX esse fluxo cessou totalmente (HAMASHITA, 2003, p. 23-24; STUART-FOX, 2003, p. 119). Por outro lado, esse declínio esteve ligado, também, à transformação dos reinos tributários em colônias formais europeias. A última missão do Vietnã, inclusive, ocorreu em 1883 como um apelo desesperado de auxílio contra a França, e o Sião, único país independente da região, notificou a Corte Qing que não mais enviaria missões tributárias em 1882 (STUART-FOX, 2003, p. 119-120).

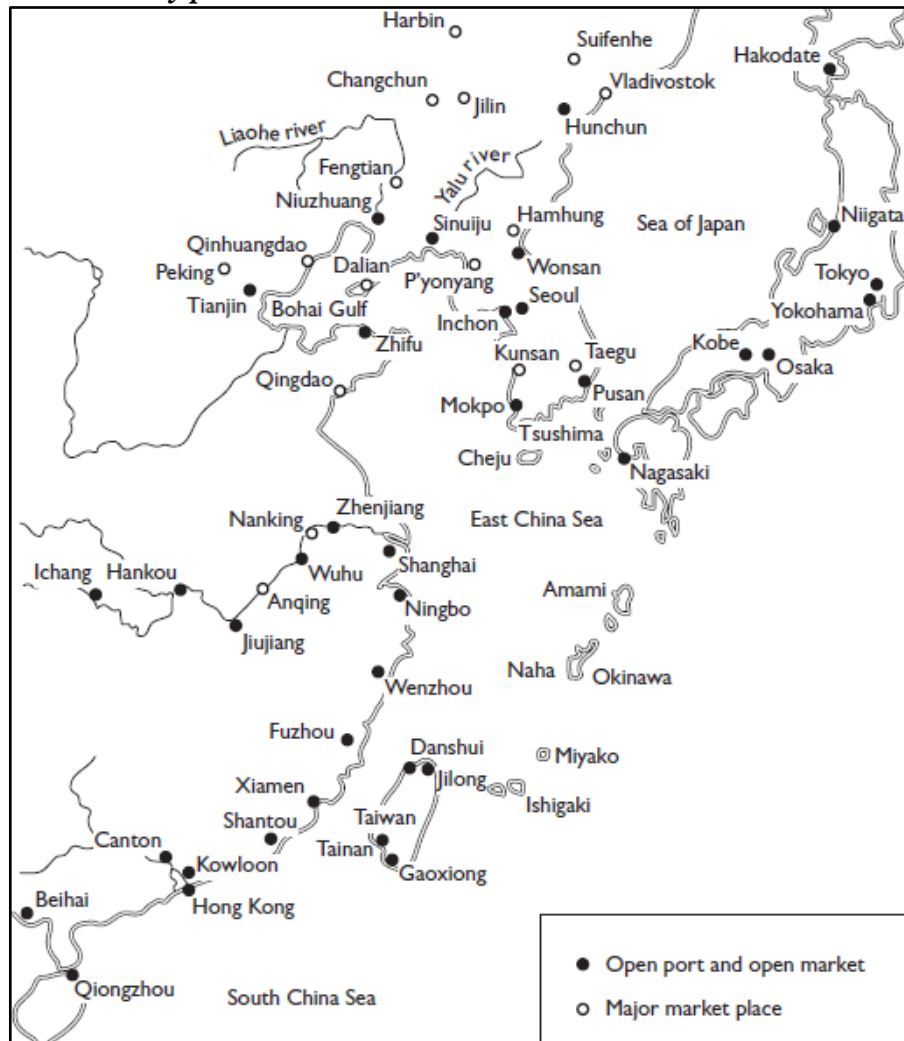
No lugar do sistema hierarquizado, a Ásia Oriental tornou-se a extensão da diplomacia de tratados bilaterais europeus – embora com algumas peculiaridades. Seus principais membros eram os Estados asiáticos independentes (China, Coreia, Japão e Sião), os países ocidentais e suas colônias no SE Asiático. Embora alguns tratados carregassem algum tipo de reverência à superioridade da China, na prática eles estabeleciam uma relação muito mais horizontal e pautada pelo princípio da soberania westfaliana. Isso ficou evidente quando até mesmo os tratados entre Estados asiáticos (China-Coreia; China-Sião; e Coreia-Japão, por exemplo) passaram a ser

³⁷ Apesar da instabilidade política, Wong (1999, p. 232) traz estimativas consideráveis de crescimento industrial: de 1914/18 a 1933/36 o crescimento percentual do setor girou entre 7,7% e 8,7%.

elaborados por juristas e diplomatas europeus contratados como conselheiros (HAMASHITA, 2003, p. 42). Se esse novo sistema foi um alívio financeiro para a China, pois não precisaria mais custear as embaixadas estrangeiras em seu território, por outro significou o fim da narrativa da excepcionalidade chinesa.

O conteúdo desses tratados teve impacto direto na centralidade econômica da China por meio dos “Treaty Ports”. Uma das imposições do Tratado de Nanjing foi a abertura de portos comerciais que puseram fim ao Sistema de Cantão (Coreia e Japão também abrigaram esses portos). Dada a fraqueza do governo Qing, o controle alfandegário ficou nas mãos de governos provinciais e locais até 1854, quando cônsules estrangeiros criaram o Escritório de Alfândega Marítima (*Chinese Maritime Customs*, a CMC) (KELLER et al., p. 11). Embora estivesse oficialmente sob comando do governo chinês, na prática a CMC era operada por europeus, majoritariamente ingleses, e sua operação teve como consequências: i) a perda relativa da soberania da China, pois já na década de 1860 a CMC controlava entre 80% e 90% do fluxo do comércio exterior; ii) o fim do Sistema de Cantão e o enfraquecimento das guildas e dos agentes chineses que atuavam às margens da lei, como contrabandistas, piratas e aventureiros; iii) as transações ficaram mais transparentes e os custos alfandegários mais previsíveis; e iv) a renda do governo chinês com o comércio exterior aumentou, mas foi usada para pagar as indenizações das duas Guerras do Ópio (Idem, p. 12).

Figura 3.18 *Treaty ports* e cidades abertas na Ásia Oriental na década de 1880



Fonte: HAMASHITA, 2003, p. 32.

Desta forma, a gravitação econômica que a China exercia sobre o SE Asiático, primeiro pela projeção comercial mais direta do período Song e depois de forma indireta pelos juncos vinculados às guildas de Guangzhou e Fujian, esfacelou-se. É claro que os fluxos comerciais aumentaram em termos absolutos, mas não como vetores do sistema sinocêntrico e sim como parte da integração dos mercados globais promovida pelos europeus. Assim, a China perdera sua autonomia no comércio exterior e se tornara um mercado cobiçadíssimo para as manufaturas ocidentais; e o SE Asiático caíra gradualmente no controle formal dos impérios europeus e as economias dos estados coloniais foram gradualmente voltadas para as demandas das metrópoles.

Por conta do Sistema de Cantão e da circulação de comerciantes chineses nos séculos anteriores, boa parte da elite econômica dos estados coloniais do SE Asiático era composta por descendentes de chineses. Estes souberam aproveitar a conjuntura, na segunda metade do século XIX, para forjar uma rede muito lucrativa de importação de mão de obra barata da China (*os*

*coolies*³⁸) para trabalhar em minas de estanho e de ouro, em plantations de arroz e açúcar e, acima de tudo, na produção de ópio. Esses grupos de investimento chineses (*kongsi*) passaram a operar no formato de sociedades secretas e se instalar em regiões onde o domínio colonial era mais fraco. Para encarar as jornadas de trabalho nas *plantations* de papoula, os *coolies* entravam num ciclo de consumo de ópio que os tornava praticamente escravos por dívida de seus empregadores e moravam em vilas onde, por conivência do governo colonial, era permitido o comércio de ópio, prostituição, jogos de azar e agiotagem (TROCKI, 2002, p. 304).

Segundo Trocki (Ibidem), se não fosse pelo ópio, os demais produtos tropicais do SE Asiático não teriam se sustentado no mercado mundial por falta de competitividade – bem porque a proximidade geográfica fez da China um grande importador da droga produzida na região. De todo modo, essas redes de ópio e mão de obra barata dos *coolies* ilustram bem o esfacelamento do vetor econômico do sistema sinocêntrico. Em pleno século XIX, o Estado chinês perdera a autonomia de sua própria política comercial e os portos comerciais regulados pelas potências ocidentais tornaram-se os vetores de entrada de ópio produzido, ironicamente, por empresas chinesas operando no SE Asiático com mão de obra dos *coolies*. **Nada poderia ser mais oposto ao sistema sinocêntrico do que um esquema de produção de ópio no SE Asiático, encabeçado por empresários de ascendência chinesa não vinculados ao Estado chinês, dentro de colônias europeias, produzido por mão de obra chinesa e que despejava toneladas dessa droga na China com o carimbo de aduanas controladas por burocratas ingleses, holandeses, franceses e norte-americanos.**

Porém, já na virada para o século XX, o governo chinês buscou apoio dessa mesma diáspora no esforço de industrialização do país. Entre 1878 e 1910 a China abriu consulados em Penang, Manila, Singapura e enviou delegações para Birmânia, Java, Malaca e até mesmo Austrália, sempre visando a atrair investimentos de empresários chineses do exterior (STUART-FOX, 2003, p. 124). De fato, os setores de ferrovias, navegação, comércio, indústria e agricultura foram ampliados, mas o contexto sociopolítico da China, de guerra civil e fragilidade do Estado imperial e republicano, impediu avanços consistentes.

Por fim, todo esse processo sacramentou a incorporação da China e do SE Asiático ao sistema-mundo moderno também pela via político-militar. De 1841 até 1979 a Ásia Oriental como um todo foi palco de guerras interestatais, colonização, guerras anticoloniais, desafios de construção de Estados modernos, insurgências domésticas, violência étnica e massiva presença militar,

³⁸ Um dos efeitos mais importantes (e menos conhecidos) da Segunda Guerra do Ópio foi a liberação da exportação de trabalhadores chineses. O primeiro contrato embarcou os *coolies* em um navio francês em Xiamen em 1845. Uma grande quantidade de chineses foi enviada para países americanos (EUA, Cuba, Chile), mas a maior parte foi destinada às minas e plantations no SE Asiático (STUART-FOX, 2003, p. 118).

econômica e social dos EUA (KANG, 2010, p. 160). O SE Asiático foi incorporado como extensão formal dos impérios europeus e a política externa desses estados coloniais passava pelo alto comando das metrópoles, (exceto o Sião, que permaneceu como Estado tampão entre a Birmânia inglesa e a Indochina francesa) (STUART-FOX, 2003, p. 119). Somente no pós-guerra é que essas nações conquistaram sua independência, em geral com muito derramamento de sangue.

A China foi derrotada em guerras convencionais contra a Inglaterra, a França e o Japão, teve partes do seu território arrendadas para as potências imperiais e sua periferia de reinos tributários, que já eram mais figurativa do que real, foi desfeita. Ademais, a imposição de negociações para ajustar suas fronteiras com as colônias inglesas e francesas ao sul e com a Rússia ao norte, e o avanço japonês sobre a Coreia em 1910, fizeram da China um Estado-nação como outro qualquer e sem capacidade de reclamar direitos além de seu território (STUART-FOX, 2003, p. 121).

No pós-guerra a Ásia Oriental foi palco de lutas anticoloniais e a orientação dos Estados recém independentes refletiu a divisão da Guerra Fria: Vietnã do Norte, Laos e Camboja ficaram sob influência socialista e o arco que vai da Tailândia até as Filipinas ficou sob influência norte-americana. A República Popular da China, sob Mao Zedong recuperou sua soberania política, mas esteve envolta em conflitos domésticos e pressões geopolíticas, sem muita capacidade de projeção de poder sobre o SE Asiático, exceto pelo apoio ideológico nas lutas anticoloniais e pelo suporte financeiro a guerrilhas comunistas chinesas nos Estados recém-formados.

3.5 Considerações sobre o fim do sistema sinocêntrico: como, quando e onde?

O sistema sinocêntrico, proposto no tópico 3.3, tem elementos bem definidos: i) a coerência interna se deu por redes de informação, de comércio de bens de luxo (tributários e particulares) e de dinâmica político-militar; ii) o arco temporal vai de 960 a cerca de 1450 e corresponde ao período Song-Yuan-*Early* Ming; e iii) o recorte espacial escolhido como objeto de análise refere-se à relação entre a China e o SE Asiático.

Viu-se no tópico 3.4 que a evolução dos vetores do sistema sinocêntrico após 1450 pode ser enquadrada em três recortes temporais. Entre 1450 e 1550 prevaleceu a ideia de “fechamento” da China para o exterior: isolamento diplomático, veto comercial e ausência de aventuras militares no SE Asiático. Isso se deveu à influência do governo e dos conselhos de Hungwu nos imperadores que o sucederam (exceto Yongle).

Entre 1550 e 1800 houve uma espécie de renascimento do sistema sinocêntrico no formato que uma parte da literatura considera como o “verdadeiro” sistema sinocêntrico. Porém, vimos que os governos Ming-Qing careceram de um elemento fundamental para amalgamar os vetores de projeção sobre o SE Asiático: o protagonismo do Estado. A força que as Superintendências Portuárias, a Marinha Imperial e as missões tributárias conferiram aos governos Song, Yuan e *Early Ming* (Yongle) não se repetiram na relação da China com o SE Asiático e o mundo ultramarino. Em seu lugar, predominou uma interação muito mais frouxa, mediada pelas guildas do Sistema de Cantão, que enquadraram as companhias de comércio europeias, por vezes à revelia do governo, e que não geraram grandes benefícios fiscais ao Estado chinês. Ademais, viu-se que o discurso sinocêntrico foi mantido, mas o esforço em incentivar missões tributárias foi menor e o registro destas deixou de ser tão criterioso como no arco Song-Yuan-*Early Ming*. E a dinâmica político-militar com o SE Asiático também foi posta em segundo plano, ofuscada por projetos defensivos (dos Ming) e expansivos (dos Qing) nas fronteiras do norte e do oeste.

Por fim, o arco que abrange boa parte do século XIX e o começo do XX significou o esfacelamento completo do sistema sinocêntrico por causas internas e externas. A principal causa interna foi o enfraquecimento do Estado Qing por conta de rebeliões (Lótus Branco, Taiping) e da deterioração das condições socioeconômicas. A principal causa externa foi a incorporação subordinada da Ásia Oriental (e da China em particular) ao sistema-mundo moderno.

Este processo impactou nos vetores do sistema sinocêntrico da seguinte forma:

- i) A inferioridade militar da China, evidente a partir da Guerra do Ópio, tornou inviável quaisquer ambições expansionistas no SE Asiático (ou em qualquer outro lugar). Pelo contrário, as forças chinesas foram perdendo sucessivas batalhas contra as potências coloniais, perderam territórios e áreas de influência e mergulharam numa guerra civil que favoreceu a invasão japonesa nos anos 1930.
- ii) No lugar do Sistema de Cantão foi imposto um sistema de livre comércio que excluiu os agentes intermediários chineses, favoreceu as indústrias e corporações ocidentais e criou uma série de *Treaty Ports*, controlados e operados por ocidentais da *Chinese Maritime Customs* – tirando da China a soberania sobre suas aduanas. Ademais, a diáspora chinesa no SE Asiático cresceu consideravelmente neste período, mas esteve ligada à exportação de *coolies* e a circuitos de produção e comércio de produtos tropicais, minérios e, principalmente, ópio;
- iii) A esfera simbólica da superioridade chinesa foi destruída pelo fim do envio de missões tributárias, pela implantação da diplomacia westfaliana de tratados horizontais entre Estados soberanos e pela imposição de negociações de tratados de fronteiras, que reafirmavam o caráter comum e ordinário da China perante as outras nações.

Tabela 3.6 Auge e declínio do sistema sinocêntrico				
	960-1450 (Song-Yuan-Early Ming) “Sistema Sinocêntrico”	1450-1550 (Ming) “Fechamento”	1550-1800 (Ming-Qing) “Renascimento”	1841-1920s (Qing-Rep. Da China) “Esfacelamento”
Econômico	Auge (Song do Sul)	Veto comercial	"Sistema de Cantão"	Sistema do "Livre comércio"
	Superintendências Portuárias	---	Guildas chinesas	Escritório de Alfândega Marítima (Chinese Maritime Customs)
	Mercadores chineses e estrangeiros	Mercadores “tornam-se” contrabandistas e piratas	Corporações e juncos chineses/Cias de comércio europeias	Indústrias e corporações ocidentais. <i>Coolies</i> e diáspora chinesa no SE Asiático.
	Jiangnan	---	Guangzhou/Fujian	"Treaty Ports" ao longo da costa chinesa/ Shanghai
Político-Militar	Auge (Yuan)	Foco no norte/oeste (defesa)	Foco no norte/oeste (expansão)	Derrotas militares para o Ocidente
	Marinha Imperial/Expansão Yuan/Grandes Navegações	Destruição de navios/vetos marítimos	Foco no exército e na expansão continental	G. do Ópio/concessão e arrendamento de territórios para potências
Simbólico	Auge (Ming)	Isolamento	Discurso sinocêntrico com indiferença ao mundo exterior	Diplomacia westfaliana e fim da excepcionalidade confuciana
	Auge das missões tributárias do SE Asiático. Postura ativa de busca por novos tributários	Queda drástica das missões tributárias	Postura reativa em relação às missões tributárias	Ajustes de fronteiras

Fonte: elaborado pelo autor

A partir dos conceitos de “redes de interação” de Chase-Dunn e Hall (1997), propomos abaixo um esquema que apresenta a linha do tempo de interação do sistema sinocêntrico com o Ocidente e com o SE Asiático, da antiguidade até a metade do século XX. Para tanto, sintetizamos os três vetores de projeção da China nos espaços dos eixos 2 e 3.

Tabela 3.7 Redes de interação entre China, Ocidente e o SE Asiático					
	Antiguidade até século IX	960-1450 “S. Sinocêntrico”	1450-1550 “Fechamento”	1550-1800 “Renascimento moderado”	1841-1949 “Esfacelamento”
1. Redes de interação entre China e Ocidente	Redes de informação				
	Comércio de longa distância de bens de luxo				Dinâmica político-militar
2. China e Ocidente	Conexões esparsas	China (centro); Europa (periferia): Comerciantes e missionários europeus com status de tributários comuns.	Fechamento da China/Expansão europeia	China (centro); Europa (periferia): Sistema de Cantão; Cias de comércio europeias	Europa (centro); China (periferia): livre comércio, imperialismo
3. S.Sinocêntrico e o SE Asiático	Baixa interação	SE Asiático: periferia imediata do S.S. com redes de interação fortes	SE Asiático: periferia imediata do S.S.com redes de interação fracas	SE Asiático: periferia imediata do S.S. com redes de interação moderadas	SE Asiático como periferia do Ocidente

Fonte: elaborado pelo autor

i) Da Antiguidade até o fim da Dinastia Tang, os pontos extremos da Eurásia tinham conexões esparsas, com alguma evidência de contato entre a China Han e o Império Romano. Os contatos da China com o SE Asiático eram, também, pouco densos.

ii) A partir da Dinastia Song, as redes de comércio de longa distância de bens de luxo somaram-se às de informação e deram forma aos circuitos de comércio apresentados por Abu-Lughod (1989). A Europa tornou-se para a China uma periferia distante, sendo impactada indiretamente por esses circuitos de comércio e também por redes de informação que levavam relatos da magnitude da civilização chinesa. A intensidade dessas interações variou, mas em geral cresceu, de forma que a Dinastia Yuan, já nos séculos XIII e XIV, recebeu uma quantidade considerável de comerciantes e missionários europeus.

Já o SE Asiático tornou-se parte da periferia imediata da China, sendo incorporado ao sistema sinocêntrico pelos vetores mencionados na tabela anterior e na figura 3.1. Vietnã e Champa foram as mandalas mais afetadas pela projeção político-militar da China, mas conforme visto no capítulo 2, a região como um todo foi integrada por redes de informação, de comércio de longa distância e de dinâmica político-militar.

iii) O sistema sinocêntrico oscilou nos períodos de fechamento e renascimento, mas as redes de informação e de comércio da China com a Europa seguiram em ritmo crescente graças às navegações ibéricas nos séculos XV e XVI e às companhias de comércio europeias, que as

seguiram nos séculos XVII e XVIII. Porém, a relação de centro–periferia permaneceu, pois a China via nos europeus (e também no continente americano) uma periferia relevante pelo afluxo de metais preciosos e sementes exóticas, mas não muito mais do que isso. Já as companhias de comércio europeias, e os Estados que as abrigavam, tinham no acesso aos produtos e mercado chineses uma importante fonte de poder e riqueza (FRANK, 1998).

A projeção chinesa sobre o SE Asiático nos períodos de fechamento e renascimento oscilou de forma profunda porque a intensidade dos laços no período 960-1450 não se repetiu. A relação centro-periferia se manteve, mas de forma mais frouxa porque os vetores do sistema sinocêntrico após 1450 não reapareceram de forma integral. Por mais que a China tenha se tornado o centro global das redes de comércio de longa distância entre 1550 e 1800, faltou-lhe um elemento crucial: o protagonismo do Estado com ambição geopolítica e proatividade simbólica. E como o SE Asiático havia sido um dos principais alvos desse protagonismo Song, Yuan e de Yongle na Dinastia Ming, definimos esse período como um renascimento moderado do sistema sinocêntrico.

iv) A China foi inserida na dinâmica político-militar do sistema-mundo moderno com a Guerra do Ópio e o Tratado de Nanjing. A incorporação do sistema sinocêntrico a esse sistema de caráter ocidental se deu de forma violenta e colocou a China, e a Ásia Oriental como um todo, na condição de periferia do Ocidente, sendo o Japão a única exceção. E diante disso, o SE Asiático deixou de fazer parte da esfera de influência da China (tabela 3.7).

Entre a Guerra do Ópio e o processo de descolonização da Ásia em meados do século XX já é possível identificar traços de integração da divisão social do trabalho entre Ocidente e Oriente. Isso se deu tanto pelo imperialismo formal, que forjou sistemas produtivos coloniais voltados para os desígnios das metrópoles, quanto pelo imperialismo informal que, no caso da China, abriu à força o mercado doméstico para produtos industrializados do Ocidente. Porém, foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que a Ásia Oriental foi incorporada de forma definitiva à divisão social do trabalho do sistema-mundo moderno. E é este processo que nos interessa no próximo capítulo porque dará sustentação à ascensão da China e, quiçá, a um “longo século asiático”.

4. As raízes do longo século asiático e a ascensão chinesa

O que as visões sobre o sistema sinocêntrico têm a dizer sobre o mundo contemporâneo? Em geral, as tentativas de relacionar o mundo sinocêntrico pré-moderno com a influência regional e global da República Popular da China carecem de métodos e problemáticas coerentes. Estudos que se dedicam à história reservam apenas às considerações finais alguns palpites genéricos sobre o seu peso na China contemporânea. Igualmente, estudos que focam na China contemporânea costumam “pescar” um ou outro elemento do passado que corrobore alguma hipótese do período atual. É precisamente essa lacuna que nos propomos a preencher, isto é, lançar mais do que simples impressões entre dois recortes temporais e captar o peso da história no presente a partir de uma visão sistêmica e de longa duração.

Que elementos da burocracia imperial reemergem na República Popular da China? Que traços da economia de mercado, regulada pelo governo imperial e calcada na agricultura e no comércio, ressurgem atualmente? E qual o papel da identidade cultural confuciana e do idioma imperial na forma como a sociedade chinesa se percebe e se relaciona com o governo? Essas questões são levantadas por inúmeros autores e, a partir dos argumentos de Wang Hui (2014), assumimos que a China é uma das civilizações mais antigas da humanidade e que, apesar das mudanças históricas, é possível estabelecer analogias na interação entre Estado, agentes econômicos e identidades.

Analogia é, em sua natureza, uma similaridade entre duas ou mais coisas que, em outros aspectos, são distintas. Uma “analogia perfeita” é uma contradição em termos, porque se não há diferenças, não há analogia e sim identidade (FISCHER, 1970, p. 247). Assim, toda analogia é imperfeita e busca aproximações por metáforas ou por correlações materiais, sendo crucial contrastá-las com aquilo que é diferente.

Nas Relações Internacionais e na Economia Política Internacional abundam analogias sobre como a China aproveitou a crise financeira dos anos 1970 nos EUA para “pegar carona” no crescimento da Ásia Oriental e trilhar um caminho semelhante ao de outras potências. O debate entre neorrealistas e neoliberais sobre o caráter pacífico ou revisionista de sua ascensão permeia o pensamento anglófono e ocidental e está deveras saturado – principalmente para pesquisadores da periferia mundial, na América Latina, na África e até mesmo na Ásia. Dentre todas essas correntes, o método de Arrighi nos parece ser o mais sensato, pois analisa a ascensão da China a partir dos ciclos sistêmicos de acumulação e busca recorrências análogas na história.

Não obstante, o caminho aberto por Arrighi precisa ser destrinchado. É preciso colocar à prova sua hipótese de que a China será o centro de uma *world market economy* pautada pela

internalização dos custos de renovação social e ambiental e pela redução de dilemas geopolíticos/militares numa referência ao mundo sinocêntrico idílico e pacífico da Era Ming-Qing (ARRIGHI; SILVER, 2012). Nosso argumento é que Arrighi contribui ao introduzir a analogia dos ciclos sistêmicos de acumulação, mas é míope no tocante à analogia com o mundo sinocêntrico. Ao propormos o estudo de caso da projeção da China no SE Asiático após 1997, sugerimos que há uma fusão entre a fase de expansão material de um novo CSA com as estruturas de longa duração do sistema sinocêntrico pré-moderno, e isso está longe de resultar em um processo pacífico e idílico, e sim permeado de tensões e contradições.

Portanto, a seguir faremos: i) uma revisão bibliográfica sobre as analogias entre o passado sinocêntrico da Ásia Oriental e a ascensão da China contemporânea; ii) uma breve revisão sobre as origens do longo século asiático iniciado pela aliança EUA-Japão no pós-guerra (1945-1970); iii) um debate sobre a inserção da China neste processo a partir das reformas econômicas de Deng Xiaoping e a implantação do modelo de política econômica que perdurou de 1978 até 2008; e iv) um debate sobre as mudanças estruturais domésticas da China de a partir de 2008. Esse percurso é fundamental porque seguimos a mesma abordagem dos capítulos anteriores de compreender as transformações internas para, em seguida, examinar a projeção internacional da China.

4.1 Analogias entre o passado sinocêntrico e a Ásia Oriental contemporânea: retomando a revisão bibliográfica

A literatura que temos utilizado apresenta dois recortes temporais distintos: o período do sistema sinocêntrico pré-moderno, entre os séculos X e XV, e a ascensão da China contemporânea no século XXI. Há uma vasta produção acadêmica que se dedica ora a um, ora a outro recorte, e o objetivo deste tópico é precisamente rever a literatura que propõe analogias entre ambos porque converge com a proposta da tese.

Seguindo o modelo do tópico 1.5 separamos as principais correntes de acordo com os três vetores de projeção externa da China: a matriz ideacional, os meios de violência interestatal e a história econômica transnacional. Essa divisão é importante porque será retomada nos estudos de caso do capítulo 6.

a) A matriz ideacional do sistema sinocêntrico: o sistema tributário

Na introdução de sua obra Kang (2010) pergunta: “Quais são as raízes históricas das relações contemporâneas na Ásia Oriental? História, cultura, crenças e objetivos dos Estados asiáticos

refletem, em algum grau, a sua formação e evolução ao longo do tempo?”. Nas considerações finais o autor afirma que, apesar de a ordem tributária ter sido substituída pela westfaliana nos séculos XIX e XX, as instituições estatais e as sociedades asiáticas, bem como as redes de integração econômica, datam de muito antes da chegada dos europeus. Ademais, o século e meio de domínio ocidental teria sido um hiato entre dois períodos de força, coesão e riqueza dos Estados e sociedades asiáticos – em especial dos quatro Estados confucianos (China, Japão, Coreia e Vietnã):

(...) long before the West, Korea, Japan, China, and Vietnam were already functioning, organized, and coherent societies with complex bureaucratic states. The West may have arrived at an economic and political system that gave it a temporary lead in production and power, but it is also not surprising that the Asian states managed to incorporate, modify, and update those ideas (KANG, 2010, p. 164).

Porém, a fusão entre o mundo sinocêntrico e o westfaliano não ocorreu sem contradições. Segundo Kang (2010, p. 159), a narrativa de submissão à ordem mundial chinesa diverge do princípio ocidental de soberania e o século XX teria testemunhado a revisão da história nos países asiáticos com a construção de identidades nacionalistas em oposição tanto ao imperialismo ocidental quanto ao sinocentrismo pré-moderno. Disto derivariam os atuais litígios territoriais na Ásia Oriental, que são demandas westfalianas calcadas em narrativas de oposição ao sinocentrismo.

Por outro lado, o autor argumenta que, apesar de serem compostas por Estados westfalianos e haver um crescente fluxo de pessoas entre Oriente e Ocidente, as sociedades asiáticas comportam uma série de valores particulares, como o confucionismo, preferências culturais próprias e barreiras em comum como a baixa porcentagem de falantes de inglês. Citando Martin Jacques, Kang (2010, p. 162) afirma que a Ásia Oriental foi muito pouco ocidentalizada e que é banal acreditar que a influência chinesa será apenas econômica, apontando para as faces política e cultural dessa projeção.

Por fim, o autor questiona se os países da região construirão, de fato, um conjunto de crenças e percepções comuns que deixem de lado as desconfianças mútuas e dinâmicas de balanço de poder; e se a China conseguirá traduzir o seu poder econômico e militar em liderança com legitimidade cultural e política – como o fez no passado. Sobre este segundo ponto, Kang é cético e vê como grandes obstáculos: i) o crescente nacionalismo chinês; ii) a desconfiança do Japão; iii) as narrativas históricas de Coreia e Vietnã, que contestam a posição de subalternos no mundo sinocêntrico; e iv) a projeção dos EUA, que tende a reforçar balanços de poder e contestar o *soft power* chinês com conceitos ocidentais. Em suma, Kang debruça-se sobre o sistema sinocêntrico pré-moderno e, ao final de sua obra, propõe vagas elucubrações sobre o contemporâneo, enaltecendo mais as rupturas do que as continuidades.

Já Pan e Lo (2015) fazem o caminho oposto: buscam entender a ascensão chinesa contemporânea por um viés “neo-tributário”, ou seja, seu objeto de pesquisa está no presente e o passado serve como pano de fundo para possíveis analogias. Nas palavras dos autores, mentalidades e estratégias do sistema tributário da China Imperial podem ser identificadas na diplomacia chinesa contemporânea (PAN; LO, 2015, p. 2). Porém, a fraqueza do artigo está em lançar componentes da política externa da China sem calcá-los de forma consistente na história. Seriam eles: i) o sinocentrismo com a aceitação da hegemonia chinesa na Ásia Oriental baseada em sua riqueza, forças armadas, geografia, população e recursos; ii) os rituais e as normas que regulam as relações hierárquicas; iii) os círculos concêntricos de relações tributárias e comerciais; iv) a assimilação cultural através do confucionismo; e v) difusão da imagem benevolente e não coercitiva da China.

Se esse emaranhado pouco rigoroso de conceitos aparece de forma quase “espontânea” e sem base histórica no artigo de Pan e Lo (2015), a sua aplicação no período contemporâneo é digna de nota. Os autores sugerem que o uso da mídia oficial para difusão de ideias-força, como a “Nova Rota da Seda” e o “Sonho da Ásia-Pacífico”, cunhados pelo governo de Xi Jinping, cumpre o papel de difundir o sinocentrismo e o excepcionalismo chinês – tanto para a audiência doméstica quanto para a externa. A série de documentários da CCTV sobre a ascensão das grandes potências, veiculada em 2006, é usada como exemplo da determinação chinesa em aprender com os exemplos do passado, inclusive das nações imperialistas e opressoras, para recolocar o país na rota da liderança mundial.

As novas “relações tributárias” que a China tem criado obviamente não são mais no formato dos rituais confucianos de submissão aos imperadores. A analogia feita por Pan e Lo (2015, p. 13) é que a proficiência na língua chinesa, as bolsas de estudo em ensino superior para alunos de fora e a imersão na cultura chinesa por meio dos Institutos Confúcio e de períodos de estudo no país são as novas ferramentas de sinificação dos estrangeiros, as novas condições necessárias para cooperar e fazer negócios com a China. Junte-se a isso uma diplomacia bilateral e multilateral ativas e os projetos de cooperação e investimento que visam a modernizar as economias menores e tem-se um emaranhado de redes que compõem o sistema chinês “neo-tributário”.

Em suma, a visão de Pan e Lo (2015) é complementar à de Kang (2010), pois traz para o presente, embora de maneira confusa e pouco rigorosa, alguns dos conceitos da matriz ideacional da liderança chinesa na Ásia. Cabe-nos, mais adiante, organizá-los e estabelecer analogias mais balanceadas entre o sistema sinocêntrico pré-moderno e o presente.

Já por uma visão construtivista, Ji-Young Lee (2017) traz a ideia de legitimidade interna que atraía Estados menores (Japão e Coreia) para o mundo sinocêntrico no passado. Para ela, a atual ordem mundial norte-americana e sua influência na Ásia Oriental desde a Guerra Fria tendem a

permanecer determinantes porque é a “ressonância ideológica” dos EUA, mais do que suas capacidades materiais de poder, que continua prevalecendo sobre a chinesa. Assim como a China Imperial era fonte de valores e de legitimidade para os Estados menores, agora são os norte-americanos quem mantêm essa função. Mais do que isso, ela argumenta que uma ruptura estrutural na região começaria por mudanças nos regimes domésticos (de Coreia e Japão), com novos grupos políticos buscando legitimidade em outras fontes, talvez na China, de forma análoga ao que fizeram entre os séculos XV e XVIII (LEE, 2016, p. 351).

Embora Lee estude os casos do Nordeste Asiático (Japão e Coreia), sua metodologia pode também ser aplicada a casos do SE Asiático, conforme veremos adiante. O mais importante neste momento é reconhecermos que, sob uma visão construtivista, se a China tornar-se gradualmente mais determinante do que os EUA para a legitimidade interna dos regimes domésticos de seus vizinhos, a hegemonia norte-americana na Ásia pode sim se desgastar e se esfacelar.

b) Diplomacia e guerra: os meios de violência interestatal do sistema sinocêntrico

Tanto Zhang (2009) quanto Zhou (2011), cujas visões são apresentadas no tópico 1.5, limitam-se ao estudo do sistema sinocêntrico pré-moderno, enfatizando as relações político-militares do império chinês com seus vizinhos. Mas o “jogo tributário” proposto por Zhou pode lançar luz à postura da China nos litígios territoriais no Mar do Sul da China (MSC), embora o autor não o faça diretamente. A oscilação entre as posturas de conciliação e de coerção é uma constante de Beijing ao lidar com Filipinas e Vietnã, por exemplo. Ademais, se as fronteiras terrestres da China estão praticamente todas definidas (inclusive com o próprio Vietnã), a sua postura no MSC é análoga à do Império Chinês ao lidar com os “bárbaros” da Ásia Central, que oscilavam entre a submissão e a combatividade. Este ponto será retomado mais adiante.

A visão neorrealista de Shu (2011) ilustra um sistema pré-moderno de “anarquia dentro da hierarquia” entre China e SE Asiático. A anarquia seria o ambiente equilibrado e competitivo entre as unidades políticas no SE Asiático, as mandalas. Acima delas estaria a China numa relação hierárquica, ativada pelas mandalas em busca de legitimidade simbólica, acesso às rotas de comércio privado, e arbitragem e proteção militar. Ao final de sua pesquisa, Shu reflete sobre o período contemporâneo e simplesmente substitui a China Imperial pelos EUA como hegemonia que provê estabilidade à região. O autor retrata uma Ásia Oriental anárquica em que prevalecem relações de balança de poder entre os Estados, que buscam nos EUA os mesmos elementos de *bandwagon*: legitimidade política, incentivos financeiros e arbitragem e suporte militar. Esta visão

complementa a de Lee (2017), pois adiciona as esferas político-militar e econômica à ressonância ideológica dos EUA na Ásia.

Outros autores tratam da recente modernização da Marinha Chinesa e fazem referência à Era das Grandes Navegações dos Song, Yuan e Ming. Lo (2012) termina sua obra com as seguintes reflexões: as periódicas mudanças de orientação da China, da terra para o mar e vice-versa, moldaram a história da Ásia. Graças a sua população, localização geográfica e imensidão territorial, os vizinhos do sul e do leste sentiram a influência chinesa mesmo quando seus imperadores preferiram olhar “para dentro”, mas o ápice da extensão desta civilização ocorreu nos momentos em que ela lançou-se aos mares e tornou-se uma potência marítima.

Brantly Womack (2012) apresenta uma visão mais equilibrada entre o passado e o presente nas relações internacionais da Ásia. Para ele, enquanto o Ocidente teve o Mar Mediterrâneo como um “centro líquido” de poder ao redor do qual impérios se sucederam, a Ásia Oriental teve a China como um “centro sólido” de poder calcado em demografia e produtividade, e que teria adquirido uma experiência única de gerenciar relações bilaterais assimétricas com unidades políticas menores ou menos complexas. Essas relações, que oscilaram entre conflito e cooperação, tendem a se intensificar com a ascensão da China nas últimas décadas e o autor adota uma visão otimista de que, seja pela interdependência complexa ou pelo dilema nuclear, a cooperação assimétrica tende a prevalecer em um jogo de soma positiva.

Ao longo de seu livro (2006) e de seu artigo (2012), Womack dá indícios que corroboram o argumento central. A transição do estado de guerra da China com o Vietnã, nos anos 1970 e 1980, passando pela normalização nos anos 1990, até chegar ao estado de normalidade nos anos 2000 garantiram, pela rotinização de processos, encontros de cúpula e neutralização de tópicos polêmicos, uma relação assimétrica que, sob o viés do sistema sinocêntrico, garantiu deferência à China e autonomia ao Vietnã, num jogo de soma positiva (WOMACK, 2006, p. 251). Nesse sentido, há uma convergência entre as visões de Zhou e Womack, pois a postura conciliatória da China emitia sinais de respeito à autonomia do Vietnã desde que sua supremacia (simbólica e material) não fosse questionada – tanto por ataques de fronteira (numa alusão ao sistema sinocêntrico), quanto pela balança de poder com os EUA ou com a URSS (numa alusão ao atual sistema-mundo moderno).

É claro que a escalada inversa, da normalidade assimétrica para o conflito, era uma possibilidade recorrente no sistema sinocêntrico e continua sendo uma possibilidade no presente. Não nos cabe aqui analisar caso a caso, mas a relação da China com os países do SE Asiático é um objeto de análise riquíssimo para aplicar esses conceitos, de forma que retornaremos a eles mais adiante.

c) A história econômica transnacional

Alguns autores da história econômica transnacional fazem analogias diretas entre o passado e a ascensão da China contemporânea, em especial Andre Gunder Frank (1998) e Giovanni Arrighi (1996). Conforme visto no primeiro capítulo, o sistema-mundo retratado por Frank teve na Ásia Oriental seu principal motor de desenvolvimento entre 1400 e 1800, quando viveu uma fase A de expansão produtiva e comercial em que os europeus, na periferia do sistema, apenas “pegaram carona” com suas companhias de comércio. Porém, o sucesso trouxe consigo as raízes do declínio no século XIX e primeira metade do século XX: excedente demográfico e polarização social teriam exercido pressões nos recursos e na demanda efetiva e teriam elevado a oferta de mão de obra barata a ponto de inibir saltos qualitativos, lançando a Ásia numa fase B de retração e atrofia econômica (FRANK, 1998, p. 318). Este período teria sido concomitante a uma fase A no Ocidente, quando países europeus e os EUA foram capazes de se aproveitar da crise na Ásia e se desenvolver por meio da substituição de importações e pela promoção de suas exportações para o mercado global.

A analogia de Frank é que os caminhos do Oriente e do Ocidente estão novamente se invertendo desde meados do século XX. De um lado, o século americano teria durado apenas as duas décadas do pós-guerra e o Ocidente estaria vivendo uma crise de produtividade, de distribuição de renda e de polarização social – de forma análoga à fase B da Ásia nos séculos XIX e começo do XX. Por outro lado, a Ásia, encabeçada pelo Japão, pelos Tigres Asiáticos e pela China, estaria vivendo uma nova fase A de desenvolvimento e produtividade, de forma análoga ao ciclo de 1400 a 1800 (FRANK, 1998, p. 319).

Se Frank trata de ciclos de expansão e retração no mesmo sistema-mundo da Eurásia, Arrighi sugere a existência de um sistema-mundo asiático, paralelo ao ocidental e centrado na China, também entre os séculos XV e XVIII (ARRIGHI et al, 2003). Conforme visto, essa região mundo teria sido integrada por dois pilares: as redes de comércio e fluxos migratórios; e as relações tributárias centradas no confucionismo chinês. E a analogia proposta pelo autor é que a “re-regionalização” da Ásia Oriental desde o último quartel do século XX, seria produto tanto de elementos asiáticos derivados do sistema tributário chinês, quanto de elementos legados pelo choque/encontro com o sistema-mundo moderno de origem ocidental (Idem, p. 9).

Em um artigo conjunto (ARRIGHI et al, 2003) o autor lança tais hipóteses genéricas, mas é no livro *Adam Smith em Pequim* (2008) e no artigo com Beverly Silver (2011) que o autor refina sua lente de análise e crava o fio condutor entre passado e presente. A partir dos conceitos de

revolução industriosa (de Kaoru Sugihara) e de desenvolvimento com base no mercado (de Adam Smith), Arrighi vê a abertura chinesa pós 1978 como o gatilho de um novo ciclo sistêmico de acumulação, em que o governo usa o mercado como instrumento de poder e não o oposto. Diante dos desafios de internalizar os custos de renovação ambiental e de integrar a massa camponesa na economia de mercado, o governo do Partido Comunista Chinês se vê obrigado a superar os limites da armadilha demográfica de alto nível que, no passado, barrou a evolução tecnológica e lançou o país à fase B de retração econômica no século XIX.

Logo, esta seria a “segunda chance” para o milenar Estado chinês vencer os limites impostos pela escala colossal de sua própria sociedade – e o caminho para tal seria a atuação do governo de acordo com a ideia de “desenvolvimento econômico com base no mercado” de Adam Smith. Ao contrário de preconizar um simples mercado autorregulado que funcionaria com um Estado mínimo ou sem Estado algum, a leitura de Arrighi sobre Adam Smith pressupõe a existência de um Estado forte que: “criaria e reproduziria as condições de existência do mercado; usaria o mercado como instrumento eficaz de governo; regulamentaria seu funcionamento e interviria ativamente para corrigir ou contrabalançar resultados social ou politicamente indesejáveis.” (ARRIGHI, 2008, p. 57-58). Assim, o autor sugere que essas condições estão presentes na China contemporânea e que há uma grande possibilidade de superação dos limites estruturais caso os custos ambientais e sociais sejam internalizados (ARRIGHI; SILVER, 2011).

Os elementos desse enquadramento do mercado pelo governo chinês se encaixam na definição de Smith, citada por Arrighi:

(...) os governos usam o mercado como instrumento de domínio e, ao liberar o comércio, fazem-no aos poucos para não perturbar a “tranquilidade pública”. Eles fazem os capitalistas, e não os trabalhadores, competir entre si, de modo que o lucro seja levado ao nível mínimo tolerável. Encorajam a divisão do trabalho entre unidades de produção e comunidades, e não no interior delas, e investem em educação para contrabalançar o efeito negativo da divisão do trabalho na qualidade intelectual da população. Dão prioridade à formação do mercado interno e ao desenvolvimento agrícola como base principal da industrialização e, com o tempo, ao investimento estrangeiro e ao comércio exterior (ARRIGHI, 2008, p. 364).

Para Arrighi, o governo da China buscou sim ajuda de capitalistas estrangeiros e da diáspora chinesa em nível bem maior do que fizeram os governos Ming e Qing, tanto no comércio exterior quanto na atração de *know-how* tecnológico. Porém, o enquadramento dessas forças ficou claro quando a China tornou-se o principal credor do Estado capitalista dominante (os EUA) e impôs condições de cooperação apenas em termos que se adequassem ao interesse nacional. Em suma, “não há delírio de imaginação que possa caracterizá-lo [o governo chinês] como escravo dos interesses capitalistas estrangeiros e da diáspora chinesa” (ARRIGHI, 2008, p. 364).

O autor constrói uma visão de ascensão e declínio de longos séculos hegemônicos sobrepostos a fases de expansão material e financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação que correspondem à conexão entre a superestrutura de poder interestatal e a infraestrutura econômica da divisão internacional do trabalho no sistema-mundo moderno. Esses ciclos foram possíveis graças a alianças domésticas entre Estado e capital que deram sustentação ao longo século XVI das potências ibéricas, ao longo século XVII das Províncias Unidas, ao longo século XIX da Inglaterra e ao longo século XX dos EUA. Diante disso, o autor sugere a possibilidade de um longo século asiático centrado na China, embora não nos moldes de uma hegemonia mundial e sim de um ciclo sistêmico de acumulação em que as disputas interestatais ficam em segundo plano caso: i) a China seja bem sucedida em internalizar custos de renovação ambiental e social; e ii) os EUA assumam um papel menos destacado na geopolítica e na economia global (ARRIGHI; SILVER, 2001).

O foco de Arrighi é, nitidamente, a transformação estrutural da China contemporânea a partir das analogias com o seu passado. Porém, a conexão entre o sistema tributário pré-moderno e as novas periferias chinesas no século XXI perdem espaço diante da ênfase nas mudanças internas da própria China. Esta não é uma falha de sua obra, mas um caminho em aberto que precisa ser destrinchado. Em suma, o “DNA” da ascensão chinesa contemporânea é muito bem caracterizado por Arrighi como o centro da expansão material de um novo ciclo sistêmico de acumulação. Mas a formação de zonas periféricas também carrega parte deste “código genético” que, como já mencionamos, é uma criatura híbrida com elementos asiáticos e westfalianos.

Portanto, o desafio é entender a dinâmica da aliança Estado-capital da China contemporânea e sua inserção no sistema-mundo moderno para lançar luz à sua projeção sobre o SE Asiático de 1997 em diante.

4.2 O surgimento do longo século asiático pela aliança EUA-Japão (1945-1990s)

O objetivo deste capítulo é compreender a ascensão da China pós 1978 como o motor do novo ciclo sistêmico de acumulação, que tende a transformar a expansão financeira da hegemonia em declínio em uma nova rodada de expansão material. Para tanto, os próximos passos são: i) buscar as origens do longo século asiático iniciado pela aliança EUA-Japão no pós-guerra (1945-1970s); ii) compreender a inserção da China neste processo pelas reformas econômicas feitas por Deng Xiaoping e a implantação do modelo de política econômica que perdurou de 1978 até 2008; e iii) compreender as mudanças estruturais da economia política da China de 2008 a 2018. Esse percurso

é fundamental porque seguimos a mesma abordagem dos capítulos anteriores de compreender as transformações domésticas da China para, em seguida, examinar sua projeção no exterior.

Para tanto, retomamos aqui o processo de incorporação de sistemas-mundo de acordo com Chase-Dunn e Hall (1997). Até o século X, o contato entre Extremo Oriente e Ocidente restringiu-se a redes de informação, com raras exceções. Entre os séculos X e XIX as redes de comércio de longa distância de bens de luxo reforçaram as conexões por meio de pulsões sistêmicas de expansão e retração comercial, tendo na China e na Índia seus principais centros. Já entre a Guerra do Ópio (1841) e meados do século XX a fusão entre os polos extremos da Eurásia avançou mais um passo: a Ásia Oriental passou pela inserção subordinada ao sistema westfaliano por meio de redes político-militares, culminando no auge do imperialismo ocidental.

Sob a ótica de Chase-Dunn e Hall (1997) a Afro-Eurásia já era um grande sistema-mundo desde 500 a.C. graças às redes de informação e de comércio de bens de luxo que a amalgamava. Já sob o prisma de Wallerstein, só se pode falar de um sistema-mundo quando ele estiver conectado por uma única divisão social do trabalho. De todo modo, a Ásia Oriental foi incorporada à divisão do trabalho do sistema-mundo moderno (à rede de bens primários, nos termos de Chase-Dunn e Hall) apenas no pós Segunda Guerra Mundial graças a dois processos simultâneos e conectados: i) o surgimento dos Estados soberanos forjados em movimentos nacionalistas que se tornaram independentes do imperialismo formal ocidental e japonês (SE Asiático, China e Coreia do Sul) e deram origem a regimes centralizados, ditatoriais ou, pelo menos, de partido único *de facto*; e ii) a formação de uma complexa rede de mercadorias entre esses Estados na segunda metade do século XX que, se por um lado continuavam subordinados ao (novo) centro da economia mundial (os EUA), por outro, galgaram degraus na divisão social do trabalho e se legitimaram por um desenvolvimento socioeconômico que não foi replicado na América Latina, na África e no Oriente Médio (YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 141).

Arrighi et al (2003b, p. 301) reforçam as teses de Lee (2016) e Shu (2011), ao afirmar que os EUA construíram um novo “sistema sinocêntrico” na Ásia Oriental, tomando o lugar da China como poder central. As principais semelhanças entre o antigo e o novo sistema são: i) a grande assimetria do mercado doméstico do Estado central em relação aos periféricos; e ii) a relação de vassalagem político-militar a que os Estados periféricos se submeteram em troca de legitimidade de seus regimes domésticos e de benefícios econômicos em relação ao Estado central.

Porém, os autores também apontam duas diferenças (ARRIGHI et al, 2003b): i) o sistema centrado nos EUA era calcado em um complexo industrial-militar com alta capacidade destrutiva e muita sofisticação tecnológica, ao invés de uma “sociedade internacional” sinocêntrica com valores confucianos de ordem e hierarquia; e ii) acima de tudo, houve uma especialização funcional entre os

EUA e seus satélites em que aquele provinha proteção em busca de expansão de poder no contexto da Guerra Fria e estes dedicavam-se a atividades econômicas em busca de lucros, numa relação análoga à da nação de mercadores genoveses com a proteção fornecida pelas coroas ibéricas.

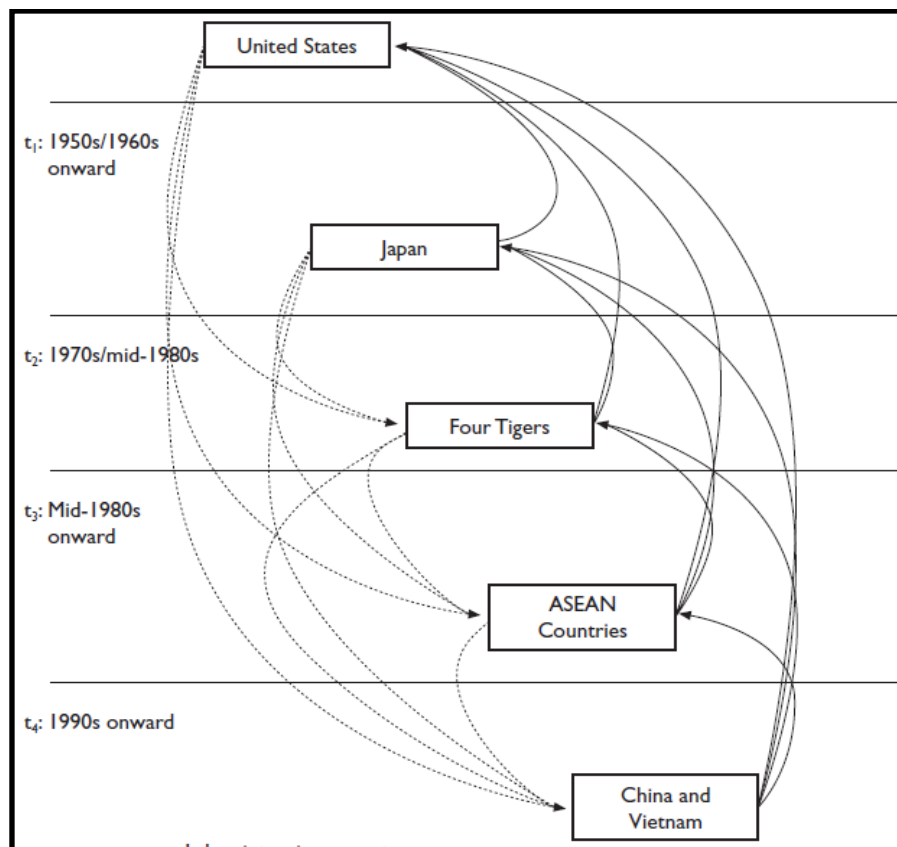
Com a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia, o Japão tornou-se a pedra angular desse sistema de projeção dos EUA na Ásia Oriental. Sem arcar com os custos de defesa, o governo japonês, em aliança com burocratas e empresários, deslocou recursos para um desenvolvimento econômico com fortíssimo dirigismo estatal, altos índices de protecionismo e políticas de engenharia reversa e de incentivo industrial, comercial e tecnológico (ICT) (CHANG, 2004, p. 92; PIRES, s.d., p. 171) A partir deste macroambiente propício ao desenvolvimento, as exportações japonesas galgaram degraus na cadeia global de mercadorias: de produtos têxteis e manufaturas básicas para navios, e depois para complexos produtos mecânicos, eletrônicos e tecnologia de ponta (idem, p. 144).

O crescente poder econômico do Japão já nos anos 1960 e 1970 se baseou tanto em inovações organizacionais quanto tecnológicas. O modelo de grandes corporações, que fizera a prosperidade dos EUA a partir de 1870, deu lugar a uma tendência às redes informais de camadas múltiplas de fornecedores formalmente independentes espalhados pela Ásia Oriental, também definida como “redes de produção modular” (ARRIGHI, 2008, p. 352; NOGUEIRA, 2015, p. 49). Esse processo de terceirização, que decorreu da elevação dos salários no Japão e da busca por regiões mais baratas para atividades *trabalho-intensivas*, foi a base do crescimento japonês, que provocou uma redefinição das cadeias de mercadorias e elevou o padrão de desenvolvimento de muitos outros países no Extremo Oriente, em especial os Tigres Asiáticos, dando origem ao processo que ficou conhecido como “o voo dos gansos” (HUNG, 2009, p. 7), que tinha nos EUA o principal destino final de seus produtos (PIRES, s.d., p. 172; HENDLER, 2013).

Ao longo dos anos 1980 a divisão internacional do trabalho moldou-se da seguinte forma: o Japão concentrando-se nas áreas de informática, automóvel, robótica e outros setores de ponta; os Tigres Asiáticos entrando nos setores de aço, produção naval, automóveis, motores e produtos elétricos; e a China, associando-se a este movimento, recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais por meio das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), concorrendo com as nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e desempenhando papel semelhante ao que fora dos Tigres nos anos anteriores (VIZENTINI, 2007, p. 57; HENDLER, 2013).

A figura abaixo ilustra o efeito de “bola de neve” que compôs a divisão do trabalho na Ásia Oriental: as setas no sentido descendente significam a busca de capitais por mão de obra mais barata e as setas ascendentes significam exportações de produtos intensivos em trabalho.

Figura 4.1 O efeito bola de neve na ascensão da Ásia Oriental



Fonte: Arrighi et al, 2003, p. 302.

Essa imagem ilustra o enquadramento da Ásia Oriental em múltiplas relações de centro-periferia, similares a outras partes do mundo. A grande diferença para países da América Latina, África e Oriente Médio é que os asiáticos deram saltos qualitativos nas cadeias de mercadorias abrigoando mais atividades de centro orgânico do que de periferia. Assim, o Japão e os tigres asiáticos chegaram aos anos 1980 e 1990 com índices de Primeiro Mundo; e a China e muitos dos países da ASEAN, que entraram mais tarde, também tiveram um salto socioeconômico considerável dos anos 1990 em diante. A título de exemplo, as principais firmas contratadas por redes de produção modular localizavam-se nos EUA e no Canadá em 1999 e dez anos depois estavam todas na Ásia Oriental, especialmente empresas de Taiwan com plantas instaladas na China continental (NOGUEIRA, 2015).

Em suma, ao final do século XX a Ásia Oriental estava devidamente integrada ao sistema-mundo moderno nos quatro tipos de redes de interação propostos por Chase-Dunn e Hall (1997). Mais do que isso, estava conectada à economia central do capitalismo e galgava posições relativas, da periferia para o centro, com a incorporação de atividades de maior valor agregado enquanto os EUA seguiam o caminho da expansão financeira.

4.3 A ascensão da China como novo motor do longo século asiático (1978-2008)

Os processos simultâneos de formação estatal e escalada nas cadeias de mercadorias da Ásia Oriental também ocorreram na China, mas por meio de duas rupturas singulares ao país. A primeira ruptura foi a Revolução Chinesa em si, quando os comunistas liderados por Mao Zedong acabaram com um século de intervenções imperialistas e promoveram profundas mudanças na sociedade chinesa. Se a ruptura política no SE Asiático se deu pelo esfacelamento dos impérios coloniais europeus, na China ela ocorreu após quase quatro décadas de guerra civil entre comunistas e nacionalistas e mais de uma década de ocupação e agressão japonesa – um período conturbado que começou em 1911 e só terminou em 1949. Enfim, a partir de 1949 o país readquiriu sua soberania de fato e deu fim a um período marcado por altíssima vulnerabilidade a forças externas.

O legado maoísta é complexo e contraditório e não pode ser definido apenas pelas políticas destrutivas no Grande Salto Adiante (1959-61) e na Revolução Cultural (1966-76). Foi nesse período que a China teve seu primeiro processo consistente de industrialização e elevação de indicadores de saúde, educação e renda. O sistema de comunas garantiu, ainda que com imperfeições, segurança alimentar, cuidados médicos e educação básica a 80% da população – muito acima da média de outros países em desenvolvimento à época (NOGUEIRA, 2011). Segundo Maddison (2007), a fatia da indústria no PIB passou de 8,3% (em 1952) para 33,5% (em 1978), enquanto que a agricultura recuou de 59,7% para 34,4% no mesmo período.

Porém, ao contrário da trajetória clássica de outros países em desenvolvimento, a industrialização na Era Mao não foi acompanhada de urbanização (Ibidem). Pelo contrário, a zona rural tornou-se berço de indústrias de pequena escala que deslocaram trabalhadores da agricultura e sobrecarregaram a produção de alimentos. Assim, a produtividade agrícola estagnou e as desigualdades cidade-campo cresceram, tornando-se gargalos para a manutenção do sistema de comunas (Ibidem).

É neste contexto que ocorre a segunda ruptura, de caráter essencialmente econômico, na transição da Era Mao para a liderança de Deng Xiaoping em 1978 (BRAMALL, 2009, p. 326). A partir das quatro modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e forças armadas), a China sustentou, grosso modo, um modelo econômico que perdurou até o final dos anos 2000. A primeira mudança fundamental foi na agricultura com a substituição das comunas por um regime que dava mais autonomia às vilas e mais incentivos à produtividade agrícola (MEDEIROS, 2008, p. 189). Ainda assim, a terra continuou a ser de propriedade do governo, que passou a conceder direito de uso aos camponeses (NOGUEIRA, 2011, p. 80).

No âmbito da indústria, as grandes empresas estatais passaram por um processo de privatização regulado pelo Estado para grupos chineses ainda vinculados ao Partido Comunista. Diante disso, a China viveu um primeiro processo de acumulação privada de capital (nos anos 1990) em que muitas indústrias estatais foram privatizadas para “os de dentro”, isto é, para ex-gerentes e líderes políticos locais que se tornaram os principais acionistas das empresas em que já trabalhavam (NOGUEIRA, 2018). Isso gerou uma série de conturbações sociais entre os novos executivos e aqueles que permaneceram em posições subalternas ou que foram demitidos. Porém, “a posição estratégica das empresas estatais remanescentes, tanto do ponto de vista econômico quanto geoestratégico, continua conferindo ao Partido-Estado o comando da acumulação” (Idem, p. 11).

Em paralelo à privatização das grandes estatais, surgiram também as Town-Village Enterprises (TVE's): indústrias instaladas na zona rural, com baixa intensidade de capital e ampla utilização de mão-de-obra, voltadas para setores de móveis, têxteis, processamento de alimentos, ferramentas, insumos para construção civil e máquinas simples. Nos anos 1980, elas abasteciam principalmente o mercado local, mas nos anos 1990 passaram a responder por um quarto das exportações chinesas (NOGUEIRA, 2011, p. 92). Não há consenso sobre a definição da propriedade dessas TVE's, pois há casos de propriedade coletiva (do governo central, provincial ou municipal) ou privada (familiar). Porém, há sinais claros da atuação do governo em fomentar essas empresas por meio de crédito subsidiado, vantagens na operação e controle dos lucros (Idem).

Assim, enquanto na União Soviética houve um choque de abertura neoliberal que culminou no colapso econômico dos anos 1990 e na subsequente concentração de setores estratégicos nas mãos de alguns oligarcas, na China a abertura foi gradual e decorreu de um *mix* de coordenação estatal e mecanismos de mercado (PIRES, s.d., p. 175). Dentre os principais processos da transição chinesa apontados por Medeiros (2008), além da gradual privatização das empresas, estão: i) a eliminação gradual do controle dos preços e manutenção do *dual track price system*; ii) a manutenção temporária da intervenção estatal sobre a direção das grandes empresas; iii) a expansão do gasto público principalmente em investimento das empresas estatais em infraestrutura; iv) política monetária expansionista; v) preservação do sistema bancário estatizado; e vi) controle do comércio externo e dos fluxos de capitais.

No tocante a ciência e tecnologia, grandes universidades com rigorosos exames de admissão foram criadas, além da promoção de intercâmbio estudantil e tecnológico com empresas estrangeiras nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e com universidades de países desenvolvidos. A criação de ZEEs em quatro cidades costeiras do sul do país (nas províncias de Guangdong e Fujian) em 1979 teve como objetivos principais promover exportações e absorver tecnologia de

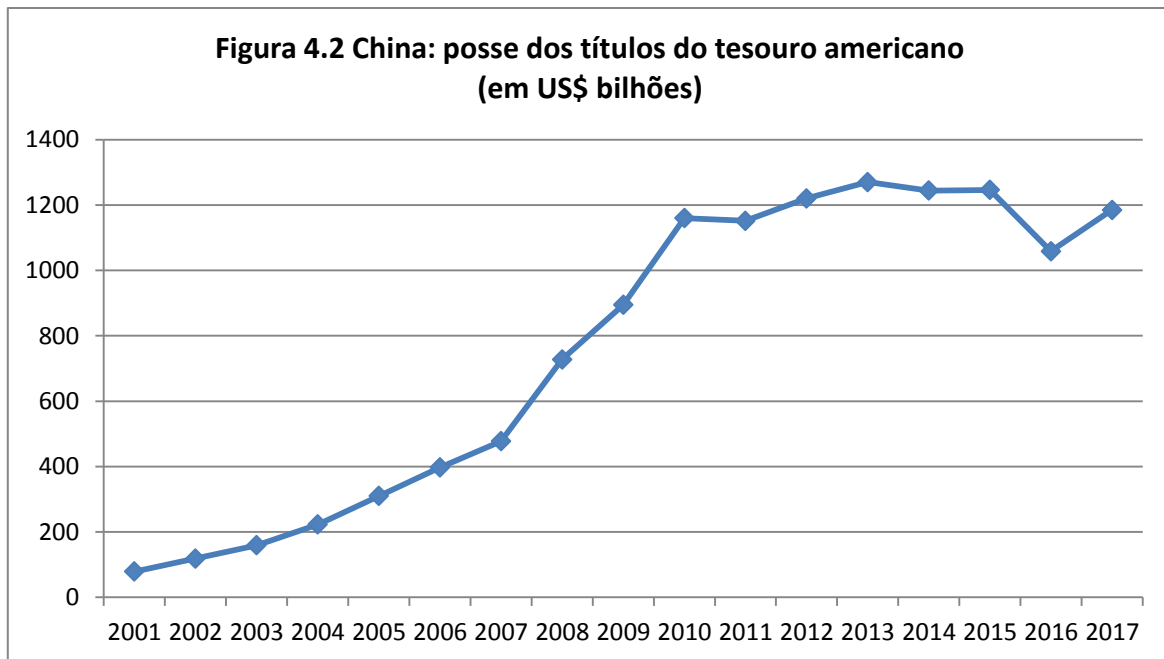
empresas estrangeiras (BRAMALL, 2009, p. 333). Nos anos seguintes, mais de uma dezena de outras ZEEs foram abertas, também em regiões costeiras. Inspiradas no “voo dos gansos” liderado pelo Japão, essas cidades estavam próximas dos investidores de Hong Kong e Taiwan e prometiam uma série de vantagens, como mão de obra bem treinada (e supostamente obediente e não sindicalizada), salários baixos e incentivos fiscais (SPENCE, 1995, p. 628). Ademais, a escolha por regiões periféricas no sudeste da China, longe dos centros de Shanghai e Liaoning, não se deveu apenas à proximidade de Hong Kong, mas também para evitar o perigo do “contágio capitalista” caso o enquadramento de IED externo fugisse do controle do governo (BRAMALL, 2009, P. 333).

Por fim, no tocante às forças armadas, o Estado realizou vários testes com bombas de hidrogênio e outros artefatos nucleares, deu seguimento ao programa de lançamento de satélites e desenvolveu um sistema próprio de disparo de mísseis intercontinentais. Porém, se comparado aos outros setores, os investimentos foram modestos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; SPENCE, 1995; HENDLER, 2013).

O impacto desses processos iniciados por Deng foi duradouro e o governo de Jiang Zemin e a primeira parte do governo de Hu Jintao (até meados dos anos 2000) podem ser vistos como o aprofundamento de uma longa Era Deng que sedimentou as bases da expansão material chinesa com um crescimento do PIB acima de 10% ao ano por mais de três décadas.

Há duas grandes linhas de interpretação desse processo. A visão liberal percebe uma transição da economia planificada para a de mercado graças à atração de IED de multinacionais voltado para as exportações, à privatização das empresas estatais e às instituições de transição que evitaram um processo abrupto de abertura análogo ao soviético. Assim, o superávit das exportações foi acentuado pela adesão da China à OMC em 2002 e o país caminhou para se tornar o maior credor da dívida pública dos EUA e o maior detentor de reservas em dólar nos anos 2000 (PALLEY, 2005; LHEEM; GUO, 2004, p. 47; YERGIN; STANISLAW, 2008; YAO, 2014).

A figura 4.2 apresenta a evolução da posse dos títulos do tesouro americano sob controle da China, de 2001 a 2017.



Fonte: Ticsdata³⁹

A visão heterodoxa aponta para o surgimento de um socialismo de mercado, em que o Estado manteve papel central, em termos quantitativos e qualitativos, exercendo um controle estratégico sobre os rumos da acumulação. Ao contrário das economias de mercado “normais”, a classe capitalista na China não teria força suficiente para exercer um papel hegemônico na economia política do país, ainda que controle parte dos meios de produção (GABRIELE, 2009). Logo, por meio de investimentos, bancos públicos e controle de empresas em setores estratégicos, essa corrente argumenta que a principal força do desenvolvimento é a atuação interna do Estado, e não a indução do mercado por meio de IED e das exportações. Isso porque não há correlação aproximada entre as exportações e o crescimento do PIB e o componente importado nas exportações é muito grande, de forma que a parcela do lucro que fica na China é pequena (MEDEIROS, 2010).

Esta corrente mostra como muitas SOE's são exemplos de eficiência e verdadeiras máquinas de registro de patentes científicas graças ao incentivo do Estado a setores de pesquisa e desenvolvimento (GABRIELE, 2009). Assim, a incorporação de tecnologia estrangeira por meio de joint-ventures com multinacionais pode até ter alguma relevância, mas tende a ser ofuscada pelos incentivos estatais de longo prazo. A própria tomada de decisão das empresas tende a ser influenciada por pessoas ligadas ao Partido Comunista e, conforme veremos a seguir, este é um ponto crucial para se entender a projeção externa da economia chinesa nas últimas duas décadas.

³⁹ Disponível em: <http://ticsdata.treasury.gov/Publish/mfhhis01.txt>

Em suma, a visão ortodoxa aponta para forças de mercado e estímulos externos como indutores da acumulação na China. Já a visão heterodoxa mostra como investimento público tem sido um fator mais determinante. Esta segunda abordagem nos parece mais coerente, ainda mais se olharmos para a longa duração do peso do Estado chinês na economia. De todo modo, é importante ressaltar que o país chega ao final dos anos 2000 diante de dilemas e constrangimentos na manutenção do crescimento e do desenvolvimento – questões que veremos no próximo tópico.

4.4 A China após 2008: novo regime de acumulação, centralização política e mudanças no paradigma estratégico

Este tópico apresenta as três grandes transformações domésticas que têm impactos nas relações da China com o resto do mundo: i) a mudança no regime de acumulação; ii) a centralização de poder (simbólico e efetivo) nas figuras de Xi Jinping e do PCC; e iii) a modificação no paradigma de segurança estratégica.

A queda relativa (e estagnação em valores absolutos) da posse chinesa dos títulos da dívida pública dos EUA é apenas um dos indícios das mudanças que ocorreram no gigante asiático na última década. O estado da arte da literatura constata que o país tem vivido uma transformação de seu regime de acumulação desde o final dos anos 2000. Sugere-se um cenário de transição estrutural, uma terceira fase da “dinastia” do Partido Comunista diante do esgotamento do modelo vigente, baseado nos investimentos públicos e no superávit das exportações. Após a primeira fase (a Era Mao) o país viveu na Era Deng (de 1978 a finais dos anos 2000) um processo avassalador de industrialização com suporte de IED e do próprio Estado que gerou forte crescimento, mas também desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais (HOFMAN, 2016).

A transição para essa “Era Xi” começou antes mesmo de Xi Jinping se tornar o secretário geral do PCC em 2013 (já no final do último mandato de Hu Jintao). Ela tem sido marcada pela desaceleração do crescimento e por uma mudança do protagonismo da indústria para o setor de serviços, por um papel mais efetivo de empresas chinesas privadas, pelo fomento do mercado interno com a elevação dos salários e pela tentativa de redução das desigualdades regionais e sociais. Está em jogo um novo contrato social com maior cobertura no sistema de saúde pública e de previdência, ampliação da renda e do consumo da população e preocupação ambiental decorrente da urbanização e da industrialização recentes (CINTRA; PINTO, 2017, p. 384).

A tentativa de mudança para um novo regime de acumulação da China tem sido pautada: i) pelo estímulo ao consumo no mercado doméstico, com a elevação do poder de compra das famílias; ii) pelo fomento de tecnologia autóctone desenvolvida em firmas nacionais; e iii) por uma complexa

internacionalização que absorve tecnologia de empresas do Norte Global, seja por aquisições, fusões ou mesmo por quebra de propriedade intelectual, e desloca suas atenções também para o Sul Global, principalmente em função de mercados e recursos naturais.

Nesse novo cenário, a projeção externa da economia chinesa tem se dado por duas pontas de lança: as empresas de infraestrutura (energia e transportes) e as empresas de tecnologia de ponta e inovação (nos setores terciário e quaternário).

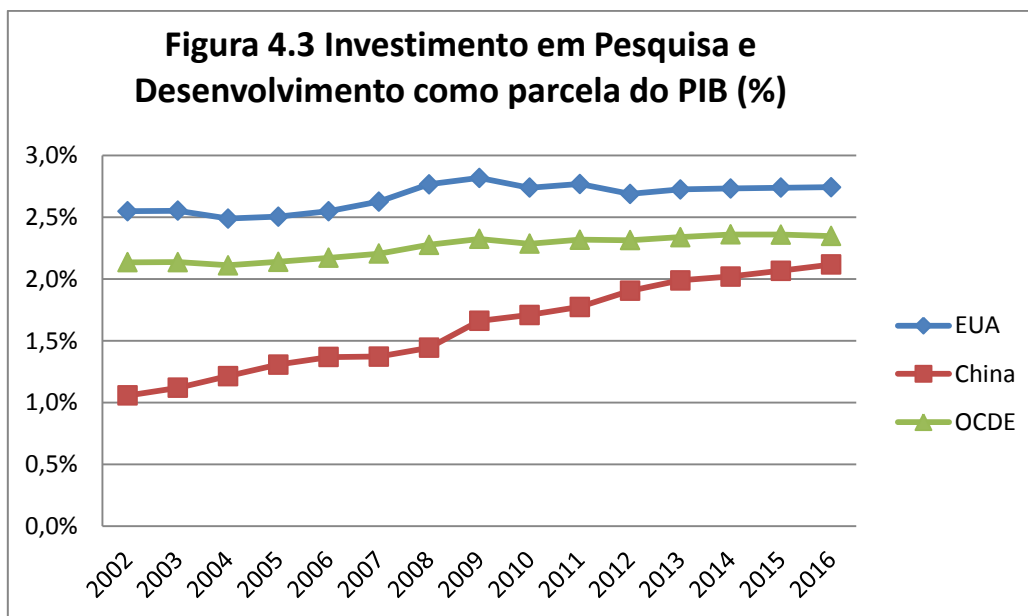
No tocante às empresas de infraestrutura, a literatura aponta para uma possível saturação do mercado doméstico chinês devido a supercapacidade, excedente de capital e queda na taxa de lucro (JONES; ZOU, 2017). De fato, uma vez que os principais eixos de transporte de longa distância já estão construídos e as principais fontes convencionais de energia já estão em plena exploração e até mesmo sendo complementadas por renováveis, a taxa de lucro das empresas envolvidas nesses setores tende a cair. Soma-se a isso o viés estratégico da segurança energética para a China em face do *gap* entre produção e consumo, tem-se aí a convergência de interesses econômicos e geopolíticos pela internacionalização dessas empresas – vista no próximo tópico.

A segunda ponta de lança da mudança estrutural do regime de acumulação é a formação de empresas líderes nas cadeias globais de valor por políticas de inovação autóctone. Nogueira (2015, p. 61) aponta os instrumentos cruciais para esse processo: i) mecanismos para transferência de tecnologia estrangeira por meio de IED; ii) recursos para pesquisa pura e aplicada e estabelecimento de padrões tecnológicos nacionais que utilizam internet protocol (IP) desenvolvido domesticamente; iii) compras governamentais com alto conteúdo doméstico e concentradas em tecnologias endógenas; e iv) estrito controle do sistema financeiro pelo Estado.

Embora alguns desses elementos já estivessem presentes nas décadas anteriores, o salto qualitativo ocorreu na última década com a consolidação dos campeões nacionais em setores que o governo considera estratégicos, como siderurgia, petróleo, construção civil, ramos militares, tecnologia da informação, etc (NOGUEIRA, 2015, p. 60). Assim, as *joint-ventures* com empresas estrangeiras têm sido gradualmente substituídas por firmas nacionais que já dominam os processos mais complexos de sua cadeia produtiva e são capazes de competir internacionalmente. Empresas estrangeiras continuam operando na China, mas sua atuação tem sido dirigida por normas do governo que definem quais setores são “estimulados”, quais são “restringidos” e quais são “proibidos” (Idem, p. 63). E, naturalmente, os ramos estimulados são aqueles que ainda podem contribuir com transferência de tecnologia e que não competem diretamente com os campeões nacionais.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do investimento da China em pesquisa e desenvolvimento. Embora o gasto sobre o PIB continue abaixo da média da OCDE, essa proporção

creceu consideravelmente nas últimas duas décadas (de 0,8% em 2000, passando a 1,4% em 2008 e finalmente 2,1% contra 2,3% da OCDE em 2016). Já em números absolutos a China é o segundo maior investidor (US\$ 411 milhões), atrás apenas dos EUA (US\$ 464 milhões).



Fonte: OCDE⁴⁰

Ao contrário dos outros dois processos de acumulação (privatizações e expropriação de terras), a acumulação por políticas de inovação autóctone não gerou tantas tensões entre classes e crises de legitimidade interna. Pelo contrário, o apoio do Estado à emergência de marcas chinesas ganhou muito apoio doméstico e as principais oposições vieram de fora, principalmente dos EUA e da Europa (NOGUEIRA, 2018, p. 18).

A internacionalização das firmas de infraestrutura e das empresas de maior valor agregado, em geral estatais ou apoiadas pelo Estado, tornou-se elemento crucial do novo regime de acumulação chinês e, ao mesmo tempo, um eco do enquadramento dos grupos econômicos pelo Estado Song-Yuan-*Early* Ming. Mais do que isso, reflete a própria cooptação das classes empresariais em função de um projeto sinocêntrico – que será visto a seguir.

As contradições dessa transição macroeconômica já se fazem sentir. Ainda em 2008, em meio à crise econômica global, o governo anunciou um pacote de estímulo fiscal de US\$ 586 bilhões para setores de construção civil, infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente e inovação tecnológica. Também adotou políticas de relaxamento e aumento da capacidade do setor bancário ao conceder empréstimos para empresas públicas e privadas e para os consumidores (MANZI, 2018). Como

⁴⁰ Disponível em: <https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>

consequência, há uma tendência de desequilíbrio macroeconômico com excesso de oferta por supercapacidade produtiva e endividamento e pressão sobre os lucros das empresas, empurrando-as para mercados estrangeiros.

Apesar das mudanças econômicas, a legitimidade política do Partido Comunista e a integridade do Estado unitário têm permanecido constantes (Ibidem). Na esfera institucional do poder político, o PCC tem adotado um viés de “mudanças para a permanência”, isto é, ao invés de suavizar-se, o regime político na Era Xi tem rumado para o autoritarismo e para a centralização do poder. Após promoções como chefe do Partido em Zhejiang, depois em Shanghai e finalmente como membro da elite do Politburo, Xi Jinping concentrou, entre 2012 e 2013, os títulos de Presidente, Secretário Geral do PCC e Chefe da Comissão Militar Central, tornando-se assim o chefe supremo da quinta geração de líderes da China (BROWN, 2014, p. 157).

Xi concentrou ainda mais poder no encontro do PCC em 2016, após quatro anos de uma campanha anticorrupção que desmantelou a oposição em seu primeiro mandato (KROEBER, 2016, p. 3). Um dos principais alvos dessa campanha foi Bo Xilai, acusado e sentenciado por práticas de corrupção e de abuso de poder quando executou sua própria campanha anticorrupção em Chongqing. A sentença de prisão perpétua surpreendeu muitos analistas, que viram uma manobra política do *establishment* do PCC (e de Xi, em particular) para destruir uma corrente política rival e um adversário político que buscava a retomada de elementos maoístas e populistas (HO, 2016).

Assim, o ápice da centralização de poder em Xi (até agora) se deu por uma via simbólica e outra material na 19ª Conferência do Partido Comunista, em outubro de 2017. A via simbólica se deveu à inscrição do nome do líder supremo e de sua doutrina política na Constituição do Partido Comunista e a via material veio com o fim do limite de dois mandatos presidenciais, abrindo caminho para uma inédita permanência no poder por mais de dez anos desde Mao Zedong⁴¹.

Uma breve análise do discurso de Xi na 19ª Conferência do PCC nos remete ao capítulo dois, quando apresentamos os três pilares do sistema trinário da China pré-moderna (DENG, 1999). São eles: i) as relações de poder derivadas de um Estado centralizado; ii) a prosperidade econômica (naquele período muito vinculada às condições de vida dos camponeses); e iii) a matriz ideacional confuciana, com valores que reproduzem e legitimam a ordem social e a legitimidade da dinastia vigente. A partir de uma busca por palavras-chave na versão em inglês do discurso de Xi (2017), notamos uma frequência considerável de termos que remetem a esses pilares.

⁴¹Disponível

http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf

em:

Tabela 4.1 Análise do discurso de Xi Jinping no 19o Congresso do PCC			
	Radicais de palavras-chave	Frequência	Ocorrência por 1000 palavras
Estado Centralizado	"Party"	336	13,6
	"Socialis"	148	5,9
	"Democra"	53	2,1
	"Rule of law"	26	1
Desenvolvimento econômico	"Prosper"	39	1,5
	"Innovation"	24	0,9
	"Business"	16	0,6
Matriz confuciana	"Dream"	31	1,2
	"National Rejuvenation"	26	1
	"Harmon"	14	0,5

Fonte: elaborado pelo autor

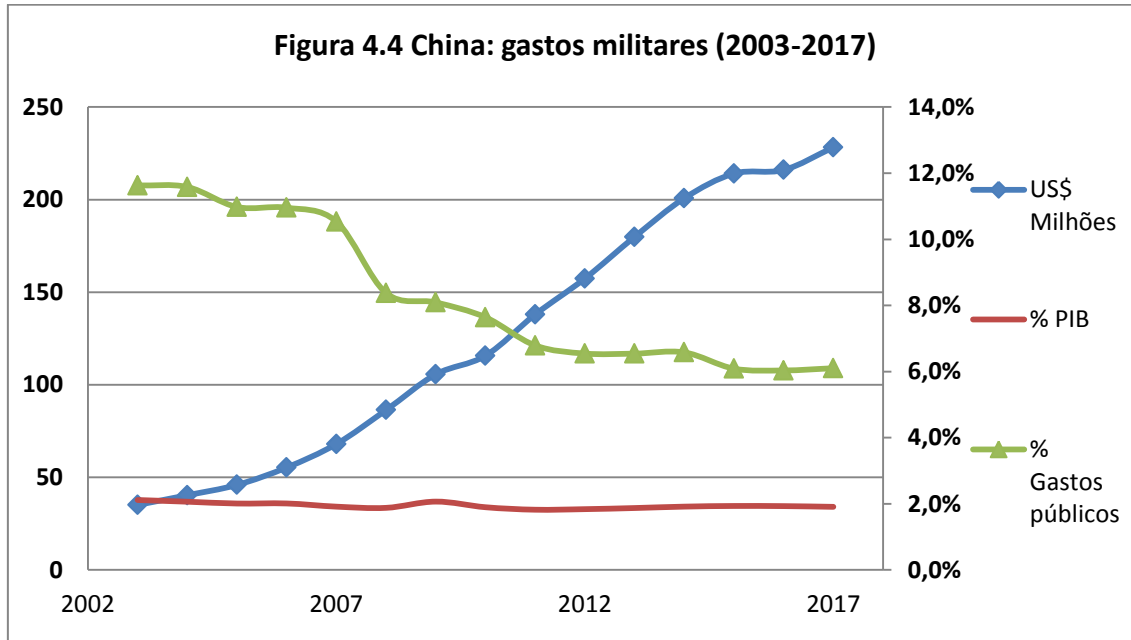
Neste breve exercício de análise do discurso de Xi evitamos a busca por palavras que pudessem ter mais de um sentido, como “development”, “power” e “strategy” e reconhecemos as limitações de não se analisar a versão original em mandarim. Ainda assim, é possível identificar traços dos três pilares do sistema trinário pré-moderno (DENG, 1999a), com uma ênfase considerável no pilar do Estado centralizado. A palavra “Party”, em referência ao Partido Comunista Chinês tem uma ocorrência impressionante de 13,6 vezes por mil palavras, seguida pelo radical de “socialismo”, com uma ocorrência de 5,9 vezes por mil palavras. Curiosamente, o radical de “democracia” é também muito frequente – embora seja adjetivado por termos como “centralismo democrático”, “democracia intrapartidária” e “democracia consultiva socialista”. E apesar da frequência relativamente menor de termos como “prosperidade”, “inovação”, “sonho [chinês]”, “*business*”, “rejuvenescimento nacional” e “harmonia”, a alta recorrência em números absolutos reforça as facetas econômica e ideológica do PCC.

Seria a alta recorrência do termo “Partido” um reflexo da centralização de poder na figura de Xi? Se sim, seria Xi um “imperador” capaz de moldar as forças conjunturais da “dinastia comunista” e garantir a ordem e a prosperidade das estruturas sociais da China contemporânea? Diante das reformas implementadas recentemente, que incluem mais controle social e tolhimento de liberdades individuais, estaria o líder supremo trilhando o caminho dos imperadores autocratas, retratados como déspotas que perderam o mandato dos céus e acentuaram a fase B de suas dinastias? Ou seu lugar na história será marcado pela conciliação de forças sociais e enquadramento de grupos econômicos sob um projeto civilizatório que ainda está para atingir seu esplendor? A resposta virá com o tempo, mas o peso da história no discurso político é inegável.

Além das transformações no regime de acumulação e no jogo simbólico e institucional da política, há um terceiro fenômeno em curso: a mudança no paradigma estratégico chinês

acompanhado da modernização das forças armadas. Desde Jiang Zemin gestou-se certo consenso em Beijing de que a modernização das forças armadas não significa apenas armas inovadoras e tecnologia de ponta, mas também gestão de pessoas, instituições e cultura corporativa (PIIE, s.d., p. 194)⁴². No âmbito institucional houve um processo gradual de profissionalização do oficialato, cooperação com as principais universidades do país para atrair novos quadros, redução de atividades não-combatentes com a terceirização de serviços e o reforço do conceito de “guerra popular” com a manutenção de cerca de 800 mil reservistas e a realização de exercícios civil-militares (Idem).

Em valores absolutos, os gastos militares da China são crescentes desde o começo dos anos 2000 (de US\$40 milhões em 2003 para mais de US\$200 milhões em 2017), mas estáveis se comparados ao crescimento do PIB (cerca de 2%) e decrescentes em relação à parcela dos gastos públicos (de 12% em 2002 para 6% em 2017). Isso significa que a China tem investido de forma mais eficiente, isto é, o número de plataformas (navios, aviões, etc) das forças armadas diminuiu nos últimos 20 anos, mas a capacidade de projeção de poder aumentou porque a grande quantidade de plataformas obsoletas tem dado lugar a novas mais eficazes e em menor número (O’ROURKE, 2018).



Fonte: Stockholm International Peace Research Institute

⁴² Peterson Institute for International Economics
https://piie.com/publications/chapters_preview/4174/09iie4174.pdf

Segundo Moraes (2015), o ELP passa não apenas por uma modernização tecnológica, mas por mudanças doutrinárias, com maior importância atribuída à mobilidade, em conjunto com o maior peso relativo para forças aéreas e navais. No tocante à mudança do foco do poder terrestre para o naval, o excerto abaixo, do Ministério da Defesa da China, é ilustrativo:

In line with the strategic requirement of offshore waters defense and open seas protection, the PLA Navy (PLAN) will gradually shift its focus from “offshore waters defense” to the combination of “offshore waters defense” with “open seas protection,” and build a combined, multi-functional and efficient marine combat force structure. The PLAN will enhance its capabilities for strategic deterrence and counterattack, maritime maneuvers, joint operations at sea, comprehensive defense and comprehensive support. (...) The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests (MINISTÉRIO DE DEFESA DA CHINA, 2015).

O documento reforça a nova centralidade da Marinha como força responsável por proteger os interesses nacionais não apenas nas zonas costeiras, mas também em águas azuis, entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas. Ainda mais notória é o chamado para abandonar a visão de que o poder terrestre é mais importante do que o naval – e isso se reflete no processo de modernização da Marinha desde os anos 2000.

Figura 4.5 As duas cadeias de ilhas na perspectiva chinesa



As plataformas navais cuja produção tem se destacado são: submarinos nucleares e à diesel, porta-aviões e fragatas. Especula-se que a China esteja perto de lançar dois novos porta-aviões, além dos dois que já estão em operação. Além disso, destacam-se sistemas de mísseis balísticos antinavio, armas eletromagnéticas e sistemas de vigilância marítima por radar, satélite e drones (O'ROURKE, 2018).

O uso dual de tecnologia e recursos humanos civis para fins militares tem ganhado força no âmbito naval por referências ao conceito de “guerra do povo ao mar” (人民战争), traduzido para o inglês como *people's war at sea* e presente em documentos e declarações oficiais (SONG et al, 2018, p. 23). Esse princípio consiste na mobilização de civis para defender os interesses do país e está foi cristalizado em duas leis: uma lei de 2015 que obriga todo container e embarcação comercial a seguir padrões militares; e uma de 2016 criou um framework para o uso de ativos logísticos civis pelos militares e obriga todas as indústrias chinesas que utilizam de transporte internacional a fornecer suprimentos às embarcações militares, quando necessário (Ibidem).

O documento também reforça a informatização das linhas de comando e controle e a modernização da força aérea e dos setores cibernético e espacial, (HEATH et al, 2016, p. IX). A força aérea, por exemplo, lançou em janeiro de 2018 a quinta geração do avião de combate Stealth J-20 e do bombardeiro de longo alcance H-6K. Há também o caça-bombardeiro Xian JH-7/JH-7A, desenvolvido com apoio russo e as aeronaves de caça Chengdu J-10A/S e Shenyang J-11/B/BS (MORAES, 2015).

O conceito de Guerra Informatizada Local, que está presente na visão estratégica chinesa desde 2004, prevê que as próximas guerras serão de curta duração, geograficamente limitadas e ocorrerão na periferia da China. Neste tipo de conflito, a tomada de decisão deve ser rápida, com grande autonomia e conectada por sistemas de informação capazes de integrar os âmbitos terrestre, marítimo, aéreo, espacial e cibernético⁴⁴ (HEATH et al, 2016, p. 35).

In response to security threats from different directions and in line with their current capabilities, the armed forces will adhere to the principles of flexibility, mobility and self-dependence so that “you fight your way and I fight my way.” Integrated combat forces will be employed to prevail in system-vs-system operations featuring information dominance, precision strikes and joint operations (MINISTÉRIO DE DEFESA DA CHINA, 2015).

⁴³ Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Will-China-rule-the-waves>

⁴⁴ Unrestricted Warfare é um livro publicado em 1999 por dois oficiais militares chineses, Qiao Liang (乔良) e Wang Xiangsui (王湘穗) que sugere caminhos não convencionais para a China derrotar seus oponentes, especialmente os Estados Unidos.

Desta forma, a doutrina militar da China continua nominalmente defensiva, mas incorpora novos requisitos militares para garantir os interesses do país. O conceito de “defesa ativa” resume essa postura, pois combina uma macro-estratégia defensiva com a preparação para a guerra por meio de táticas ofensivas que funcionam como dissuasão. Não por acaso, o documento em questão afirma literalmente que “nós não atacaremos a menos que sejamos atacados; mas caso sejamos atacados, nós certamente contra-atacaremos” (MINISTÉRIO DE DEFESA DA CHINA, 2015).

Acima dessas mudanças de doutrina estão as preocupações estratégicas que permanecem desde a fundação da RPC: separatismos (Tibete e Xinjiang), o status de Taiwan, a questão das Coreias e as relações, ora conflituosas, ora cooperativas, com as grandes potências. Já a principal mudança, que está ligada à nova doutrina militar, refere-se aos litígios territoriais marítimos com o Japão e com os países do Sudeste Asiático. A assimetria militar em relação a estes e os ressentimentos históricos em relação àquele são elementos com crescente relevância no cálculo estratégico chinês e reforçam uma doutrina mais voltada para a projeção de poder naval.

Essa ruptura fica nítida na diferença de postura da China ao lidar com litígios de fronteira terrestre e marítima. Se por um lado o país tem uma atitude mais rígida nas questões marítimas, por outro tem sido moderado e até mesmo generoso nos ajustes de fronteiras terrestres. Segundo Luttwak (2012), a China concedeu, em negociações bilaterais, 100% das demandas do Afeganistão, 76% do Laos, 66% do Cazaquistão, 65% da Mongólia, 94% do Nepal, 60% da Coreia do Norte, 96% do Tadjiquistão e 50% do Vietnã. Levando em conta que a China é o país com a maior quantidade de vizinhos fronteiriços no mundo (quatorze), este é um feito e tanto. Para Chan (2016, p. 40), se relevados o número de vizinhos e a assimetria material da China em relação a eles, é possível afirmar que o país tem um histórico muito mais pacífico do que outras potências como EUA, URSS/Rússia, França, Inglaterra ou até mesmo a Índia.

A partir dessa revisão acerca das transformações domésticas da China pós 2008, veremos a seguir como essas esferas da economia política, da estratégia e do âmbito simbólico-institucional se combinam nos vetores de projeção externa em geral, e no Sudeste Asiático em particular.

5. A formação de um mundo sinocêntrico no século XXI: o Sudeste Asiático como objeto empírico

Partimos agora para o objeto central da pesquisa: primeiro examinando como as mudanças domésticas se combinam com os vetores de projeção internacional da China; e depois examinando-os na interação com o SE Asiático.

5.1 Os vetores de projeção internacional da China

Esta tese começou com a hipótese de que a Ásia Oriental comportou, entre os séculos X e XV, um sistema social histórico (um sistema-mundo) que chamamos de sinocêntrico. Há indícios de que traços deste sistema já existiam na relação da China com o NE Asiático e com a Ásia Central, mas que sua expansão para o SE Asiático teria ocorrido no arco temporal entre 960 e 1434. A partir do encadeamento de teoria, método e revisão bibliográfica (capítulo 1), formação social, política e econômica da China Imperial (capítulo 2) e estudo empírico (capítulo 3) a hipótese inicial foi comprovada e verificamos a existência de elementos de um sistema-mundo nos termos de Chase-Dunn e Hall (1997).

A segunda parte deste trabalho tem estrutura semelhante. Iniciou-se com uma retomada da revisão bibliográfica sobre o sistema sinocêntrico e um breve debate sobre o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi (capítulo 4), e apresentou-se um debate sobre a inserção da Ásia Oriental e da China no CSA asiático desde meados do século XX (também no capítulo 4). Partindo da premissa de que há, desde 1997, uma projeção multifacetada da China sobre o SE Asiático, a hipótese central deste capítulo 5 (e da tese, como um todo) é que tal projeção é composta por três vetores que, se tomados em conjunto, apresentam uma *dinâmica* sinocêntrica e podem ser interpretados por meio de analogias ao sistema sinocêntrico pré-moderno.

Vimos que a construção de novas relações de centro-periferia é uma recorrência geral de potências emergentes no sistema-mundo moderno – e a ascensão da China, que está inserida no sistema-mundo moderno, carrega este elemento. Porém, vimos também que cada novo centro carrega processos peculiares inerentes a tempos e espaços distintos. E para o caso específico da China, defendemos que a longa duração do sistema sinocêntrico pré-moderno é parte desta roupagem específica. Logo, propomos um modelo análogo ao da figura 3.1 para testar nossa hipótese.

No tópico anterior abordamos as mudanças na economia política, no paradigma estratégico e no âmbito simbólico-institucional da China. Nosso argumento é que esses setores têm se combinado

em vetores de projeção internacional, que serão o tema deste tópico. E a partir disso partiremos para uma análise empírica da projeção chinesa no SE Asiático no ponto 5.2.

5.1.1 Economic statecraft como resultado da aliança Estado-capital

A visão estratégica mais ativa e ofensiva da China combinada ao salto qualitativo no padrão de acumulação tornou-se o núcleo duro da projeção exterior do país após 2008. A partir da analogia com as Superintendências de Comércio Marítimo do arco Song-Yuan-*Early* Ming, este tópico demonstra que o Estado chinês tem sido apoiado pelos agentes econômicos, nesse caso, pela grande burguesia nacional, em um projeto de longo prazo de construção de um sistema sinocêntrico contemporâneo.

É com base nessa premissa que problematizamos o conceito de *economic statecraft* proposto por James Reilly (2013), que consiste no “uso de recursos econômicos por líderes políticos para exercer influência em busca de objetivos de política externa”. Porém, quando os objetivos de política externa são tanto geopolíticos quanto de reprodução ampliada do próprio modelo econômico que a sustenta, tem-se aí um ciclo virtuoso que não pode ser resumido apenas em “uso da economia para fins políticos”. É precisamente a relação dialética entre Estado forte e uma burguesia nacional pujante que tem sustentado a formação desse sistema sinocêntrico. Conforme vimos, essa sinergia existiu entre os séculos X e XV, quando a China esteve perto de ser o berço do capitalismo e gerou um campo de gravitação econômica em torno de si na Ásia Centro-Oriental, mas não se repetiu nos séculos seguintes porque o Estado Ming-Qing encolheu e as guildas de comércio se agigantaram.

A literatura costuma indicar as seguintes vias de *economic statecraft*: i) investimento direto (IED) ou de portfólio (por empresas); ii) serviços financeiros como empréstimos e doações (por bancos públicos); iii) comércio exterior; iv) acesso a recursos energéticos e outras *commodities*; e v) política monetária, com a aquisição de títulos estrangeiros (por fundos soberanos), acordos sobre uso de moedas no comércio ou política cambial (REILLY, 2013, BLACKILL, HARRIS, 2016). Em geral, essas vias são usadas como meios de incentivo ou de punição/sanção, embora cada uma tenha suas peculiaridades. É descabido sugerir que um projeto de IED seja usado para punição do país receptor, mas a dependência deste em relação ao investimento pode sim ser encarada como uma espécie de custo colateral a ser usado como punição. O mesmo vale para o desequilíbrio comercial crônico entre dois países: um déficit constante não significa, necessariamente, uma punição, mas tende a ser uma espécie de vulnerabilidade que pode ser explorada pelo lado superavitário – embora

o lado superavitário também possa ser demasiado dependente da renda gerada pelas exportações. A esfera cibernética também pode ser usada como meio de *economic statecraft*: além de ataques virtuais para moldar comportamentos econômicos, há também casos de espionagem empresarial e de acesso a sistemas de informação de setores estratégicos de um país por empresas estrangeiras, etc.

Em função da escassez de fontes primárias e do monopólio de poder do PCC, costuma-se tratar da projeção econômica internacional da China como um processo geopolítico racional e calculado, mas a realidade é muito mais complexa. Assim, usaremos o conceito de *economic statecraft* da China como o fenômeno de projeção internacional que ocorre em um campo de interseção entre o poder político que, em tese, traça uma “grande estratégia” geopolítica, e a acumulação econômica, que atua em busca de riqueza para além das fronteiras do país. Esse campo não é homogêneo e harmonioso, e sim palco de convergências e divergências entre diversos níveis de governo (central e provincial) e entre estes e empresas públicas e/ou privadas (JONES; ZOU, 2017).

Dentro do próprio governo central há uma série de ministérios e comissões cujas funções se sobrepõem e às vezes se contradizem. Dentre eles, o Ministério do Comércio (MOFCOM) tende a ser o mais relevante, pois, segundo Jones e Zou (2017) supervisiona todas as relações econômicas com o estrangeiro, incluindo comércio, investimentos, auxílios e a atuação de empresas chinesas no exterior. Diante da “zona cinzenta” de tomada de decisão dentro do Estado chinês, nosso esforço está em verificar se há um rumo geral de convergência entre essas forças, não necessariamente de forma racional, que tende a culminar na formação de uma dinâmica sinocêntrica na relação com o SE Asiático.

Diante do amplo leque de ferramentas de *economic statecraft* da China, faremos um breve debate sobre aquelas que têm sido mais determinantes na construção do campo de gravitação econômica em torno de si no SE Asiático. São elas: a internacionalização de capitais, por meio de projetos de IED das SOE's; e o comércio exterior, produto de relações bilaterais, de acordos de livre comércio e da atuação em foros multilaterais. Há ainda um terceiro fenômeno imbricado nos dois primeiros: a política monetária com a atuação de bancos públicos e do AIIB, que concedem linhas de crédito para projetos de SOE's e para os países que as contratam, e com acordos bilaterais para uso do RMB ao invés de dólar nas transações comerciais e financeiras.

O *economic statecraft* chinês via internacionalização de capitais (OFDI⁴⁵) ganhou força no começo dos anos 2000 com a efetivação do plano *going global* do governo chinês, que passou a

⁴⁵ Em inglês, sigla para *outward foreign direct investment* (fluxo de investimento externo direto para o exterior).

apoiar a internacionalização de empresas públicas e privadas, embora a predominância das SOE's seja evidente. O principal mecanismo tornou-se a concessão de crédito, com juros abaixo do praticado no mercado, por bancos estatais como o Export-Import Bank of China (China Exim Bank) (Idem, p. 9; PRASAD, 2016). Ademais, a alta taxa de poupança da China e a estrutura corporativa vinculada ao governo combinaram-se ao mercado de capitais distorcido para sustentar o OFDI chinês.

Dada a altíssima competitividade do mercado interno, explorado por empresas nacionais e estrangeiras, e o próprio salto de competitividade das firmas chinesas, o OFDI do país deu novo salto nos anos 2000. Assim, as empresas chinesas passaram a investir pesadamente no exterior em busca de mais controle sobre as cadeias de valor e mais acesso a tecnologias, mercados e recursos (RODRIGUES, HENDLER, 2018). E se no começo dos anos 2000 ainda predominavam investimentos em setores primários, como mineração e agricultura, a partir do final da década houve uma mudança qualitativa com o incremento em setores de construção civil, energia, serviços e tecnologia, como resultado da mudança no regime de acumulação doméstico chinês, visto no tópico 5.3.

Há um extenso debate na literatura que questiona se as SOE's são “braços do Estado” que atuam de acordo com diretrizes políticas ou *profit-seekers*. Blackwill e Harris (2016, p. 88) endossam a primeira corrente ao afirmar que quase todos os executivos das SOE's têm um “telefone vermelho” com o Partido e que muitas dessas empresas recebem subsídios do governo para não ficar no prejuízo. Disto, pode-se deduzir que muitas das decisões de investimento são tomadas nos círculos oficiais do Partido, seja nas províncias ou no governo central. Jones e Zou (2017) mostram que com as privatizações para os “de dentro” (tópico 5.2), o Estado passou de empresário para regulador, mas manteve uma série de prerrogativas que moldam a atuação das SOE's. (Idem, p. 5; YAN, 2018). São elas:

- Controle do câmbio, de tarifas, de regulações, licenças e permissões, inclusive do uso da terra.
- Alocação de subsídios, crédito e seguro via bancos públicos, geralmente necessários para projetos de investimentos no exterior.
- Sistema de *nomenclatura*, em que os principais executivos das SOE's são indicados por órgãos do partido e do governo.
- Comissões de investigação e punição de práticas ilegais como corrupção.

Por outro lado, Jones e Zou (2017) afirmam que há evidências que corroboram parcialmente tanto a visão das SOE's como “braços do Estado” quanto a que as vê como *profit-seekers*. Porém, procuram transcender este debate ao afirmar que a relação Estado-SOE's não deve ser conceituada

como controle estatal *ou* autonomia total, mas como resultado do constante embate entre diversos atores imersos em uma estrutura de regulação frouxa.

Segundo eles, o Estado não é unitário e há mais de uma dezena de órgãos públicos, centrais e provinciais, que lançam diretrizes consultivas e legislam sobre temas ligados à atuação de SOE's no exterior. Com um cardápio variado de opções de crédito, impostos, leis trabalhistas, entre outros, as empresas públicas podem escolher qual caminho seguir e, não raro, desobedecem ou ignoram diretrizes do governo central em busca de projetos com maior perspectiva de lucro (JONES; ZOU, 2017, p. 8).

Assim, o slogan do *going global* não é tão somente uma estratégia do Estado chinês em busca de recursos e mercados para competir com o Ocidente, mas uma maneira de encampar e dirigir um processo que já estava ocorrendo de forma autônoma devido às mudanças econômicas internas (Ibidem), sobretudo com a transição de um padrão de acumulação puxado pelo investimento e pelas exportações para um padrão mais intensivo em tecnologia e consumo doméstico. Ademais, Jones e Zou (2017) e Wu (2018) afirmam que essas empresas encaram projetos de risco em países mais pobres e instáveis por serem *latecomers* no mercado global, e não apenas por conta de uma suposta diretriz do Estado e, portanto, merecem ter lucros condizentes com o risco assumido. Para provar este ponto, citam os casos de petrolíferas chinesas no Sudão, cujas instalações tiveram de ser protegidas por forças de *peacekeeping* da ONU apoiadas pela China em meio à guerra civil; a construção de uma hidrelétrica em Kachin, no Mianmar, com irregularidades e impactos socioambientais; e a construção de uma plataforma de petróleo dentro do espaço territorial marítimo do Vietnã. Todos esses casos geraram imbróglis diplomáticos devido a ações autônomas das SOE's, de forma que o Ministério das Relações Exteriores da China foi acionado para apaziguar possíveis crises diplomáticas.

Não obstante, outros autores apontam para a atuação estratégica do governo nas SOE's por meio da *Assets Supervision and Administration Commission* (SASAC). Este órgão, que está ligado ao Conselho de Estado do governo, foi criado em 2002 e tornou-se o acionista majoritário de grande parte das SOE's de setores estratégicos, embora algumas permaneçam sob controle de governos locais e de ministérios específicos (FAN, HOPE, s.d.). E embora o número de empresas sob controle da SASAC tenha diminuído em nome da eficiência (passou de cerca de duzentas em 2003 para cerca de cem atualmente), sua influência continua forte. (LI-WEN, 2017, p. 12).

LI-WEN (2017) descreve a estrutura verticalizada das SOE's. No topo há uma empresa central controlada pela SASAC ou por outro órgão do governo que define as estratégias gerais da corporação. Abaixo estão as empresas subsidiárias dedicadas a funções diversas como: empresa de capital aberto, com ações em bolsas de valores; empresa financeira que funciona quase como um

banco comercial, atuando em seguros, empréstimos, câmbio, etc; e institutos de pesquisa, que oferecem cursos de pós-graduação e dedicam-se à proteção da propriedade intelectual da empresa.

Além da estrutura das corporações, Li-Wen (2017) aponta outras formas de ingerência política nas SOE's. Em primeiro lugar, pela própria indicação de executivos para os cargos de comando. Segundo, pelo revezamento compulsório desses executivos em empresas do mesmo setor. Terceiro, alguns gerentes das SOE's e oficiais da SASAC passam por um período de intercâmbio de um ano exercendo cargos "invertidos": os gerentes na SASAC e os oficiais nas SOE's.

A dificuldade de acesso a fontes internas dessas corporações colabora para a zona cinzenta de interação entre Estado e empresa. Porém, a partir dessa revisão bibliográfica, é lícito aferir que o peso do governo, seja por instituições, regulações, mecanismos artificiais de mercado ou indicações, é muito relevante. E inversamente, é lícito afirmar que o uso dual (civil e militar) com que as SOE's chinesas atuam em setores estratégicos de países do Sul Global, e do SE Asiático em particular, como energia, comunicações e transportes, pode ser usado para chantagear ou ameaçar outros estados em caso de escalada militar.

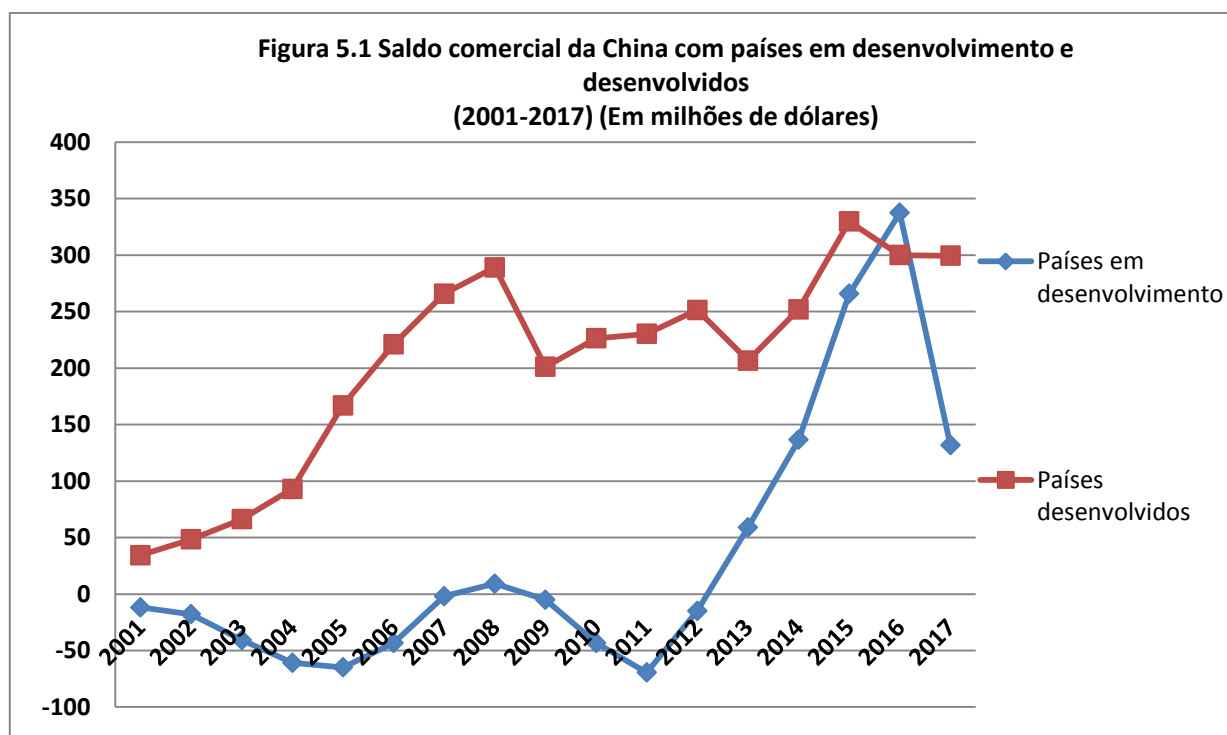
As empresas privadas (Private Owned Enterprises, POE's) também têm se destacado e mais de 75% do OFDI chinês em 2015 veio dessas entidades. Se os projetos de infraestrutura das SOE's recebem subsídios do governo, as POE's recebem auxílios em formato de "plataformas de internacionalização" que dão um ar de oficialidade e de segurança jurídica para os parceiros estrangeiros, em geral nos setores de tecnologia e serviços. Segundo Yan (2018), essa plataforma se dá por meio de match-making, de feiras de tecnologia, de turismo de pesquisa, da facilitação de circulação de cientistas e do alinhamento entre empresas privadas e instituições científicas.

Em geral, as POE's utilizam a tecnologia produzida por um instituto de pesquisa, universidade ou agência de governo local ligada a ciência e tecnologia que recebe subsídios do governo e é chamada de *undertaker*. Tais subsídios são alocados em Centros de Transferência de Tecnologia (CTT's) por meio de licitações (*bidding process*) de acordo com a vocação e a localização das províncias – de forma que a região autônoma de Ningxia hospeda o CTT China-países árabes (por abrigar a minoria muçulmana Hui e ter laços culturais com os árabes) (CUI, 2017), Nanning hospeda o CTT China-ASEAN e Kunming o CTT China-Sul da Ásia. A *ciência pura* produzida por instituições públicas torna-se *ciência aplicada* quando é adotada por empresas privadas por meio de laboratórios conjuntos construídos na China e também no exterior. Neste caso, os *undertakers* não apenas produzem tecnologia, mas também são responsáveis pela operação diária dos CTT's, como o laboratório conjunto China-Egito de energia renovável, o laboratório conjunto China-Mianmar de radar e comunicações por satélite e o laboratório conjunto China-Mongólia-Ucrânia de zoonose (YAN, 2018). Não obstante, o trabalho de Yan passa, de forma sutil, a ideia de

que a transferência de tecnologia se dá entre entidades chinesas públicas e privadas, mas não entre essas e entidades estrangeiras. Isto é, a noção de que a cooperação tecnológica é horizontal, não necessariamente se aplica.

O *economic statecraft* chinês via comércio exterior é outra ferramenta crucial em nosso estudo. Retomando o viés dialético entre objetivos estratégicos e de economia política do conceito, aferimos que o comércio exterior torna-se objeto de *economic statecraft* quando: as trocas comerciais de um produto específico são usadas para fins geopolíticos de poder (para moldar comportamentos e percepções de outros países); ou inversamente, quando esses meios geopolíticos de poder são usados para influenciar o intercâmbio comercial de um produto específico. Em geral, esses mecanismos são usados ora como incentivos, ora como punição/coerção. E dada as vantagens relativas da economia chinesa em termos de escala e velocidade, o comércio exterior tem ganhado força principalmente no primeiro caso, como ferramenta para moldar comportamentos e percepções externos.

Ao longo dos anos 2000 a China passou os EUA como principal parceiro comercial de boa parte dos países do mundo. Conforme visto, isso se deveu à função de duplo polo (MEDEIROS, 2006): como grande importador de produtos primários do Sul Global e grande exportador de manufaturados para países desenvolvidos.



Fonte: trademap.org

Porém, o gráfico acima mostra uma mudança no padrão: o déficit com países em desenvolvimento, que chegava a até US\$ 50 milhões entre 2001 e 2012, deu lugar a um superávit colossal que atingiu cerca de US\$ 350 milhões em 2016. Isso se deveu tanto à mudança no regime de acumulação doméstico da China, que gestou empresas com produtos e serviços de competitividade global, quando à assinatura de acordos bilaterais e multilaterais de comércio.

Além da internacionalização das SOE's e da expansão do comércio exterior, a esfera financeiro-monetária também se tornou um vetor do *economic statecraft* chinês, principalmente por meio da internacionalização do RMB. Sohn (2015) sugere dois momentos deste processo. O primeiro ocorreu no começo dos anos 2000, quando a China passou a usar sua moeda como meio de troca no comércio com países vizinhos, reforçado pelo estabelecimento de um mercado monetário offshore em Hong Kong, em 2004. Longe de ter sido um processo racional da suposta “grande estratégia” chinesa, essa primeira fase decorreu da tentativa, por parte do People's Bank of China (PBOC), de facilitar e incentivar ainda mais o *boom* comercial com países asiáticos e, num ciclo virtuoso, reforçou a imagem da China como emergente responsável e cooperativo.

Graças ao sucesso dessas iniciativas, muitos funcionários do PBOC ganharam influência nas decisões de economia política do governo. Com isso, o segundo momento começou oficialmente em 2006 com a publicação do relatório *The Timing, Path, and Strategies of RMB Internationalization* pelo PBOC, mas ganhou força após a crise global de 2008 no fomento do uso do RMB em duas áreas: no mercado financeiro privado e no comércio internacional. Compilando as principais indicações da literatura (HUANG et al, 2014; SOHN, 2015; PRASAD, 2016; TORRES FILHO; POSE, 2017) temos como principais inovações os seguintes pontos:

- i) O lançamento, em 2009, de um plano piloto de ampliação do uso do RMB para comércio exterior em vinte das trinta e uma províncias do país. Já em 2011 todo o comércio poderia ser liquidado em RMB se as empresas envolvidas assim desejassem;
- ii) A assinatura de acordos bilaterais de swap cambial com países em desenvolvimento (em geral vizinhos da Ásia Central, Oriente Médio e Ásia-Pacífico, mas também com Argentina, em 2009, e Brasil, em 2013) e com países desenvolvidos, como Austrália (2012), Reino Unido (2013) e boa parte da União Europeia. O objetivo era fornecer fundos para que parceiros comerciais mantivessem suas importações de produtos chineses, afetadas pela escassez de liquidez internacional – além de guiar-se por uma lógica geopolítica, posto que muitos dos parceiros têm pouco peso econômico mas são desejosos de reter RMB (TORRES FILHO; POSE, 2017).

- iii) Em 2012 Hong Kong lançou um mercado de recompra de RMB e de Dólar de Hong Kong, tornando-se um intermediário seguro para instituições financeiras estrangeiras que quisessem adquirir RMB e instituições e empresas chinesas com planos de internacionalização;
- iv) Em novembro de 2014 foi lançado um programa de intercâmbio de ações entre os mercados financeiros de Shanghai e Hong Kong. O programa permite que investidores chineses possam investir em companhias listadas em Hong Kong e que estrangeiros possam investir em ações de firmas chinesas “A” de forma menos restritiva.
- v) Em novembro de 2015 o conselho executivo do FMI votou pela inclusão do RMB na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights*), entrando em vigor em outubro de 2016 (BRADSHER, 2015).
- vi) Houve uma abertura para que bancos estrangeiros pudessem atuar na China, ainda que de forma gradual e controlada pelo governo.
- vii) Consolidou-se a atuação de bancos públicos chineses no exterior, em geral fornecendo crédito para governos estrangeiros que contratam serviços de empresas estatais chinesas;
- viii) Criação de bancos multilaterais de desenvolvimento voltados para projetos de infraestrutura, como o New Development Bank (NDB, antigo Banco dos BRICS) e o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

Torres Filho e Pose (2017) afirmam que a internacionalização do RMB está longe de ser uma tentativa de concorrência e suplantação do dólar, bem porque a moeda norte-americana mantém uma centralidade única na hierarquia monetária internacional. Enquanto o RMB tem uma participação no giro diário dos mercados cambiais de 4%, o dólar chega a 87%; a participação da moeda chinesa no comércio mundial é de 0,5%, enquanto a norte-americana é de 50%; e em termos de participação nas reservas oficiais o RMB soma 1% enquanto o dólar corresponde a 67% das reservas declaradas junto ao FMI. Nesse sentido, os autores sugerem que a internacionalização do RMB é um processo defensivo da China para reduzir gradualmente a dependência frente à moeda norte-americana e às instabilidades do sistema monetário e financeiro que ficaram evidentes com a crise de 2008.

Não obstante, os movimentos de abertura elencados nos oito pontos acima têm sido graduais e acompanhados de ações restritivas por parte do governo, numa sequência de reformas que parece seguir a ideia de “um passo atrás, dois á frente”. Para Torres Filho e Pose (2017) “a estratégia atual de internacionalização do RMB na verdade tem feito a China aumentar ainda mais seus passivos em

dólar no curto prazo, ao aceitá-los em troca de oferecer sua própria moeda internacionalmente”. O dilema é que a saída de RMB e sua circulação internacional para além do controle do governo chinês contribuíram para a desvalorização da moeda frente ao dólar e incentivaram ainda mais empresas e investidores a exportar capital. Mas esse processo tem oscilado nos últimos anos e o governo tem alternado entre medidas de restrição e abertura.

Em 2016 um braço do PBOC emitiu uma diretiva à comunidade financeira do país informando que transferências para o exterior acima de cinco milhões de dólares ou de RMB precisariam informar Beijing, ampliando a necessidade do aval também para contas em moeda chinesa no exterior (BRADSHER, 2016). Setores como imóveis e seguros passaram a ser restringidos, enquanto que os setores de turismo, educação, viagens de negócio e gastos com saúde foram autorizados⁴⁶. Porém, após a valorização do RMB em 2017 o PBOC removeu as restrições do ano anterior (HOLODNY, 2017).

Dentro do vasto leque de expansão monetário-financeira está o que muitos autores chamam de *debt-trap diplomacy*. Por meio de empréstimos a países em desenvolvimento com taxas de juro competitivas, os bancos públicos da China vinculam este serviço à contratação de SOE's chinesas para a execução de obras de infraestrutura (muitas sob a égide da Nova Rota da Seda, que será vista adiante). As ofertas costumam ser atrativas para elites políticas locais porque carecem de transparência e deixam as questões ambientais em segundo plano.

Além de criar reserva de mercado para empresas chinesas, a “armadilha” desses contratos está em vincular a insolvência do país receptor ao acesso a recursos naturais, à concessão de ativos estratégicos ou ao próprio controle da obra depois de pronta. O caso mais chamativo é o do Sri Lanka. O país contraiu uma dívida de US\$ 8 bilhões à altíssima taxa de 6% de juros com bancos chineses para a construção do porto de Hambantota, que foi inaugurado em 2010. Incapaz de honrar a dívida, o governo fechou um acordo com a China Merchants Port Holdings, vendendo 80% (depois reduzido para 70%) do controle das ações do porto à empresa chinesa. O contrato tem validade de noventa e nove anos, inclui o arrendamento de uma área de quinze mil acres adjacente ao porto para os chineses (PATTANAİK, 2017) e foi anunciado como mais uma das peças que compõem o chamado “colar de pérolas” chinês no Oceano Índico.

Casos semelhantes ocorreram no Quênia, com o financiamento de uma estrada de ferro e com Venezuela e Turcomenistão, que garantiram acesso barato a petróleo e gás por conta de dívidas com a China (PUNONGBAYAN, 2018). Por fim, há o caso do Djibuti, que recebeu uma enxurrada de empréstimos chineses para a construção de um porto, um aeroporto e outros projetos de

⁴⁶ Fonte: Reuters. China's new rules on yuan transfers are not capital controls: Xinhua. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-yuan-idUSKBN14M032>

infraestrutura. Em troca da dívida colossal, o país arrendou uma área para a instalação da primeira base militar permanente da China no exterior (CONNARS, 2018).

Há uma corrente forte de analistas que chamam a atenção para os riscos da armadilha da dívida. Segundo Constantino Xavier (2018), o *modus operandi* da China consiste em encontrar um parceiro local, fazê-lo aceitar planos de investimento que são danosos no longo prazo e usar a dívida para adquirir o próprio projeto ou obter influência política sobre o país. Porém, há uma visão oposta, defendida por Friedrich Wu (2018) que aponta para a hipocrisia ocidental ao criticar a internacionalização do Renminbi. Para ele, o uso da moeda nacional (e da dívida de outros países) como ferramenta de *Realpolitik* foi amplamente usado pela Inglaterra no século XIX e pelos EUA no século XX e como a maioria dos projetos financiados pela China se dá em países pobres e instáveis, é lícito que esses investimentos tenham um retorno compatível com o risco que eles enfrentam. Não nos cabe esgotar este debate, e sim apontar para a política de concessão de crédito da China para países em desenvolvimento como uma ferramenta de *economic statecraft*, ou seja, com impactos estratégicos.

Em suma, não há consenso sobre o grau de internacionalização do RMB atualmente, mas a literatura aponta para uma abertura gradual do sistema monetário-financeiro chinês a partir dos processos elencados acima. Conforme veremos adiante, a assimetria em escala e velocidade da economia da China em relação a países menores tende a ser usada como ferramenta de *economic statecraft*. Ademais, o prestígio e o poder geopolítico também têm sido usados para promover produtos deste país, corroborando o viés dialético da projeção econômica no exterior. E, retomando a hipótese central deste trabalho, podemos afirmar que a gravitação econômica que a China tem gerado ao redor de si por meio do comércio (e também de investimentos e outros laços econômicos), remete ao sistema sinocêntrico pré-moderno, quando tais redes eram utilizadas para influenciar os reinos tributários e também para buscar fontes de riqueza no comércio de longa distância.

5.1.2 O vetor simbólico institucional combinado à economia-política e à visão estratégica

Xi Jinping concedeu muito poder a um órgão que até 2015 era secundário, o United Front Work Department (UFWD), tornando-o, em suas palavras, uma “arma mágica para o rejuvenescimento do povo chinês” o que, na prática, corresponde a um braço do PCC responsável por direcionar atividades em temas sensíveis de forma menos burocrática. Apesar da nebulosidade do processo decisório, o UFWD possui nove *bureaux* voltados a temas como a construção de lealdade e a repressão a separatismos em regiões autônomas (Tibete e Xingjiang); a relação com

Hong Kong, Macau e a diáspora chinesa; a relação com minorias étnicas e religiosas; e a relação com outros partidos políticos no país. Apesar da variedade de temas, matérias investigativas e um relatório do Congresso dos EUA (BOWIE, 2018) sugerem que a linha mestra da organização é “controlar a narrativa” no exterior sobre esses temas sensíveis. Isso ocorreria por meio de cooptação e coação de associações de estudantes chineses no exterior, doações financeiras a partidos e elites políticas favoráveis a negócios com a China, influência em meios de comunicação com investimentos e treinamentos a jornalistas e atuação dos Institutos Confúcio (abordado adiante). Em países como Austrália, Nova Zelândia e EUA há um crescente debate sobre a recente influência chinesa que é vista, em alguns casos, como trabalho de inteligência e espionagem⁴⁷.

Além do UFWD, o próprio Ministério das Relações Exteriores é crucial no vetor simbólico-institucional, descrito habilmente por Edward Luttwak (2012, p. 29). Para o autor, a ritualística e a pompa do antigo sistema tributário chinês são replicadas na atual diplomacia bilateral de Beijing de forma consciente e calculada. O ar de oficialidade dado a cada chefe-de-estado ou enviado estrangeiro deixa clara a assimetria entre anfitrião e convidado. Muitos chegam sem qualquer tema específico a ser tratado, o que é contornado pela abundância de cerimônias, banquetes e troca de presentes. Para Luttwak, o tempo gasto por políticos chineses de alto escalão para receber líderes de Kiribati, Vanuatu, Uruguai, Letônia, Burundi, entre outros, por exemplo, nunca se repetiria na Casa Branca (Ibidem).

Outros programas como o *Bridge to the Future Training Program* e o *Dialogue of Young Scholars China-Latin America and the Caribbean*, cuja edição de 2017 contou com a participação do autor desta tese, replicam em escalas menores a mesma lógica do sistema tributário. Arcando com todos os custos de viagem e hospedagem, o projeto anuncia a ambição de levar mil jovens da América Latina e Caribe (ALC), selecionados por perfis de empresários, políticos ou acadêmicos, para passar cerca de duas semanas na China entre 2015 e 2025. Além de debates para promover o que chamam de *people to people diplomacy* e visitas guiadas a órgãos públicos e empresas de ponta, os anfitriões reservam um tempo para partidas de futebol e passeios turísticos. Desta forma, criam redes de contato pessoal, passam a conhecer tomadores de decisão e formadores de opinião dos países da ALC e semeiam possibilidades de cooperação tanto em âmbito estratégico quanto econômico.

Essa roupagem moderna de “Ministério dos Rituais” não atende apenas ao público externo. A cobertura da mídia chinesa para o público doméstico também tem a função de legitimar a autoridade do Partido Comunista. Assim como as missões tributárias do passado viajavam em

⁴⁷ Disponível em: <https://www.ft.com/content/fb2b3934-b004-11e7-beba-5521c713abf4>.

procissão à capital do Império Chinês para prestar o *kowtow*, hoje há uma infinidade de missões diplomáticas, muitas vezes financiadas pela própria China, que se dirigem a Beijing para prestar o *kowtow* moderno de fotos, banquetes e conversas nem sempre tão importantes. Segundo Luttwak (Idem, p. 30), a população tende a se impressionar com a variedade exótica de líderes estrangeiros que viajam até a China, o que é explorado pela mídia oficial para retratar os políticos chineses como figuras demandadas por sua sabedoria, sagacidade e benevolência. Algo muito próximo do simbolismo confuciano do poder dos imperadores chineses.

No tocante às relações diplomáticas bilaterais, a China criou seu próprio vocabulário, que alguns chamam de regime de parcerias estratégicas, outros de diplomacia multidimensional (FENG; HUANG, 2014). Esta é uma ferramenta que surgiu nos anos 1990 quando o país buscava romper o isolamento ocidental por conta dos incidentes em Tiananmen e do fim do bloco soviético – e começou com o Brasil, em 1993, depois com a Rússia em 1996 e com os EUA e a ASEAN em 1997. Ao longo dos anos 2000 o número de parcerias cresceu vertiginosamente, chegando a 47 países e três blocos econômicos em 2014 (União Africana e União Europeia, além da ASEAN) (Idem).

O uso de parcerias estratégicas entre dois Estados é frequente nas relações internacionais, mas o sentido atribuído pelo governo da China a essas relações é muito peculiar. Ao contrário da visão utilitarista ocidental, com objetivos claros e metas fixas, a abordagem chinesa tende a ser moldada com paciência ao longo do tempo, com avanços e retrocessos, e sem a expectativa de um avanço espetacular de uma só vez. O slogan cunhado nos anos 1990 e que permanece é o da “diplomacia sem inimigos” (SU, 2009, p. 35; FENG; HUANG, 2014, p. 15).

Em geral, essas parcerias giram em torno de temas centrais para a política externa chinesa, sendo moldadas de acordo com o interlocutor. Não por acaso, os temas mais recorrentes estão ligados a questões de segurança nacional (fronteiras, terrorismo, cooperação militar, promoção de mundo multipolar), integridade territorial e reunificação nacional (isolamento de Taiwan, questões do Tibete e Xinjiang), e desenvolvimento econômico e social (FENG; HUANG, 2014, p. 12).

Su (2009) apresenta a seguinte hierarquia no regime de parcerias da China, por ordem decrescente de importância: 1) *strategic partnership* (parceria estratégica); 2) *comprehensive partnership* (parceria abrangente); 3) *friendly and cooperative partnership* (parceria cooperativa e amigável); e 4) *friendly cooperative relations* (relações cooperativas amigáveis). Porém, apesar desta ordem supostamente rígida de níveis de parceria, a verdade é que nos deparamos com um emaranhado de declarações bilaterais adaptadas para cada contexto, com títulos variados que não se encaixam exatamente nessas categorias, e que têm pesos diferentes de acordo com o tema e o interlocutor. (ver Allen, 2017).

A China, por exemplo, tem um acordo de parceria estratégica com o Brasil desde 1993, mas sua relevância é muito menor do que a parceria abrangente com o Camboja, de 2006, que foi promovida a estratégica apenas em 2010. Mesmo antes de 2006 a China já tinha relações especiais com o Camboja, enquanto que as relações com o Brasil pré-BRICS estavam muito focadas no âmbito comercial. Há casos de combinação de termos para formar “parcerias estratégicas abrangentes” (casos de Malásia, Laos, Camboja, Afeganistão, muitos países europeus e sul-americanos) e outros com nomes exóticos ou pomposos como a *all-weather strategic partnership* com o Paquistão, de 2005, a *all-dimensional strategic partnership* com a Alemanha, de 2014, e a *strategic and cooperative partnership for peace and prosperity* com a Índia, de 2005 (FENG; HUANG, 2014, p. 18-19).

Qual o real peso dessas parcerias? É difícil dizer. Paquistão e Índia têm parcerias que são nominalmente altas na hierarquia proposta por Su (2009) e foram estabelecidas na mesma época, mas isso não altera a percepção de cerco da Índia diante da histórica proximidade sino-paquistanesa e do corredor econômico proposto entre os dois países. O acordo com o Brasil já começou no estágio supostamente mais avançado em 1993 e subsistiu nos anos 2000 apenas em função do programa de satélites CBERS, enquanto que as parcerias com a Mongólia e países da Ásia Central, que em tese atingiram o mesmo grau da parceria brasileira apenas depois de 2011 são, definitivamente, mais relevantes para a China e para seus parceiros porque envolvem segurança energética, questões territoriais e combate ao terrorismo.

Em suma, o regime de parcerias estratégicas da China é convenientemente vago, adaptável a cada interlocutor e uma das principais ferramentas simbólico-institucionais de sua projeção externa. Partindo da afirmação de Luttwak (2012, p. 34) de que toda relação tributária com a China Imperial era bilateral, podemos estabelecer algumas analogias com o passado. Primeiro, pela legitimidade interna da dinastia/partido. Conforme visto, as parcerias contemporâneas são formas de manter o fluxo de “missões tributárias” estrangeiras que, amplificadas pela cobertura da mídia doméstica, valorizam a figura dos líderes. Segundo, pelo status conferido a quem faz parte do “clube”. O simbolismo das investidas para os reinos tributários, por meio de títulos exóticos conferidos pelo Imperador, é análogo ao status com que líderes políticos retornam a seus países e exibem a aproximação com a nova potência global, sejam eles de países ricos ou pobres, próximos ou longínquos. Mas, em geral, quanto mais frágil o país, maior a repercussão simbólica do “abraço” chinês.

E terceiro, porque a ausência de certos países é também um dado importante. Não ser um reino tributário da China era, em geral, uma desvantagem em relação aos reinos que o eram. A disputa Vietnã-Champa entre os séculos X e XV mostra que a mera submissão não era garantia de

apoio estratégico ou acesso comercial, mas sem missões tributárias, a expectativa de ganhos com a China era reduzida. Outro caso histórico é o Reino de Srivijaya (localizado nas ilhas de Java e Sumatra, na atual Indonésia) cuja fortuna gerada pelo controle das rotas de comércio no Estreito de Malaca dependia da condição de reino tributário da China, entre os séculos VII e XII. De forma análoga, a parceria estratégica não é condição suficiente para se negociar com a China, mas a sua existência funciona como um canal de convergência de interesses. Os únicos países da ASEAN que não têm parceria estratégica são Filipinas, Singapura e Brunei, coincidentemente todos muito próximos do Ocidente – embora Tailândia, também próxima do Ocidente, tenha esse acordo.

Dois conceitos têm sido difundidos pela esfera simbólico-institucional: o jogo de soma positiva (*win-win game*), que se combina à esfera da economia política e a ascensão pacífica (o *peaceful rise*), que se combina à esfera estratégica. A difusão do slogan do *win-win* busca construir uma imagem positiva das empresas chinesas por veículos de mídia e pelo suporte direto de membros do Partido nas negociações de contratos com firmas e governos estrangeiros. Este conceito se assenta na ideia de que a cooperação com a China é mutuamente benéfica e pautada pelos cinco princípios da coexistência pacífica, em especial a não-interferência nos assuntos internos dos outros países (CROVELLA, 2015, p. 53).

Em 2004 Joshua Ramo batizou o espírito do jogo de soma positiva como Consenso de Beijing, em oposição ao Consenso de Washington. Em resumo, o autor percebe que o modelo de desenvolvimento da China passou a servir de exemplo para países do Sul Global e que sua abordagem a essas nações estava entregando resultados melhores do que aqueles pregados pelo Ocidente. Se comparada à ocidental, a abordagem chinesa revelou-se mais pragmática, voltada para ganhos econômicos mútuos e sem vinculá-los a condições políticas ou de governança interna dos países parceiros. É neste período, de meados dos anos 2000, que a “invasão” chinesa na África por meio de IED tornou-se mais intensa e chamou a atenção do Ocidente.

Já a ideia de ascensão pacífica decorre da interação entre as esferas simbólica e estratégica e tem aparecido em âmbito bilateral e multilateral no que se chama de diplomacia militar do Exército de Libertação Popular (ELP)⁴⁸. Segundo Allen et al (2017) o ELP tem objetivos estratégicos e operacionais bem definidos. Os objetivos estratégicos, muito em linha com as diretrizes de política externa do país, consistem em:

- Reforçar a imagem da ascensão pacífica ao prover bens comuns como o combate à pirataria e o auxílio humanitário em casos de desastres naturais.
- Manter relações estratégicas com as grandes potências, como EUA e Rússia;

⁴⁸ Fonte: China Power. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-military-diplomacy/>

- Manter relações estratégicas com países da região da Ásia-Pacífico e da Nova Rota da Seda;
- Garantir a segurança energética da China com a proteção das rotas marítimas;

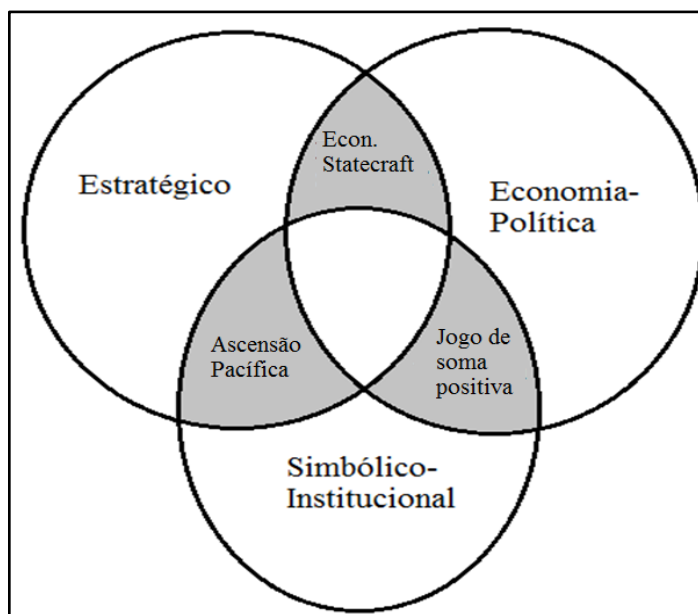
Já os objetivos operacionais consistem em:

- Melhorar a capacidade do ELP em travar e vencer guerras;
- Coletar informações sobre a capacidade e as intenções de forças armadas estrangeiras;
- Coletar informações sobre cenários de possíveis operações militares;
- Aprender habilidades, táticas e técnicas de outras forças armadas.

A literatura aponta para as seguintes atividades de diplomacia militar como meios para se atingir esses objetivos: i) encontros de alto escalão civil e militar; ii) diálogos de alto escalão, que são um *upgrade* institucionalizado e com frequência definida entre líderes de dois ou mais países; iii) exercícios militares conjuntos, que servem para coletar informações, promover transparência e construir parcerias mais duradouras; iv) *Naval Port Calls*, que consistem em visitas da marinha chinesa a portos de outras nações e podem ter os objetivos de escolta, reabastecimento, encontros diplomáticos ou outros temas específicos como prestar serviços com os navios-hospital; v) intercâmbio funcional, que consiste na circulação de pessoal para fins acadêmicos, de inteligência, logísticos ou de treinamento; e vi) operações não-militares de segurança, que proveem bens comuns como auxílio humanitário, operações de paz, combate à pirataria e casos específicos como o apoio da força aérea às buscas por destroços do avião da Malaysian Airlines que desapareceu em 2014 no Oceano Índico.

De 2003 a 2016 Beijing participou de 349 exercícios militares com 56 países, indo de operações de combate até a atuação de navios-hospital em países pobres. Na esfera multilateral são dignas de nota a participação do país nas missões de paz da ONU e a adesão a instituições e regimes de segurança como a ARF e a declaração de conduta no Mar do Sul da China.

Figura 5.2 Os elementos constitutivos do sistema sinocêntrico no século XXI



Fonte: elaborado pelo autor

Por fim, as contradições da projeção da China aparecem em uma versão inversa, numa espécie de *upside down world* celebrizado pela série *Stranger Things*. Isto é, o jogo de soma positiva, a ascensão pacífica e o *economic statecraft* ensejam uma série de contradições que, se não se encaixam perfeitamente nos conceitos clássicos de imperialismo, constroem novas relações de submissão e assimetria (RIBEIRO, 2017, p. 138) que precisam ser analisadas sob uma perspectiva crítica. E a Nova Rota da Seda, vista mais adiante e que está na intersecção dos três vetores, tem sido o objeto preferencial deste viés metodológico.

5.2 A China e o SE Asiático após 1997

Feita a caracterização dos vetores de projeção externa da China, cabe agora examiná-los em nível regional (SE Asiático como um todo). Logo, a problemática deste tópico é: de que forma esses vetores atingiram o SE Asiático? E é possível afirmar que esse processo carrega os traços do sistema sinocêntrico pré-moderno? Para tanto, propomos três arcos temporais: de 1989 a 1997, quando predominou a normalização de relações diplomáticas; de 1997 a 2008, quando a China passa a exercer certa influência na região e adere a vários regimes multilaterais; e de 2008 em diante, quando essa influência ganha ainda mais complexidade e algumas contradições começam a emergir.

Com a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949 e o processo de descolonização da Ásia nas décadas seguintes, a relação deste país com o SE Asiático adquiriu novos contornos. No contexto de autoafirmação da RPC e de consolidação da soberania dos Estados do SE Asiático em plena Guerra Fria, nada era tão improvável quanto o ressurgimento do sistema comercial-tributário. Isso porque a percepção de ameaças era mútua: a China de Mao, isolada das grandes potências, via os países recém-independentes do SE Asiático caírem sob a esfera de influência tanto da URSS (Vietnã) quanto dos EUA (Tailândia, Filipinas, Indonésia, Malásia e Cingapura), gerando uma sensação de duplo cerco. Por outro lado, o discurso revolucionário de Mao e o apoio material e ideológico às diásporas chinesas (principalmente aquelas vinculadas a partidos comunistas) fez com que muitos desses países rompessem relações com a RPC e tivessem na China comunista a principal ameaça às suas soberanias⁴⁹.

A abertura econômica chinesa em fins dos anos 1970 e o reatamento de relações comerciais com os países do SE Asiático nos anos 1980 foram o prelúdio para o processo de normalização das relações diplomáticas com a região nos anos 1990 – inclusive com o Vietnã, que travara uma guerra de fronteira com a China em 1978. A partir de então, a política externa chinesa para seus vizinhos do SE Asiático passou da desconfiança para a cooperação pragmática, ainda que desentendimentos continuassem latentes. Talvez o grande motor desse processo tenha sido a integração econômica ao estilo “bola de neve” que, finalmente conectou a Ásia Oriental à rede de interação mais básica do sistema-mundo moderno segundo Chase-Dunn e Hall (1997): a divisão internacional do trabalho (vista nos tópicos 4.2).

O primeiro arco temporal inicia-se em 1989, no contexto da dissolução da União Soviética e da crise política em Tiananmen. Com o fim da Guerra Fria, a China perdeu parte do poder de barganha junto aos EUA e tornou-se o alvo principal das críticas e sanções do Ocidente por violações de direitos humanos uma vez que a contenção da URSS não era mais necessária. Porém, ao contrário dos ocidentais, os países asiáticos optaram por um tom moderado e reagiram a Tiananmen como uma “questão interna” chinesa. Até o Japão, que endossara as sanções, retirou-se da coalizão ocidental antichinesa no ano seguinte (LI, 2009, p. 28). Assim, pela afinidade ao princípio da não intervenção em assuntos internos e pelo pragmatismo de romper com o isolamento ocidental, a China buscou, no começo dos anos 1990, a normalização das relações diplomáticas com boa parte dos países do SE Asiático.

Somados ao contexto de integração regional na América do Norte e na Europa, esses acontecimentos nutriram nas lideranças chinesas a percepção de que cooperação e integração

⁴⁹ As análises deste tópico foram publicadas em uma versão preliminar em (HENDLER; NOGUEIRA, 2016).

regional seria um caminho fundamental para a estabilidade e o desenvolvimento. Assim, o segundo arco temporal inicia-se no final dos anos 1990, mais precisamente em 1997. Em essência, as lideranças chinesas perceberam que uma abordagem multilateral em torno da ASEAN poderia diminuir a percepção de ameaça dos vizinhos em relação à “ascensão chinesa”, além de contrabalancear a presença norte-americana na Ásia (LI, 2009, p. 29).

Como os EUA conseguiram ditar boa parte da institucionalização da dinâmica regional via seu controle na APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation) até os anos 1990, a ASEAN e seus vários desdobramentos representavam a possibilidade de consolidação de um regionalismo com menor interferência norte-americana. E a partir de 2001, quando os EUA deslocaram suas atenções para a Guerra ao Terror no Oriente Médio, o caminho para a projeção chinesa no SE Asiático ficou ainda mais aberto.

Vejam os vetores de projeção chinesa (figura 5.2) ganharam força a partir de então. Por mecanismos de *economic statecraft*, a China foi solidária aos impactos da crise financeira de 1997, que atingiu em cheio muitas nações do SE Asiático. Ao contrário do FMI, o país forneceu pacotes de auxílio financeiro sem exigir contrapartidas políticas ou condicionalidades econômicas, além de resistir à desvalorização de sua moeda para incentivar as exportações dos países da região (ACHARYA, 2008, p. 3; KHAN, s.d., p. 98).

A China também participou ativamente da criação da Iniciativa Chiang Mai, um mecanismo multilateral de swap que busca proteger os países asiáticos em caso de ataques especulativos. Buscou-se não apenas trocar informações sobre fluxos de capitais e monitorar possíveis abalos financeiros, mas estabelecer arranjos regionais que complementassem os instrumentos multilaterais existentes e evitassem novos choques sistêmicos. Como as trocas envolvem potencialmente as reservas chinesas, as pressões especulativas regionais estariam, em tese, minimizadas. Em conjunto, esses esforços buscam evitar novas ingerências do FMI, do Banco Mundial e das potências Ocidentais nas economias asiáticas, buscando na cooperação regional alguma fonte de autonomia em relação às interferências dos organismos multilaterais (NOGUEIRA, 2008). E esse processo seria um dos gatilhos para a internacionalização do RMB a partir dos anos 2000.

Conforme visto, é nesse momento que o país consolida-se como o duplo polo na economia mundial (MEDEIROS, 2008, p. 256), com altíssimos déficits comerciais com o Sul Global (inclusive com o SE Asiático) e superávits comerciais ainda maiores com os países desenvolvidos. Segundo Mu e Siam-Heng (2011):

To regain their competitiveness, ASEAN economies leveraged China's newfound role by aligning themselves more closely with the processing phase of China's production. This is illustrated by ASEAN's changes to its exports to China from the late 1990s onwards. *Instead of manufacturing goods, intermediate products and raw*

materials became the primary composition of ASEAN's exports to China. This economic arrangement between China and ASEAN complemented the export-oriented strategy of both sides (grifos do autor).

Ainda no contexto de resgate das economias vizinhas após a crise de 1997, a China propôs um programa chamado *Early Harvest* que derrubava as tarifas chinesas para produtos agrícolas oriundos da ASEAN. De fato, quando o projeto entrou em vigor, muitos dos países do SE Asiático foram beneficiados com o acesso privilegiado ao mercado chinês e apresentaram alto crescimento. E é precisamente o déficit comercial com os vizinhos da Ásia que foi utilizado pela China como argumento para a integração regional e para a “boa vizinhança” em um jogo de soma positiva, em que todos saíam ganhando. O comércio é uma típica ferramenta de *economic statecraft* que foi usada para gerar ganhos não tangíveis, como o reforço do jogo de soma positiva, afetando províncias chinesas como Yunnan e Guangxi, que produzem itens agrícolas semelhantes aos do SE Asiático e sofreram com a queda das barreiras tarifárias (GONG, 2017).

No tocante à diplomacia multilateral, quatro temores persistiam: a) o possível predomínio da agenda dos EUA; b) a internacionalização da disputa pelas Ilhas Spratly; c) a inclusão da questão de Taiwan (como um assunto regional e não de foro interno chinês); e d) as possíveis exigências de transparência militar (LI, p. 30). Apesar desses temores, a China iniciou uma ofensiva multilateral assegurando-se que o *ASEAN way*, ou seja, a tomada de decisão gradual e por consenso, prevaleceria: em 1994 a China participou do ASEAN Regional Forum (ARF) pela primeira vez; em 1997 foi co-fundadora do ASEAN + 3; em 2002 assinou quatro acordos com o ASEAN, incluindo a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China; em 2003 assinou a Parceria Estratégica para a Paz e Prosperidade com a ASEAN; e em 2005 aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, obtendo o direito de participar do East Asia Summit (NATHAN, SCOBELL, 2012; LIU, TSAI, 2014).

Apesar da ofensiva multilateral, a diplomacia bilateral não foi enfraquecida. A maior parte dos litígios de fronteiras terrestres foi resolvida (especialmente com Laos e Vietnã), exercícios militares conjuntos com Tailândia e Cingapura tiveram lugar, a cooperação com os países da Bacia do Rio Mekong se fortaleceu e o SE Asiático passou a receber visitas sucessivas de diplomatas, acadêmicos e militares chineses. Ademais, o país prestou relevante serviço humanitário no combate à SARS, em 2003, e na reparação da devastação causada pelo Tsunami de 2004, fortalecendo ainda mais o conceito da ascensão pacífica pela diplomacia militar humanitária.

O terceiro arco temporal, de 2008 em diante significou o aprofundamento da projeção chinesa. O contexto global mudou: assumindo as rédeas dos EUA em meio à crise financeira de 2008, Barack Obama não tardou a alterar os rumos da política externa dos EUA. Uma das principais

guinadas foi o chamado “Pivô Estratégico” para a Ásia e o uso contínuo do termo “Ásia-Pacífico” ao invés de “Ásia Oriental”, dando a entender que os norte-americanos, assim como os chineses, fazem parte da mesma “Bacia do Pacífico” e, portanto, têm interesses legítimos na região. Obama tratou de deslocar esforços militares, diplomáticos e econômicos do Oriente Médio e adjacências para a Ásia-Pacífico (LIU, TSAI, 2014). E embora Japão, Coreia do Sul e Taiwan atraíssem mais a atenção de Washington, o SE Asiático também ganhou importância, principalmente pelos efeitos da ascensão chinesa.

Os principais movimentos de Obama foram: o reforço de laços bilaterais e multilaterais com países do SE Asiático e com a ASEAN; a defesa da livre navegação do Mar do Sul da China em nítida oposição às reivindicações chinesas na região; a reativação de bases militares nas Filipinas; a realização de exercícios militares conjuntos com países do SE Asiático, além de Japão, Coreia do Sul e Austrália; e a proposta do Transpacific Partnership (TPP) com a inclusão de Malásia, Brunei, Cingapura e Vietnã, que eventualmente foi posto de lado por Donald Trump.

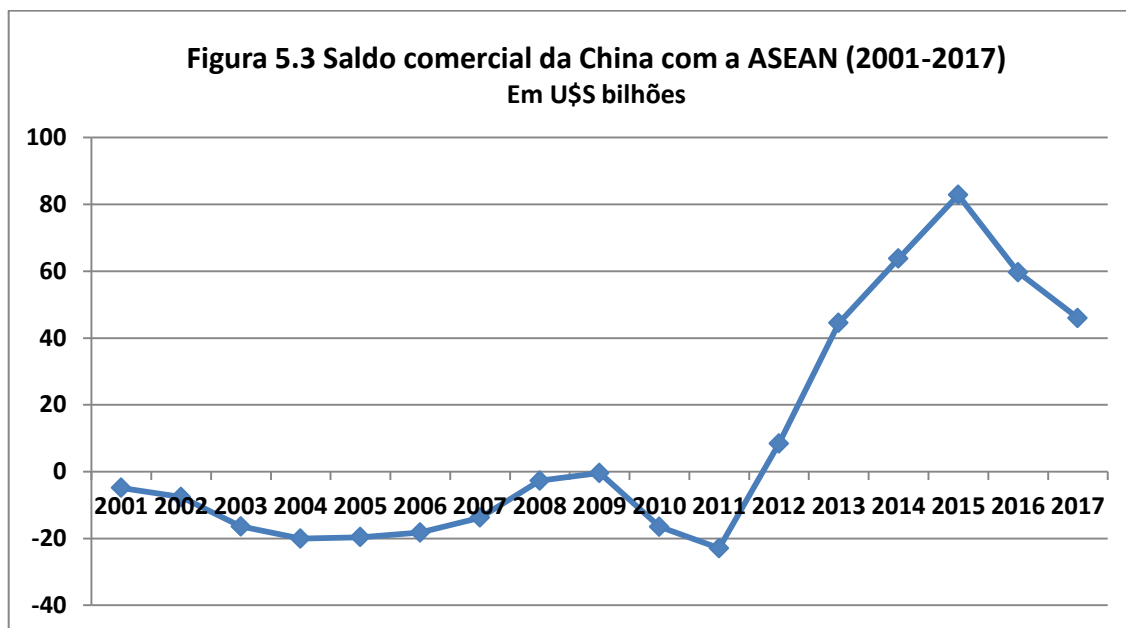
O convívio com os EUA de Obama estreitou a margem de manobra da China no SE Asiático. Ainda assim, os vetores de projeção do país na região tornaram-se muito mais densos e passaram a indicar contornos mais claros de sinocentrismo. O *economic statecraft* chinês ganhou força pelo comércio e pelo investimento de SOE’s em inúmeros projetos, ambos acompanhados de uma política financeira-monetária que privilegia as trocas comerciais em RMB e oferece crédito para que empresas e governos estrangeiros contratem serviços de SOE’s chinesas.

Conforme visto no tópico 5.1, o comércio entre a China e os países do SE Asiático foi fundamental para a integração econômica da Ásia Oriental e para o desenvolvimento da região. Mas devido a entrada em vigor do China-ASEAN Free Trade Agreement (CAFTA)⁵⁰ em 2010, o desaquecimento do modelo chinês puxado pelos investimentos, a persistente crise de demanda nos países centrais, e a queda nos preços internacionais das commodities, a assimetria entre as economias tornou-se mais evidente e o saldo dos fluxos comerciais se inverteu (LIU, TSAI, 2014, p. 42).

Conforme mostra a figura 5.3, o saldo comercial da China com a ASEAN mudou bruscamente após 2012, rompendo com o padrão histórico de déficit chinês. Esse processo sugere a importância de mercados regionais periféricos para diversificar a dependência chinesa da demanda dos países centrais, notadamente dos EUA e da Europa. E também evidencia o desafio competitivo que a indústria chinesa representa para a periferia asiática, sobretudo quando começa a se afastar da

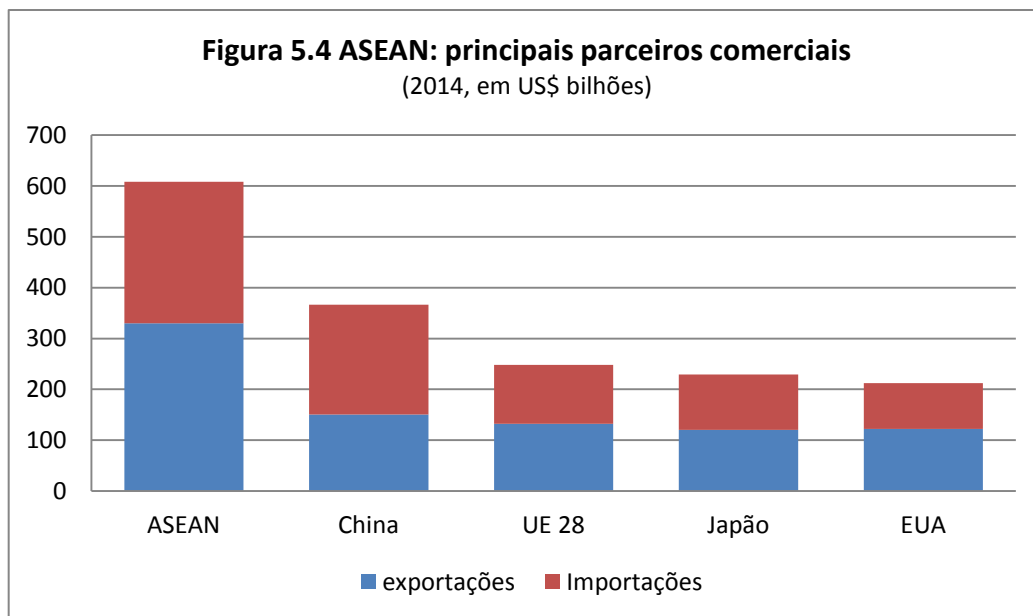
⁵⁰ O CAFTA passou a valer em 2010 para China e os cinco membros fundadores da ASEAN (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Cingapura) mais Brunei. Para os demais (Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar), o acordo passaria a valer em 2015.

posição de “chão de fábrica” das manufaturas globais para se tornar também promotora de uma indústria com marcas próprias e mais agregação de valor em toda cadeia.



Fonte: Trade Map

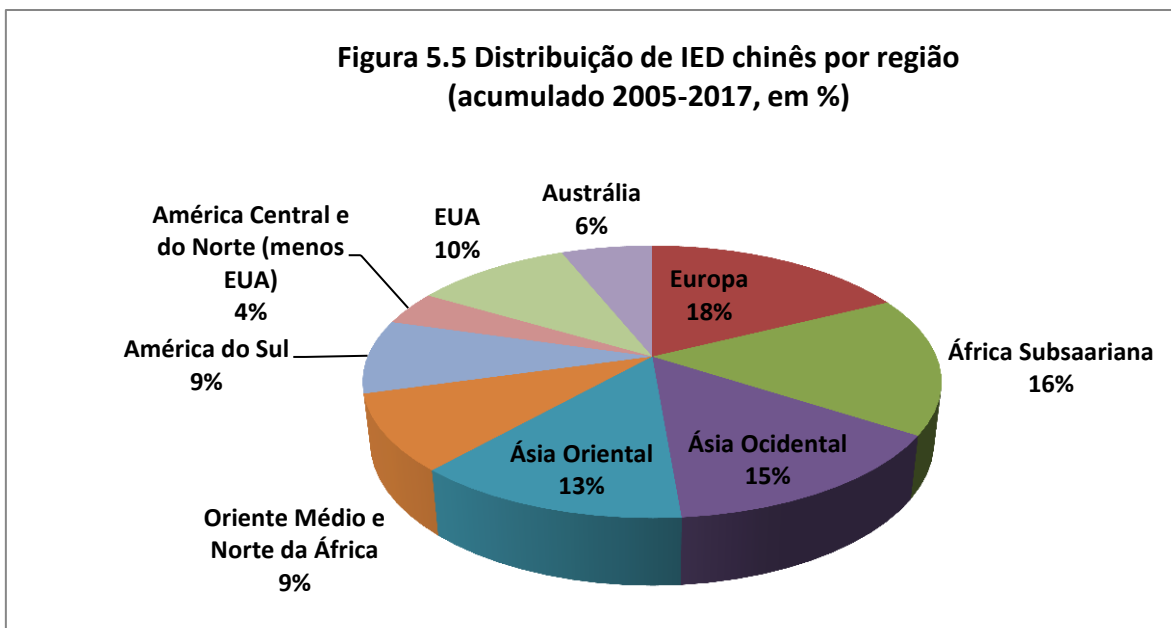
Os impactos de longo prazo do CAFTA ainda são pouco conhecidos, mas a inversão do saldo comercial em favor da China é um indício de que o país percebe em sua vizinhança uma periferia de mercados consumidores, para além da já estabelecida rede de fornecedores de matérias-primas. Nesse sentido, conforme a China galga degraus na cadeia produtiva, expande seu mercado interno e começa a criar uma periferia econômica em seu entorno regional que, embora tenha um poder aquisitivo muito abaixo dos países desenvolvidos, contribui para reduzir a dependência chinesa de mercados no Ocidente. E esse fenômeno é ainda mais impactante quando visto em termos absolutos a partir da perspectiva da ASEAN (figura 5.4).



Fonte: site oficial da ASEAN

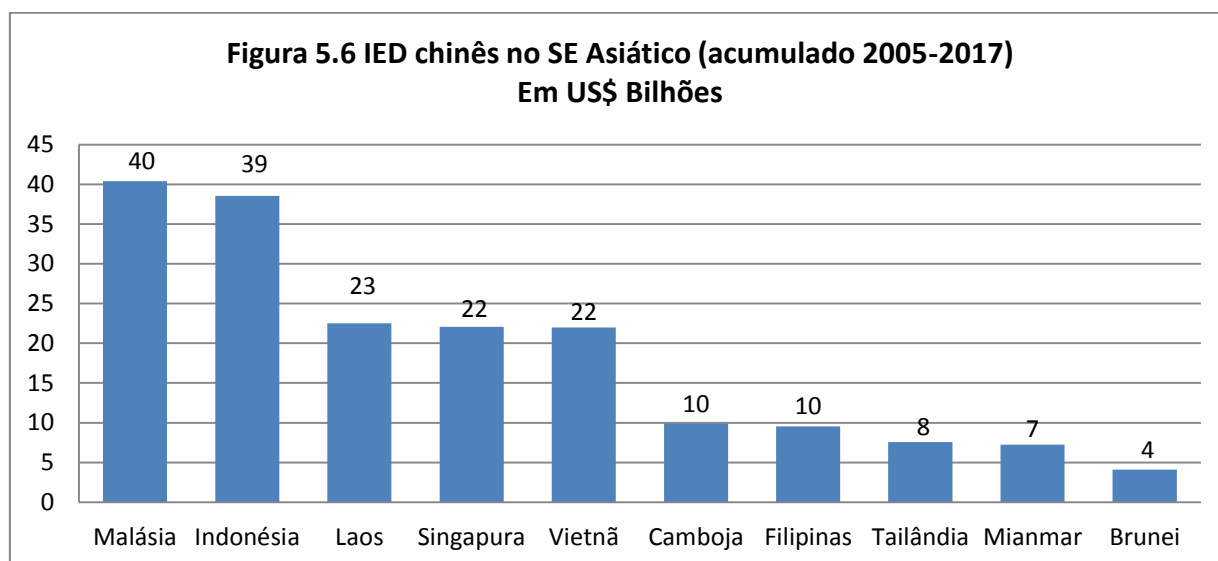
O terceiro arco temporal, ainda em andamento após 2008, tem sido marcado pelo aprofundamento dos laços econômicos entre China e SE Asiático, não apenas comerciais, mas também de investimentos. Se, por um lado, a ASEAN passou de superavitária para deficitária no comércio com a China, por outro, tornou-se um dos principais alvos de IED chinês desde meados dos anos 2000.

A figura 5.5 é um retrato geral do IED chinês por região, no acumulado entre 2005 e 2017. Dele, nota-se uma distribuição relativamente equilibrada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ao longo dos anos. Porém, se posto numa perspectiva histórica, os países em desenvolvimento apresentam uma tendência crescente, com destaque para África, Ásia Oriental e América do Sul.



Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute.⁵¹

Conforme a figura 5.6, Malásia e Indonésia foram os principais receptores de IED chinês no SE Asiático entre 2005 e 2017⁵², seguidos por Laos, Singapura e Vietnã.

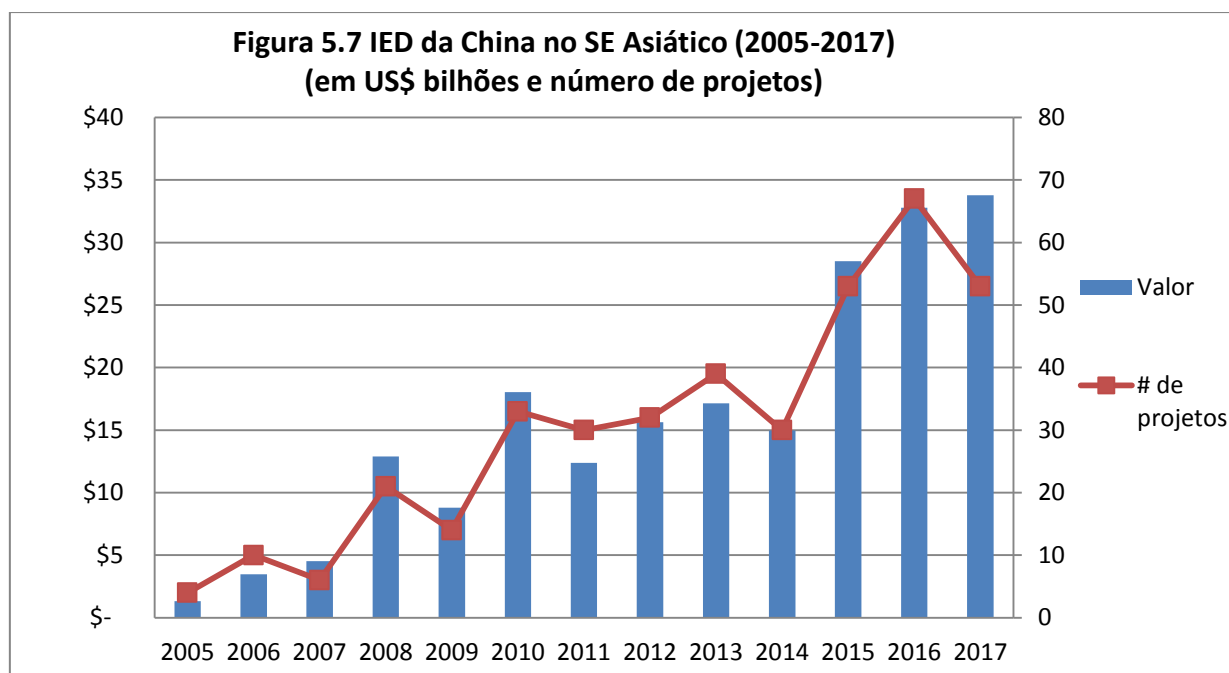


Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute.

⁵¹ Os países considerados como parte da Ásia Ocidental são: Afeganistão, Azerbaijão, Bangladesh, Geórgia, Índia, Irã, Cazaquistão, Quirguistão, Nepal, Paquistão, Rússia, Sri Lanka, Tadjiquistão, Turquia, Turcomenistão e Uzbequistão. Já os países da Ásia Oriental são: Brunei, Camboja, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Fiji, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Singapura, Taiwan, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã.

⁵² Os dados apresentados vão até junho de 2017, quando foi feito o levantamento para esta pesquisa.

O gráfico abaixo apresenta a evolução anual de IED de empresas chinesas no SE Asiático em função dos valores e do número de projetos. Ressalta-se que são computados apenas os projetos cujo valor excede os US\$ 100 milhões. Neste gráfico é possível notar dois saltos: o primeiro de 2008 a 2014 e o segundo, ainda maior, de 2015 a 2017.



Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute.

O setor de energia ocupa a parcela mais destacada do IED chinês no SE Asiático sendo o carvão o subsetor mais representativo. A análise histórica da tabela abaixo nos permite aferir que o ramo carbonífero foi a atividade que mais atraiu IED da China no primeiro período (2005-2009). Nos recortes seguintes, ele ganhou e depois perdeu importância relativa dentro do setor energético e no total dos investimentos. Talvez o fator mais claro da mudança qualitativa da projeção econômica da China no SE Asiático tenha sido a queda relativa do setor energético no total de investimentos (de 72% para 38% em uma década) por conta dos incentivos do governo chinês em energias renováveis. Em contrapartida os setores de transportes, construção civil e imobiliário cresceram consideravelmente, como reflexo da mudança doméstica no regime de acumulação.

Tabela 5.1 IED da China no SE Asiático: setor do carvão, total do setor energético e IED total (2005-2017) (em US\$ milhões)			
	2005-2009	2010-2013	2014-2017
Carvão	\$ 6.890,00	\$ 14.070,00	\$ 14.500,00
Energia	\$ 22.250,31	\$ 28.210,00	\$ 42.190,00
Total IED	\$ 30.980,00	\$ 63.200,00	\$ 110.030,00
Carvão/total energia	30,90%	50%	34%
Carvão/total IED	22%	22%	13%
Energia/total IED	72%	44%	38%

Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute

É impossível chegar a um dado confiável sobre a parcela de empresas privadas e estatais envolvidas no total do comércio China – SE Asiático, mas no tocante a IED é possível. Após extensa pesquisa nos *sites* oficiais das empresas e em outros *sites* de negócios internacionais, chegamos a um número aproximado de 90% que corresponde a parcela de SOE's nesses investimentos. Isso confirma a relevância das empresas estatais na internacionalização da economia chinesa, que têm prosperado graças aos incentivos do governo, à subida nas cadeias globais de valor e a um terceiro fator também recorrente na literatura: o papel da diáspora chinesa espalhada nos países do SE Asiático.

Restam poucas dúvidas de que há apoio do governo para reforçar a competitividade das SOE's em mercados globais. O que nos resta saber é se elas são (ou podem ser) usadas como ferramentas de *economic statecraft* para moldar comportamentos dos Estados hospedeiros – e, inversamente, se elas podem se escorar na diplomacia do governo chinês para gerar lucro por meio de acesso a recursos e mercados no exterior. Para isso, analisaremos os casos específicos no próximo tópico, mas antes vejamos os outros vetores da projeção chinesa no SE Asiático pós 2008.

A transição da liderança de Hu Jintao para Xi Jinping trouxe profundas mudanças na **esfera simbólico-institucional e no pensamento estratégico da China**. Desde que Xi assumiu o poder, a política externa chinesa tornou-se muito mais assertiva e nacionalista, migrando de um padrão que buscava evitar chamar atenção para um padrão de busca por resultados. Ademais, o conceito de “ascensão pacífica” deu lugar, gradativamente, ao conceito de “sonho chinês”. A defesa geral é por uma política externa “mais ativa”, que garanta que os interesses chineses sejam expressos durante o processo de influenciar a ordem internacional (SØRENSEN, 2015). O novo lema do sonho chinês condensa uma série de conquistas nacionais e internacionais necessárias para o “grande rejuvenescimento nacional”, e implica sobretudo em transformar a China em uma nação rica e forte em 2049, quando a RPC deve completar 100 anos, o que inclui projeção internacional de poder econômico, político, cultural e militar (HENDLER; NOGUEIRA, 2016).

O viés simbólico-institucional dessa assertividade tem se materializado em projetos ambiciosos, e a centralidade da Ásia e, especificamente do SE Asiático, é marcada. No âmbito multilateral houve uma gradual mudança da adesão a foros e organizações multilaterais para a criação de iniciativas encabeçadas pela própria China. Nesse sentido, os bancos multilaterais podem ser vistos tanto como vetores do *economic statecraft* quanto do “win-win game” porque carregam uma lógica de expansão do capitalismo chinês e uma ideologia de desenvolvimento e ganhos mútuos.

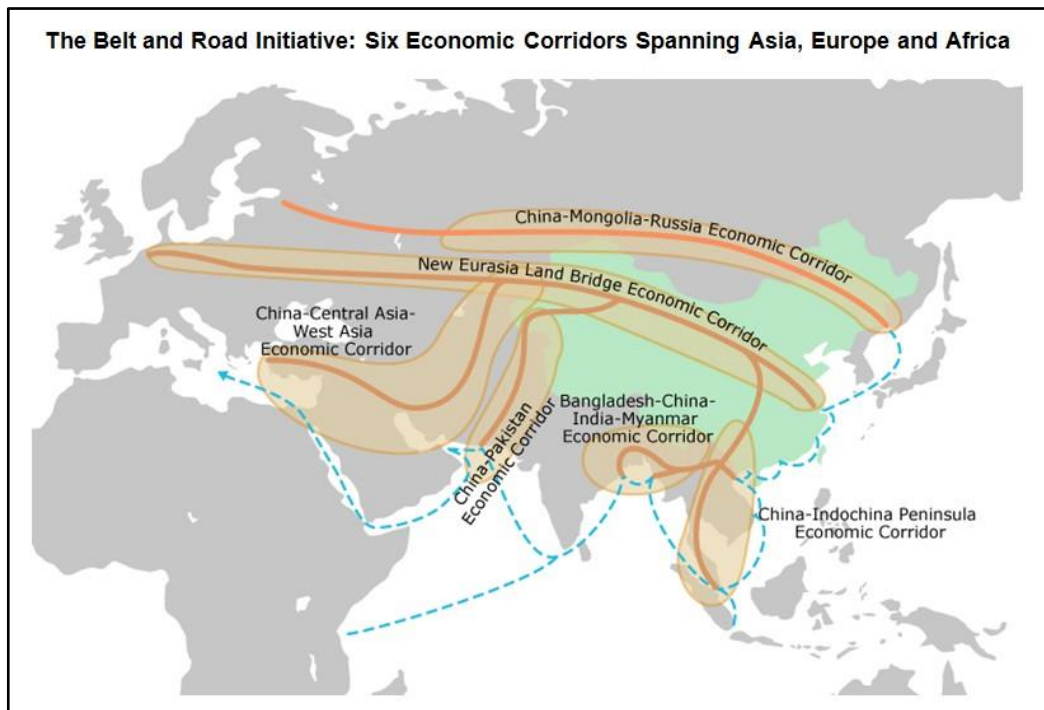
É claro que Beijing não negligencia o Asean Regional Forum ou o ASEAN + 3, por exemplo. Pelo contrário, esses foros continuam com relevância para debates de cooperação nas mais diversas áreas. Porém, o foco maior tem sido nas iniciativas próprias da China, cujo primeiro grande símbolo é o Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia (AIIB na sigla em inglês), criado em meados de 2015 com mais de 50 países membros e com a ruidosa exceção de EUA e Japão, que se opuseram ao projeto. O AIIB pretende financiar a expansão dos investimentos chineses na região e reforçar a internacionalização do RMB, sobretudo para ampliar a capacidade produtiva e a conectividade regional. E vai oferecer alternativas de investimento às construtoras e ao capital chinês que, conforme visto, já estão saturados com um mercado interno que sofre com o excesso de capacidade em aço e equipamento pesado e que tenta fazer a transição para um padrão de acumulação menos centrado no investimento e mais centrado no consumo (BATSON, 2015; MILLER, 2015).

Outro grande símbolo da política externa assertiva para a região é nova rota da seda (ou *Belt and Road Initiative*, BRI), que pretende reestabelecer as antigas rotas terrestres e marítimas da China. Como a definição oficial da BRI é muito ampla e genérica⁵³, ela tem sido tratada como um conjunto ambicioso de portos, ferrovias, rodovias, grandes unidades de geração de energia e planos de urbanização ao longo de rotas que são comercial e estrategicamente relevantes para o entorno chinês. O SE Asiático, assim como a Ásia Central, são os pilares da nova rota, que tem a ambição de chegar à Índia, ao Oriente Médio, à África e à Europa. Além de obedecer à mesma lógica do AIIB de geração de demanda efetiva para as exportações e para os investidores chineses fora do país, a rota da seda marítima através do SE Asiático tem, claramente, objetivos geopolíticos. Ela busca facilitar a influência chinesa sobre o Mar do Sul da China, além de criar alternativas e controle indireto sobre rotas já bastante utilizadas e geopoliticamente vulneráveis para os chineses,

⁵³ A definição oficial dos cinco pilares da BRI foi divulgada em 2015 em um documento da *National Development and Reform Commission*. São eles: coordenação política; conectividade de infraestrutura; comércio sem barreiras; integração financeira; e laços entre pessoas. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html.

como o estreito de Malaca, por onde passa cerca de 50% do comércio marítimo mundial (HENDLER; NOGUEIRA, 2016).

Figura 5.8 Mapa dos corredores econômicos da Nova Rota da Seda



Fonte: china-trade-research.hktdc.com

A dimensão geográfica da BRI não pode ser desconsiderada. Além do SE Asiático, o outro ponto nevrálgico é a Ásia Central. A região tem recebido crescente atenção da China não apenas pela exploração de recursos energéticos (petróleo e gás natural), mas também porque é um dos caminhos alternativos para a Europa via estradas de ferro. Caminho que, inclusive, tem se pavimentado nas duas extremidades com a atuação da diplomacia e das empresas chinesas nos Balcãs, em países como Grécia e Sérvia. Assim, seguindo um padrão semelhante da abordagem no SE Asiático, a China tem estreitado laços bilaterais e multilaterais (via Organização para a Cooperação de Shanghai) na Ásia Central. Ademais, inserir a província de Xinjiang (cujá capital, Urumqi, está no mapa oficial da BRI) no mapa do desenvolvimento econômico é uma forma de conter o separatismo local, embora as conexões logísticas possam também facilitar a circulação ilegal de pessoas e armas, principalmente nas fronteiras com Afeganistão e Paquistão.

Segundo Julio Amador III, do Foreign Service Institute das Filipinas⁵⁴, a iniciativa não tem objetivo declarado e, precisamente por isso, qualquer avanço pode ser visto como sucesso e

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor em 15/11/2017, Manila, Filipinas.

qualquer retrocesso pode ser disfarçado como estando “além dos objetivos iniciais”. Em uma frase, a BRI é produto dos três canais de projeção externa da China. Mais do que isso, é o *economic statecraft* com grife, com novos rótulos simbólicos e institucionais que atendem a objetivos estratégicos e de economia política. E dada sua relevância, o capítulo 6 se inicia com uma análise dos principais processos vinculados à BRI.

Na esteira dessa perspectiva de desenvolvimento associado ao gigante asiático, outras formas de projeção *soft* têm emergido. Uma delas é o regime de parcerias estratégicas, visto anteriormente, que abarca sete dos dez países da ASEAN. Outra é através dos Institutos Confúcio, que promovem a cultura, a tradição e a língua chinesa e ajudam a construir uma imagem benevolente da China (LIU; TSAI, 2014). A vinculação desses institutos com o UFWD deixa ainda mais evidente o objetivo de “controlar a narrativa” sobre a China no exterior (CHAN, 2018). Até 2017, mais de quinhentos foram criados mundo afora, e destes, 135 nos países da BRI⁵⁵. No SE Asiático há cerca de trinta institutos, sendo metade apenas na Tailândia e os demais distribuídos na Indonésia, Filipinas, Camboja, Laos, Vietnã, Malásia e Singapura⁵⁶.

A China também se tornou atrativa para estudantes. Em 2016 recebeu 377 mil alunos estrangeiros, o terceiro maior número no mundo, atrás apenas do Reino Unido (493 mil) e EUA (974 mil). Do SE Asiático, os principais países emissores foram a Tailândia (23 mil), a Indonésia (14 mil), o Vietnã (10 mil) e o Laos (9 mil), e o total da ASEAN ficou em torno de 80 mil, que significa um a cada cinco estrangeiros⁵⁷.

Um fenômeno curioso é que a proporção de estudantes de mandarim caiu de 55% para 40% de 2012 para 2016, enquanto que a proporção de alunos de curso superior dobrou, o que pode ser um reflexo da atratividade das universidades e também da oferta de bolsas de estudo do governo para estrangeiros (cerca de 40%)⁵⁸. Longe de ser um processo “natural”, a concessão de bolsas é fruto de estratégia política. Inúmeras matérias jornalísticas apontam para um esforço de atrair estudantes dos 64 países da BRI, especialmente para universidades nas províncias de fronteira ou costeiras, próximas a alguns desses países, como Xinjiang, Yunnan e Fujian. A fala de Yang Xiuping, secretária-geral do ASEAN-China Center, ilustra esse movimento: “estudantes estrangeiros do SE Asiático são a ponte e o futuro da relação entre os países da ASEAN e a China”⁵⁹.

⁵⁵ Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2017-10/07/content_32950016.htm

⁵⁶ Disponível em: http://english.hanban.org/node_10971.htm

⁵⁷ Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/430717/china-foreign-students-by-country-of-origin/>

⁵⁸ Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2017/0302/c90000-9184699.html>

⁵⁹ Disponível em: <http://monitor.icef.com/2016/12/china-moving-expand-student-recruitment-southeast-asia/>

O turismo também tem sido usado como ferramenta de política externa. Por um lado, a China não está entre os lugares mais atrativos para receber turistas devido ao alto custo do visto, à falta de estrutura e acessibilidade em inglês para estrangeiros e à poluição das grandes cidades. Por outro, o país tornou-se o maior “exportador” de turistas do mundo, chegando a 129 milhões em 2017. Neste caso, a fusão entre o *economic statecraft* e o jogo de soma positiva se verifica nas duas pontas da cadeia. Do lado da oferta, três das cinco maiores agências de turismo são estatais e as gigantes privadas também têm relações próximas com o governo – vide o relatório conjunto da Ctrip e da China Tourism Academy⁶⁰. Ademais, o governo confere um “status de destino aprovado” que autoriza agências a organizar viagens em grupo para determinados países (ARITA et al, 2012). Do lado da demanda, países onde o turismo tem forte peso na economia podem se beneficiar do fluxo de turistas chineses.

Diante da assimetria de vulnerabilidades, o governo chinês tem usado do turismo para atingir objetivos estratégicos⁶¹. Por um lado, utiliza do boicote como forma de sanção em atritos bilaterais: houve queda no fluxo de turistas para as Filipinas durante o acirramento da disputa no Mar do Sul da China em 2012, para a Coreia do Sul, diante do plano de instalar mísseis THAAD dos EUA em 2017, e para Palau, que mantém relações diplomáticas com Taiwan, em 2018 (COCA, 2018). Por outro lado, países e governos que se aproximam da China, como Tailândia, Sri Lanka e o atual governo de Duterte nas Filipinas, têm recebido crescentes ondas de turistas chineses em viagens de grupo realizadas por agências de turismo estatais ou com fortes relações com o governo.

Não obstante, **a perspectiva estratégica da China**, que também se tornou mais assertiva com Xi Jinping, tem colocado em risco o discurso de ganhos mútuos e o *economic statecraft* do país no SE Asiático por dois motivos: os litígios territoriais no Mar do Sul da China (MSC) e os investimentos militares.

A assertividade da China entre 2010 e 2015 gerou percepções de ameaça nos países envolvidos nas disputas pelas elevações no MSC (Filipinas, Vietnã, Brunei e Malásia, mais Taiwan). Sob a ótica chinesa, a escalada de tensões decorreu da pressão exercida pelos EUA com o pivô asiático expresso em exercícios militares com países da região e na retórica de livre navegação. Ainda assim, a percepção de ameaça entre alguns países do SE Asiático decorreu da atuação belicosa da Marinha chinesa ao abordar barcos pesqueiros estrangeiros em áreas em disputa, promover ou ser conivente com a construção de plataformas de extração de petróleo de SOE’s chinesas dentro de zonas econômicas exclusivas (200 milhas náuticas) de outros países e pela construção de bases militares e povoamentos civis nas ilhotas na região. E claro, pelo efeito

⁶⁰ Disponível em: <https://www.chinatravelnews.com/images/201802/fc66f776a9111201.pdf>

⁶¹ Disponível em: http://shtm.polyu.edu.hk/media/1358/rh_v7i2_5.pdf

simbólico de suas demandas territoriais expressas pelo *9-dash line*, que foi formalizado na ONU em 2013.

Figura 5.9 Os litígios territoriais no Mar do Sul da China



Fonte: The Economist

O SE Asiático é, provavelmente, a região mais afetada pela mudança no paradigma estratégico da China, visto no tópico 4.4, de continental e defensivo para marítimo, aéreo, ofensivo e com aplicação de tecnologias de guerra não convencional. Ao longo dos últimos anos, tem se tornado claro que a China leva adiante um projeto que busca combinar uma política de boa vizinhança em relação à ASEAN com uma política agressiva de controle de recifes e ilhotas que contêm reservas de recursos minerais e estão estrategicamente localizados entre as principais rotas navais do mundo. Há, evidentemente, uma tensão latente entre essas duas políticas contraditórias do ponto de vista da periferia do sistema (HENDLER, NOGUEIRA, 2016).

A postura unilateral sobre o impasse que persiste há décadas, bem como a percepção de ameaça entre as elites dos países vizinhos (principalmente Filipinas e Vietnã). A consequente aproximação destes entre si (ao preferir negociar em bloco) e com os EUA, evidenciam que o “arquipélago de economias de mercado” da Ásia Oriental (ARRIGHI; SILVER, 2011), onde a prosperidade econômica prevalece em detrimento das contradições geopolíticas, está longe de se tornar realidade.

A projeção geopolítica chinesa tem ganhado contornos mais claros na última década. Conforme visto, a atuação da sua diplomacia militar tem como prioridade o engajamento com grandes potências e com países da Ásia-Pacífico. Não por acaso, a tabela abaixo mostra que 41% das interações da diplomacia militar da China entre 2003 e 2016 ocorreram com países da Ásia. A proporção da Ásia fica ainda mais notória se levarmos em conta apenas os exercícios militares, que chegam a 58% do total (204 do total de 351). Já a parcela da Ásia nos *Naval Port Calls* e de encontros de alto escalão é de 39% e 38%, respectivamente.

Tabela 5.2 Interações da diplomacia militar da China por continente (2003-2016)					
	Exercícios militares	Naval Port Calls	Encontros de alto escalão	Total	% de interações
Ásia	204	105	842	1151	41.3
Europa	51	33	543	627	22.5
África	13	22	259	294	10.6
América do Sul	8	12	201	221	7.9
Oriente Médio	10	76	113	199	7.2
América do Norte	27	13	130	170	6.1
Rússia	38	4	81	123	4.4

Fonte: Allen et al, 2017.

A tabela abaixo mostra que, ao separar a Ásia por regiões, a parcela do SE Asiático se destaca. É claro que os números precisam ser relativizados, pois a maior parte dos países da Ásia Central é *landlocked* e o NE Asiático abriga apenas três países (o Japão e as Coreias). Ainda assim, a geografia é mais um dos fatores que demonstram a relevância do SE Asiático para a China. Nesta região, os 68 *naval port calls* correspondem a 64% do total da Ásia, enquanto que a parcela dos exercícios militares fica abaixo da média (91 de 204, ou 44%) e os encontros de alto escalão ficam em torno da média geral de interações na Ásia (466 de 842, ou 55%).

Tabela 5.3 Interações da diplomacia militar da China por regiões da Ásia (2003-2016)					
	Exercícios militares	Naval Port Calls	Encontros de alto escalão	Total	% de interações na Ásia
SE Asiático	91	68	466	625	54.30
Ásia Meridional	58	33	160	251	21.81
Ásia Central	39	0	102	141	12.25
NE Asiático	16	4	114	134	11.64

Fonte: Allen et al, 2017.

Aumentando ainda mais o *zoom* da análise, comprovaremos na tabela abaixo a tese de que o foco da diplomacia militar chinesa está nas grandes potências e na Ásia-Pacífico. Além de EUA e Rússia, veremos que seis dos onze países que mais interagiram com a China em termos de segurança estão no SE Asiático. Abaixo da Malásia (o décimo primeiro país) selecionamos os outros países da Ásia Central e do SE Asiático que também interagiram com a China – porque são as duas regiões mais relevantes da BRI.

À primeira vista, notamos que com os países da Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) e o Mianmar quase não há registro de exercícios militares e de *Naval Port Calls*. Já com os países limítrofes ao Estreito de Malaca (Tailândia, Singapura, Indonésia e Malásia), essas interações são muito mais frequentes, o que faz sentido dado o interesse da China na segurança das rotas marítimas que passam pela região. Outras questões pertinentes são: Por que um país-arquipélago como as Filipinas realizou poucos exercícios militares com a China e recebeu a marinha chinesa apenas quatro vezes? Será por conta dos litígios no Mar do Sul da China? Da proximidade com os EUA? Das rivalidades históricas? Essas são as questões que deixaremos para o último capítulo.

Tabela 5.4 Interações da diplomacia militar da China (2003-2016)				
	Exercícios militares	Naval Port Calls	Encontros de alto escalão	Total
Estados Unidos	25	9	101	135
Rússia	38	4	81	123
Paquistão	29	12	67	108
<u>Tailândia</u>	21	9	54	84
Austrália	16	8	59	83
<u>Vietnã</u>	2	4	54	60
Nova Zelândia	6	7	43	56
<u>Singapura</u>	10	9	37	56
<u>Indonésia</u>	16	6	33	55
Índia	18	6	30	54
<u>Malásia</u>	10	6	35	51
Cazaquistão	16	0	26	42
<u>Mianmar</u>	1	4	34	39
<u>Laos</u>	1	0	34	35
Tadjiquistão	11	0	23	34
<u>Camboja</u>	2	3	28	33
Quirguistão	10	0	19	29
<u>Filipinas</u>	3	5	20	28
<u>Brunei</u>	3	1	14	18
Uzbequistão	2	0	14	16
Afeganistão	0	0	15	15
Turcomenistão	0	0	5	5

Fonte: Allen et al, 2017.

Em suma, é possível enumerar os principais motores da projeção chinesa na última década por via econômica (comércio, IED e serviços financeiros); simbólica (diplomacia bilateral e multilateral); e estratégica (investimento nas forças armadas, diplomacia militar e assertividade no MSC). Por ser um conceito convenientemente vago, a Nova Rota da Seda é ao mesmo tempo causa e consequência dessas variáveis. Isso porque foi cunhada em um contexto em que a projeção externa da China já ganhava forma, mas também porque passou a dar ainda mais sustentação institucional às diversas classes chinesas (empresas, políticos, técnicos, militares, diplomatas, etc) – ainda que, em muitos casos, a diplomacia venha à reboque da atuação desses outros atores (JONES, ZOU, 2017). Assim, a BRI está na interseção do *economic statecraft*, do jogo de soma positiva e da ascensão pacífica, sendo utilizada e moldada de acordo com a conveniência dos atores chineses e estrangeiros e, portanto, é a ponte para as analogias que buscaremos no próximo capítulo.

6 Analogias entre passado e presente sinocêntricos

6.1 Da antiga à Nova Rota da Seda: analogias possíveis

A sobreposição da antiga Rota da Seda com a BRI permite um diálogo com as correntes que tratam do sistema sinocêntrico pré-moderno. Vimos que a China Song-Yuan-Early Ming desenvolveu redes de interação com três grandes periferias: Ásia Central, Nordeste e Sudeste Asiáticos. A partir de Chase-Dunn e Hall (1997) notamos que essas redes tiveram um *spread effect* do centro para as periferias por meio da dinâmica político-militar e do comércio de longa distância (privado e tributário). Isto é, as periferias tornaram-se gradualmente “mais parecidas” com o centro, pois incorporaram elementos sociais e tecnológicos em intensidade maior do que vice-versa.

É possível afirmar que um processo análogo esteja ocorrendo na relação da China com o SE Asiático desde 1997? Que analogias podemos fazer entre as redes de interação do passado e do presente que comprovam ou refutam essa hipótese?

A primeira analogia reside na projeção da China, com protagonismo do Estado, sobre o SE Asiático como solução para dilemas geopolíticos e mudanças na economia política doméstica. Ainda que por motivos diferentes, houve um padrão expansivo nas dinastias chinesas dos séculos X a XV. Os Song buscaram novos reinos tributários e novas rotas comerciais por conta das ameaças militares dos reinos do norte e do *boom* protoindustrial nas regiões costeiras; os mongóis/Yuan integraram as rotas terrestres e marítimas da Eurásia via conquistas militares e incentivos à circulação de pessoas e mercadorias, embora tenham sido malsucedidos nas invasões diretas ao SE Asiático; e Yongle, no começo da Dinastia Ming, reforçou os vetores de projeção externa por meio das grandes navegações do Almirante Zheng He e de nova rodada de intervenção militar no Vietnã visando a dar funções à grande quantidade de eunucos da Corte e garantir legitimidade simbólica ao seu governo. Em suma, entre os séculos X e XV a China, com protagonismo do Estado, projetou-se sobre o SE Asiático por conta das transformações em sua formação social (com a protoindustrialização, a expansão comercial e o movimento demográfico para zonas costeiras) e de uma lógica geopolítica que deslocou o pensamento estratégico para o sul e para o além-mar.

De forma análoga, a projeção chinesa sobre o SE Asiático após 1997 é decorrente das transformações na formação social do país (mais industrial, comercial e litorânea) e do pensamento estratégico voltado para a projeção de poder para o sul e para o poder naval. Os dilemas inerentes a esses processos foram apresentados no ponto 4.4: i) a transição para um regime de acumulação mais

voltado para o consumo, tendo como pontas-de-lança as empresas estatais de infraestrutura e as empresas privadas em setores de serviços e de tecnologia de ponta; ii) a centralização de poder (simbólico e efetivo) nas figuras de Xi Jinping e do PCC, que buscam legitimidade pela melhoria das condições de vida da população; e iii) a modificação no paradigma estratégico – não por conta dos conflitos com os povos da Ásia Central, obviamente, mas pela presença permanente das forças dos EUA em praticamente toda a orla da Ásia-Pacífico.

Portanto, seis séculos após o auge do sistema sinocêntrico com as navegações de Zheng He a China volta a se projetar sobre o SE Asiático para lidar com dilemas de ordem econômica e estratégica. Sob esse prisma, a Nova Rota da Seda de Xi Jinping não é apenas a instrumentalização da história para fins contemporâneos – fato recorrente na política internacional. Ela é um fenômeno de curta duração moldado por forças domésticas de longa duração.

Assim, sugerimos que os dilemas econômicos e estratégicos de projeção da China sobre o SE Asiático entre os séculos X e XV são análogos ao processo homônimo pós 1997 que culminou na BRI. É importante ressaltar que essa primeira analogia enfatiza o âmbito doméstico chinês, isto é, que processos internos de longa duração influenciaram decisões políticas de deslocar as atenções para o sul e o oceano. As próximas analogias debruçam-se sobre as redes de interação entre a China e o exterior e os fios condutores são os vetores de projeção externa, que têm em comum a dinâmica assimétrica entre a China e os povos do SE Asiático.

O vetor da economia política apresenta três analogias possíveis: em termos de instituições, classes e redes de interação. Em relação às instituições, há uma correspondência entre as Superintendências Portuárias do passado e algumas instituições chinesas do presente. Em ambos os casos há órgãos de Estado definindo as diretrizes estratégicas das relações econômicas da China com o exterior e de grupos estrangeiros dentro da China. Foi visto no capítulo 3 que as superintendências concediam autorizações e monopólios de comércio tanto para mercadores chineses quanto para estrangeiros, geralmente vinculando-as a questões de ordem político-militar e de submissão simbólica que atendiam aos interesses do Estado chinês.

De forma análoga, viu-se que instituições como a SASAC, o MOFCOM, o UFWD, a Chancelaria, os bancos estatais-comerciais e os multilaterais e ministérios como os da Educação e do Turismo canalizam a atuação de agentes econômicos chineses para o exterior e regulam a atuação de empresas estrangeiras de acordo com objetivos de Estado. Embora não haja um ator racional unitário por trás de todas essas instituições, os estudos de caso da Nova Rota da Seda e das relações sino-filipinas (vistos a seguir) demonstram que há, de fato, uma sinergia de movimentos que consolida uma dinâmica sinocêntrica de novas relações de centro-periferia com países do SE Asiático.

É claro que a intensidade dos fluxos atualmente está em outro patamar porque a China foi incorporada às redes mais básicas do sistema-mundo moderno pela divisão internacional do trabalho. Ainda assim, a intervenção econômica em prol de interesses de Estado é análoga ao que ocorreu no período Song-Yuan-*Early* Ming e contrasta com o período Ming-Qing, quando o Estado encolheu frente às guildas familiares.

No tocante às classes, os comerciantes do sistema sinocêntrico e as empresas privadas da China atual convergem para um ponto similar. Os mercadores (*profit-seekers*) que atuavam no comércio privado de longa distância se submetiam às regras das superintendências e, por vezes, tornavam-se parte do próprio governo. Viu-se, no começo do capítulo 3, que a classe de empresários (tanto de chineses quanto de estrangeiros) tinha ambições de ser incorporada à burocracia da China Imperial e essa cooptação foi muito forte durante os Song do Sul, quando a região de Jiangnan, no Delta do Yangtsé, tornou-se o berço de uma espécie de protorrevolução industrial. Pelo sistema de patronagem estatal, os empresários passaram a atuar nas finanças, serviços, manufaturas e comércio, operando inclusive monopólios do governo, gozando de proteção e auferindo lucros desde que se enquadrassem nas diretrizes gerais do Estado.

Processo análogo ocorre desde os anos 2000 com a atuação de empresas chinesas privadas, que têm galgado degraus nas cadeias globais de valor e se enquadrado no *slogan* oficial da Nova Rota da Seda em busca de benefícios de reputação, redução de custos de produção nas Zonas de Desenvolvimento Integrado no exterior (ZDI's, visto adiante) e valorização de suas marcas. Ademais, os incentivos do governo para instalação de plantas nos Centros de Transferência de Tecnologia em cooperação com universidades e institutos de pesquisa servem não apenas aos interesses das empresas, mas também dinamizam a economia das províncias e ampliam os laços de cooperação com outros países – ainda que tais laços sejam assimétricos e a transferência de tecnologia nem sempre ocorra. Enquanto isso, as empresas estrangeiras operando na China têm sido substituídas por firmas nacionais ou reguladas por normas do governo que definem quais setores são estimulados, restringidos ou proibidos visando à proteção de setores estratégicos e a absorção de tecnologia de ponta.

Um dos principais pontos focais de indução estatal sobre as empresas privadas é a atuação das SOE's. O debate apresentado no ponto 5.1.1 mostrou que estas empresas são formações híbridas de “braços do Estado” e *profit-seekers* e a internacionalização de firmas privadas tem sido puxada pela consolidação das SOE's, em geral sob comando da SASAC. Embora o número destas empresas tenha caído para cerca de cem, elas têm sido uma das pontas de lança da projeção econômica chinesa no exterior, pois ao se consolidarem em setores como infraestrutura e energia, acabam por abrir novos mercados para firmas privadas em outros setores.

Portanto, as POE's são análogas aos comerciantes enquadrados pela burocracia do Estado Imperial numa espécie de patronagem que confere incentivos econômicos e reforça a narrativa de cooperação e ganhos mútuos da ordem sinocêntrica. Por outro lado, não há paralelo histórico para as SOE's porque não houve na China Song-Yuan-*Early* Ming um instrumento de inserção direta na economia dos reinos tributários. Ainda assim, elas têm sido fundamentais para induzir a internacionalização da economia chinesa.

Quanto às redes de interação, os dados apresentados anteriormente demonstram a crescente relevância do SE Asiático como região-alvo dos vetores econômicos da China contemporânea. O país tornou-se o maior parceiro comercial da ASEAN, as SOE's e as POE's têm ampliado sua atuação em valores, número de projetos e variedade de setores, e os serviços financeiros de bancos chineses também têm crescido. Esse processo foi simultâneo à ofensiva diplomática da China e, seja de forma premeditada ou não, o fato é que a interdependência econômica assimétrica tornou-se uma ferramenta chinesa para moldar comportamentos de política externa de países no SE Asiático – remontando à vinculação entre sistema tributário e comércio privado do sistema sinocêntrico.

Em suma, por meio de instituições, classes e de redes assimétricas de interação a China tende a construir um campo de gravitação econômica em torno de si no SE Asiático – de forma análoga ao que fez entre os séculos X e XV.

O vetor simbólico-institucional nos permite uma terceira analogia, também em termos de instituições, classes e interações. No tocante às instituições, Luttwak (2012) sugere uma correspondência entre o Ministério dos Rituais e a diplomacia chinesa contemporânea executada pelo Ministério das Relações Exteriores e pelos representantes do Partido Comunista. Conforme visto, a diplomacia bilateral tem inspiração nas relações hierárquicas do sistema tributário, que se manifestam por meio de parcerias estratégicas, de visitas oficiais ao estilo das missões tributárias e de diversos simbolismos em que a China cria, gradativamente, sua própria linguagem de parcerias, ganhos mútuos e diplomacia interpessoal (*people-to-people diplomacy*).

De forma análoga ao sistema tributário pré-moderno caracterizado por Fairbank (1942), Lee (2017) e Shu (2011), as nações que aderem à ordem sinocêntrica, principalmente suas elites, obtêm ganhos simbólicos e materiais em relação a seus súditos/cidadãos e a reinos que não aderem a tal ordem. E se esses meios bilaterais têm sido empregados desde os anos 1980 com as nações do SE Asiático, o multilateralismo para a região é mais recente e ganhou força no começo dos anos 2000 com a adesão a uma série de foros regionais e a cooperação com a ASEAN com o objetivo de reforçar a narrativa de ascensão pacífica.

Alguns processos da Nova Rota da Seda, principalmente a atuação de empresas chinesas no SE Asiático, ganharam corpo antes mesmo da iniciativa ser oficialmente anunciada em 2013. Mas a

criação de uma “marca” para a internacionalização da China em geral, e de empresas chinesas em particular, é a expressão máxima de um novo vocabulário diplomático que se diz pacífico, cooperativo e proativo na busca por novos parceiros. Conforme visto no tópico 5.2, esse processo engloba cooperação em diversas áreas como educação, tecnologia, turismo e cultura, mas não deixa de ser, também, sinocêntrico e confuciano, no sentido de que estabelece uma hierarquia clara entre o centro e as periferias das novas redes de interação. Em última instância, reforça a lógica do jogo de soma positiva, ainda que a China esteja no topo da hierarquia.

Uma quarta analogia é possível no campo estratégico. Um dos elementos fundamentais para a formação das periferias da China Song-Yuan-*Early* Ming foi a formação de redes de interação político-militar. A proposição de Lo (2012), apresentada no tópico 4.1, ilustra precisamente esse processo: “os vizinhos do sul e do leste sentiram a influência chinesa mesmo quando seus imperadores preferiram olhar ‘para dentro’, mas o ápice da extensão desta civilização ocorreu nos momentos em que ela lançou-se aos mares e tornou-se uma potência marítima”.

Os Song do Sul deram o salto inicial para a construção de uma marinha forte e com comando unificado, que atuou principalmente no combate à pirataria e na proteção das rotas comerciais entre Malaca e a costa chinesa. Os Yuan de Kublai Khan herdaram a força naval Song e a utilizaram para empreender invasões a Coreia, Japão, Java, Champa e ao Vietnã, além de outras investidas na parte continental do SE Asiático. Por fim, as grandes navegações de Zheng He sintetizaram os três vetores de projeção externa da China: serviram para proteger as rotas comerciais, propagar a imagem da China como pináculo das civilizações e interferir na política doméstica e regional das mandalas em favor de grupos e reinos que fossem tributários e simpáticos à circulação de embarcações chinesas.

Não é coincidência que cerimônias da Nova Rota da Seda tragam referências diretas a Zheng He⁶² e que o próprio Xi Jinping tenha citado o navegador chinês-muçulmano em discurso ao parlamento da Indonésia – por cujas ilhas este teria passado em suas viagens no século XV⁶³. Naturalmente, Xi afirmou que esses pioneiros (os navegadores chineses de Zheng He) marcaram seu lugar na história não como conquistadores com navios de guerra, pistolas ou espadas, mas como missões amistosas de navios carregados de tesouros que construíram uma ponte para a paz e a cooperação entre Oriente e Ocidente. O que Xi Jinping propositalmente não menciona é que Zheng He interveio sim militarmente na disputa entre dois reinos da atual Indonésia (Majapahit e Srivijaya), no Vietnã e no Sri Lanka – e que isso só foi possível graças à assimetria de poder bélico da China e ao uso dual (civil e militar) da tecnologia naval.

⁶² Fonte: http://www.chinadaily.com.cn/beltandroadinitiative/2017-05/14/content_29341195.htm

⁶³ Fonte: http://www.asean-china-center.org/english/2013-10/03/c_133062675.htm

Este exemplo mostra que a China instrumentaliza uma narrativa histórica para promover as ideias de ascensão pacífica e de *win-win*, além de favorecer indiretamente seu *economic statecraft*. No âmbito estratégico parece haver uma contradição entre a diplomacia militar chinesa, que reforça a ascensão pacífica, e sua postura no Mar do Sul da China, que se assemelha às missões punitivas do “jogo tributário” (ZHOU, 2011). Porém, assim como as navegações de Zheng He, essa projeção contemporânea sintetiza os três vetores que temos apontado: ela flexiona músculos por meio da assimetria de poder militar quando considera necessário (WOMACK, 2006; ZHOU, 2011), mas também promove a imagem simbólica de grande potência ao criar e aderir a instituições, defender bens comuns como a proteção de rotas marítimas, atuar em questões humanitárias (KANG, 2010; LEE, 2016) e constrói um campo de gravitação econômica em torno de si (ABU-LUGHOD, 1989). Assim, Beijing vai consolidando uma série de relações assimétricas e relativamente estáveis no SE Asiático graças a essas redes de interação que são reforçadas por retórica inclusiva, rotinização de processos (inclusive militares), criação de comissões técnicas conjuntas, rituais diplomáticos e atuação em foros multilaterais – em linha com a Teoria da Assimetria de Womack (2006).

Em que pesem essas quatro analogias, **há dois contrapesos à projeção chinesa que não se encaixam no modelo do sistema sinocêntrico pré-moderno**. São eles: i) a presença multifacetada dos EUA na Ásia-Pacífico; e ii) a formação de um regime de segurança no SE Asiático (em torno da ASEAN) composto por Estados com variados graus de desenvolvimento que têm alguma capacidade de negociar em bloco e se opor (ou se alinhar) aos interesses chineses.

A presença dos EUA na Ásia-Pacífico remonta a meados do século XIX quando, em 1854, a célebre Expedição Naval do Comodoro Perry, inspirada pelo Destino Manifesto, utilizou da diplomacia das canhoneiras para estabelecer relações formais com o Japão e abrir os portos de Hakodate e Shimoda para o livre-comércio. Na virada para o século XX os norte-americanos também garantiram interesses comerciais com a China, embora não tenham criado esferas de influência como os impérios europeus. Em 1902, como consequência da Guerra Hispano-Americana, os EUA tomaram territórios espanhóis na América Central (Cuba e Porto Rico), no Oceano Pacífico (Guam e Wake) e, após apoiar a insurreição filipina dos Moros⁶⁴ contra o domínio espanhol, reprimiram o movimento nacionalista e fizeram das Filipinas um protetorado formal até 1946 (PIRES, 2013).

Ao longo da Guerra Fria a influência norte-americana tornou-se ainda mais forte por meio da criação da SEATO⁶⁵ e do guarda-chuva do *hub and spocks* com Japão, Coreia do Sul, Austrália, Taiwan, Indonésia, Tailândia e a própria Filipinas. O objetivo declarado de contenção do

⁶⁴ Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Moro-Wars>

⁶⁵ *Southeast Asia Treaty Organization*.

comunismo ficou ainda mais explícito com o engajamento militar no Vietnã e no Camboja nos anos 1960 e 1970. Ao final da Guerra Fria, esse sistema ganhou novos contornos: ao invés da contenção do bloco socialista, tornou-se uma ferramenta de contenção da China por meio de elementos mais brandos de poder como a participação no ASEAN Regional Forum, o aumento da interdependência econômica e a cooperação em temas não convencionais de segurança como contraterrorismo e ajuda humanitária em casos de desastres naturais e pandemias (ACHARYA, 2008, p. 41).

Em alguns desses temas (e em outros, como a questão das Coreias) a cooperação entre EUA e China chegou a florescer. Porém, as forças tectônicas de ascensão chinesa (puxada por estrondosos índices de crescimento econômico) e de declínio relativo do poder norte-americano (acentuado pela malfadada Guerra ao Terror de George W. Bush) já apontavam para um maior equilíbrio entre os dois países no final dos anos 2000 (ARRIGHI, 2008). Barack Obama foi eleito presidente dos EUA no contexto de ressaca da Guerra ao Terror e da crise financeira de 2008 e propôs uma política externa mais coerente que seu antecessor, deslocando o foco do Oriente Médio para a Ásia-Pacífico e reforçando os laços estratégicos com países da região buscando, inclusive, aproximar-se da Índia para expandir o cordão de contenção da China (Idem). Apesar do discurso isolacionista do governo Trump, a presença norte-americana na Ásia-Pacífico tende a permanecer relevante porque a proteção e a própria concepção de inserção internacional de países como Japão, Coreia do Sul e Filipinas ainda está atrelada aos desígnios de Washington – embora alguns autores apontem para a formação de um novo sistema de *hub and spocks* centrado na China (JAEHYON, 2015).

Em suma, a construção de dinâmicas sinocêntricas entre a China e países do SE Asiático tem o inédito desafio do contrapeso exercido por uma grande força externa à região. Ainda que o debate da ascensão e queda de grandes potências aponte para o declínio relativo dos EUA frente à emergência chinesa, a transição pacífica e previsível de poder e influência entre ambos não é inevitável. Pelo contrário, as estruturas de projeção norte-americana continuam presentes e tendem a explorar o “passivo histórico entre a China e seus vizinhos mais próximos”, usando das rivalidades de terceiros para conter o avanço chinês (PIRES, 2013).

A formação de um regime de segurança⁶⁶ no SE Asiático é outro contrapeso relevante à China. Nas primeiras décadas da Guerra Fria os países da região viveram intensas guerras de

⁶⁶ Um regime de segurança consiste em um conjunto de países que desenvolvem relações estáveis, pacíficas e duradouras entre si e abrem mão do uso da força para a resolução de controvérsias. O conceito deriva de uma abordagem construtivista dos estudos de segurança internacional que enfatiza o nível regional de análise e analisa as possibilidades de cooperação entre atores por meio da construção de identidades coletivas, do papel de instituições internacionais e da redução de dilemas de segurança entre Estados (ACHARYA, 2009, p. 4; BUZAN; WAEVER, 2003).

descolonização e polarização ideológica. A formação de Estados soberanos com regimes autoritários culminou em uma dinâmica de segurança conflituosa, com a disputa entre Filipinas e Malásia por Sabah (em Bornéu), a guerra entre Indonésia e Malásia nos anos 1960 (*confrontasi*), a rivalidade entre Tailândia e Vietnã no Camboja e no Laos e a prolongada guerra na Indochina – da libertação do domínio francês nos anos 1950, passando pela intervenção dos EUA nos anos 1960 e 1970 e chegando à invasão do Camboja pelo Vietnã em 1978 (ACHARYA, 2009, p. 5).

A dinâmica de conflito pós-colonial parecia inevitável, mas foi gradualmente revertida pela criação da ASEAN em 1967, sob a liderança da Indonésia de Suharto, que substituiu a política de confrontação aos vizinhos para uma de estabilidade regional e anticomunismo. Assim, o bloco composto por Filipinas, Malásia, Singapura, Tailândia, Indonésia (e Brunei, em 1984) deu o primeiro passo para a construção de um regime de segurança que reduziu a desconfiança entre seus membros, alinou-se, em diferentes graus, ao Ocidente e opôs-se aos países comunistas da Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 134). Enfraquecido pelo fim do auxílio soviético, o Vietnã retirou suas tropas do Laos e do Camboja em 1988-1989, encerrou o atrito de fronteira com a China em 1990 e aderiu à ASEAN em 1995 (FROST, 1995, p. 4), compartilhando com os outros países a percepção de ameaça do crescimento chinês. Em seguida, Laos, Camboja e Mianmar se juntaram ao grupo, ampliando a instituição para todo o SE Asiático. Por fim, em 1995 foi assinado o Tratado que faria do SE Asiático uma zona livre de armas nucleares tornando a região ainda menos propensa a dinâmicas conflituosas de segurança (HENDLER et al, 2016).

A inserção internacional dos países da ASEAN no pós Guerra Fria indica uma construção gradual de confiança entre seus membros e a abertura de canais de parceria limitada com potências externas à região. Sobre o primeiro ponto, a tomada de decisão por consenso e o apreço pelos princípios de não-intervenção e de soberania tornaram-se a base do que ficou conhecido como *ASEAN way*. As frequentes reuniões de cúpula e de especialistas nas diversas áreas de cooperação deram origem a uma comunidade de elites políticas nacionais que resolveu a maior parte dos litígios pendentes e dirimiu os principais dilemas de segurança entre si.

Apesar das nítidas diferenças, há um denominador comum entre todos os países do SE Asiático no tocante ao segundo ponto: o exercício do que Ciorciari (2009) chama de “equilíbrio de influência”, Acharya (1999) de “contradominância”, Evelyn Goh (2008) de “emaranhamento de relações” e Alan Chong (2016) de “diplomacia da ambiguidade”. A ausência de conflitos “congelados” da Guerra Fria, como a questão das Coreias ou a rivalidade Índia-Paquistão, abre espaço para uma diplomacia muito mais dinâmica, flexível e não vinculante que permite certa equidistância em relação às grandes potências – que não deve ser confundida com isolamento. Pelo

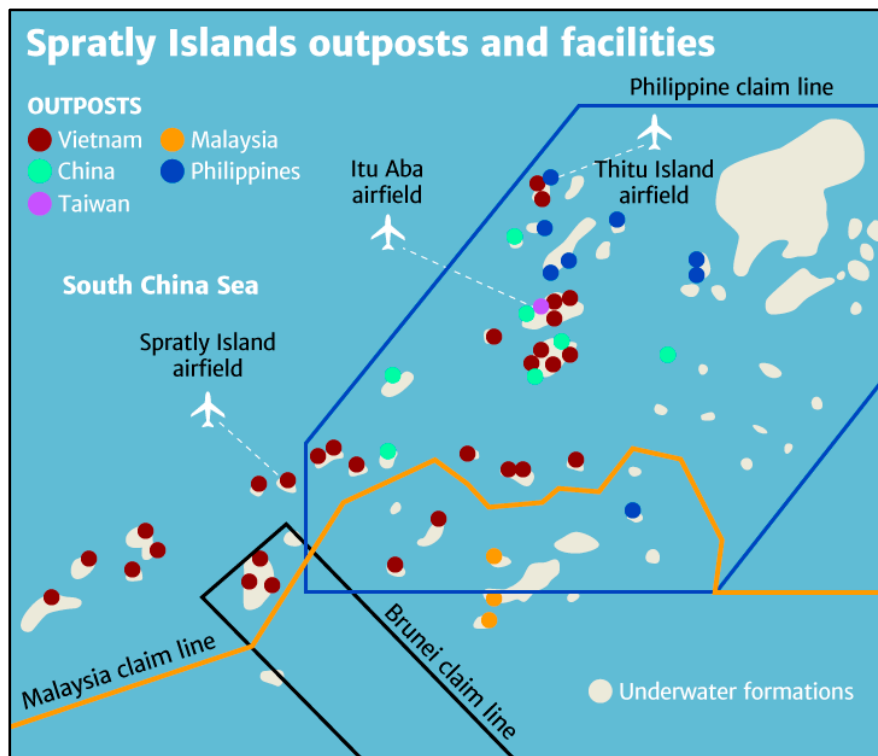
contrário, as nações do SE Asiático têm buscado um “caminho do meio” entre a China e os EUA pelo engajamento com ambos em uma “rede permanente de trocas e relações” (GOH, 2008, p. 121).

No âmbito estratégico, a ascensão chinesa desperta inquietações principalmente nos países da orla marítima e litigantes no Mar do Sul da China, que tendem a buscar nos EUA, mas também no Japão, na Rússia e na Índia, parceiros no fornecimento de aparato bélico e na realização de exercícios militares conjuntos. Tailândia e Filipinas são, inclusive, aliados não-membros da OTAN. Já o Vietnã adota uma postura mais independente, mas igualmente engajada⁶⁷: se por um lado é um dos países que mais tem encontros de alto escalão com a China (tabela 5.4), é também simpático à presença dos EUA na região, vide a visita de Barack Obama a Hanoi em 2016, que foi celebrada com grandes honrarias e marcou o fim do embargo norte-americano a venda de armas para o Vietnã (THAYER, 2016). No ano seguinte foi a vez de Donald Trump visitar Hanoi, quando reforçou o compromisso dos EUA com uma solução negociada no Mar do Sul da China e fez vistas grossas ao grande déficit comercial dos EUA em relação ao país asiático (JENNINGS, 2017).

Por ser um dos principais litigantes no MSC o Vietnã tem investido pesadamente na modernização de suas forças armadas, sendo o principal importador de itens militares da ASEAN em 2015. Nos últimos anos o país adquiriu submarinos *kilo-class*, navios leves de ataque, tanques de guerra e helicópteros da Rússia, sistemas de defesa da Índia, baterias antiaéreas de Israel, satélite de vigilância e reconhecimento do Japão, entre outros (ABUZA; ANH, 2016). Embora ainda careça de uma doutrina militar capaz de dar coesão e capacidade de operação a essas aquisições, o mapa abaixo mostra que o Vietnã é, de fato, um competidor da China no MSC, pois controla uma quantidade ainda maior de elevações do que seu vizinho do norte. E, se a cooperação com potências externas para contrabalancear a China não se encaixa no modelo sinocêntrico, a postura dúbia de Hanoi, de mostrar certa deferência e, ao mesmo tempo, desafiar Beijing, é muito semelhante à relação China-Vietnã entre os séculos X e XV.

⁶⁷ O autor desta tese esteve em viagem de campo no SE Asiático em outubro e novembro de 2017. Quando esteve em Hanoi, entrevistou um pesquisador da *Vietnam Academy of Social Sciences* que usou uma metáfora curiosa para definir a influência da China na ASEAN. Segundo ele, quebrar dez *chopsticks* com as duas mãos de uma só vez é quase impossível, mas quebrar um por um é muito fácil – e essa tem sido a tática da China: evitar a ASEAN como um negociador forte e autônomo para “quebrar” seus membros um a um e trazê-los para as negociações bilaterais (principalmente no tocante ao MSC).

Figura 6.1 Instalações e postos avançados nas Spratlys, por país



Fonte: SOH, 2017⁶⁸

No âmbito econômico, a crescente interdependência assimétrica ASEAN-China tende a ser compensada por acordos bilaterais com EUA, Japão, União Europeia e pela própria intensificação do comércio intrabloco. Não obstante, a tendência é que o peso econômico da China no SE Asiático aumente, vide o ponto 5.2, e que se torna a principal fragilidade desses países no longo prazo.

Por meio de foros multilaterais como o ASEAN+3, a APEC e o ARF, o SE Asiático traz as grandes potências para o diálogo, além de outros vizinhos, como Austrália, Nova Zelândia e Índia. Com isso, correntes construtivistas e neoliberais argumentam que a rivalidade westfaliana de grandes potências por projeção de poder “duro” no SE Asiático tende a ser substituída pela disputa de ideias e agendas na formulação de códigos de conduta e resoluções que rejam, de uma maneira *soft*, uma espécie de sociedade internacional com valores asiáticos e não westfalianos (CIORCIARI, 2009).

Para Chong (2016), a diplomacia da ASEAN custa a ser entendida por ocidentais porque ao invés de posições claras e objetivos específicos, prevalecem traços pré-westfalianos de informalidade, pluralidade e inclusão. Assim, Estados podem coexistir em harmonia sem alianças

⁶⁸ Disponível em: <http://defensopoliticsasia.com/vietnams-precocious-defiance-to-big-brother-china/>

claras e definidas, interagindo por meios materiais e simbólicos mais semelhantes ao sistema sinocêntrico pré-moderno. É sob essa perspectiva que analisamos a seguir a Nova Rota da Seda.

6.2 A Nova Rota da Seda

A primeira menção à Nova Rota da Seda foi feita por Xi Jinping em 2013, ainda com o título de *One Belt, One Road* (OBOR). Outros eventos relacionados à BRI já ocorreram e vários projetos foram iniciados, mas sua inauguração oficial ocorreu apenas em 2017, em Beijing. O evento contou com a participação de 29 chefes de Estado, algumas dezenas de líderes de nível ministerial de outros países e representantes de organizações internacionais. Este foi um passo definitivo de superação da Era Deng, marcada pela máxima “esconda suas capacidades e ganhe tempo. Nunca tente tomar a liderança”⁶⁹.

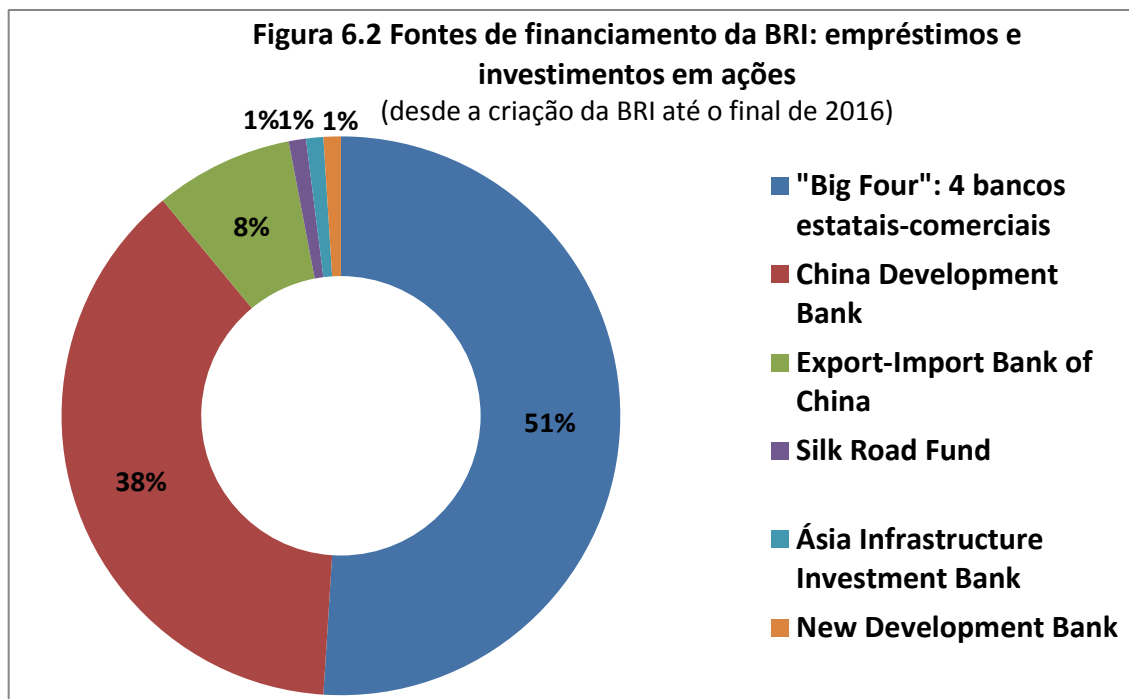
O evento foi um movimento da China na direção da liderança regional, com muita demonstração de suas capacidades e muito simbolismo de imponência imperial. As imagens, divulgadas por veículos de mídia e disponíveis no Youtube, são a perfeita reprodução do *Tianxia* confuciano: o “imperador” Xi Jinping recebe missões tributárias de todas as partes do mundo em luxuosos salões e banquetes, discursa sobre o papel da China na construção de um mundo próspero e pacífico⁷⁰, faz referências ao passado glorioso de seu país/civilização na antiga rota da seda, profere ditados chineses sobre a conexão entre os povos e enfatiza o caráter de ganhos mútuos da iniciativa.

A literatura tem sugerido que a abordagem inicial da China a seus parceiros da BRI consiste em uma primeira fase de investimentos em infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações seguida por uma segunda fase voltada para manufaturas, mineração, finanças, turismo, cultura e mídia⁷¹. Enquanto a primeira fase é encabeçada por grandes SOE's financiadas por bancos estatais, a segunda é composta tanto por empresas públicas quanto por privadas, que recebem diversos tipos de incentivos do governo. Cabe ressaltar que a primeira fase não é substituída pela segunda, e sim sobreposta por uma ampliação dos setores e valores envolvidos.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2017/05/14/what-is-chinas-belt-and-road-initiative>

⁷⁰ Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/1046925.shtml>

⁷¹ Disponível em: <https://www2.deloitte.com/insights/us/en/economy/asia-pacific/china-belt-and-road-initiative.html>



Fonte: Deloitte⁷²

Conforme o título (e o conteúdo) do tópico 5.1.1, a BRI tornou-se uma ferramenta de *economic statecraft* como resultado da aliança Estado-capital dentro da China. Isto é, as SOE's atuam como verdadeiras pontas-de-lança de alinhamentos diplomáticos, interesses estratégicos e perspectivas de ganhos econômicos mútuos e abrem caminho para a atuação mais ampla de uma vasta gama de outras empresas chinesas (públicas e privadas) em setores variados.

O SE Asiático como um todo já vive a sobreposição entre as duas fases de investimentos da BRI. No tocante à primeira fase, os setores de energia e infraestrutura de transportes foram predominantes em todo o recorte analisado (de 77% para 55% e depois para 76% nos períodos entre 2005 e 2017) (tabela 6.1). Porém, apresentam tendências opostas: do total de projetos acima de US\$100 milhões, a parcela de investimentos em energia caiu drasticamente (de 72% entre 2005-2009 para 38% entre 2014-2017) enquanto que o setor de transportes e logística passou de 12% para 33% no mesmo período (AEI).

⁷² Idem.

Tabela 6.1 IED da China no SE Asiático: setores de energia, transportes e logística em relação ao IED total (2005-2017) (em US\$ milhões)			
	2005-2009	2010-2013	2014-2017
Energia (A)	\$ 22.250,31	\$ 28.210,00	\$ 42.190,00
Transportes + Logística (B)	\$ 3.960,00	\$ 7.030,00	\$ 36.810,00
Total (A+B)	\$ 26.210,31	\$ 35.240,00	\$ 79.000,00
Total IED	\$ 34.030,00	\$ 63.460,00	\$ 102.910,00
A+B / Total IED	77%	55%	76%

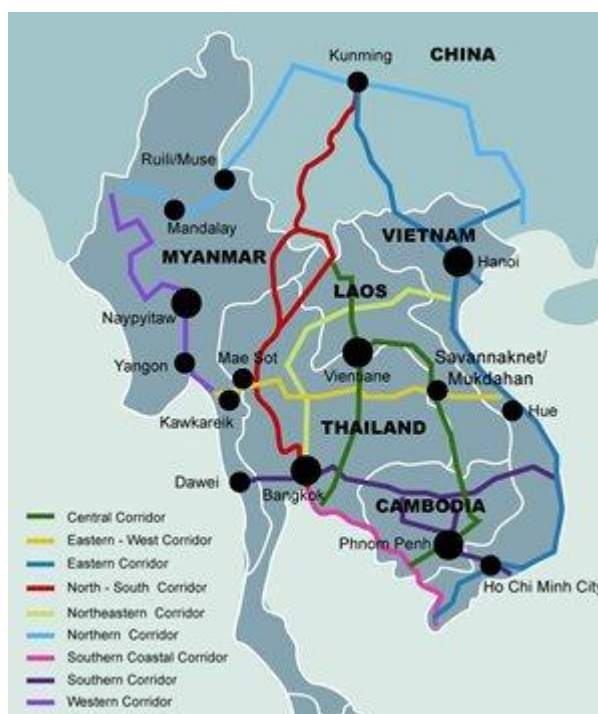
Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute

A lógica da BRI para cada região (e para cada país) é distinta. No SE Asiático nota-se que: i) a alta proporção de investimentos no setor energético é anterior à BRI (pré-2013) e por mais que tenham crescido em números absolutos, eles caíram em termos relativos por conta da transição para energias renováveis dentro da China; e ii) o setor de transportes e logística cresceu de forma considerável, o que reflete a mudança no regime de acumulação chinês e a necessidade de internacionalizar o setor de infraestrutura, já saturado no mercado doméstico.

Os projetos chineses de infraestrutura no SE Asiático têm dois perfis: os que visam a uma conexão mais direta com a China (por meio de portos, rodovias e ferrovias) e os que não estão diretamente ligados ao cinturão logístico da BRI, mas contribuem para a melhoria da infraestrutura doméstica dos países parceiros. Os projetos do primeiro tipo têm uma função estratégica mais evidente, posto que informações e instalações portuárias e rodoferroviárias construídas por empresas estatais da China podem ser utilizadas pelas forças armadas deste país em caso de conflito (conforme a doutrina do *people's war at sea*). Já a função estratégica dos projetos do segundo tipo é menos evidente, mas não menos importante, pois o controle por empresas chinesas de manufaturas e de malhas de transporte, energia e informação de outros países pode muito bem se transformar em arma de guerra, de chantagem ou de simples influência política (Chong, 2014). Em comum, ambos os perfis costumam ser enquadrados dentro da Nova Rota da Seda.

Como exemplo do primeiro tipo, é possível citar a rede transnacional de transportes na região do Rio Mekong, que tem como objetivo a construção de corredores econômicos que ligam boa parte da Península da Indochina às províncias chinesas de Yunnan e Guangxi. Uma série de obras já está terminada, como a rodovia Kunming-Bangkok, que passa pelo Laos para conectar China e Tailândia e o conjunto de linhas expressas que ligam Nanning à fronteira com o Vietnã. Porém, a maior parte dos projetos fora da China ainda está em fase de planejamento.

Figura 6.3 Corredores econômicos da região do Rio Mekong



Fonte: Hong Kong Trade Development Council⁷³

Outro exemplo é a construção de uma rede de portos sob controle de empresas chinesas para compor a chamada Rota da Seda Marítima. O estudo da C4ADS traz uma análise de alto nível a respeito dos investimentos chineses no setor portuário do Indo-Pacífico. Após a análise de quinze estudos de caso, os autores chegam à conclusão de que tais investimentos não são orientados pelo conceito de jogo de soma positiva pregado por Beijing, e sim pela busca de influência política, expansão furtiva de presença militar e construção de um ambiente estratégico favorável na região para superar o famigerado “dilema de Malaca” (THORNE; SPEVACK, 2017, p. 4).

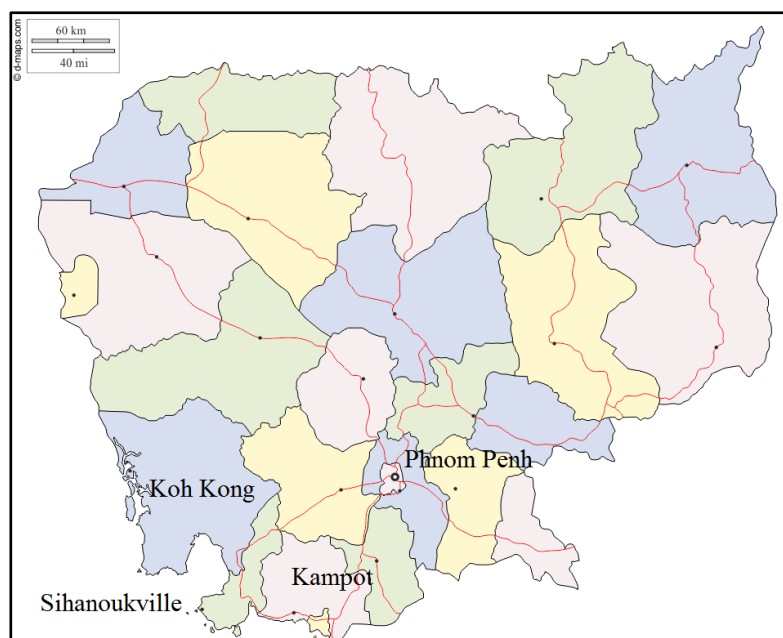
Esses objetivos têm sido explicitados no debate intelectual dos militares da Marinha Chinesa, conforme a citação do comandante Deng Xianwu de que “onde quer que haja um negócio chinês, navios de guerra terão um ponto de apoio logístico”. O estudo ainda traz outras citações de altos oficiais, que veem a construção de portos da BRI em Gwadar, no Paquistão, e em Kota Kilabalu, na Malásia, como os dois primeiros “movimentos de xadrez” para romper com o cerco norte-americano; e o uso de estratégias do jogo *Go* para esconder as intenções e cercar os oponentes (Idem, p. 20-21). Por fim, retoma a ideia do *people’s war at sea* com o paradigma do “primeiro civil, depois militar” (先民后军) definida na citação abaixo:

⁷³ Disponível em: <http://economists-pick-research.hktdc.com/business-news/article/Research-Articles/The-ASEAN-Link-in-China-s-Belt-and-Road-Initiative/rp/en/1/1X000000/1X0A3UUO.htm>

Use main ports as investment points, use local resources, establish an economic development zone, complete steel industry, shipbuilding industry, mineral processing industry... [and] make these ports gradually possess the capability for offering logistical support to Chinese vessels and become China's strategic support points in Southeast Asia to create an advantageous external environment for China's rise (ZHANG Apud THORNE; SPEVACK, 2017, p. 24).

Segundo o estudo, as SOE's estão envolvidas em doze dos quinze portos, e em nove há relação direta entre elas e o governo do país parceiro⁷⁴. O caso do Camboja é representativo. Uma vez que o principal porto do país, em Sihanoukville, foi construído com fundos japoneses que também possuem uma parte minoritária de suas ações (13,5%), duas empresas chinesas buscaram alternativas. Após negociação política entre Beijing e Phnom Penh, a estatal Guangxi Beibu Gulf International Port Group assinou em 24 de abril de 2018 um acordo para a construção de um porto alternativo em Kampot, na província adjacente a Sihanoukville⁷⁵; e em 2008 a empresa privada Union Development Group arrendou por 99 anos uma área de 45 mil hectares em 20% do litoral cambojano, na província de Koh Kong, para construir uma cidade voltada para o turismo com aeroporto e porto de águas profundas⁷⁶ (THORNE; SPEVACK, 2017, p. 4). Neste último caso, houve registros de visitas técnicas de membros do United Front, ainda que o projeto seja de uma empresa privada, o que ilustra a influência do governo nas decisões da empresa (Idem, p. 29).

Figura 6.4 Mapa do Camboja



Fonte: elaboração própria

⁷⁴ O estudo se baseia na mídia chinesa que noticia visitas políticas e técnicas de membros do Partido Comunista Chinês e de órgãos como o United Front Work Department, ligado ao PCC.

⁷⁵ Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Company-in-focus/Cambodia-s-biggest-port-sees-China-coveting-Japan-s-dominant-role>

⁷⁶ Disponível em: <http://www.atimes.com/article/a-chinese-colony-takes-shape-in-cambodia/>

Em geral, as companhias chinesas garantem o controle financeiro dos portos de duas formas: pela posse das ações das empresas que os gerenciam; e/ou pelo arrendamento/concessão para controlar e gerenciar o próprio porto. A posse das ações é variável e dos quinze portos analisados no estudo da C4ADS, as empresas chinesas têm participação em nove e são majoritárias em seis. Já o arrendamento é fixo e por um período longo, mas não significa carta branca para a atuação da China. Isto é, geralmente os contratos deixam explícita a natureza puramente comercial do acordo, de forma que o território continua como parte soberana do país parceiro. Porém, a falta de transparência dos acordos e a capacidade do uso dual (civil-militar) das instalações portuárias podem relativizar tal soberania.

Porto	Tempo (em anos)	Controle das ações por empresa chinesa (%)
Colombo, Sri Lanka	35	85
Koh Kong, Camboja	99	100
Darwin, Austrália	99	80
Doraleh Multipurpose Port/ Logistics Support Base, Djibouti *	10	23,5
Gwadar, Paquistão	40	-
Hambantota, Sri Lanka	99	70
Kuantan, Malaysia **	30	49
Melaka, Malaysia ***	99	49
Maura, Brunei	60	57

*Ampliável por mais 10 anos

**Ampliável por mais 30 anos

*** Não inclui o controle de ilhas construídas artificialmente, as quais a China pode controlar perpetuamente.

Fonte: THORNE; SPEVACK, 2017

Os projetos de infraestrutura do segundo tipo, aqueles que não têm ligação explícita com o cinturão marítimo, mas que seguem o padrão ou usam a “marca” BRI, também têm se destacado. A título de exemplo, uma das principais plataformas de governo de Joko Widodo (que tornou-se presidente da Indonésia em 2014) é precisamente a melhoria da infraestrutura do país com um pacote de 265 projetos, dentre eles a ferrovia de alta velocidade Jacarta-Bandung, de cerca de 140 quilômetros, a ser construída pela estatal China Railway Corporation em cooperação com a estatal indonésia PT Wijaya Karya (SALNA, 2018). Após forte concorrência de uma empresa japonesa, os chineses venceram a disputa em 2016, favorecidos pela promessa de financiamento do China Development Bank, que repassou a primeira parcela de US\$170 milhões para a joint-venture sino-

indonésia em maio de 2018⁷⁷ (NEGARA; SURYADINATA, 2018). Atualmente o projeto está em fase inicial com a abertura dos primeiros túneis e apresenta alguns atrasos em decorrência da compra de terras.

Figura 6.5 Projeto da ferrovia Jacarta-Bandung⁷⁸



Fonte: railwaypro.com

A lista de obras da BRI que não estão diretamente ligadas ao cinturão logístico do SE Asiático é grande e abrange uma infinidade de projetos em diferentes estágios de execução e em áreas variadas como irrigação, usinas hidrelétricas, pontes, transmissão elétrica, etc. Não obstante, elas não estão livres de contestação e desconfiança. A recente eleição de Mahatir Mohamad para primeiro-ministro da Malásia é um exemplo: seu antecessor e oponente político, Nagib Razak, esteve envolvido em um escândalo de corrupção de um fundo de investimentos (IMDB) com suspeita de ligação a empresas chinesas. Diante disso, desde que tomou posse em maio de 2018 Mahatir tem articulado o cancelamento de grandes projetos da BRI – oficialmente pelo temor do endividamento público, mas os aspectos geopolíticos e da corrupção também têm relevância.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.thejakartapost.com/news/2018/05/02/high-speed-railway-construction-accelerated-as-cdb-disburses-loan.html>

⁷⁸ Disponível em: <https://www.railwaypro.com/wp/jakarta-bandung-hsr-project-could-be-completed-within-three-years/>

Referindo-se aos projetos de uma ferrovia e de dois gasodutos, o primeiro-ministro afirmou: *"It's all about pouring in too much money which we cannot afford, we cannot repay and also because we don't need these projects for Malaysia at this moment"* (MA, 2018). E em uma conferência de imprensa com o premier chinês Li Keqiang em agosto de 2018 Mahatir deixou claro o desconforto com a projeção chinesa: *"We should always remember that the level of development of countries are not all the same. We do not want a situation where there is a new version of colonialism happening because poor countries are unable to compete with rich countries, therefore we need fair trade"* (Idem).

A leitura do primeiro-ministro ilustra as desconfianças e contradições que começam a emergir em relação à BRI e remetem ao argumento de Lee (2017) de que a dinâmica doméstica dos reinos tributários e a aceitação consensual da ideologia chinesa eram fundamentais para o sistema sinocêntrico. Ao vetar os referidos projetos, Mahatir não apenas aponta as contradições dos supostos ganhos materiais para seu país, como também se refere à projeção chinesa como “nova versão de colonialismo” e questiona a ideologia chinesa dos ganhos mútuos.

Apesar dessas desconfianças, a China tem diminuído a diferença para o Japão (principal fonte) no total de investimentos no SE Asiático. A tabela abaixo mostra a diferença em termos de financiamentos e em número de projetos desde os anos 2000.

Tabela 6.3 Financiamento e projetos de China e Japão no SE Asiático desde a década de 2000				
	Financiamento (US\$ bilhões)		Número de projetos	
	China	Japão	China	Japão
Filipinas	3,18	33,54	7	28
Indonésia	45,01	53,16	46	47
Malásia	47,27	10,88	30	16
Singapura	3,3	19,71	12	23
Tailândia	8,49	7,82	5	22
Vietnã	29,26	100,34	30	84

Fonte: ALEGADO, 2018⁷⁹

A segunda fase da BRI, isto é, a ampliação dos setores de investimento, já tem abarcado o SE Asiático. Além dos incentivos do governo como *match-making*, feiras de tecnologia e fomento à pesquisa de ponta, um fenômeno relevante é a construção de parques industriais chineses no exterior, que têm atraído empresas privadas e criado novos *hubs* de manufaturas e serviços nas

⁷⁹ Dados divergentes em relação ao American Enterprise Institute em função dos métodos de análise.

cadeias globais de valor. Isso faz parte do modelo de desenvolvimento “cidade-indústria-porto” (*Ports-Park-City*) e ilustra a sobreposição das duas fases da BRI. Por meio de incentivos (vistos adiante), o governo insta companhias chinesas a desenvolver zonas industriais de manufaturas e redes de transporte conectadas aos portos sob administração de empresas chinesas (THORNE; SPEVACK, 2017, p. 27).

Até 2016, foram construídos 56 parques industriais (ou Zonas de Desenvolvimento Integrado, ZDI’s) em 20 países da BRI, atraindo 1082 empresas, um valor acumulado de investimento de US\$ 18,55 bilhões e a geração de receita bruta de cerca de US\$50 bilhões (SONG, et al, 2018). Cinco países do SE Asiático receberam sete ZDI’s, com destaque para a Indonésia, que possui três.

Em geral, as ZDI’s começam com acordos de cooperação política bilateral entre chefes de Estado que dão origem a comitês de cúpula responsáveis pelo planejamento das obras. De um lado, as empresas chinesas de construção ficam responsáveis pelos custos de planejamento, edificação e promoção das instalações; de outro, o país parceiro oferece recursos naturais, mão de obra, mercado consumidor e benefícios fiscais (SONG et al, 2018). Com o fim das obras, a joint-venture responsável pela administração da ZDI passa a divulgar as vantagens das instalações para empresas chinesas (públicas e privadas), geralmente com incentivos dos governos provinciais e do governo central da China como crédito e seguro subsidiados, permissões específicas e facilidades tributárias.

Song et al (2018) afirmam que em ZDI’s onde predominam estatais chinesas, a relação com o governo local tende a ser mais próxima e os benefícios ainda maiores: é o caso de Saiseta, no Laos, que concedeu renúncia fiscal pelo uso da terra por setenta anos. Se, por um lado, essas facilidades encorajam empresários a enfrentar condições adversas em países como Camboja e Laos, por outro, faz com que bancos estatais arquem com os custos iniciais dos empreendimentos e corram o risco de prejuízo no longo prazo.

O mapa abaixo apresenta a localização das referidas ZDI’s e dos projetos de portos sob controle chinês na região do Indo-Pacífico, que abrange e vai além do SE Asiático.

Figura 6.6 Projetos de portos sob controle chinês e de Zonas de Desenvolvimento Integrado no Indo-Pacífico



Fonte: elaborado pelo autor com base em THORNE; SPEVACK, 2017 e SONG et al, 2018.

As duas principais referências usadas até aqui chegam a conclusões opostas. O estudo da C4ADS. (THORNE; SPEVACK, 2017, p. 4) argumenta que o plano de construção dos portos na região do Indo-Pacífico vai além da motivação comercial e serve a interesses estratégicos da China. Já Song et al (2018) afirmam que as Zonas de Desenvolvimento Integrado absorvem totalmente a mão de obra local, geram efeitos multiplicadores e cooperam com ONG's e movimentos sociais em programas de agricultura e ecologia. A falta de consenso sobre o assunto reflete a dificuldade de acesso a fontes primárias e a própria diferença de problemáticas de pesquisa.

Por fim, empresas privadas de tecnologia de ponta também têm expandido suas operações nos países do SE Asiático porque, segundo Lim (2018), são mercados com poucos competidores de escala e poucas barreiras regulatórias, se comparados a Europa e EUA. Alguns casos são dignos de nota. Em 2016 a empresa chinesa Alibaba de comércio virtual comprou a Lazada Group de Singapura e assinou contratos de cooperação com Tailândia e Malásia⁸⁰. Em 2018 a chinesa Tencent, concorrente da Alibaba, dona da rede social *wechat* e desenvolvedora de jogos virtuais de sucesso, investiu na empresa Sea de Singapura, que também desenvolve jogos e atua no comércio

⁸⁰ <https://www.scmp.com/tech/enterprises/article/2153876/southeast-asia-becomes-target-china-technology-companies-tough-nut>

virtual⁸¹. A *start-up* chinesa Yitu, tem equipado a polícia da Malásia com seus aparelhos de reconhecimento facial⁸². E uma infinidade de outras empresas privadas ligadas a serviços virtuais, entretenimento, hotelaria, etc, completa a lista.

Se a gravitação econômica em torno da China Imperial se dava pelas redes de comércio de longa distância, o processo atual é muito mais complexo e envolve integração produtiva, comercial e de investimentos, tanto por empresas públicas quanto privadas. Apesar disso, o ponto de similaridade é a intersecção entre a gravitação econômica e as lógicas estratégica e simbólico-institucional. Isto é, viu-se no capítulo 3 que o acesso às rotas de comércio de longa distância era usado pela corte imperial para cooptar reinos vassalos à ordem mundial chinesa (*tianxia*) e moldar seus comportamentos estratégicos de acordo com interesses do Império do Meio. Algo semelhante pode ser dito sobre a BRI: ela tende a criar um campo de gravitação econômica em torno da China que, em tese, confere benefícios de desenvolvimento em troca da adesão simbólica ao *tianxia* e da reverência à superioridade estratégica chinesa. Ademais, assim como as navegações de Zheng He foram além da promoção comercial e executaram campanhas militares em prol de interesses do império, a rede de portos chineses no Indo-Pacífico, que tem o objetivo declarado da integração logística, traz consigo a mesma lógica do uso dual, civil-militar, das navegações do século XVI.

Não obstante, se a construção de dinâmicas sinocêntricas no presente é mais complexa do que a pré-moderna, as contradições, contestações e contrapesos a ela também são mais fortes. A atuação dos EUA e a formação de um regime de segurança com países mais autônomos e menos belicosos entre si no SE Asiático fogem do modelo sinocêntrico e precisam ser levadas em conta. A própria afirmação de Mahatir sobre um “novo colonialismo” chinês só é possível porque trata-se de um país soberano que, apesar de reconhecer a crescente influência chinesa na região, pode recorrer a suas próprias forças de defesa, cooperar com outros países em termos de segurança e buscar alternativas à interdependência econômica com a China.

É precisamente por conta dessa encruzilhada entre forças sinocêntricas de longa duração e forças westfalianas contemporâneas que propomos a seguir o estudo de caso das relações sino-filipinas.

⁸¹ Disponível em: <https://www.scmp.com/tech/enterprises/article/2152507/singapores-gaming-shopping-company-sea-develop-more-games-financial>

⁸² Disponível em: <https://www.scmp.com/tech/start-ups/article/2152043/chinese-facial-recognition-start-megvii-makes-push-southeast-asia>

6.3 Estudo de caso: a projeção da China nas Filipinas

“*China is acting as its former self*”. Assim Julio Amador III, do Foreign Service Institute das Filipinas descreveu, em entrevista, a postura do gigante asiático no século XXI. E continuou: “a China quer novos tributários? Isso pode até ser verdade, mas o antigo sistema tributário só durou tanto tempo porque seus associados tinham benefícios comerciais com a China. E navegadores filipinos aportaram na China antes de navegadores chineses aportarem nas Filipinas”. O peso da narrativa histórica neste depoimento é notório e é a partir dele que iniciamos o tópico para questionar: em que medida as relações sino-filipinas contemporâneas são um eco do sistema sinocêntrico pré-moderno?

Diferente de uma política externa mais autônoma (casos de Vietnã e Indonésia), ou de um histórico de proximidade com a China (casos de Mianmar, Laos e Camboja), as Filipinas mantêm uma relação especial com sua antiga metrópole colonial, os EUA, desde a independência da Espanha em 1898 e da independência formal em 1946. O Acordo de Bases Militares (1947) e o Tratado de Defesa Mútua (1951) assinados no “calor” da Guerra Fria fizeram das Filipinas um importante aliado norte-americano na contenção do comunismo na Ásia pela tática de alianças bilaterais conhecida como *hub and spocks*. O Acordo de Bases Militares vigorou até 1992 quando o governo filipino, inspirado por outros aliados dos EUA e também por um nacionalismo crescente, não via mais necessidade de manter uma relação tão próxima com sua ex-metrópole e optou pelo fechamento das bases norte-americanas no país. Apesar disso, o quase meio século sob o guarda-chuva de segurança dos EUA fortaleceu laços entre as duas sociedades e embora o auxílio econômico às Filipinas não fosse comparável ao oferecido a Coreia do Sul e Japão, a economia do país tornou-se dependente dos EUA, suas forças armadas foram construídas a partir da cooperação com os norte-americanos e a comunidade de imigrantes filipinos nos EUA cresceu de forma considerável.

Em contrapartida, até a normalização de relações diplomáticas em 1975, a percepção das Filipinas sobre a China continental era de ameaça: temia-se o “contágio comunista” pelo apoio chinês à insurgência/guerrilha comunista em Mindanao e a diáspora chinesa no país era vista com desconfiança, como uma espécie de quinta coluna. Nas duas décadas seguintes (1975-1995), a relação bilateral tornou-se cordial apesar da baixa interação econômica (SAN PABLO-BAVIERA, 2009, p. 174). Assim, até meados dos anos 1990, a assimetria de capacidades entre China e Filipinas não era tão evidente como seria nas décadas seguintes e a relação especial (também assimétrica) com os EUA garantia-lhe alguma sustentação econômica e segurança contra as forças comunistas internas apoiadas pela China.

Os dilemas da assimetria com as grandes potências ficaram evidentes nos anos 1990. A ameaça chinesa deixou de se dar pela “exportação da revolução comunista” e tornou-se geopolítica quando a marinha filipina descobriu construções e patrulhas navais chinesas nas Mischief Reef (nas Ilhas Spratly), entre 1995 e 1997 (GOH, 2008, p. 134). Não por acaso, em 1998-1999 o governo filipino negociou o retorno de forças norte-americanas pelo *Visiting Forces Agreement*, encerrando o breve hiato de ausência dos EUA e atendendo à opinião pública ao dar uma aparência temporária à presença estrangeira. O controle (ou pelo menos o acesso) ao Mar do Sul da China é importante para China e Filipinas porque, para San Pablo-Baviera (2009, p. 175), ambos têm constrangimentos como grandes populações, superexploração de recursos, crises ambientais e dependência energética. Mas a assimetria de capacidades materiais, já evidente nos anos 1990, fez das Filipinas, também por sua inevitável vocação marítima, um ator muito mais sensível e vulnerável ao que acontece no MSC.

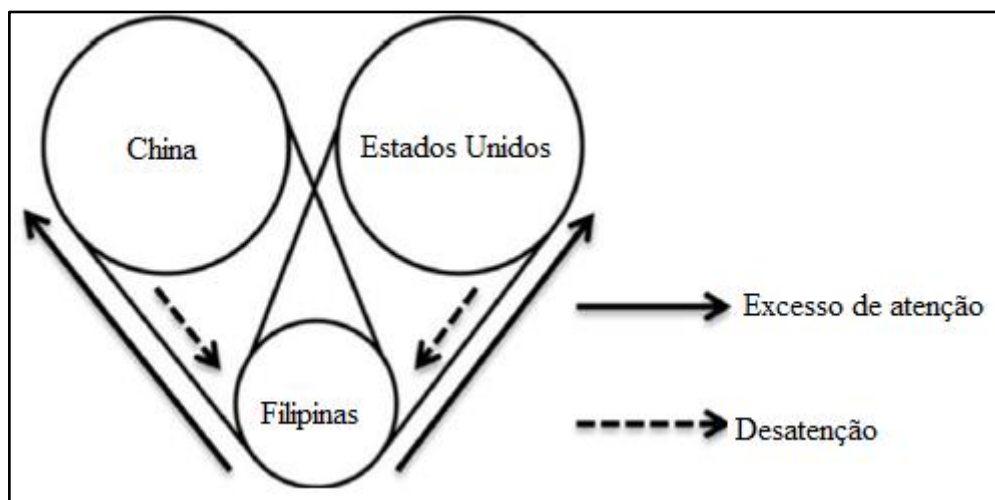
Foi a partir da crise financeira asiática de 1997 que a relação triangular tornou-se mais complexa. Conforme visto, a China lançou uma ofensiva de *economic statecraft* e de diplomacia bilateral e multilateral no SE Asiático, além de impulsionar sua diplomacia militar na região. Já os EUA, na esteira dos ataques de 11/09, fizeram do SE Asiático o segundo grande teatro da Guerra ao Terror e reforçaram alianças com Japão, Austrália, Singapura e Indonésia (SAN PABLO-BAVIERA, 2009, p. 185). Assim, a disputa sino-americana pela primazia na Ásia-Pacífico, embora ofuscada pelos conflitos no Iraque e no Afeganistão, ganhou força a partir desses movimentos, moldando o que chamamos de “segundo arco temporal” da projeção chinesa no SE Asiático (de 1997 a 2008). Em suma, na perspectiva do SE Asiático, Julio Amador III afirmou em entrevista que “a China é uma realidade geográfica e os EUA são uma necessidade estratégica”.

Porém, foi no terceiro arco temporal de projeção chinesa (pós 2008) que a relação com as Filipinas tornou-se mais complexa. Isolar variáveis e identificar nexos causais são tarefas difíceis, mas um olhar histórico pode nos revelar algumas pistas importantes. A partir dos mandatos presidenciais filipinos, percebemos como o país passou de uma relação cooperativa com a China (com Gloria Macapagal-Arroyo, de 2001 a 2010) para uma conflituosa (com Benigno Aquino III, de 2010 a 2016) e desta para uma nova dinâmica amistosa (com Rodrigo Duterte, de 2016 em diante). Ademais, esse período também foi marcado pelo “retorno” dos EUA à Ásia Oriental com o pivô para a Ásia dos governos Obama (2009-2016).

Nesse sentido, Jeremy Chiang (2017) aplica a Teoria da Assimetria de Brantly Womack (2006) para interpretar a relação das Filipinas com duas entidades mais fortes, os EUA e a China. Para Chiang (2017, p. 6), os países do SE Asiático caíram em uma espécie de “dupla-assimetria estrutural” em que o ambiente externo é fonte não de uma, mas de duas grandes pressões bilaterais

rivais entre si. E nessa dinâmica triangular, a relação sino-americana apresenta desafios intrínsecos aos Estados menores, que precisam se equilibrar entre relações de “autonomia-deferência” com as duas potências e evitar cair no ciclo vicioso de “*bullying*-paranoia” decorrente do excesso de atenção dedicado às potências enquanto estas têm temas mais prementes para lidar.

Figura 6.7 A dupla assimetria estrutural das Filipinas

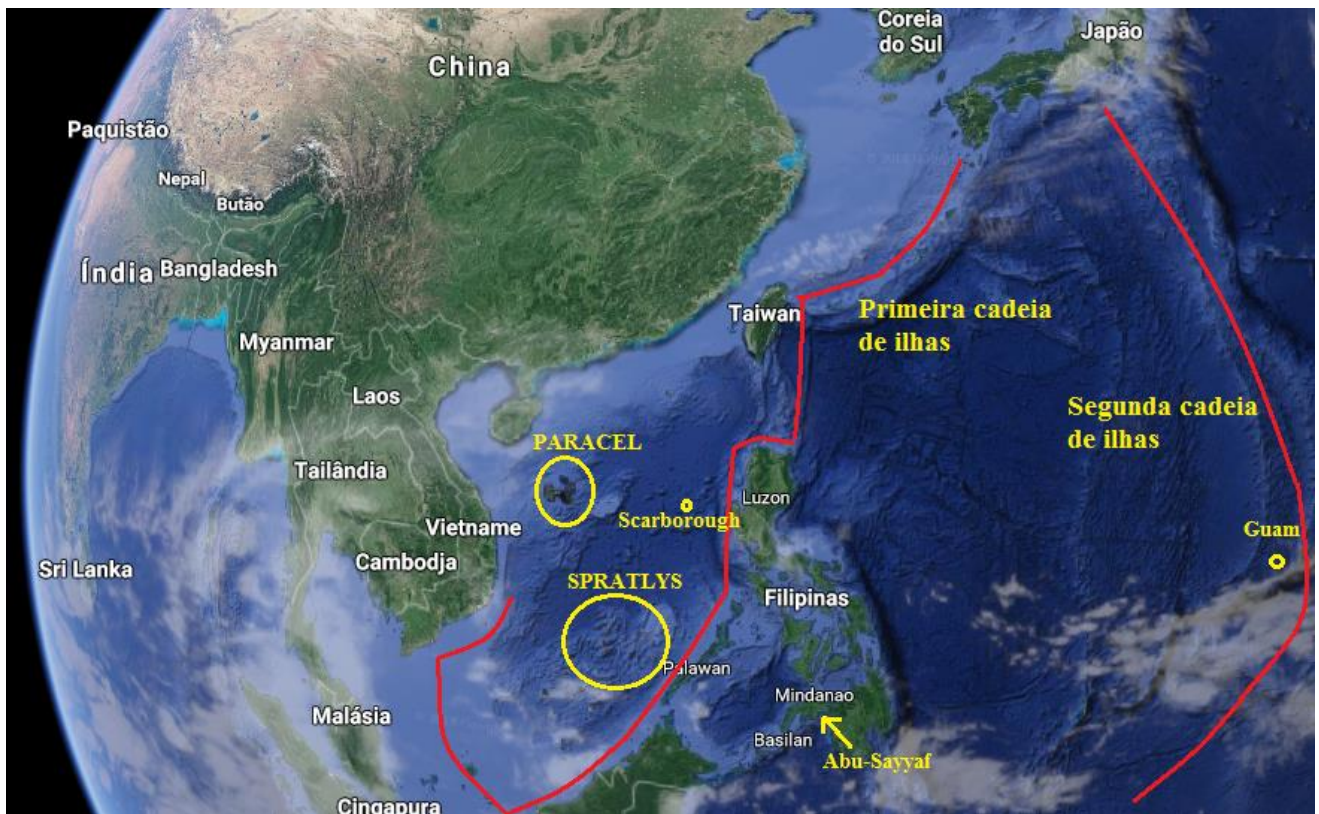


Fonte: Chiang, 2017.

Este modelo se aproxima das ideias de “equilíbrio de influência”, “contradominância”, “emaranhamento de relações” ou “diplomacia da ambiguidade” vistas anteriormente (CIORCIARI, 2009; ACHARYA, 1999; GOH 2008; CHONG, 2016) e, segundo Chiang, é replicável a outros casos do SE Asiático. No caso das Filipinas, o modelo é útil porque o país tem: a) um histórico de proximidade estratégica e interdependência econômica com os EUA; b) uma conjuntura mais recente de forte interação (cooperativa e conflitiva) com a China; e c) é, junto com o Vietnã, o país mais combativo no tocante à assertividade chinesa no MSC.

O mapa abaixo mostra a dupla assimetria estrutural das Filipinas a partir de sua localização geográfica. O país está localizado na transição entre as duas cadeias de ilhas da China e forma, junto com Coreia do Sul, Japão e Taiwan uma grande barreira à projeção militar chinesa, tendo como pedra angular o sistema de *hub and spoeks* centrado nos EUA. À oeste, no MSC, localizam-se o recife de Scarborough, ocupado pela China em 2012, e o conjunto de elevações das Paracel (disputadas entre China e Vietnã) e das Spratlys disputadas por seis países da região (figura 6.1). Por fim, a ilha de Mindanao, no sul das Filipinas, abriga movimentos separatistas e o grupo Abu-Sayyaf, autoproclamado braço do Estado Islâmico na região. O impacto dessas questões para as relações sino-filipinas será abordado nas próximas páginas.

Figura 6.8 A geografia da dupla assimetria estrutural das Filipinas



Fonte: elaborado pelo autor com base no google maps

Seguindo o método adotado até aqui, as relações sino-filipinas serão analisadas pelo recorte dos vetores de projeção chinesa (economia política, estratégico e simbólico-institucional). Além deles, incluímos um quarto recorte, os litígios no Mar do Sul da China, porque essas tensões fazem emergir as contradições da ascensão chinesa e irradiam seus efeitos para os três vetores. Isto é, a tensão no MSC não pode ser encarada apenas por um viés “duro” de poder militar, pois também tem causas e consequências simbólicas e econômicas.

6.3.1 O equilíbrio de influência entre Estados Unidos e China no governo Arroyo (2001-2010): a diplomacia da ambiguidade

A presidente filipina Gloria Macapagal-Arroyo (2001-2010) colocou em prática uma política de “equi-balancing” com as grandes potências (CASTRO, 2016, p. 139) nesse cenário de crescente competição entre elas. Arroyo visitou os EUA em novembro de 2001, recebeu George W. Bush em 2003 e aproveitou o afã da Guerra ao Terror para reforçar a cooperação em segurança: o auxílio militar norte-americano passou de US\$ 38 milhões em 2001 para US\$114 milhões em

2003⁸³; conforme visto, o país recebeu, junto com a Tailândia, o status de aliado não membro da OTAN e tornou-se um centro de operações logísticas do exército dos EUA; e suas forças armadas receberam treinamento para combater as guerrilhas no sul do país (CHIANG, p. 11). Porém, em decorrência do sequestro de um trabalhador filipino no Iraque em 2004, Angelo de la Cruz, a presidente optou por retirar suas tropas do país, que apoiavam a ocupação norte-americana. A relação com os EUA estremeceu, mas apenas temporariamente dada a aproximação sino-filipina.

Por outro lado, os elementos de aproximação sino-filipina são notórios. O eixo da ascensão pacífica da China foi reforçado por exercícios militares conjuntos, um memorando de entendimentos (em 2004), a primeira visita oficial de um navio de guerra filipino a Beijing e, no âmbito multilateral, a adesão da China ao Código de Conduta no MSC em 2002. Em 2005, junto com Hu Jintao, Arroyo declarou que as relações bilaterais viviam uma “era de ouro de parceria”, reforçando a vertente simbólica do *win-win game*. A China forneceu assistência militar no valor de US\$ 1,2 milhões (ainda um valor muito abaixo do norte-americano), convidou as Filipinas para exercícios militares conjuntos e assinou uma série de memorandos de cooperação em defesa e segurança (SAN PABLO-BAVIERA, 2009, p. 175). O número de acordos com a China cresceu expressivamente após o esfriamento das relações com os EUA, passando de 25 (de 2001 a 2004) para 52 (de 2005 a 2007). E em seus dois mandatos Arroyo celebrou o total de 83 acordos com a China, em contraste com 15 de seu antecessor (Estrada) e 9 de seu sucessor (Aquino), envolvendo temas sensíveis como a cooperação no MSC para estudo de atividades sísmicas (CLEMENTE, 2016, p. 222).

Por fim, o âmbito econômico foi reforçado por algumas vias: além dos acordos de cooperação, o comércio bilateral cresceu exponencialmente com um considerável superávit filipino; e entre 2008 e 2010 empresas chinesas investiram cerca de três bilhões de dólares no setor energético das Filipinas (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; CLEMENTE, 2016, p. 222). Ademais, em 2003 os bancos centrais dos dois países assinaram um acordo de *swap* cambial no âmbito da Iniciativa Chiang Mai e o China Exim Bank forneceu crédito para que o governo filipino pudesse financiar a construção de uma estrada de ferro na Ilha de Luzon, a principal do país⁸⁴.

A tabela abaixo sumariza os principais pontos a partir do método empregado.

⁸³ Disponível em: explorer.usaid.gov.

⁸⁴ Disponível em: http://en.people.cn/200308/31/eng20030831_123444.shtml

Tabela 6.4 Arroyo e a China: cooperação e equilíbrio de influência na “Era de Ouro de Parceria” (2001-2010)	
Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> - Memorando de entendimento (2004); - Exercício militar conjunto com a China; - Navio de guerra Filipino visita Beijing; - Caso Angelo de la Cruz esfria relações filipino-americanas em 2004.
Simbólico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de cooperação (83 projetos); - Diplomacia presidencial: “Era de Ouro de Parceria”.
Economia Política	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento externo direto da China no setor de energia (a partir de 2008); - Superávit comercial das Filipinas. - Acordo de <i>swap</i> cambial - Fornecimento de crédito pelo Exim Bank
Mar do Sul da China	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda secundária por boa parte dos anos 2000. - Apenas em 2009 o tema ganha força quando China e Filipinas oficializam suas demandas na ONU.

Fonte: elaborado pelo autor

Porém, o final do governo Arroyo foi marcado por denúncias de corrupção com investimentos chineses e por novo atrito no MSC. Em março de 2009 a presidente aprovou a *Philippine Archipelagic Baselines Law*, que define a jurisdição territorial do país e inclui o Recife de Scarborough. Dois meses depois a delegação chinesa submeteu à ONU o *9-dash line*, que é sua demanda oficial no MSC e se sobrepõe às 200 milhas de zona econômica exclusiva de vários países do SE Asiático. Como consequência, o número de acordos de cooperação caiu abruptamente e as relações bilaterais esfriaram.

6.3.2 A escalada de tensões durante o governo Aquino III (2011-2015): o contrapeso do reino rebelde e as missões punitivas da China

O candidato que sucedeu a presidente Arroyo, Benigno S. Aquino III, chegou ao poder com uma campanha de crítica à aproximação com os chineses. Em seu primeiro ano de governo, Aquino mandou sinais de deferência à China ao não enviar representantes à cerimônia do Premio Nobel de 2010 que laureara o dissidente chinês Liu Xiabo, e extraditar taiwaneses acusados de fraude

eletrônica em 2011 (CHIANG, 2017, p. 16). Porém, a assimetria estrutural distorceu essas mensagens e o lado mais forte, a China, desatento a esses sinais, recrudescou sua política de *bullying* no MSC (Idem, p. 13), gerando atritos entre as marinhas chinesa e filipina em torno da exploração de petróleo em Reed Bank, a cerca de 250 quilômetros da ilha filipina de Palawan, e com ações ostensivas sobre pescadores filipinos em partes do Recife de Scarborough.

Esses fatos alteraram as instâncias do “jogo tributário” (ZHOU, 2011): Manila passou da “submissão” para os “ataques de fronteira” e Beijing passou da postura “conciliatória” para a de “missões punitivas”. É impossível inferir quem fez o primeiro movimento e é suficiente assumir que ambos os lados entraram numa fase de “*bullying*-paranoia” com percepções mútuas de ameaça que foram irradiadas do (e canalizadas para o) Mar do Sul da China. Acima de tudo, o ciclo de tensões trouxe à tona as contradições inerentes aos vetores de projeção chinesa no SE Asiático.

Esse processo ocorreu em três fases. Primeiro, com choques esparsos entre as marinhas e pescadores dos dois países ao longo de 2011. Segundo, com a escalada de tensões que culminou em um *standoff* entre as marinhas em Scarborough, em abril de 2012, e afetou as diversas esferas das relações bilaterais ao longo deste ano. Beijing utilizou de seu *economic statecraft* para pressionar a postura desafiante de Manila de quatro formas: i) o número de projetos de cooperação caiu (CLEMENTE, 2016); ii) houve um boicote de agências de turismo a roteiros nas Filipinas, sob alegação de ameaça à segurança de chineses no país vizinho (AGBAYANI, 2012); iii) sites de universidades filipinas foram invadidos por *hackers* chineses (MALIG, 2012); e iv) por meio de barreiras não tarifárias, autoridades chinesas retardaram as inspeções de bens perecíveis exportados das Filipinas como banana, abacate, manga, coco e abacaxi. Nesta espécie de guerra econômica de desgaste, a China optou por uma “missão punitiva” limitada ao setor de alimentos, sem atingir o setor de eletrônicos porque há forte integração produtiva entre os dois países⁸⁵.

A partir de 2013 entrou-se numa terceira fase quando atores externos ganharam relevância e a China assumiu o controle gradual *de facto* de muitas das ilhas e rochedos no MSC, onde passou a construir instalações civis e militares. Manila seguiu o movimento pendular da diplomacia triangular, trazendo os EUA de volta para o jogo. Aquino e Obama chegaram ao *Framework Agreement on Enhanced Rotational Presence and Agreement* em 2012 e ao *Enhanced Defence Cooperation Agreement* (EDCA) em 2014. Essa sequência de acordos pode ser encarada como a atualização do Tratado de Defesa Mútua de 1951, pois garantia acesso aos EUA às instalações militares nas Filipinas em troca de modernização, manutenção e transferência de suprimentos às forças locais, bem como auxílio à Guarda Costeira na patrulha das águas a oeste do arquipélago

⁸⁵ Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/chinas-banana-diplomacy-philippines>

(CHIANG, 2017, p. 17; CASTRO, 2016, p. 143). Ademais, Aquino também reforçou laços de cooperação militar com o Japão, celebrando acordos de segurança marítima e realizando a compra de embarcações, de tecnologia e de suprimentos navais (CASTRO, 2016, p. 144). Por fim, o presidente deu início a uma contestação jurídica à demanda da China pelo controle quase absoluto do MSC no âmbito da Corte Permanente de Arbitragem (CPA), com base na *United Nations Convention on the Law of the Sea* (UNCLOS) (Idem, p. 16).

Com a inclusão de atores externos, os custos da dinâmica conflitiva tornaram-se maiores do que os ganhos. Para a China, o controle *de facto* de boa parte do MSC veio com alguns reveses: os slogans de ascensão pacífica e do jogo de soma positiva foram manchados pelas retaliações econômicas, pelo *bullying* contra pescadores filipinos, pelo processo na CPA e pelo reforço da presença militar dos EUA e do Japão. Já para as Filipinas, a escalada teve impacto negativo em sua economia por conta das retaliações chinesas.

A tabela 6.5 descreve os principais acontecimentos desse período e os caracteriza de acordo com os eixos de projeção da China.

Tabela 6.5 A escalada de tensões entre China e Filipinas no Mar do Sul da China		
Data	Descrição do evento	Categoria
Fev,Mar,Out,2011	Choques esparsos entre as marinhas e pescadores	Estratégico e Economic Statecraft
8 de Abril, 2012	Standoff entre as marinhas em Scarborough	Estratégico
12 de Abril, 2012	Hackers invadem sites de universidades filipinas	Simbólico-institucional
25 de Abril, 2012	Exercícios militares conjuntos entre Filipinas e EUA	Estratégico
Mai, 2012	Boicote comercial da China	Economic Statecraft
Mai, 2012	Boicote do turismo da China	Economic Statecraft
Mai, 2012	Manifestações populares mútuas em frente a embaixadas em Beijing e Manila	Simbólico-institucional
Mai-Ago, 2012	China veta atividades pesqueiras de filipinos na região de Scarborough	Estratégico e Economic Statecraft
Mai-Ago, 2012	Pescadores filipinos ignoram o veto	Estratégico e Economic Statecraft
Junho, 2012	Forças filipinas se retiram de Scarborough	Estratégico
Janeiro, 2013	Filipinas abrem o processo contra a China na CPA	Simbólico-institucional
Abril, 2014	EUA e Filipinas assinam o Enhanced Defense Cooperation Agreement (EDCA)	Estratégico
Mai, 2014	China: registros de construções em Johnson Reef (pista de pouso)	Estratégico
Abril, 2015	China: registros de construções em Mischief Island	Estratégico
Setembro, 2015	China: registros de construções em Fiery Cross Reef (pista de pouso)	Estratégico
Janeiro, 2016	China: registros de construções de base submarina em Mischief	Estratégico
Fevereiro, 2016	Filipinas acusam a China de construir instalações de lançamento de mísseis no MSC	Estratégico

Fonte: elaborado pelo autor com base em notícias de veículos de imprensa da época

A tabela 6.6 sumariza os principais pontos da interação sino-filipina durante o governo Aquino a partir dos três eixos de projeção externa da China mais o cenário do MSC.

Tabela 6.6 Aquino e a China: da cooperação à escalada de tensões sino-filipina (2010-2016)	
Estratégico	- Reaproximação com os EUA (EDCA, 2014); - Cooperação Estratégica com o Japão;
Simbólico-Institucional	- Declínio de projetos de cooperação; - Esfriamento da diplomacia presidencial com o fim das visitas presidenciais;
Economia Política	- Declínio de projetos de IED; - Boicote comercial - Boicote de turismo - Leve déficit comercial em relação à China (após a entrada em vigor do CAFTA, em 2010)
Mar do Sul da China	- Escalada de tensões no MSC: choques entre marinhas e pescadores; - Litígio na CPA/UNCLOS;

Fonte: elaborado pelo autor

Em suma, após uma década de *equi-balancing* de Arroyo com um movimento até então inédito de aproximação com a China, Aquino afastou-se do vizinho asiático e reforçou laços com o aliado tradicional, os EUA.

6.3.3 O governo Duterte e a incorporação do novo reino tributário à ordem sinocêntrica

A eleição de Rodrigo Duterte fez o pêndulo da diplomacia triangular novamente mudar de sentido. Com uma campanha eleitoral que defendia o uso massivo da força para punir (e literalmente executar) usuários de drogas e combater os grupos guerrilheiros/terroristas no sul do país, Duterte chegou à presidência em julho de 2016. Em política externa, prometeu afastar-se dos EUA e aproximar-se da China.

A ruptura com os EUA começou já nos primeiros meses, quando o presidente declarou que encerraria os exercícios militares conjuntos e proibiria a marinha norte-americana de utilizar os portos filipinos para as operações no MSC (CHIANG, 2017, p. 18). Ademais, o Duterte tornou-se uma fonte quase inesgotável de declarações polêmicas: no encontro da ASEAN no Laos, em maio de 2016, ofendeu verbalmente o presidente Obama e, em outra ocasião, declarou que as Filipinas estariam se divorciando dos EUA e formando uma aliança de outro matiz ideológico com China e Rússia⁸⁶. A cerimônia de abertura da Nova Rota da Seda em Beijing, em maio de 2017, também

⁸⁶ Disponível em: <http://news.abs-cbn.com/news/10/20/16/duterte-its-russia-china-ph-against-the-world>; e também em: <https://www.reuters.com/article/us-china-philippines/duterte-aligns-philippines-with-china-says-u-s-has-lost-idUSKCN12K0AS>.

teve um significado simbólico importante: foi a primeira participação oficial das Filipinas na iniciativa cujos mapas oficiais a excluía até então.

Apesar da antipatia pessoal de Duterte pelos EUA, reforçada pelas críticas de Obama à guerra às drogas em Manila que matou cerca de três mil pessoas em poucos meses, as “forças profundas” conjunturais foram mais importantes para a guinada da política externa. E tais forças estão ligadas à projeção chinesa. Para Chiang (2017, p. 20) os litígios territoriais com a China poderiam acender o nacionalismo filipino, mas aliar-se de forma incondicional aos EUA poderia barrar as oportunidades econômicas que a China representa. Assim, ao invés de assinar ordens oficiais por escrito para buscar o “divórcio” dos norte-americanos, Duterte parece buscar duas alternativas: aproveitar as oportunidades de desenvolvimento econômico oferecidas pela China; e substituir os EUA pelo Japão como principal parceiro em cooperação de segurança, principalmente em âmbito naval.

O principal indicador da aproximação econômica com a China está no âmbito do investimento externo direto com projetos acima de US\$ 100 milhões. A tabela abaixo demonstra que, coincidentemente, os governos mais próximos da China foram os que receberam maiores fluxos de investimento deste país. O segundo mandato de Arroyo, a chamada “era de ouro de parceria”, apresentou números consideráveis, com cinco projetos perfazendo um total de US\$ 3,3 bilhões. O governo Aquino apresentou uma queda, com quatro projetos no total de US\$ 2,1 bilhões. E em dois anos de governo Duterte, já foram contabilizados onze projetos no valor total de US\$ 5,6 bilhões.

Tabela 6.7 Investimento Externo Direto da China nas Filipinas⁸⁷			
	Valor dos projetos (em US\$ Milhões)	# de projetos	Presidente
2008	1.580,00	1	Arroyo
2009	690,00	2	
2010	1.060,00	2	
2011	0	0	
2012	350,00	1	
2013	600,00	1	Aquino III
2014	1.210,00	2	
2015	0	0	
2016	3.760,00	7	
2017	1.930,00	4	Duterte
Total	11.180,00	18	

Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute

⁸⁷ Aqui são contabilizados apenas os projetos que envolvem valores acima de US\$ 100 milhões.

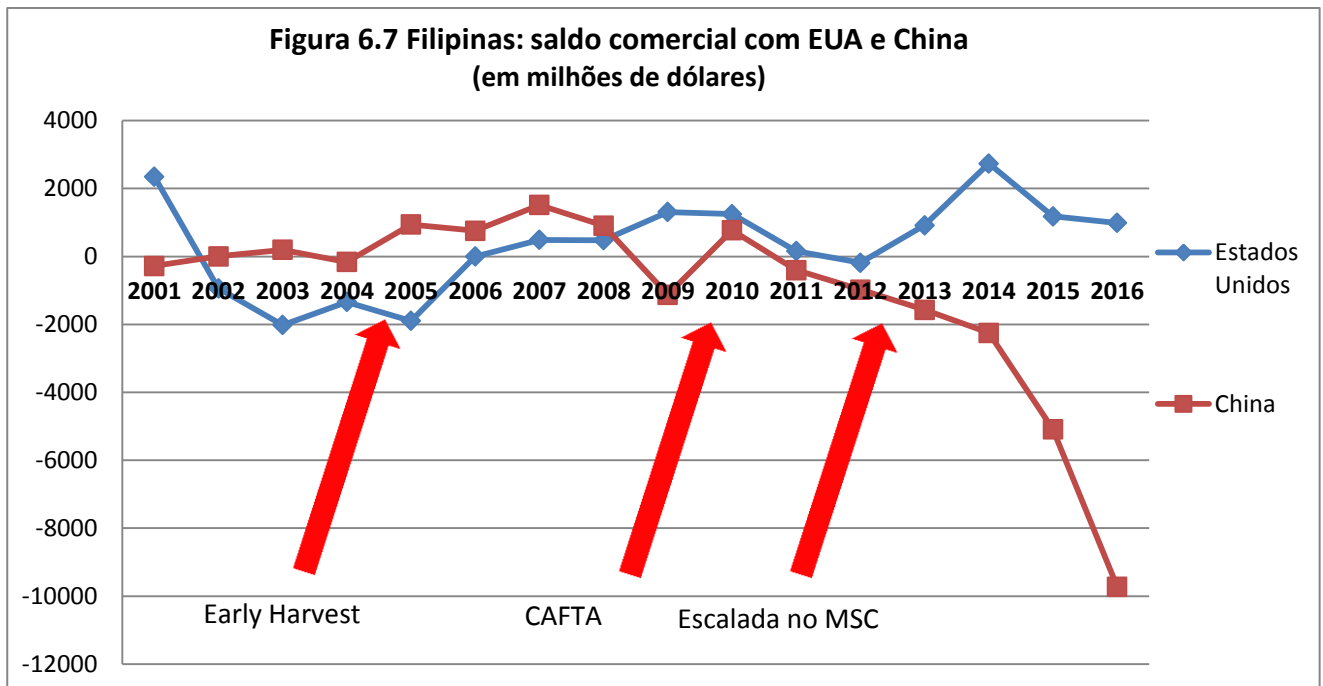
Outra característica do IED chinês nas Filipinas é a gradual redução relativa da parcela dedicada ao setor energético, em especial à exploração de carvão. Isso se deve tanto ao esforço do governo chinês em incentivar energias renováveis dentro do país quanto às oportunidades oferecidas pelo governo Duterte em áreas como turismo, construção civil e transportes, que responderam aos outros 26% não ligados a energia.

Tabela 6.8 IED em energia/total IED			
	2005-2010 (Arroyo)	2011-2015 (Aquino)	2016-2017 (Duterte)
Energia (em US\$ Mi)	3.220,00	1.810,00	4.260,00
total IED (em US\$ Mi)	3.330,00	2.160,00	5.690,00
Energia/total IED	96%	83%	74%

Fonte: The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute

No tocante à balança comercial, o histórico é distinto. O gráfico abaixo apresenta o saldo das Filipinas com EUA e China. Até 2004, o saldo com a China era próximo de zero, mas de 2005 a 2010 o país tornou-se superavitário (exceto em 2009). A demanda da China por produtos primários cresceu e foi, sem dúvida, um dos fatores que atraíram o governo Arroyo, puxando as exportações de níquel, cobre, petróleo e carvão, mas peças de produtos eletrônicos como leitores óticos e condutores também compuseram parte importante da pauta exportadora. O programa “Early Harvest”, aderido pelas Filipinas em 2005, também contribuiu, ainda que modestamente, para o incremento das exportações de frutas tropicais como banana, manga, papaia e óleo vegetal.

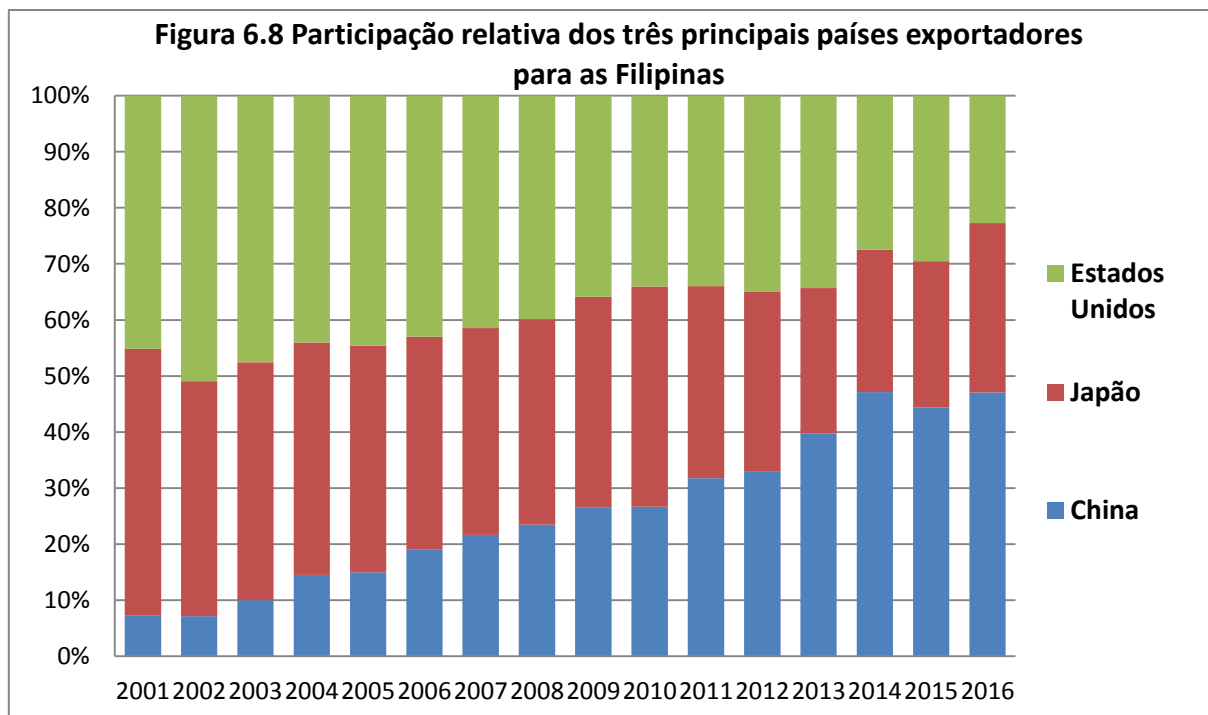
Embora deficitária de 2002 a 2005, as Filipinas tornaram-se superavitárias na balança comercial com os EUA desde então (exceto em 2012). Os principais produtos exportados foram: partes de produtos eletrônicos como cabos, condutores e transformadores elétricos, e produtos primários como frutas tropicais e óleo de frutas tropicais. Parte desse superávit histórico deve-se à participação das Filipinas no Sistema Geral de Preferências dos EUA.



Fonte: Trademap.com

Porém, o saldo comercial Filipinas-China inverteu-se desde a entrada em vigor do China-ASEAN Free Trade Agreement (CAFTA) em 2010. A queda vertiginosa do saldo filipino deveu-se principalmente à inundação de produtos chineses como eletrônicos, brinquedos, têxteis, calçados e óleo diesel – mas também foi influenciada pela tensão geopolítica no MSC e o subsequente boicote às exportações de produtos tropicais filipinos (CLEMENTE, 2016, p. 217). Assim, se o governo Arroyo via com bons olhos o comércio (superavitário) com a China, o governo Aquino teve de lidar com a enxurrada de produtos chineses que afetaram a balança comercial do país e colocaram em risco muitas das indústrias nacionais. E, embora os impactos do governo Duterte ainda não possam ser avaliados no âmbito comercial, este é um desafio que o presidente precisará enfrentar se quiser assegurar um mínimo de sofisticação da economia filipina.

Como consequência, a China passou EUA e Japão como maior exportador para as Filipinas e a figura 6.8 apresenta essa tendência em termos relativos.



Fonte: Trademap.com

Além de IED e comércio, há uma terceira variável relevante do *economic statecraft* chinês: os empréstimos para a execução de projetos de infraestrutura por empresas chinesas (tópico 5.1.1). Em fevereiro de 2018 o secretário de planejamento socioeconômico das Filipinas, Ernesto Pernia, anunciou que o país tomaria empréstimos da China para executar projetos de infraestrutura e houve certo alarde na imprensa filipina porque os juros de 2% a 3% seriam muito maiores do que os oferecidos por bancos japoneses (0,25% a 0,75%) (GATPOLINTAN, 2018; CHAN, 2018). A esses questionamentos, os oficiais do governo responderam que as condições da China ainda são melhores do que as de bancos comerciais e que é preciso diversificar os amigos (RIVAS, 2018). Porém, o que está implícito na “diversificação de amigos” é que o empréstimo é uma venda casada com a execução de projetos de infraestrutura por empresas chinesas (GATPOLINTAN, 2018). Vejamos um exemplo.

Pouco depois da declaração de Pernia, em abril de 2018, o secretário do Ministério das Finanças, Carlos G. Dominguez III, assinou um empréstimo de US\$ 62 milhões junto ao Exim Bank of China para a construção de um sistema de irrigação a partir do Rio Chico. O projeto promete abastecer mais de oito mil hectares de terras agrícolas e beneficiar mais de quatro mil agricultores no norte da ilha de Luzon (VERA, 2018). Coincidentemente, a empresa escolhida para

executar a obra, cujo contrato fora assinado um mês antes, foi a China CAMC Engineering Corporation, que tem 59% de suas ações controladas pela SASAC, sendo, portanto, uma SOE⁸⁸.

Além do sistema de irrigação no Rio Chico, a chamada “primeira cesta de projetos de infraestrutura apoiados pela China” por meio de empréstimos de assistência oficial ao desenvolvimento (*official development assistance*, ou ODA em inglês) também inclui a construção: i) de um segundo reservatório de água para a cidade de Manila; ii) duas pontes sobre o Rio Pasig, em Manila; e iii) a reconstrução de um ramal da ferrovia que liga Manila à extremidade sul da ilha de Luzon (em vermelho no mapa abaixo) (TUBAYAN, 2017).

Figura 6.9 Mapa do ramal ferroviário de Luzon a ser reformado com capital chinês



Fonte: ESCANDOR Jr, 2017.

Essa cesta se encaixa nos projetos de infraestrutura da BRI do segundo tipo: aqueles que não estão vinculados diretamente ao cordão logístico de portos, mas que dão acesso a setores relevantes da economia do país receptor. Para a China, os laços econômicos assimétricos com as Filipinas são uma forma de influenciar o processo decisório do adversário no MSC e de tencionar a aliança Manila-Washington, embora oficiais chineses declarem que os empréstimos não têm qualquer vínculo com acesso a recursos naturais das Filipinas em caso de moratória. Este é um caso claro em que o slogan do *win-win game* reforça o *economic statecraft* porque a China vê em Duterte um interlocutor com popularidade interna e disposto a moldar sua política externa de acordo com incentivos econômicos que, no longo prazo, beneficiam empresas estatais chinesas e podem convergir com interesses estratégicos de Beijing.

⁸⁸ Disponível em: <http://www.4-traders.com/CHINA-CAMC-ENGINEERING-CO-6498867/company/>

O argumento de Young-Lee (2017) e o depoimento de Julio Amador III reforçam que o sinocentrismo só é eficaz se encontra ressonância/receptividade no reino tributário – e o aspecto simbólico dessa aceitação consensual se evidencia pela diplomacia presidencial de Duterte. Em maio de 2017 o presidente compareceu à cerimônia de abertura da Nova Rota da Seda e em 2018, às vésperas de embarcar para o Boao Forum na China e efetivar o empréstimo junto ao Exim Bank, declarou: “eu simplesmente amo Xi Jinping. Ele entende meu problema e está disposto a ajudar. Portanto, eu diria ‘obrigado, China’” (QUIANO, WESTCOTT, 2018).

Dois aspectos simbólicos são dignos de nota: o acordo foi assinado durante o Boao Forum, espécie de “Davos da Ásia”, na China, e não nas Filipinas; e o Exim Bank foi representado pelo embaixador chinês em Manila, Zhao Jianhua (VERA, 2018). Somados à inusitada declaração de Duterte sobre seu amor a Xi Jinping, esses fatos ilustram: i) a hierarquia sinocêntrica de que o reino tributário é que deve ir à China em busca de benefícios econômicos; e ii) a assinatura do embaixador, e não de algum executivo do banco, evidencia o peso do Estado chinês e da fusão das dinâmicas econômica e estratégica no acordo.

O contrato de irrigação do Rio Chico faz parte de uma plataforma de governo de Duterte chamada “Construa, Construa, Construa”, que busca aprimorar a infraestrutura do país⁸⁹. A chance de que o fator China gere dividendos políticos para seu governo e seu partido existe, assim como a possibilidade de que haja impactos positivos para a economia local no norte de Luzon. Porém, a “armadilha da dívida” é uma contradição importante e não deve ser menosprezada, principalmente se for atrelada, ainda que indiretamente, ao controle e à exploração de recursos naturais no Mar do Sul da China.

Em suma, não nos cabe analisar cada um dos projetos acordados entre Duterte e Xi Jinping nos cinco encontros que tiveram em cerca de dois anos, mas é possível identificar um padrão de hierarquização e cooptação dos tomadores de decisão em Manila por meio do pacote de *economic statecraft* que inclui a concessão de empréstimos e a contratação de empresas chinesas para a execução de obras de infraestrutura.

O setor do turismo foi especialmente revigorado após o arrefecimento de tensões no MSC. A China tornou-se a segunda fonte de turistas para as Filipinas depois da Coreia do Sul, superando os EUA. Novos voos diretos de Xiamen (Fujian) para Puerto Princesa (Palawan) foram inaugurados em fevereiro de 2018 (UNITE, 2018) e apenas em 2017 as Filipinas receberam um total de 968.000 turistas chineses, um aumento de 43% em relação ao ano anterior (CHI, 2018).

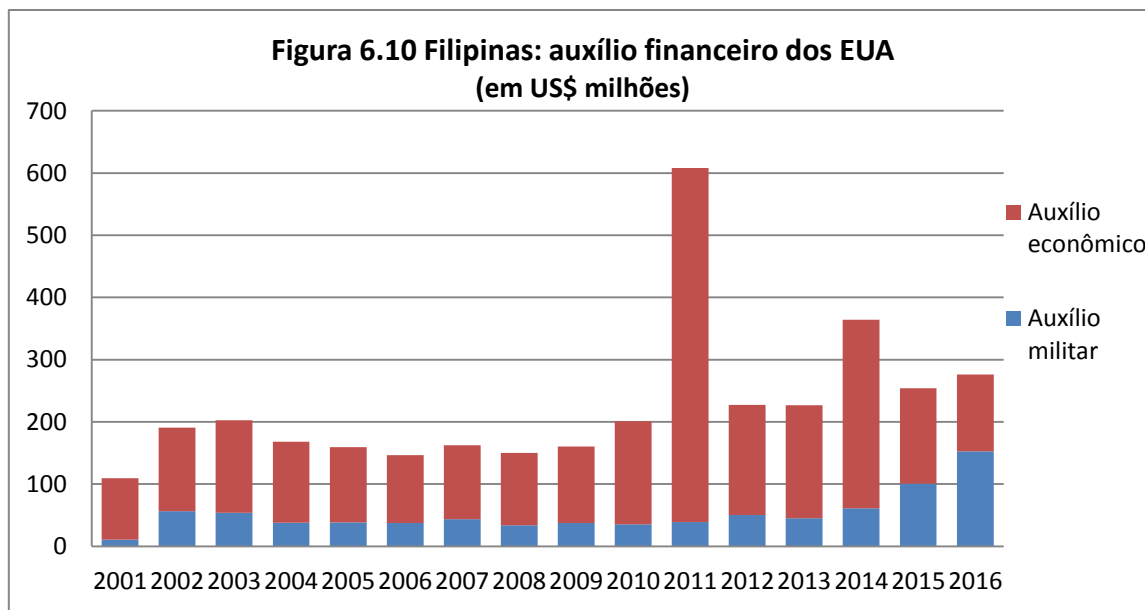
⁸⁹ Disponível em: <http://www.nia.gov.ph/?q=content/chico-river-pump-irrigation-project-contract-gets-linked>

Em outras palavras, o jogo de soma positiva com a China pode trazer benefícios para o governo de Duterte, para os filipinos que dependem de bens públicos fornecidos pelo Estado e para setores específicos como o turismo. Porém, resta saber se essas mudanças serão sustentáveis e não implicarão em questões de segurança nacional no longo prazo.

Na esfera de segurança, houve quatro processos que indicaram a guinada de Duterte. O primeiro foi a recepção pouco efusiva do parecer favorável às Filipinas no âmbito da CPA. O parecer saiu dois meses após a eleição de Duterte, em julho de 2016, e este adotou um discurso muito mais moderado do que seu antecessor, defendendo uma resolução negociada com a China e um possível acordo para a exploração conjunta dos recursos no MSC. Meses depois, no encontro da ASEAN no Laos em setembro de 2016, Duterte reforçou sua posição moderada ao afirmar que o parecer da CPA era uma questão “puramente bilateral” e endossar o veto de Camboja e Laos à declaração conjunta do bloco – por influência velada da China. Essa declaração continha menções a processos legais e diplomáticos para resolver o imbróglio e criticava a postura agressiva da China, mas por veto dos dois países não foi ratificada (CASTRO, 2016, p. 147).

O segundo processo foi o anúncio de cancelamento de exercícios militares conjuntos com os EUA em setembro de 2016. Porém, o presidente voltou atrás após reunião de cúpula com o Ministério da Defesa, em novembro do mesmo ano. Nesta ocasião foi decidido que o Enhanced Defense Cooperation Agreement (EDCA), assinado por Benigno Aquino em 2014, seria mantido, mas que os exercícios militares no Mar do Sul da China (Phiblex e CARAT) seriam cancelados (FONBUENA, 2016).

O auxílio financeiro em termos de doações dos EUA para as Filipinas é um indicador interessante para compreender a diplomacia triangular do país asiático. Os dois governos Arroyo foram marcados pela regularidade nos valores recebidos, tanto na esfera econômica quanto militar, girando em torno do total de US\$ 160 milhões por ano. Já no primeiro ano de governo Aquino (2011) o valor saltou para US\$ 600 milhões e nos anos seguintes girou em torno de US\$ 336 milhões. No âmbito militar, os números foram crescentes, passando de US\$38 milhões em 2011 para US\$ 100 milhões em 2015. Por fim, em 2016 o auxílio econômico caiu de US\$ 153 milhões para US\$ 123 milhões, o valor mais baixo desde 2009. Porém, Duterte tem adotado uma postura mais moderada com os EUA porque precisa de apoio no combate à guerrilha Abu-Sayyaf (autoproclamado braço filipino do Estado Islâmico) e porque Trump, ao contrário de Obama, fez vistas grossas às violações aos direitos humanos na guerra contra às drogas em Manila. Não por acaso, o auxílio militar dos EUA deu um salto de US\$ 100 milhões para US\$ 152 milhões em 2016.



Fonte: explorer.usaid.gov

O terceiro processo foi a intensificação da cooperação entre Manila e Beijing, muito por conta da diplomacia militar chinesa. A China enviou US\$ 16 milhões em rifles e munições e uma doação de quase US\$300 mil para a reconstrução de Marawi, a cidade de Mindanao ameaçada pela guerrilha Abu-Sayyaf em 2016-2017 (CHAVES, 2017). As “Philippines-China Annual Defense Security Talks” (ADST) (PARAMESWARAN, 2017a), criadas em 2005 e suspensas em 2013, foram retomadas em 2017. Três navios da força-tarefa da Marinha Chinesa fizeram uma visita (*Naval Port Call*) de três dias em Davao, a cidade natal de Duterte, de 30 de abril a 2 de maio de 2017 (PARAMESWARAN, 2017b). E, por fim, Duterte suspendeu os trabalhos de construção em um banco de areia (Sandy Cay) no Mar do Sul da China após um protesto de Beijing, em novembro de 2017 (GOMEZ, 2017).

Conforme a tabela 5.4, dentre os países do SE Asiático, as Filipinas foram o segundo país que teve menos interações com a diplomacia militar da China, à frente apenas de Brunei. Entre 2003 e 2016 foram apenas três exercícios militares, cinco *Naval Port Calls* e vinte encontros de alto escalão. Porém, as estatísticas tendem a mudar diante desses recentes acontecimentos e imprensa e oficiais de ambos os lados já têm ventilado a ideia de um exercício militar Beijing-Manila (PERALTA-MALONZO, 2017; PLACIDO, 2017).

O quarto processo foi a aproximação com o Japão para cooperação em segurança, o que reflete a já forte interdependência econômica, pois o Japão é uma das principais fontes de IED nas Filipinas e o principal parceiro comercial do país. Em visita oficial a Tóquio, em outubro de 2016, Duterte buscou não apenas atrair investimentos em infraestrutura de transportes, mas também

assinou acordos na esfera militar, com ênfase em tecnologia e suprimentos. Foram firmados acordos de transferência de embarcações e equipamentos para a Guarda Naval Filipina e treinamento para as forças armadas do país. Por fim, a declaração conjunta dos dois países enfatizou a manutenção da liberdade de navegação e de voo sobre o MSC, seguindo a linha defendida pelos norte-americanos (CASTRO, 2016, p. 153-154).

A tabela abaixo sumariza os principais pontos da interação sino-filipina durante o governo Duterte a partir dos três eixos de projeção externa da China mais o cenário do MSC.

Tabela 6.9 Duterte e o Pivô para a China (2016-)	
Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> - Dubiedade em relação aos EUA; fim dos EMC's, mas mantém EDCA - Marinha da China visita Davao, nas Filipinas - Duterte interrompe construções em Sandy Cay - Cooperação militar com EUA e China contra Abu-Sayaff
Simbólico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Diplomacia presidencial: pivô para a China, aliança com China e Rússia, BRI, hostilidade com Obama e cordialidade com Trump - Desconsideração do parecer da CPA
Economia Política	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão de IED chinês: diversificação de projetos - As Filipinas aderem ao Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB) - Cooperação no setor do turismo - Déficit comercial agudo com a China
Mar do Sul da China	<ul style="list-style-type: none"> - Arrefecimento das tensões no MSC

Portanto, há claros indicadores da guinada de Duterte. Embora este trabalho não analise o processo decisório de Manila, sustenta-se que os vetores de projeção externa da China foram determinantes para moldar as decisões do governo filipino. Primeiro por incentivos e punições de *economic statecraft* que também reforçam a ideia de jogo de soma positiva com: i) a ampliação de IED em valores absolutos, em número de projetos e na variedade de setores; ii) a vinculação desses projetos a empréstimos de bancos chineses; e iii) o boicote de agências de turismo chinesas e do setor comercial (com a criação de barreiras não-tarifárias às exportações filipinas) durante o auge das tensões no Mar do Sul da China, servindo como “missão punitiva” branda para deixar claro que a assimetria econômica pode ser (e será) usada por Beijing em caso de rebeldia.

Segundo, pela diplomacia militar, que funde as dimensões estratégica e simbólico-institucional. Embora o auxílio chinês no combate ao Abu-Sayaff tenha sido muito inferior ao norte-americano, ele é representativo de uma suposta preocupação com a estabilidade do país

vizinho. Ademais, a proatividade de Beijing em estabelecer canais de contato com seus pares filipinos por meio de encontros de cúpula e *Naval Port Calls* reforça a ideia da ascensão pacífica. Porém, tal como as visitas da frota de Zheng He aos reinos tributários, essas interações deixam implícita a assimetria das capacidades de poder e passam a mensagem de que uma submissão confuciana não declarada é mais vantajosa do que uma contestação westfaliana declarada ao Império do Meio.

Diante disso, é lícito afirmar que a guinada de Duterte em relação aos litígios no Mar do Sul da China foi produto da atuação dos vetores de projeção externa da China. O somatório de incentivos (e punições) de *economic statecraft* e de diplomacia civil e militar gerou uma postura muito mais submissa de Manila, que não apenas desprestigiou a decisão da Corte Permanente de Arbitragem em seu favor, como interrompeu construções em elevações nas Spratlys e reconheceu tacitamente a posse chinesa de Scarborough e de outras partes do Mar do Sul da China. Outras evidências de submissão foram: o endosso à posição de Laos e Camboja de vetar a resolução da ASEAN que condenava a postura belicosa da China no MSC; a adesão simbólica do país à BRI; a declaração inusitada de Duterte sobre Xi; e o esfriamento, pelo menos temporário, da cooperação militar Manila-Washington.

Neste cenário, a incorporação das Filipinas a uma lógica sinocêntrica análoga ao período Song-Yuan-*Early* Ming é plausível e se encaixa no modelo de variáveis proposto na introdução desta tese. Não obstante, as variáveis “inéditas” (a atuação dos EUA e a autonomia dos Estados do SE Asiático para contrabalancear a influência chinesa) elevaram os custos dos vetores de projeção da China.

A derrota da China no parecer da CPA, a agressividade de suas forças militares no MSC, as punições econômicas sobre as Filipinas e a própria ocupação de espaços no MSC marcaram o período 2011-2015 e desgastaram os lemas da ascensão pacífica e do jogo de soma positiva. Apesar do pivô para a China de Duterte, algumas permanências da diplomacia da ambiguidade são relevantes. A primeira é a busca pela ampliação de parceiros na esfera da segurança, em especial o Japão – que também tem litígios territoriais com a China. A segunda é que, apesar da retórica hostil de Duterte e do cancelamento de exercícios militares com os EUA, a proximidade Manila-Washington foi mantida por insistência dos militares filipinos (do Ministério da Defesa), pelo salto nos valores do auxílio militar e pela postura menos crítica de Trump em relação às violações de direitos humanos na guerra às drogas em Manila. Por fim, a balança comercial das Filipinas com os EUA manteve-se superavitária muito por conta do Sistema Geral de Preferências, compensando, em parte, o déficit comercial com a China.

A hipótese desta tese é comprovada ao demonstrar que as variáveis sinocêntricas tiveram um peso muito maior do que as inéditas. Isto é, apesar da autonomia das Filipinas para buscar parcerias com o Japão e da influência dos EUA no SE Asiático, a política externa de Duterte foi fortemente influenciada pelos vetores de projeção da China. A expectativa de ganhos econômicos com projetos de infraestrutura ligados à Nova Rota da Seda e a ampliação do afluxo de turistas chineses foi crucial para se compreender a vontade manifesta de Duterte em tornar-se um reino tributário de Beijing. Esse fenômeno decorreu não apenas do *economic statecraft* de empresas e bancos chineses operando sob uma lógica política de longo prazo, mas também da atuação do Ministério das Relações Exteriores e das forças armadas que reforçaram as ideias de ascensão pacífica (pela diplomacia militar) e de jogo de soma positiva (pela diplomacia civil). Assim, a construção de uma relação hierárquica, estável, com um vocabulário diplomático estabelecido por Beijing e cujas redes de interação operam numa lógica de centro-periferia consistem na roupagem contemporânea do sistema sinocêntrico que existiu entre os séculos X e XV.

Considerações finais

Esta tese teve como objetivo compreender um fenômeno contemporâneo (a projeção chinesa sobre o SE Asiático pós 1997) a partir de um viés histórico comparativo de longa duração (as analogias com o sistema sinocêntrico pré-moderno). Nenhuma afirmação pareceu mais adequada para isso do que a máxima atribuída a Winston Churchill: “quanto mais para trás você olhar, mais para frente você vai enxergar”. Porém, nosso esforço não esteve tão ligado a “quantos séculos olhamos para trás”, e sim a “como” voltamos ao passado para entender o presente e suas possíveis implicações futuras.

O método proposto foi, acima de tudo, um endosso ao chamado de Wallerstein para se romper com os três vícios das ciências sociais. Em primeiro lugar, buscou-se ir além do imediatismo da curta duração e sobrepor as linhas do tempo para dar mais sentido aos acontecimentos do presente. Em segundo, o retorno no tempo foi acompanhado de uma delimitação geográfica específica que foi relevante no passado e voltou a ser relevante atualmente. E terceiro, traçamos analogias entre as redes de interação do sistema sinocêntrico pré-moderno e as relações contemporâneas entre China e SE Asiático por meio de nexos entre fatores estratégicos, simbólico-institucionais e de economia política. Em suma, a primeira contribuição deste trabalho foi metodológica por arriscar uma abordagem pouco usual em termos de tempo, espaço e dinâmica de funcionamento do sistema e dos atores que o compõem.

A segunda contribuição desta tese está na revisão da literatura, pois buscou-se preencher um *gap* entre duas grandes correntes de pesquisa: a que lida com o sistema sinocêntrico pré-moderno (tópico 1.5) e a que lida com a ascensão da China contemporânea (tópico 4.1). Vimos que uma busca na outra elementos que comprovem suas próprias hipóteses, mas, ao longo da pesquisa, descobrimos que faltam análises mais consistentes de analogias entre ambas. Ademais, dentro de cada uma delas, há pelo menos três grandes enfoques: um simbólico, um econômico e outro político-militar, tendo em comum a assimetria da China em relação a seus vizinhos. E para avançar na pesquisa com mais segurança propusemos uma abordagem que partisse precisamente desses três eixos.

Para além do método e da revisão da literatura, a principal contribuição almejada desta tese é a resposta para sua hipótese, qual seja, que a projeção multifacetada da China sobre o Sudeste Asiático a partir de 1997 pode ser compreendida como a construção de uma periferia econômica, estratégica e simbólico-institucional que carrega traços de um sistema internacional não-westfaliano, ao qual muitos autores denominam de “sistema sinocêntrico”. Para sustentar essa hipótese, os capítulos 2 e 4 buscaram as raízes domésticas da ascensão chinesa no passado e no

presente, respectivamente. Vimos que tanto entre os séculos X a XV quanto do final do século XX em diante a China viveu saltos em seu regime de acumulação e o poder central do Estado manteve uma autoridade doméstica (simbólica e material) relativamente estável e suficiente para gerar pulsões expansivas sobre o SE Asiático. Surpreendentemente, nem mesmo os ciclos dinásticos (Song do Norte e do Sul, Yuan e *Early Ming*) foram capazes de destruir essa pulsão expansiva de longa duração – o que nos faz ponderar se a “dinastia” do Partido Comunista Chinês seguirá esse padrão expansivo calcado na autoridade central e no salto do regime de acumulação. Sendo este o momento de arriscar alguns palpites, a resposta é: sim, a partir do olhar para o passado, sugerimos que a “dinastia” comunista está assentada em bases sólidas no plano doméstico que a permitem seguir adiante com a pulsão expansiva para o exterior, sendo o SE Asiático uma das principais plataformas para tal.

Se os capítulos 2 e 4 dedicaram-se aos fatores domésticos, os capítulos 3 e 5 focaram nos vetores de projeção externa da China. A descoberta do capítulo 3 que alterou os rumos da pesquisa foi a série de evidências que apontaram para o arco dos séculos X a XV e não o dos séculos XVI a XVIII como o auge do sistema sinocêntrico. Embora haja mais referências e fontes primárias para o segundo período, talvez por ser mais recente e por ter tido mais interação com o ocidente, foi no primeiro que a China projetou-se sobre o SE Asiático com mais intensidade e protagonismo estatal. Logo, se queremos buscar analogias entre o passado e o presente, devemos escavar um passado ainda mais distante e praticamente intocado por atores europeus, isto é, a China e a Ásia “descobertas” e registrada por Marco Polo podem ser mais elucidativas do que a China e a Ásia que receberam missionários cristãos e companhias de comércio europeias séculos depois.

Os vetores de projeção externa foram as pontes de analogia entre o passado e o presente. O capítulo 5 debruçou-se sobre tais vetores da China contemporânea identificando as principais classes, instituições e redes de interação envolvidas. Viu-se que a interseção das dinâmicas estratégica, simbólica e de economia política tem gerado uma sinergia que se reflete nas ideias-força da ascensão pacífica, do *economic statecraft* e do jogo de soma positiva – que culmina na construção de relações bilaterais assimétricas centradas na China. Embora fuja do escopo desta tese, agumenta-se que, com certas adequações, tal modelo pode ser usado para entender a projeção chinesa para além do SE Asiático, em outras regiões com países em desenvolvimento como a Ásia Central, a África e a América Latina.

A contribuição do capítulo 5 não está tanto nos dados em si, que foram compilados de fontes e publicações mais detalhadas, e sim na forma como foram encadeados. A proposta consistiu em buscar um denominador comum para nichos de pesquisa que costumam ser muito específicos, isto é, olhar para a diplomacia militar, a gravitação econômica e o *soft power* da China não como

fenômenos isolados, mas como distintos fatores de uma única pulsão expansiva. Assim, o tópico 5.1 dedicou-se a examinar tais vetores e o 5.2 focou em suas manifestações no SE Asiático.

Ao longo desse capítulo levantamos perguntas como: qual o real peso das parcerias estratégicas bilaterais celebradas pela China? Elas se limitam à esfera simbólico-institucional ou funcionam como pontes para cooperação em áreas estratégicas e/ou econômicas, reforçando o lema do jogo de soma positiva? A atuação de empresas chinesas (estatais e privadas) por meio de comércio, investimentos e serviços financeiros limita-se à esfera econômica ou há interesses estratégicos implícitos que caracterizam o conceito de *economic statecraft*? Qual o papel de órgãos de Estado como o Ministério do Comércio, a SASAC e o United Front Work Department nas decisões dessas empresas? Que contradições emergem entre a postura intransigente de Beijing no Mar do Sul da China e o esforço para difundir a ideia de ascensão pacífica por meio da diplomacia militar, da ajuda humanitária e da participação em missões de paz?

Ao invés de respostas definitivas, buscamos conexões entre temas que costumam ser isolados por estudos de área. Em geral, abordagens economicistas limitam-se à análise dos fluxos de comércio, investimentos e serviços financeiros de corporações chinesas no exterior. Já as visões de âmbito militar costumam analisar as cifras de investimento no setor, capacidade de projeção de poder bélico e documentos oficiais que, em geral, utilizam de floreios retóricos para reafirmar a busca de cooperação e harmonia entre as nações. E autores construtivistas e institucionalistas costumam se dedicar ao estudo da promoção dos valores e da identidade chineses, seja pela diplomacia oficial, com a retomada da imponente civilizaciona, ou pela cooperação em áreas como turismo, esporte e educação. Embora muitos dos dados primários tenham sido extraídos desses trabalhos mais segmentados, procuramos nos guiar por estudos que, assim como esta tese, buscam romper com as fronteiras das áreas temáticas.

O ponto crucial desta tese está no tópico 6.1. Partindo da crítica feita a boa parte da literatura estabelecida, que “pesca” elementos do passado para comprovar hipóteses do presente ou vice-versa, propusemos quatro analogias sustentadas pelo método histórico-comparativo apresentado na introdução: uma à respeito do protagonismo do Estado chinês na projeção sobre o SE Asiático; e outras três versando sobre cada um dos vetores de projeção externa. Neste momento, o esforço de retorno ao sistema sinocêntrico pré-moderno foi recompensado, pois identificamos classes, instituições e redes de interação que tiveram papéis análogos no passado e no presente – e que, em comum, consolidaram uma dinâmica assimétrica em torno da China.

Porém, antes disso foi preciso ressaltar dois fatores que são, de fato, inéditos e escapam do modelo proposto: a influência dos EUA na Ásia-Pacífico e a formação de um regime de segurança

no SE Asiático. Esses seis elementos (as quatro analogias e as duas “anomalias”) foram cruciais para analisar os dois casos específicos: a Nova Rota da Seda e as relações sino-filipinas.

O tópico 6.2 mostrou como a BRI é a fusão dos três vetores de projeção externa. Há uma simbologia e um vocabulário próprios com valores não ocidentais que se apropriam da narrativa da histórica centralidade chinesa no mundo. Porém, essa esfera simbólico-institucional é sustentada pela convergência dos vetores da economia política e da estratégia, que já se faziam presentes antes mesmo da primeira menção à BRI por Xi Jinping, em 2013.

Para entender essa convergência do *economic statecraft* da BRI focamos no SE Asiático, onde a principal roupagem tem se dado pelos projetos de infraestrutura executados por empresas chinesas, financiados por bancos chineses e com possibilidade de controle chinês. Os corredores econômicos na região do Rio Mekong e principalmente a rede de portos sob controle chinês são iniciativas de uso dual: à princípio são civis, mas podem ser usadas para fins militares. O princípio do *people’s war at sea*, frequentemente citado por militares chineses, reforça esta tese e remete ao caráter dual da projeção naval que marcou as dinastias Song e Yuan e as grandes navegações de Zheng He.

Outros elementos que reforçam a gravitação econômica em torno da China são: os projetos de infraestrutura sem ligação explícita com o cinturão marítimo, mas que fazem parte da BRI, a integração produtiva com a construção de parques industriais, a atuação de companhias privadas nos mercados da região e a “exportação” de turistas chineses para a região. Assim, o fator China tende a influenciar o cálculo de política externa dos países do SE Asiático ao inseri-los em cadeias de valor que geram retornos financeiros. E numa espécie de mimetização do passado, as elites políticas desses países acabam aderindo, de forma explícita ou tácita, à dinâmica sinocêntrica, sendo os casos do Camboja e de Mianmar os mais nítidos.

O tópico 6.3 ampliou ainda mais o *zoom* da análise para o caso das Filipinas. Enquanto a BRI expressa uma grande estratégia chinesa para seu entorno regional com nítidos traços sinocêntricos, suas contradições e desafios vêm à tona ao se analisar um caso específico de relação bilateral. As relações sino-filipinas desde o começo dos anos 2000 são representativas porque foi possível identificar a influência dos vetores de projeção chinesa na política externa de Manila e porque as “anomalias” do modelo sinocêntrico também foram relevantes, em especial a atuação dos EUA. No final das contas, viu-se que a face punitiva da China foi aplicada contra o governo de Aquino (2011-2016) e que a face de cooptação/atração tem sido aplicada sobre o governo de Duterte. Ainda mais importante foi perceber que a decisão do atual governo filipino de aproximar-se da China, tanto pelas expectativas de ganhos econômicos, quanto pelo temor de ameaças estratégicas no Mar do Sul da China, foi mais afetada por uma dinâmica sinocêntrica do que pela influência dos EUA.

A experiência das nações do SE Asiático face à ascensão chinesa e à BRI pode ser valiosa para que outros países em desenvolvimento como o Brasil gestem um pensamento crítico sobre o assunto, definam prioridades na interação com a China e busquem um lugar de destaque nessa ordem mundial que é cada vez menos ocidental e mais asiática. A reemergência da China no século XXI é um processo gradual, de longa duração e traz consigo uma série de contradições que ainda são pouco aparentes, mas que tendem a vir à tona conforme a Nova Rota da Seda se materializa. A própria existência da BRI, não apenas como instrumentalização do passado, mas como produto das longas durações é um fenômeno denso e complexo o suficiente para que continue a ser estudada nos próximos anos e décadas. Assim, terminamos esta tese com a sensação de que ao invés de comparar a ascensão da China contemporânea com a ascensão de outras potências e/ou hegemonias mundiais, um caminho de pesquisa ainda pouco explorado e muito relevante é comparar a China com ela mesma porque as longas durações nessa parte do mundo estão mais vivas do que nunca.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World-System A.D. 125-1350**. Nova York: Oxford University Press, 1989.
- ABUZA, Zachary; ANH; Nguyen N. Vietnam's Military Modernization. *The Diplomat*, 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/10/vietnams-military-modernization/>. Data de acesso: 20/10/2018.
- ACHARYA, Amitav. **Asia Rising: who is leading?** Singapura: World Scientific Publishing Co, 2008.
- _____. **Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order**. 2009. Londres e Nova York: Routledge, 2009.
- ALEGADO, Siegfried. **Japan Still Beating China in Southeast Asia Infrastructure Race**. 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-02-08/japan-still-beating-china-in-southeast-asia-infrastructure-race>. Data de acesso: 29/09/2018.
- AGBAYANI, Apa M. **Impact of China travel boycott 'immediate but temporary'**. 2012. Disponível em: <https://www.rappler.com/nation/5166-dot-chinese-travel-boycott-unfortunate>. Data de acesso: 20/06/2018.
- AGLIETTA, Michel; BAI, Guo. **China's development: Capitalism and empire**. Londres e Nova York: Routledge: 2013.
- ALLEN, Kenneth. SAUNDERS, Phillip C.; CHEN, John. **Chinese Military Diplomacy, 2003–2016: Trends and Implications**. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies. China Strategic Perspectives, No. 11, 2017.
- AMORIM NETO, Octavio. RODRIGUEZ, Júlio. **O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública**. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 50(6), 2016.
- ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 28, n. 1, p. 99-126, julho de 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- _____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

_____; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. **Introduction:** The rise of East Asia in regional and world historical perspective. In: _____. *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. Londres: RoutledgeCurzon, 2003.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. SILVER, Beverly. **O fim do longo século XX**. In: VIEIRA, Pedro; VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

ARITA, Shawn; LA CROIX; Sumner; MAK, James. **How China's Approved Destination Status Policy Spurs and Hinders Chinese Travel Abroad**. Disponível em: http://uhero.hawaii.edu/assets/WP_2012-6R.pdf. Data de acesso: 25/10/2018.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig N. **Gramsci e as Relações Internacionais:** uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no Terceiro Mundo. In: GILL, Stephen (org). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

BATSON, A. **Can the New Silk Road Revive China's Exports?** Gavekal Dragonomics, China Research., 2015.

BEAUMELLE, Marcel A. de la. **The United Front Work Department:** 2017. "Magic Weapon" at Home and Abroad. Disponível em: <https://jamestown.org/program/united-front-work-department-magic-weapon-home-abroad/>. Data de acesso: 26/10/2018.

BIELLENSTEIN, Hans. **Diplomacy and trade in the Chinese world, 589-1276**. Leiden/Boston: Brill, 2005.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by other means:** geoeconomics and statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BOLES, Elson E. **Assessing the debate between Abu-Lughod and Wallerstein over the thirteenth-century origins of the modern world-system 21**. In: BABONES, Salvatore J; CHASE-DUNN, Christopher. *Routledge Handbook of World-Systems Analysis*. Londres e Nova York: Routledge, 2012.

BOWIE, Alexander. **China's Overseas United Front Work:** Background and Implications for the United States. 2018. U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2018. Disponível em: https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%27s%20Overseas%20United%20Front%20Work%20-%20Background%20and%20Implications%20for%20US_final_0.pdf. Data de acesso: 01/11/2018.

BRADSHER, Keith. **China's Renminbi Is Approved by I.M.F. as a Main World Currency**. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/12/01/business/international/china-renminbi-reserve-currency.html>. Data de acesso: 08/09/2018.

_____. **China Tightens Controls on Overseas Use of Its Currency**. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/29/business/economy/china-tightens-controls-on-overseas-use-of-its-currency.html>. Data de acesso: 08/09/2018.

BRAMALL, Chris. **Chinese economic development**. Londres e Nova York: Routledge, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and capitalism. 15th-18h Century**. Volume III. The perspective of the world. Londres: Collins, 1984.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV –XVIII: O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BROOK, Timothy. **Communications and commerce**. In: MOTE, Frederick; TWITCHETT, Denis; (orgs.). *The Cambridge History of China. Volume 7. The Ming Dynasty, 1368—1644, Parte I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BROWN, Kerry. **Carnival China: China in the Era of Hu Jintao and Xi Jinping**. University of Sydney: Imperial College Press, 2014.

BRUSSI, Antônio J.E. **Semiperiferia: uma revisitação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. **Regions and Power: the structural international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, Renato C. **The Duterte Administration's Foreign Policy: Unravelling the Aquino Administration's Balancing Agenda on an Emergent China**. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 35 (3): 139–159, 2016.

CHAN, Hok-Lam. **The Chien-wen, Yung-lo, Hung-hsi, and Hsian-te reigns, 1399~1435**. In: MOTE, Frederick; TWITCHETT, Denis; (orgs.). *The Cambridge History of China. Volume 7. The Ming Dynasty, 1368—1644, Parte I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CHAN, Steve. **China's troubled waters: maritime disputes in theoretical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

CHAN, Tara Francis. **China's debt-trap diplomacy reaches the Philippines, which is likely to accept Chinese loans 1,100% more expensive than other options**. 2018. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/chinas-debt-trap-diplomacy-hits-philippines-with-exorbitant-loans-2018-3>. Data de acesso: 20/08/2018.

_____. China is winning because it can fill a 'black hole' that other countries have left behind. 2018. Disponível em: <http://uk.businessinsider.com/chinas-influence-operations-belt-and-road-confucius-institutes-2018-3>. Data de acesso: 01/11/2018.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHASE-DUNN, Christopher; HALL, Thomas D. **Rise and demise**: comparing world-systems. Oxford: Westview Press, 1997.

_____; LERRO, Bruce. **Social change**: globalization from the Stone Age to the present. Londres e Nova York: Routledge, 2013.

CHAVES, Alexandra. **In fighting ISIS, the Philippines gets tangled in US-China tensions**. Public Radio International (PRI). Disponível em: <https://www.pri.org/stories/2017-09-05/fighting-isis-philippines-gets-tangled-us-china-tensions>. Data de acesso: 15/06/2018.

CHI, Dehua. 2018. **China becomes second largest tourist source for the Philippines**. GB Times. Disponível em: <https://gbtimes.com/china-becomes-second-largest-tourist-source-for-the-philippines>. Data de acesso: 04/04/2018.

CHIANG, Jeremy. **Philippine Foreign Policy in the 21st Century**: the Influence of Double-Asymmetric Structure. Disponível em: <http://web.isanet.org>, 2017. Data de acesso: 15/06/2018.

CHONG, Alan. **China and Southeast Asia**: offline information penetration and suspicions of online hacking – strategic implications from a Singaporean perspective. In: VENTRE, Daniel. Chinese cybersecurity and defense. Londres: Iste Wiley, 2014.

_____. **An unfinished 'Diplomacy of Encounter'**: Asia and the West 1500–2015. Japanese Journal of Political Science. 17(2), 2016.

CINTRA, Marcos; PINTO, Eduardo. **China em transformação**: transição e estratégias de desenvolvimento Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 381-400, 2017.

CIORCIARI, John. **The balance of great-power influence in contemporary Southeast Asia**. International Relations of the Asia-Pacific Vol. 9, 2009.

CLARK, Hugh R. **Community, trade, and networks**: Southern Fujian Province from the Third to the Thirteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CLEMENTE, Tina S. **Understanding the Economic Diplomacy between the Philippines and China**. International Journal of China Studies, Vol. 7, No. 2, pp. 215-233, 2016.

COCA, Nithin. **Chinese Tourists Are Beijing's Newest Economic Weapon**. 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/09/26/chinese-tourists-are-beijings-newest-economic-weapon/>. Data de acesso: 23/10/2018.

CONNARS, Jon. **Djibouti the latest to fall victim to China's 'debt trap diplomacy'**. 2018. Disponível em: <http://www.atimes.com/djibouti-latest-fall-victim-chinas-debt-trap-diplomacy/?cn-reloaded=1>. Data de acesso: 08/09/2018.

CORFIELD, Justin J. **The history of Vietnam**. Westport, EUA: Greenwood Press, 2008.

CROVELLA, Camilla. **The Asian gold rush: a critique of the win-win Chinese strategy towards Africa**. *Global Politics Review*, Vol. 1 No. 1, 2015.

CUI, Jia. **Ningxia a leader in Arab economic links with China**. 2017. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/world/china-watch/business/ningxia-leads-arab-economic-links/>. Data de acesso: 25/09/2018.

DAVIES, Stephen. **China's Forgotten Industrial Revolution**. *Our Economic Past*, 2003.

DENG, Gang. **The premodern Chinese economy: structural equilibrium and capitalist sterility**. Londres: Routledge, 1999a.

_____. **Maritime sector, institutions, and sea power of premodern China**. Londres: Greenwood Press, 1999b.

DENG, Kent G. **Demystifying growth and development in North Song China, 960–1127**. Working Papers No. 178/13. Londres, London School of Economics, 2013. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/50969/1/Libfile_repository_Content_Deng%2CK_Deng_Demystifying_%20growth_development_2013_author.pdf. Data de acesso: 02/02/2018.

EDWARDS, Ronald. **Economic Revolution: Song China & England**. 2013a. disponível em: www.kisc.meiji.ac.jp/~dsgews/Edwards_2013.pdf. Data de acesso: 02/02/2018.

_____. **Redefining Industrial Revolution: Song China and England**. 2013b. Disponível em: https://economicdynamics.org/meetpapers/2013/paper_351.pdf. Data de acesso: 02/02/2018.

ELVIN, Mark. **The Pattern of the Chinese Past**. Stanford (California): Stanford University Press, 1973.

ESCANDOR Jr, Juan. **P175-B development aid from China to revive PNR's Bicol Express**. 2017. Disponível em: <https://business.inquirer.net/239005/pnr-bicol-express-reconstruction-china-loan>. Data de acesso: 23/10/2018.

FAIRBANK, John. **Tributary Trade and China's Relations with the West**. *The Far Eastern Quarterly*, Vol. 1, No. 2, pp. 129-149, 1942.

_____; GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FAN Gang; HOPE, Nicholas C. **Chapter 16. The Role of State-Owned Enterprises in the Chinese Economy**. *US-China economic relations in the next ten years*. Sem data. Disponível em

<https://www.chinausfocus.com/2022/wp-content/uploads/Part+02-Chapter+16.pdf>. Data de acesso: 15/06/2018.

FENG, Zhongping; HUANG, Jing. **China's strategic partnership diplomacy**: engaging with a changing world. ESPO working paper n. 8, 2014. Disponível em: http://fride.org/download/wp8_china_strategic_partnership_diplomacy.pdf. Data de acesso: 15/06/2018.

FIORI, J. Luís. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FISCHER, David H. **Historians' fallacies**: toward a logic of historical thought. Nova York: Harper Perennial, 1970.

FISHER JR, Richard D. **China's military modernization**: building for regional and global reach. Stanford: Stanford University Press, 2010.

FONBUENA, Carmela. **PH, US war games to continue; EDCA will be implemented**. 2016. Disponível em: <https://www.rappler.com/nation/151598-philippines-us-war-games>. Data de acesso: 22/08/2018.

FRANK, Andre G. **ReOrient**: global economy in the Asian Age. Los Angeles, CA: University of California Press, 1998.

_____. **The development of underdevelopment**. Monthly Review. Vol 18, No. 4, 1966.

GABRIELE, Alberto. **The Role of the State in China's industrial development**: a reassessment. Unctad, Geneve: Munich Personal RePEc Archive, 2009.

GATPOLINTAN, Leslie. **PH securing financing from China to speed up infra projects**: Pernia. 2018. Disponível em: <http://www.pna.gov.ph/articles/1026070>. Data de acesso: 20/08/2018.

GELBER, Harry G. **O dragão e os demônios estrangeiros**: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GOH, Evelyn. **Great powers and hierarchical order in Southeast Asia**: analyzing regional security strategies. International Security, 32(3), 2008.

GOMEZ, Jim. **Philippines backs down in South China Sea after Beijing protest**. PhilStar, 2017. Disponível em: <https://www.philstar.com/headlines/2017/11/08/1757015/philippines-backs-down-south-china-sea-after-beijing-protest>. Data de acesso: 15/06/2018.

GONG, Xue. **Economic Statecraft**: an assessment of China's search for influence in Southeast Asia. Osaka University Knowledge Archive, 2017. Disponível em: https://ir.library.osaka-u.ac.jp/repo/ouka/all/65088/osipp_041_001.pdf. Data de acesso: 15/06/2018.

GUNGWU, Wang. **Ming foreign relations:** Southeast Asia. In: TWITCHETT, Denis; MOTE, Frederick (orgs.). *The Cambridge History of China. Volume 8. The Ming Dynasty, 1368 — 1644, Parte 2.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. **Merchants without empire:** the Hokkien sojourning communities. In: TRACY, James (org). **The rise of merchant empires:** long-distance trade in the early modern world, 1350-1750. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GUNN, Geoffrey. **History Without Borders:** The Making of an Asian World Region, 1000–1800. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011.

HAMASHITA, Takeshi. **Tribute and treaties:** Maritime Asia and treaty port networks in the era of negotiation, 1800–1900. In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives.* Londres: RoutledgeCurzon, 2003.

HAN GYU, LHEEM; SUJIAN, GUO. **Political Economy of FDI and Economic Growth in China:** A Longitudinal Test at Provincial Level, *Journal of Chinese Political Science*, vol. 9, no. 1, 2004.

HANH, Nguyen Thi My. **Vietnam-China trade relations in the feudal period:** from the early 10th to the late 19th Century. *Journal of Mekong Societies* 11(3), 2015.

HARVEY, David. **Spaces of capital.** Towards a critical geography. Nova York: Routledge, 2001.

HEATH, Timothy R; GUNNESS, Kristen; COOPER, Cortez A. **The PLA and China's rejuvenation:** national security and military strategies, deterrence concepts, and combat capabilities. Santa Monica, Califórnia: RAND Corporation, 2016.

HENDLER, Bruno. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror:** custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno. Curitiba: Instituto Memória, 2013.

_____. NOVELLI, Douglas; TRENTINI, Bruno. **O Complexo Regional de Segurança do Leste Asiático: conflito, cooperação e a ascensão chinesa.** In: *Os complexos regionais de segurança no século XXI: conflitos, agendas e ameaças.* Curitiba: Prismas, 2016.

_____. NOGUEIRA, Isabela. **Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China:** “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista? *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 199-221, 2016.

_____. Rodrigues, Bernardo. **Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático:** uma análise de escopo, valores e setores-alvo. *Estudos Internacionais*, 6(3), 2018.

HICKS, A. M. **Social democracy and welfare capitalism:** A century of income security politics. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

HO, Norman. **Addressing corruption and the trial of Bo Xilai**: historical continuities, rule of law implications. In GARRICK, John; BENNETT, Yan Chang (orgs). China's socialist rule of law reforms under Xi Jinping. Londres e Nova York: Routledge, 2016.

HOBSON, John. **The Eastern origins of Western Civilisation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOFMAN, Bert. **China's medium-term Outlook: 2016-2020**. In: Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics. World Economic Forum, Regional Agenda, 2016.

HOLODNY, Elena. **China just reversed 2 policies designed to keep the yuan from sliding**. 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/china-removes-restrictions-after-yuan-appreciation-2017-9>. Data de acesso: 15/06/2018.

HUANG, Yiping; WANG, Daili; FAN, Gang. **Paths to a Reserve Currency: Internationalization of the Renminbi and Its Implications**. ADBI Working Paper Series, 2014. Disponível em: <https://think-asia.org/bitstream/handle/11540/1244/2014.05.23.wp482.paths.reserve.currency.renminbi.pdf;sequence=1>. Data de acesso: 15/06/2018.

HUCKER, Charles. **Ming Government**. In: TWITCHETT, Denis; MOTE, Frederick (orgs.). The Cambridge History of China. Volume 8. The Ming Dynasty, 1368 — 1644, Parte 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HUNG, Ho-Fung. **America's head servant? The PRC's Dilemma in the Global Crisis**. New Left Review, 2009.

JAEHYON, Lee. **China Is Recreating the American 'Hub-and-Spoke' System in Asia**. The Diplomat. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/09/china-is-recreating-the-american-hub-and-spoke-system-in-asia/>. Data de acesso: 08/09/2018.

JENNINGS, Ralph. **Vietnam Is The Biggest Winner On Donald Trump's Tour Of Asia**. Forbes. 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ralphjennings/2017/11/12/vietnam-is-the-biggest-winner-in-trumps-tour-of-asia/#3801f0a17021>. Data de acesso: 08/09/2018.

JONES, Lee; ZOU, Yizheng. **Rethinking the role of state-owned enterprises in China's rise**. New Political Economy, 2017.

KANG, David C. **East Asia before the West**: five centuries of trade and tribute. Nova York: Columbia University Press, 2010.

KELLER, Wolfgang; LI, Ben; SHIUE, Carol. **China's Foreign Trade**: Perspectives from the past 150 Years. Sem data. Disponível em: http://spot.colorado.edu/~shiue/Keller_Li_Shiue.pdf . Acesso em: 26/02/2018.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Boston: Longman, 2011.

KHAN, Raja Muhammad. **Sino-U.S. rivalry in Southeast Asia**. Turkish Policy Quarterly, Sem data.

KROEBER, Arthur. **Can Stability Maintenance Survive Trump?** China Economic Quarterly, Vol. 20 No. 4, 2016

LANGLOIS, John. **The Hung-wu reign, 1368-1398**. In: MOTE, Frederick; TWITCHETT, Denis; (orgs.). The Cambridge History of China. Volume 7. The Ming Dynasty, 1368—1644, Parte I. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LE GOFF, Jacques. **Must we divide History into periods?** Nova York: Columbia University Press, 2015.

LEE, Ji-Young. **Hegemonic authority and domestic legitimation**: Japan and Korea under Chinese hegemonic order in Early Modern East Asia. Security Studies, 25:2, pp. 320-352, 2016.

_____. **China's hegemony**: four hundred years of East Asian Domination. Nova York: Columbia University Press, 2017.

LI, Bozhong. **Was there a Fourteenth-Century turning point?** Population, land, technology, and farm management. In: SMITH, Paul; VON GLAHN, Richard (orgs.). The Song-Yuan-Ming transition in Chinese history. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

LI, Mingjiang. **Explaining China's proactive engagement in Asia**. In: TANG, Shiping, LI, Mingjiang; ACHARYA, Amitav (orgs.). Living with China: regional states and China through crises and turning points. Nova York: Palgrave Macmillan. 2009.

LIEBERMAN, Victor. **Strange Parallels, Volume 1**. Integration of the Mainland Southeast Asia in Global Context, c. 800–1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LIM, Linette. **Chinese tech giants battle to win the Southeast Asian market**. 2018. Disponível em: <https://www.channelnewsasia.com/news/business/chinese-tech-giants-battle-alibaba-tencent-southeast-asia-10702424>. Data de acesso: 24/10/2018.

LIU, Tony Tai-Ting; TSAI, Tung-Chieh. **Swords into ploughshares?** China's Soft Power strategy in Southeast Asia and its challenges. Revista Brasileira de Política Internacional. 57 (special edition): 28-48, 2014.

LI-WEN, Lin. **A Network Anatomy of Chinese State-Owned Enterprises**. European University Institute, Working Paper RSCAS 2017. Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45184/RSCAS_2017_07.pdf?sequence=1. Data de acesso: 15/06/2018.

LO, Jung-Pang. **China as a Sea Power, 1127–1368**: a preliminary survey of the maritime expansion and naval exploits of the Chinese people during the Southern Song and Yuan periods. Singapura: NUS Press Singapore, 2012.

LUTTWAK, Edward N. **The rise of China vs. the logic of strategy**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2012.

MA, Alexandra. **Malaysia has axed \$22 billion of Chinese-backed projects, in a blow to China's grand plan to dominate world trade**. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/malaysia-axes-22-billion-of-belt-and-road-projects-blow-to-china-2018-8>. Data de acesso: 24/10/2018.

MADDISON, Angus. **Chinese economic performance in the long run**. Second edition, revised and updated, 960-2030 AD. Development Centre Studies, OCDE, 2007.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. VANDERPOEL, Rachel. **Set Diagrams and Qualitative Research**. Comparative Political Studies, Vol. 48(1), 2015.

_____. KIMBALL, Erin, KOIVU, Kendra. **The Logic of Historical Explanation in the Social Sciences**. Comparative Political Studies. 42(1), 2009.

MALIG, Jojo. **Chinese hackers attack more Philippine websites**. 2012. Disponível em: <https://news.abs-cbn.com/nation/05/12/12/chinese-hackers-attack-more-philippine-websites>20/06/2018.

MANZI, Rafael. **A ordem econômica internacional no pós-guerra fria: da transição uni-multipolar à acomodação institucional do resto e do G8 emergente**. Tese de doutorado. Instituto de Relações Internacionais, UnB, 2018.

MARIUTTI, Eduardo B. **Colonialismo, imperialismo e desenvolvimento econômico europeu**. São Paulo: Aderaldo e Rotschild, 2009.

MEDEIROS, Carlos. **A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400 julho-setembro/2006.

_____. **Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e China**. In: _____; FIORI, José L.; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios**. Observatório de economia global. Textos Avulsos – no.3 – Junho, 2010.

MEDEIROS, Felipe L. **Protoindústria na China Qing**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MENDELS, Franklin F. **The First Phase Of The Industrialization Process**. The Journal of Economic History, Vol. 32, No. 1, pp. 241-261, Março, 1972.

MENZIES, Gavin. **1421: o ano em que a China descobriu o mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MILLER, Tom. Junho, **Asia's Infrastructure Arms Race**. Gavekal Dragonomics, China Research, 2015.

MINISTÉRIO DE DEFESA DA CHINA. **China's Military Strategy**. 2015. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805.htm. Data de acesso: 15/06/2018.

MOKYR, Joel. **Growing-up and the industrial revolution in Europe**. In Explorations in Economic History 13, pp. 371-396, 1976.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. **A ascensão naval Chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste Asiático**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 2058, 2015.

MU, Yang; SIAM-HENG, Heng. **China-ASEAN Relations after CAFTA**. In: LI, Mingjiang; KWA, Chong Guan (orgs.). China-Asean sub-regional cooperation: Progress, Problems and Prospect. Singapura: World Scientific Publishing Co, 2011.

NATHAN, Andrew J.; SCOBELL, Andrew. **China's search for security**. Nova York: Columbia University Press, 2012.

NEEDHAM, Joseph. **Within The Four Seas: the dialogue of east and west**. Londres, George Allen & Unwin LTD, 1969.

NEGARA, Siwage D; SURYADINATA, Leo. **Jakarta Bandung High Speed Rail Project: little progress, many challenges**. Disponível em: https://www.iseas.edu.sg/images/pdf/ISEAS_Perspective_2018_2@50.pdf. Data de acesso: 30/09/2018.

NOGUEIRA, Isabela. **A Política Regional da China e os Processos de Integração na Ásia**. In: China - Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

_____. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ, 2011.

- _____. **Políticas de fomento à ascensão da china nas cadeias de valor globais.** In CINTRA, Marcos; SILVA FILHO; Edison; PINTO, Eduardo C. In *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- _____. **Estado e Capital em uma China com Classes.** *Revista de Economia Contemporânea* 22(1): p. 1-23, 2018.
- NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Gente, 2009.
- _____. **The future of power.** The Perseus Books Group: Nova York, 2011.
- PALLEY, Thomas I. **External contradictions of the Chinese Development Model: export-led growth and the dangers of global economic contraction.** University of Massachusetts Amherst, Working Paper Series, 2005.
- PAN, Su-Yan; LO, Joe Tin-Yau. **Re-conceptualizing China's rise as a global power: a neo-tributary perspective.** *The Pacific Review*, 2015.
- PARAMESWARAN, Prashanth. **What's With the 'Revival' of the China-Philippines Military Dialogue?** *The Diplomat*, 2017a. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/12/whats-with-the-revival-of-the-china-philippines-military-dialogue/>. Data de acesso: 15/06/2018.
- _____. **Why Did China's Warships Visit the Philippines?** *The Diplomat*, 2017b. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/05/why-did-chinas-warships-visit-the-philippines/>. Data de acesso: 15/06/2018.
- PATTANAIK, Smruti S. **New Hambantota Port Deal: China Consolidates its Stakes in Sri Lanka.** 2017. Disponível em: https://idsa.in/idsacomment/new-hambantota-port-deal-china-consolidates-its-stakes-in-sri-lanka_sspattanaik_140817. Data de acesso: 08/09/2018.
- PERALTA-MALONZO, Third Anne. **DND: Agreement needed before PH-China military exercises.** 2017. Disponível em: <https://www.sunstar.com.ph/article/139868/DND-Agreement-needed-before-PH-China-military-exercises>. Data de acesso: 25/08/2018.
- PIRES, Marcos Cordeiro. *A reconstrução da hegemonia da China na Ásia.* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.
- _____. **Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de “um século americano no Pacífico”.** *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, 2(3), 2013.
- _____. *A estratégia de modernização da China como expressão de um “modelo asiático”.* Sem data. Disponível em: <https://economiapoliticaerelacoesinternacionais.files.wordpress.com/2014/08/estrategias-de-modernizac3a7c3a3o-da-china-marcos-cordeiro.pdf>. Data de acesso: 22/08/2018.

PLACIDO, Dharel. **China open to joint military exercises with PH**. 2017. Disponível em: <https://news.abs-cbn.com/news/06/28/17/china-open-to-joint-military-exercises-with-ph>. Data de acesso: 25/08/2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POMERANZ, Kenneth; TOPIK, Steven. **The world that trade created: society, culture, and the world economy, 1400 to the present**. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

PRASAD, Eswar S. **China's efforts to expand the international use of the Renminbi**. U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2016. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%27s%20Efforts%20to%20Expand%20the%20Internationalization%20of%20the%20RMB.pdf>. Data de acesso: 15/06/2018.

JC PUNONGBAYAN. **What scares me the most about China's new, 'friendly' loans**. 2018. Disponível em: <https://www.rappler.com/thought-leaders/197207-china-loans-philippines-fears.08/09/2018>.

QUIANO, Kathy; WESTCOTT, Ben. Philippines President Rodrigo Duterte says he needs China, 'loves' Xi Jinping. CNN, 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/04/09/asia/duterte-xi-jinping-boao-forum-intl/index.html>. Data de acesso 18/08/2018.

REILLY, James. **China's economic statecraft: turning wealth into power**. Sidney: Lowy Institute For International Policy, 2013.

RIBEIRO, Valéria L. **A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI**. Belo Horizonte: Estudos Internacionais, V. 5, N. 1, 2017.

RODRIGUES, Bernardo S; HENDLER, Bruno. **Investimento Externo Direto chinês na América do Sul e Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo**. Trabalho apresentado no Congresso Nacional de ALADAA (Sección Argentina), 2017.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. WONG, Roy Bin. **Before and beyond divergence: the politics of economic change in China and Europe**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ROSSABI, Morris. **The reign of Khubilai Khan**. In: FRANKE, Herbert; TWITCHETT, Denis (orgs). *The Cambridge History of China*. Volume 6, Alien regimes and border states, 907—1368. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **A history of China**. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014.

RIVAS, Ralf. **Philippines 'extra careful' with China loans – NEDA**. 2018. Disponível em: <https://www.rappler.com/business/205903-philippine-government-extra-careful-china-loans-neda>. Data de acesso: 20/08/2018.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAN PABLO-BAVIERA, Aileen. **Waltzing with Goliath**: Philippines-China Engagement in Uncharted Waters. In TANG, Shiping; LI, Mingjiang; ACHARYA, Amitav (eds.). *Living with China: Regional States and China through Crises and Turning Points*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 173-191, 2009.

SMITH, Paul. **Introduction**: problematizing the Song-Yuan-Ming transition. In _____; VON GLAHN, Richard (orgs.). *The Song-Yuan-Ming transition in Chinese history*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

SALNA, Karlis. **Indonesia Needs \$157 Billion for Infrastructure Plan**. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-01-25/indonesia-seeks-to-plug-157-billion-gap-in-nation-building-plan>. Data de acesso: 30/09/2018.

SOHN, Injoo. **China's Monetary Ambitions**: RMB Internationalization in Comparative Perspective, 2015. Disponível em: http://www.kaisnet.or.kr/resource/file/13-1/China%E2%80%99s_Monetary_Ambitions.pdf. Data de acesso: 15/06/2018.

SONG, Tao; LIU Weidong; LIU Zhigao; WUZHATI Yeerken. **Chinese overseas industrial parks in Southeast Asia**: an examination of policy mobility from the perspective of embeddedness. *Journal of Geographical Sciences*, 28(9), 2018.

SØRENSEN, Camilla. vol. 3, no 1. **The Significance of Xi Jinping's "Chinese Dream" for Chinese Foreign Policy**: From "tao guang yang hui" to "feng fa you wei". *Journal of China and International Relations*, 2015.

SPENCE, Jonathan. **The search for Modern China**. Nova York e Londres: W. W. Norton & Company, 1990.

STUART-FOX, Martin. **A short history of China and Southeast Asia**: tribute, trade and influence. Maryborough, Austrália: Allen & Unwin, 2003.

SHIRŌ, Momoki; TAKASHI, Hasuda. **The Periodization of Southeast Asian History, in Comparison with that of Northeast Asia**. In KAYOKO, Fujita; SHIRŌ, Momoki; REID, Anthony (orgs.) *Offshore Asia: maritime interactions in Eastern Asia before steamships*. Pasir Panjang, Singapura: ISEAS Publishing, 2013.

SHU, Min. **Balancing in a Hierarchical System**: Pre-Colonial Southeast Asia and the Tribute System. *Waseda Global Forum*, no. 8, pp. 1-30, 2011.

SOH, Timothy. **Vietnam's precocious defiance to big brother China**. *Defense Politics Asia*, 2017. Disponível em: <http://defensopoliticsasia.com/vietnams-precocious-defiance-to-big-brother-china/>. Data de acesso: 20/10/2018.

SU Hao. **Harmonious World**: The conceived international order in framework of China's foreign affairs. Sem data. Disponível em: http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/joint_research/series3/pdf/3-2.pdf. Data de acesso: 15/06/2018.

SUGIHARA, Kaoru. **The East Asian path of economic development**: a long-term perspective. In: In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. Londres: RoutledgeCurzon, 2003.

THAYER, Carl. **Obama's Visit to Vietnam: A Turning Point?** *The Diplomat*. 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/05/obamas-visit-to-vietnam-a-turning-point/>. Data de acesso: 12/08/2018.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990**. Cambridge: Basil Blackwell Publishers, 1990.

THORNE, Devin; SPEVACK, Ben. **Harbored Ambitions**: how China's port investments are strategically reshaping the Indo-Pacific. C4ADS, 2017. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/566ef8b4d8af107232d5358a/t/5ad5e20ef950b777a94b55c3/1523966489456/Harbored+Ambitions.pdf> . Data de acesso: 12/08/2018.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. POSE. Mirko. **A internacionalização da moeda chinesa: disputa hegemônica ou estratégia defensiva?** *Revista de Economia Contemporânea*. 22(1), 2018.

TROCKI, Carl A. **Opium and the Beginnings of Chinese Capitalism in Southeast Asia**. *Journal of Southeast Asian Studies*, 33 (2), p. 297-314, 2002.

TUBAYAN, Elijah Joseph C. **Philippines agrees to streamline approvals for key Chinese-funded projects**. 2017. Disponível em: <http://www.bworldonline.com/philippines-agrees-streamline-approvals-key-chinese-funded-projects/>. Data de acesso: 20/08/2018.

VERA, Ben O. de. **China lends P3.14B for Chico river irrigation project**. 2018. Disponível em: <https://business.inquirer.net/249090/china-lends-p3-14b-chico-river-irrigation-project>. Data de acesso: 20/08/2018.

VIZENTINI, Paulo F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VON GLAHN, Richard. **Imagining Pre-modern China**. In: SMITH, Paul; VON GLAHN, Richard (orgs.). *The Song-Yuan-Ming transition in Chinese history*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

_____. **The economic history of China**: from antiquity to the Nineteenth Century. Cambridge: Cambridge History Press, 2016.

_____. **Monies of account and monetary transition in China, Twelfth to Fourteenth Centuries.** *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 53, 463-505. 2010.

VRIES, Peer. **State, economy and the Great Divergence: Great Britain and China, 1680s–1850s.** Londres e Nova York: Bloomsbury Academic, 2015.

WADE, Geoff. **Ming Chinese colonial armies in Southeast Asia.** In: HACK, Karl; RETTIG, Tobias. *Colonial Armies in Southeast Asia.* Londres e Nova York: Routledge, 2006

_____. **Introduction.** In: LO, Jung-Pang. **China as a Sea Power, 1127–1368:** a preliminary survey of the maritime expansion and naval exploits of the Chinese people during the Southern Song and Yuan periods. Singapura: NUS Press Singapore, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX.** Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006a.

_____. **World-system analysis: an introduction.** Duke University Press, (4^a ed) 2006b.

_____. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century.** Nova York: Academic Press Inc, 1974.

WANG, Hui. **China from Empire to Nation- State.** Cambridge: Harvard University Press, 2014.

WILLS, John E. **China and Maritime Europe, 1500–1800: Trade, Settlement, Diplomacy, and Missions.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WOMACK, Brantly. **China and Vietnam: The Politics of Asymmetry.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WONG, Roy Bin. **China transformed: Historical change and the limits of European experience.** Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1997.

_____. **The political economy of agrarian empire and its modern legacy.** In: *China and Historical Capitalism: Genealogies of Sinological Knowledge.* BROOKE, Timothy; BLUE, Gregory (orgs). Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WRIGHT, David. **The history of China.** Santa Barbara: Greenwood, 2011.

WU, Friedrich. **Accusations of Beijing practicing “debt-trap diplomacy” are just “sour grapes”.** In *The International Economy. Will China’s New Trade/Debt Diplomacy Strategy Reshape The World?* Washington, 2018.

XAVIER, Constantino. **China signs 99-year lease on Sri Lanka’s Hambantota port.** Disponível em: <https://www.ft.com/content/e150ef0c-de37-11e7-a8a4-0a1e63a52f9c>. Data de acesso: 15/06/2018.

YAN, Li. **Science and technology policy tools that promote china’s global Investments: an investigation into china’s One Belt One Road STI Cooperation Plan**

YANG Yao. **The Chinese Growth Miracle**. Handbook of Economic Growth, Volume 2B, Elsevier B.V., 2014.

YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. **The commanding heights**: the battle for the world economy. Nova York: Free Press, 2008.

YIPING, Huang; DAILI Wang, GANG, Fan. **Paths to a Reserve Currency: Internationalization of the Renminbi and Its Implications**. ADBI Working Paper Series, 2014. Disponível em: [https://think-
asia.org/bitstream/handle/11540/1244/2014.05.23.wp482.paths.reserve.currency.renminbi.pdf;sequence=1](https://think-asia.org/bitstream/handle/11540/1244/2014.05.23.wp482.paths.reserve.currency.renminbi.pdf;sequence=1). Data de acesso: 15/06/2018.

YOSHINOBU, Siba. **Sung foreign trade: its scope and organization**. In: ROSSABI, Morris. China among equals: the Middle Kingdom and its neighbors, 10th–14th Centuries, Berkeley: University of California Press, 1983.

ZHANG, Feng. **Rethinking the ‘Tribute System’**: broadening the conceptual horizon of Historical East Asian Politics. Chinese Journal of International Politics, Vol. 2, pp. 545–574, 2009.

ZHAO, Gang. **The Qing opening to the Ocean**. Chinese Maritime Policies 1684-1757. Honolulu, University of Hawai‘i Press, 2013.

ZHOU, Fangyin. **Equilibrium analysis of the Tributary System**. The Chinese Journal of International Politics, Vol. 4, pp. 147–178, 2011.